

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O Papel do Turismo no Desenvolvimento de Cabo Verde Turismo e Combate à Pobreza: Nu djunta-mô



JOSÉ CARLOS DE PINA TEIXEIRA CABRAL

Orientação: Prof^a Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco
Pereira Leite

Júri:

Presidente: Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco Pereira Leite, professora auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutora Marzia Grassi, investigadora associada, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Junho/2005

GLOSSÁRIO

BCV	Banco de Cabo Verde
BM	Banco Mundial
CNUCED	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CVE	Escudo Cabo-verdiano
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza
DGDT	Direcção Geral de Desenvolvimento Turístico de Cabo Verde
FAIMO	Frente de Alta Intensidade de Mão-de-obra
FMI	Fundo Monetário Internacional
GOP	Grande Opção do Plano
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias
INE	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPRSP	Interim Poverty Reduction Strategy Paper
MPD	Movimento para a Democracia
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
ODM	Objectivo do Desenvolvimento do Milénio
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PED	País em Desenvolvimento
PEDT	Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Cabo Verde
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	País Menos Avançado
PME	Pequena e Média Empresa
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLP	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROMEX	Centro de Promoção Turística dos Investimentos e das Exportações de Cabo Verde
ST-EP	Turismo Sustentável - Eliminação da Pobreza
UA	União Africana
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WTTC	World Travel & Tourism Council
ZDTI	Zona de Desenvolvimento Turístico Integral
ZRPT	Zona de Reserva e Protecção Turística
ZTE	Zonas Turísticas Especiais

**O Papel do Turismo no Desenvolvimento de Cabo Verde
Turismo e Combate à Pobreza: “Nu djunta-mô”¹**

José Carlos de Pina Teixeira Cabral

Mestrado em: Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Orientadora: Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco Pereira Leite

RESUMO

No início do século XXI a pobreza é o principal problema do desenvolvimento de Cabo Verde, pois afecta mais de um terço da população.

Os números da Organização Mundial do Turismo sugerem que o turismo é importante e está a crescer em muitos países pobres. Assim, as entradas de turistas internacionais evidenciam que o turismo internacional com destino aos países em desenvolvimento (PED) é importante e está em fase de expansão. Ainda que durante a última década do século XX este dinamismo seja significativo em todos os grupos de países, as taxas de crescimento nos PED são consideravelmente maiores do que as registadas nos países desenvolvidos.

Em Cabo Verde, na última década do século XX, período de referência da nossa investigação, é um dos sectores que mais cresce e atrai maior investimento directo estrangeiro. O turismo é designado pelo Governo de Cabo Verde, como motor do crescimento e desenvolvimento. Assim, o objecto deste trabalho é o turismo como agente de desenvolvimento em Cabo Verde. Pretendeu-se com este trabalho verificar se o turismo é um instrumento de combate à pobreza em Cabo Verde.

Foi com este objectivo em mente que, na primeira parte, se pretendeu estabelecer o quadro teórico de referência e na segunda parte, a contextualização, com base na experiência cabo-verdiana das questões abordadas na literatura pertinente.

Este trabalho possibilitou concluir que, o modelo de turismo adoptado actualmente não se constitui como um instrumento de combate à pobreza, visto que encontramos uma ausência de articulação entre o turismo, um dos sectores que mais cresce e atrai maior investimento directo estrangeiro actualmente e as estratégias de combate à pobreza adoptadas, infirmando deste modo a pergunta de partida: “O turismo é um instrumento de combate à pobreza em Cabo Verde?”.

Palavras-chave: Cabo Verde; Desenvolvimento Sustentável; Turismo; Pobreza; Insularidade; Turismo Sustentável e Ecoturismo.

¹ «Nu djunta-mô» expressão em crioulo cabo-verdiano que quer dizer vamos juntar as mãos ou andar de mãos juntas em ajuda mútua.

Sistema de classificação segundo JEL (*Journal of Economic Literature*): F743; I30; N77; O10; O55; P46.

**The Role of Tourism in the Development of Cape Verde
Tourism and the Fight against Poverty: “Nu djunta-mô”²**

José Carlos de Pina Teixeira Cabral

M.Sc. in: Development and International Cooperation

Supervisor: Doutora Joana Helena Maria Fajardo Pacheco Pereira Leite

ABSTRACT

In the beginning of the 21st century, poverty is still Cape Verde's main development problem, as it affects more than one third of the country's population.

The numbers of the Tourism World Organization (WTO) suggest that tourism is an important and growing activity, with the amount of international tourists expanding in many developing countries. Indeed, although in the last decade of the 20th century this tourism dynamism is significant in all groups of countries, the growth rates in developing countries are considerably larger than those registered in developed countries.

In Cape Verde, the last decade of the 20th century, our period of analysis, tourism is one of the sectors that verifies a large growth and attracts the largest share of foreign direct investment. Consequently, the Government of Cape Verde has identified the tourist sector as the country's motor for growth and economical development. Therefore, this dissertation intends to analyse tourism and its impact, shedding light on its responsibility as the country's development agent. More specifically, with this investigation we intend to verify if tourism can be considered to be an instrumental variable in the fight against poverty in Cape Verde.

Keeping this objective in mind, in Part I of this dissertation we attempted to establish the theoretical background, while in Part II, we contextualised the critical aspects of the literature by making use of the Cape Verdean experience.

We concluded that the tourism model adopted in Cape Verde couldn't be considered to be instrumental in the fight against poverty, as there is no coordination between this sector and the main poverty strategies implemented in the country.

Key Words: Cape Verde, Sustainable Development, Tourism, Poverty, Insularity, Sustainable Tourism, Ecotourism.

Journal of Economic Literature Classification System: F743; I30; N77; O10; O55; P46.

² “Nu djunta-mô” is a Cape Verdean creole expression that means to hold hands, joint forces in mutual help.

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	1
RESUMO	3
ABSTRACT	4
ÍNDICE	5
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE GRÁFICOS	8
LISTA DE ANEXOS	9
LISTA DE FIGURAS	9
AGRADECIMENTOS	11
INTRODUÇÃO	12
PARTE I – QUADRO TEÓRICO:.....	18
DESENVOLVIMENTO, TURISMO E COMBATE À POBREZA	18
CAPÍTULO 1 – A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO	19
1.1. Breve leitura histórica.....	19
1.2. Objectivos do desenvolvimento do milénio	25
1.3. Desenvolvimento num mundo global	27
Síntese do Capítulo 1	30
CAPÍTULO 2 – TURISMO E DESENVOLVIMENTO.....	31
2.1. Turismo e desenvolvimento: mudança de paradigmas	31
2.2. Turismo uma actividade multidimensional	37
2.2.1. Viajar é preciso: O sistema de transportes	38
2.2.2. Outras dimensões do turismo.....	39
2.2.3. A pertinência do enfoque multidisciplinar para a análise do turismo	40
2.2.4. Turismo: Uma actividade económica com especificidades próprias.....	41
2.3. Impactes do turismo	41
2.3.1. Impactes económicos	42
2.3.2. Impactes físicos e ambientais	45
2.3.3. Impactes sócio-culturais	46
2.3.4. A gestão dos impactes negativos.....	47
2.4. Turismo nos países em desenvolvimento.....	49
2.5. Especificidade do turismo nas regiões insulares.....	51
2.5.1. Paradigma insular: Turismo sustentável, um novo modelo de desenvolvimento	52
Síntese do capítulo 2	54

CAPÍTULO 3 – TURISMO E COMBATE À POBREZA	56
3.1. O crescimento do turismo nos países em desenvolvimento e a sua relação com o desenvolvimento	56
3.2. A actividade turística enquanto instrumento de combate à pobreza	59
3.2.1. Do turismo para as comunidades locais ao turismo sustentável	63
3.2.2. “Turismo para os Pobres”	66
3.3. Turismo e desenvolvimento nacional e local.....	68
3.3.1. Algumas formas de participação da comunidade nos atractivos turísticos.....	69
3.4. Caracterização do turismo africano	70
3.5. Turismo e NEPAD.....	72
Síntese do capítulo 3	75
PARTE II – ESTUDO DE CASO: AS ILHAS DE CABO VERDE	78
CAPÍTULO 4 – QUADRO ECONÓMICO E SOCIAL	79
4.1. Breve apresentação das ilhas.....	79
4.2. Quadro macroeconómico global	81
4.2.2. Emprego e Emigração	86
4.2.2.1. Diáspora cabo-verdiana em números	87
4.2.2.2. Benefícios da emigração para a economia cabo-verdiana	88
4.2.3. Abertura ao exterior	89
4.2.3.1. Comércio externo Cabo-verdiano (1980 - 2002).....	89
4.2.3.2. Dívida Externa	90
4.2.3.3. Ajuda Externa	93
4.2.4. Entidades do Desenvolvimento em Cabo Verde.....	94
4.2.5. Alguns desafios de âmbito geral para Cabo Verde	96
4.3. Perspectiva sectorial – O sub-sector turístico.....	98
4.3.1. A política económica dos anos 90: A aposta no lançamento das bases para o crescimento do turismo.....	98
4.3.2. O impacte do turismo na balança de pagamentos	104
4.3.3. Os actores económicos na área do turismo	105
4.3.4. Alguns desafios colocados ao turismo	107
Síntese do capítulo 4	108
CAPÍTULO 5 – POBREZA EM CABO VERDE.....	111
5.1. Diagnóstico da pobreza em Cabo Verde	114
5.1.1. A incidência da pobreza em Cabo Verde.....	114
5.1.2. A incidência da pobreza ao nível das ilhas	118
5.1.3. O nível de participação na actividade económica e a taxa de desemprego	119
5.1.4. Pobreza e desigualdade em Cabo Verde	121
5.1.5. A situação e tendência do desenvolvimento humano e da pobreza humana em Cabo Verde.....	122
5.2. Estratégia de combate à pobreza em Cabo Verde.....	124

5.3. A pobreza e delapidação dos recursos turísticos em Cabo Verde.....	127
Síntese do capítulo 5	128
CAPÍTULO 6 – TURISMO EM CABO VERDE.....	131
6.1. Turismo na actividade económica em Cabo Verde	131
6.2. Oferta turística cabo-verdiana	134
6.2.1. Avaliação da capacidade hoteleira.....	134
6.2.2. Avaliação da taxa de ocupação.....	140
6.2.3. Propriedade dos estabelecimentos hoteleiros: liberalização, privatização e desnacionalização	140
6.2.A. Síntese da oferta turística cabo-verdiana.....	142
6.3. Procura turística cabo-verdiana	144
6.3.1. Conceito de turismo.....	144
6.3.2. Turismo receptor (<i>inbound tourism</i>)	146
6.3.2.1. Turismo estrangeiro em Cabo Verde.....	146
6.3.2.2. Turismo dos emigrantes em Cabo Verde	150
6.3.3. Turismo doméstico (<i>outbound tourism</i>).....	151
6.3.4. Turismo interior.....	152
6.3.5. Distribuição dos hóspedes e alguns traços turísticos das ilhas mais visitadas do arquipélago	155
6.3.6. Dormidas de hóspedes estrangeiros e domésticos	157
6.3.7. Tempo de permanência e sazonalidade	159
6.3.A. Síntese da procura turística cabo-verdiana.....	161
6.4. Tipos de produtos turísticos cabo-verdianos	162
6.4.A. Síntese dos tipos de produtos turísticos cabo-verdianos.....	165
6.5. Matriz das oportunidades, das ameaças, das forças e das fraquezas do turismo cabo-verdiano	165
6.6. Funcionamento da administração turística cabo-verdiana	167
6.7. Estratégias cabo-verdianas do desenvolvimento do turismo.....	168
6.7.A. Síntese das estratégias cabo-verdianas do desenvolvimento do turismo	174
6.8. Impactes esperados do desenvolvimento turístico em Cabo Verde	174
6.9. Reflexão em torno da definição de estratégias para intensificação dos benefícios económicos do turismo no desenvolvimento local em Cabo Verde	177
6.10. Turismo e Desenvolvimento: Benefícios económicos e impacte sobre a pobreza	180
Síntese do capítulo 6	182
CONCLUSÃO	185
BIBLIOGRAFIA.....	189
FONTES ORAIS.....	201
ANEXOS	202

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrada de turistas internacionais.....	57
Quadro 2 – Os 20 PED* com maior crescimento nas entradas de turistas internacionais.....	58
Quadro 3 – Receitas do turismo internacional.....	59
Quadro 4 – Receitas do turismo internacional em África e nas suas regiões.....	71
Quadro 5 – Produto Interno Bruto, a preços constantes de 1980 (1990-2000).....	83
Quadro 6 – Distribuição geográfica do comércio externo (1990-2004).....	90
Quadro 7 – Incidência da pobreza em Cabo Verde.....	115
Quadro 8 – Incidência da pobreza por género do chefe de família.....	116
Quadro 9 – Taxa de pobreza das famílias pela actividade económica do chefe de família.....	117
Quadro 10 – Condições de vida das famílias (2002).....	118
Quadro 11 – Evolução dos principais indicadores do turismo.....	132
Quadro 12 – Estrutura do investimento directo estrangeiro (2000-2003).....	132
Quadro 13 – Estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço.....	135
Quadro 14 – Chegadas à fronteira cabo-verdiana de viajantes vindos do estrangeiro.....	147
Quadro 15 – Enquadramento institucional do turismo no PND de 1995 e 2002.....	170
Quadro 16 – Impactes do turismo.....	177
Quadro 17 – Estratégias para intensificação dos benefícios económicos do turismo no desenvolvimento local em Cabo Verde.....	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Entradas de turistas internacionais em África, em 2002, por regiões.....	71
Gráfico 2 – Remessas de emigrantes (1990-2004).....	88
Gráfico 3 – Comércio externo Cabo-verdiano (1980-2002).....	89
Gráfico 4 – Dívida externa total (1991-2003).....	91
Gráfico 5 – Dívida pública (1999-2003).....	91
Gráfico 6 – Ajuda externa (em % do PIB), 1980-2002.....	93
Gráfico 7 – Ajuda externa líquida per capita (US dólares – Preço corrente), 1980-2002.....	94
Gráfico 8 – Balança turística cabo-verdiana (1994-2000).....	104
Gráfico 9 – Repartição da pobreza nas ilhas e no território nacional.....	119
Gráfico 10 – Evolução do (IDH) e do (IPH).....	123
Gráfico 11 – Distribuição do emprego no sector turístico, por ilhas em 2003.....	133
Gráfico 12 – Distribuição dos hotéis, por ilhas, até Setembro de 2003.....	135
Gráfico 13 – Distribuição dos quartos, por ilhas, até Setembro de 2003.....	136
Gráfico 14 – Distribuição de camas, por ilhas, até Setembro de 2003.....	136

Gráfico 15 – Distribuição da capacidade de alojamento, por ilhas, até Setembro de 2003	137
Gráfico 16 – Pessoal ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros, por ilhas, até Setembro de 2003	138
Gráfico 17 – Origem dos principais hóspedes estrangeiros (2000-2002)	148
Gráfico 18 – Distribuição de hóspedes estrangeiros, por ilhas (2000-2002)	148
Gráfico 19 – Turismo doméstico, por ilhas (2000-2002)	152
Gráfico 20 – Comparação do turismo doméstico com o turismo receptor com base nos valores absolutos das entradas, por ilhas (2000-2002)	153
Gráfico 21 – Comparação do turismo doméstico com o turismo receptor com base nos valores relativos das entradas, por ilhas (2000-2002)	154
Gráfico 22 – Evolução das entradas e dormidas de hóspedes estrangeiros, nos estabelecimentos hoteleiros (2000-2002)	157
Gráfico 23 – Dormidas de hóspedes estrangeiros, por ilhas (2000-2002)	158
Gráfico 24 – Dormidas de hóspedes domésticos, por ilhas (2000-2002)	159
Gráfico 25 – Distribuição mensal das entradas de hóspedes em 2001	160

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Código Ético Mundial para o Turismo	203
Anexo 2 – Principais Conceitos Relacionados com o Turismo	204
Anexo 3 – Carta do Turismo Sustentável: Conclusões da Cimeira Mundial sobre Turismo Sustentável, Lanzarote, Espanha, 1995	207
Anexo 4 – Entradas e Quotas de Turistas Internacionais nas regiões do mundo (1990-2002)	211
Anexo 5 – Receitas e Quotas do Turismo Internacional nas regiões do mundo (1990-2002)	212
Anexo 6 – Dados sobre População Cabo-Verdiana, em 2000	213
Anexo 7 – Países de acolhimento de cabo-verdianos	214
Anexo 8 – Repartição da pobreza nas ilhas e no território nacional	215
Anexo 9 – Quadro sinóptico do enquadramento dos ODM na programação nacional	216
Anexo 10 – Distribuição do emprego do sector turístico, por ilhas, em 2003	218
Anexo 11 – Hóspedes/entradas segundo a Ilha, por país de residência habitual dos hóspedes, valores acumulados (2000-2002)	219
Anexo 12 – Ilha de entrada dos principais hóspedes estrangeiros, valores acumulados (2000-2002)	220
Anexo 13 – Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002)	221

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conceito de Turista..... 206

Dedico este trabalho ao meu pai, José, à minha mãe Laura,
aos meus irmãos Paulinho e Nelito e às minhas irmãs
Sónia, Lisete e Zézinha, com todo o meu amor!

Agradeço e dedico, também este trabalho a todos os seres
do universo sem excepção!

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro contacto com a Doutora Joana Pereira Leite ocorreu durante a licenciatura em Gestão, na cadeira optativa de Economia Africana, no Instituto Superior de Economia e Gestão. Estou hoje certo que a forma entusiástica e motivadora como deu aquelas aulas, foi um dos motivos que conscientemente me levou a fazer um mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Fiquei muito feliz quando aceitou ser minha orientadora e por todo o trabalho, disponibilidade, leitura, sugestões, e sobretudo pelo reforço da minha motivação e pela confiança demonstrada, o meu muitíssimo obrigado!

Agradeço aos meus conterrâneos António St.Aubyn, André Corsino Tolentino; amigas Ana, Guida, Mafalda; amigos Zé, Hélder, Carlos Jorge; colegas Sérgio, Fernanda, Joana, Daniela pela leitura, sugestões e apoios e também ao Álvaro Matias.

Agradeço ao meu pai José, a minha mãe Laura, aos meus irmãos Paulinho e Nelito e as minhas irmãs Sónia, Lisete e Zézinha, por todo o apoio e amor que têm por mim.

Nas minhas crises existenciais contei com o apoio, o carinho e o amor das pessoas que me estão neste momento mais próximas em especial da Vera, “Nha Cretcheu de Lisboa”, aos pais da Vera (Amílcar e Paula) agradeço-lhes a total disponibilidade e a amizade incondicional.

Agradeço a todos os meus amigos que em Cabo Verde enviaram os documentos que serviram de suporte para a minha investigação: Zézinha, Odete, Anabela, Mascarenhas, Teresa, Zé, Manú, Osvaldo, Frank, Masca, Marta, Titor. Estou agradecido ao José Cardoso, da DGDT e também a Selma Perez da Embratur - Brasil.

Agradeço, à minha comadre Nanda pelo espaço maravilhoso de trabalho que me disponibilizou e ao Tequilla pela companhia em toda as horas.

Agradeço aos meus entrevistados pelas informações prestadas.

Agradeço a todos os meus familiares e a todos os meus amigos, colegas e professores – especialmente ao Prof. Doutor Adelino Torres que me incentivou a continuar apesar de uma fase de desânimo, que sempre se disponibilizaram para me ajudar.

INTRODUÇÃO

Objecto, motivação, finalidades, objectivos e metodologia

No início do século XXI a pobreza é o principal problema de desenvolvimento de Cabo Verde, pois afecta mais de um terço da população.

O Turismo é um dos sectores que mais cresceu na década de 1990 nos países menos avançados. Segundo, a Organização Mundial do Turismo (OMT), o fluxo turístico referente às entradas nesses países chegou a ser maior do que no resto do mundo.

De facto, o arquipélago de Cabo Verde é um dos pequenos estados insulares com maior taxa de entrada de turistas. Assim, segundo a OMT com uma taxa média anual de 19.3% de crescimento de entrada de turistas, entre 1990 e 2000, Cabo Verde é um dos países em desenvolvimento (PED)³ com melhor desempenho naquele indicador ocupando a primeira posição entre os pequenos estados insulares (PEI), a quarta posição entre os países menos avançados (PMA) e a sexta posição entre os países em desenvolvimento (PED).

Esta tendência do crescimento do sector é também um facto verificável nos relatórios de contas do Banco de Cabo Verde (BCV), pois a participação do sector no PIB era de 2% em 1995 (valor nunca alcançado pelo sector, anteriormente), em 2003 já representava 10.10% do PIB cabo-verdiano. A receita do turismo apresenta um saldo positivo na balança de pagamentos, a partir de 1999 e a contribuição deste sector de actividade nos serviços tem evoluído de forma positiva, chegando a atingir, em 2003, 41.60% do crédito total dos serviços.

O objecto deste trabalho é o turismo como agente de desenvolvimento em Cabo Verde, cuja hipótese de partida consiste em verificar se o turismo é um instrumento de combate à pobreza em Cabo Verde.

A escolha deste tema deve-se a duas ordens de motivações uma interna e outra externa. A primeira pelo facto de ser licenciado em Gestão e sensível às questões do desenvolvimento, sobretudo no mundo dos países em desen-

³ Países que recebem assistência oficial para o desenvolvimento do Comité de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE

volvimento e em particular no meu país de origem. Foi por isso que considerei estimulante perceber como e de que forma poderiam ser implementadas estratégias visando o desenvolvimento do turismo e o combate à pobreza, com vista à criação de vantagens competitivas para o país, para melhorar o nível de vida das pessoas. E isto, porque julgo que o país não consegue ser competitivo com elevados níveis de pobreza e porque também desejo que se atinja um desenvolvimento sustentável do turismo no meu país, nomeadamente, numa perspectiva de luta conta a pobreza. De facto considero inaceitável que mais de um terço dos residentes em Cabo Verde vivam na pobreza.

A segunda motivação advém de constatar que o turismo é encarado pelo Governo de Cabo Verde, como motor do crescimento e desenvolvimento.

As ilhas apresentam potencialidades que estão estreitamente ligadas às boas condições geográficas, humanas e ambientais e as autoridades cabo-verdianas já se aperceberam que o ciclo da dependência externa assente no modelo de desenvolvimento MIRAB (Migrações, Remessas, Ajuda e Burocracia) está a chegar ao seu limite. Entendem assim que é importante encontrar uma nova base de crescimento, pois na era de globalização, o país vê-se confrontado com um ritmo crescente de mudança.

Com efeito, em breve Cabo Verde terá de negociar a sua retirada do grupo de países menos avançados deixando assim de beneficiar de taxas de juro mais baixas e passar a estar sujeito a uma maior concorrência nos mercados internacionais. Como dizia o primeiro-ministro, José Maria Neves em Fevereiro de 2004, num discurso na Assembleia Nacional de Cabo Verde: *“Teremos de passar do modelo de reciclagem da ajuda pública internacional para um quadro de desenvolvimento ancorado na competitividade”*.

Saliente-se que na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo em Setembro de 2002, a Organização Mundial do Turismo (OMT)⁴ e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o

⁴ A Organização Mundial do Turismo é uma agência intergovernamental responsável pelo turismo que recentemente se tornou agência especializada das Nações Unidas.

Desenvolvimento (CNUCED)⁵ lançaram uma iniciativa nova chamada Turismo Sustentável – Eliminação da Pobreza (ST-EP)⁶.

A finalidade desta investigação é perceber o papel do turismo como agente de desenvolvimento de Cabo Verde e compreender de que modo a importância crescente que o sector do turismo tem no PIB conduz ou não à melhoria do nível de vida das populações por via da redução da pobreza.

Os objectivos propostos são reflectir sobre a problemática do turismo; do desenvolvimento e do combate à pobreza; aprofundar os conhecimentos destas questões, através de uma análise documental adequada; verificar a situação actual cabo-verdiana à luz do enquadramento teórico de referência; diagnosticar o estado da pobreza e do turismo em Cabo Verde; analisar as estratégias adoptadas no âmbito do turismo e do combate à pobreza; fazer uma reflexão sobre o desenvolvimento, o turismo e o combate à pobreza em Cabo Verde; proceder a entrevistas junto a informadores privilegiados, visando completar a informação veiculada pelas fontes escritas e finalmente apresentar sugestões.

Em termos metodológicos: esta investigação é um estudo de caso e é assim designado porque particulariza uma situação — **turismo como agente de desenvolvimento em Cabo Verde**. A natureza desta investigação é essencialmente qualitativa, pois procedemos a uma análise documental, descritiva e aplicada. As fontes de informação a que recorreremos para elaborar este trabalho consistem em textos teóricos, documentos oficiais, dados estatísticos, legislação, e ainda o recurso a entrevistas, junto de informadores privilegiados. Para a recolha de material sobre o nosso objecto de estudo procedemos à pesquisa documental junto de bibliotecas das instituições do ensino superior público e

⁵ A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) é a agência das Nações Unidas focalizada no desenvolvimento dos países menos avançados.

⁶ A iniciativa Turismo Sustentável – Eliminação da Pobreza (ST-EP) visa o desenvolvimento de um turismo sustentável especificamente focalizado na eliminação da pobreza, trazendo desenvolvimento e emprego para as pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, particularmente em África e nos países em desenvolvimento em geral. As componentes da iniciativa ST-EP são quatro: conseguir fundos; investigar as relações entre turismo sustentável e eliminação da pobreza; criar um quadro operacional que conceda incentivos às empresas que põem em marcha programas deste tipo, e instituir um fórum de consultores para a troca de experiências e disseminação de boas práticas.

privado, na Biblioteca Nacional, no centro de documentação da Direcção Geral do Turismo (DGT) e na Internet.

O recurso à Internet revelou-se extremamente útil, sobretudo para obter os dados que chegavam de Cabo Verde e o acesso a artigos actualizados, na medida em que não foi possível obter uma bolsa de estudo para o trabalho de campo.

Com efeito e apesar dos esforços movidos, nomeadamente, junto do Instituto Português de Apoio do Desenvolvimento (IPAD), da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, que remeteu posteriormente o meu pedido para as autoridades responsáveis pelo turismo em Cabo Verde, e apesar do reconhecimento manifesto sobre o contributo que esta investigação daria ao país, nenhuma verba viria a ser disponibilizada. Na realidade foi infelizmente em vão que dei a conhecer ao Embaixador de Cabo Verde em Lisboa, Doutor Onésimo Silveira, a entrevista que concedi no âmbito desta investigação, à Cadeia de Televisão Europeia Euronews, que no seu programa Europeans confirmou que esta investigação merecia destaque e era pertinente.

Refira-se ainda que os constantes pedidos de informação sobre dados do turismo em Cabo Verde dirigido ao PROMEX (Centro de Promoção Turística dos Investimentos e das Exportações de Cabo Verde) mereceram a atenção da Presidente da Instituição, Dra. Georgina Mello, sugerindo-me a consulta de sites na Internet, sites esses que como tantas vezes acontece não podiam disponibilizar as informações pretendidas! Assim, a maioria dos dados conseguidos, mesmo junto das instituições cabo-verdianas que os produzem, foram obtidos por vias informais, pois as vias formais revelaram-se ineficientes e não respondiam aos pedidos.

Revelou-se particularmente útil a esta investigação a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, em feiras das agências de viagens, conferências, palestras, colóquios e assistência de defesa de teses sobre turismo, permitindo-me o encontro com especialistas e profissionais do sector do turismo.

Finalmente as entrevistas efectuadas junto a informadores privilegiados, visando completar a informação veiculada pelas fontes escritas, revelaram-se também de grande utilidade para a pesquisa.

Estrutura da Dissertação

A dissertação é composta de seis capítulos, agrupados em duas partes, para além de incluir a presente introdução, a conclusão, a bibliografia e os anexos.

PARTE I – Quadro Teórico: Desenvolvimento, Turismo e Combate à Pobreza, é composta pelos capítulos 1, 2 e 3. Nesta parte pretendemos fazer o enquadramento teórico e o levantamento da literatura relevante para a elaboração deste trabalho.

É assim que no capítulo 1 – A Problemática do Desenvolvimento, abordamos a problemática do desenvolvimento de uma forma geral, desde a génese da economia do desenvolvimento, no contexto da Segunda Guerra Mundial até à actualidade, confrontada com os problemas do combate ao terrorismo internacional. Reflectimos sobre as mudanças ocorridas na teoria do desenvolvimento ao longo das últimas décadas. E, finalmente, fazemos uma breve referência a alguns dos desafios do continente africano.

Com efeito no capítulo 2 – Turismo e Desenvolvimento, articulamos o turismo e o desenvolvimento, sobretudo nos PED, grupo onde Cabo Verde se insere. Definimos os principais conceitos associados ao turismo, analisamos os seus impactes económicos, físicos, ambientais e sócio-culturais e referimos a especificidade do turismo nas regiões insulares.

E no último capítulo do quadro teórico – Turismo e Combate à Pobreza, apresentamos o crescimento do turismo nos PED e a sua relação com o desenvolvimento. Evocamos a actividade turística enquanto instrumento de combate à pobreza. Estudamos o turismo no contexto do desenvolvimento nacional e local. Caracterizamos o turismo africano e finalmente, abordamos o turismo no quadro da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

PARTE II – Estudo de Caso: As Ilhas de Cabo Verde. É composto pelos capítulos 4, 5 e 6. Nesta parte pretende-se discutir, com base na experiência cabo-verdiana, as questões abordadas na literatura que servem de suporte para à construção deste trabalho.

No capítulo 4 – Quadro Económico e Social. Começamos com uma breve apresentação das ilhas. Analisamos o quadro macroeconómico global e a perspectiva sectorial, o sub-sector turístico, sobretudo a partir da década de 90 até ao início do novo milénio, período escolhido para observar o estado do turismo e da pobreza.

No capítulo 5, dedicado à pobreza em Cabo Verde, apresentamos as medidas, o diagnóstico e as estratégias de combate à pobreza adoptadas. E também abordamos a problemática da pobreza e recursos turísticos.

Finalmente temos o capítulo 6, dirigido ao objecto central da investigação, que aborda o turismo em Cabo Verde e no qual começamos por situar o turismo no ambiente macroeconómico. Analisamos a oferta e a procura turística. Construimos a matriz das oportunidades, das ameaças, das forças e das fraquezas. Analisamos o funcionamento da administração turística. Reflectimos sobre as estratégias para intensificação dos benefícios económicos do turismo no desenvolvimento local e sobre os benefícios económicos do turismo e o seu impacto sobre a pobreza.

Na conclusão deste trabalho apresentamos os resultados da nossa investigação. Respondemos à nossa hipótese de partida (**se o turismo é um instrumento de combate à pobreza em Cabo Verde**). Apresentamos sugestões de estratégias e tipos de turismo a desenvolver, com vista a colocar as populações locais no centro do planeamento, da implementação e monitorização da actividade turística.

PARTE I – QUADRO TEÓRICO: DESENVOLVIMENTO, TURISMO E COMBATE À POBREZA

Na Parte I, pretendemos fazer o enquadramento teórico e o levantamento da literatura relevante para a elaboração deste trabalho.

CAPÍTULO 1 – A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO

No capítulo 1, iremos abordar a problemática do desenvolvimento de uma forma geral, desde a génese da economia do desenvolvimento, no contexto da Segunda Guerra Mundial até à actualidade, confrontada com os problemas do combate ao terrorismo internacional. Reflectiremos sobre as mudanças ocorridas na teoria do desenvolvimento ao longo das últimas décadas. E, finalmente, faremos uma breve referência a alguns dos desafios do continente africano.

1.1. Breve leitura histórica

A problemática do desenvolvimento/subdesenvolvimento é objecto central na economia do desenvolvimento que emerge após a Segunda Guerra Mundial e coincide com o momento de independência da maioria das ex-colónias africanas e asiáticas.

O uso do termo desenvolvimento está estreitamente ligado a uma tomada de consciência dos problemas dos países ditos “subdesenvolvidos”, ou “atrasados” que se evidenciou nos anos após a Segunda Guerra Mundial. O rápido desenvolvimento desta área de investigação levou nalguns casos a conclusões apressadas que lançaram as bases para a criação de vários mitos⁷ associados ao devir económico desse grupo de países relacionados com a importância do tempo, do capital, da indústria, da lei de especialização internacional e da independência (Torres; 2003, e Bairoch; 2001).

O mito do desenvolvimento por mimetismo tem como defensor Rostow, que entendia o processo do desenvolvimento como uma sucessão de etapas: 1ª etapa, sociedade tradicional; 2ª etapa, condições de arranque (instituições, mudança de mentalidade, educação, empresários); 3ª etapa, descolagem (progresso técnico); 4ª etapa, maturidade e a 5ª etapa, consumo em massa. De acordo com esta concepção, o modelo de crescimento a adoptar nos países subdesenvolvidos passaria por uma aposta no sector industrial, tal como ocor-

⁷ Embora algumas dessas teorias já existissem foi nesta altura que se tornaram mitos, visto como soluções milagrosas para os países recentemente independentes.

reu na Europa do século XIX. De facto, trata-se de uma concepção linear de desenvolvimento onde a distinção entre etapas é pouco nítida (Torres; 2003).

O mito da primazia do capital tem como principais defensores: Rosenstein-Rodan, Nurkse, Hirschman e Perroux. Estes autores defendiam que é preciso investir para haver crescimento económico e assim satisfazer o objectivo de romper com os “círculos viciosos” do subdesenvolvimento. Eles contribuíram para que no “mito do capital” se engendrasses o mito da modernização, exclusivamente pela indústria. É certo que os progressos que Cabo Verde tem conhecido nos últimos anos no domínio do turismo são devidos ao investimento directo estrangeiro (IDE) que o país tem conseguido captar, como verificaremos no capítulo 6 (Torres; 2003).

O mito da modernização pela indústria tem como principal autor Arthur Lewis, segundo o qual a indústria tem um importante valor de modernização. O desenvolvimento industrial caracteriza-se por um processo contínuo de reafecção do excedente de trabalho da agricultura para a indústria. Entendemos que o arquipélago de Cabo Verde tem condições para se modernizar nos serviços, mas será necessário tirar partido das condições internas e das oportunidades, que a era da globalização⁸ proporciona ao País (Torres; 2003).

O mito da lei de especialização internacional tem como principal autor David Ricardo⁹. Julgamos que a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, na era da globalização, é cada vez mais difícil de manter devido à lógica

⁸ Na perspectiva de Gentil Corazza, a globalização é um complexo processo de mudanças estruturais, que envolve múltiplas dimensões. Primeiro, uma dimensão económica, micro e macroeconómica, tanto financeira quanto produtiva. Segundo, uma dimensão política, na medida em que dilui as fronteiras entre países e afecta a soberania dos Estados nacionais e a sua capacidade de fazer política económica. Terceiro, uma dimensão social, ao colocar em xeque direitos sociais e conquistas históricas da sociedade organizada. Finalmente, uma dimensão cultural, na medida em que permite uma maior difusão e integração das culturas e também uma maior dominação das culturas dominantes (Corazza 1997).

⁹ A teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (1817) veio contrapor-se à teoria das vantagens absolutas defendida por Adam Smith (1776). Este último defendia que os países deveriam especializar-se totalmente no produto, em relação ao qual teriam vantagem absoluta, isto é, o que produzissem com menos custo. David Ricardo chamou a atenção para o facto de os países ganharem ao abrirem-se ao comércio internacional, mesmo quando tivessem vantagens absolutas nos dois produtos. As teorias das vantagens absolutas e comparativas levam à especialização. Note-se que não é indiferente um país especializar-se no sector tecnológico e outro na produção de banana. Finalmente, a produtividade é diferente de país para país.

das vantagens comparativas ser sobreposta pela das vantagens competitivas¹⁰ (Torres; 2003).

De facto, hoje em dia, os países competem entre si para venderem os seus produtos. Cabo Verde, por exemplo, enquanto destino turístico de sol e mar, compete com outros destinos com o mesmo produto, e por isso o que interessa é a capacidade do país diferenciar o seu produto. Entendemos assim que, mais do que a especialização, a diferenciação é um dos elementos mais importantes do comércio internacional. Consideramos que se o país se especializasse apenas no sector do turismo, estaria a correr o risco da não diversificação¹¹ o que, aliado à ocorrência de choques externos, que não controla directamente (por exemplo de um atentado terrorista ou de um desastre como o Prestige¹²), acabaria por afastar os turistas do País.

O mito do desenvolvimento independente, que decorre das ideias de Marx, tem entre os seus defensores Samir Amin e Gunder Frank. Entendemos que, hoje, na era da globalização, não faz sentido nem é viável os países desenvolverem-se desligados uns dos outros, pois as tecnologias de informação e comunicação ampliam e proporcionam a todos inúmeras vantagens (Torres; 2003).

De seguida iremos fazer o levantamento das principais ideias à volta da problemática do desenvolvimento desde o pós Segunda Guerra Mundial até aos nossos dias.

As décadas de 50 e 60 são conhecidas como a “Idade de Ouro” das teorias desenvolvimentistas, assentes no Keynesianismo dominante e no pensamento económico clássico e apoiadas na segurança de que o crescimento económico era ilimitado. Imperavam as teorias da modernidade e do crescimento económico, a acumulação do capital era vista como o motor de crescimento e, naturalmente do desenvolvimento económico.

¹⁰ A teoria das vantagens competitivas leva à diferenciação e à introdução de aspectos como a inovação, ganhos de produtividade, ao contrário da teoria das vantagens absolutas e comparativas que levam à especialização.

¹¹ Estaria a pôr todos os “ovos” no mesmo cesto.

¹² Derrame de crude ocorrido na costa da Galiza, devido ao naufrágio de um cargueiro petrolífero, chamado Prestige.

As estratégias económicas de domínio Estatal preconizavam estratégias de substituições das importações e a implementação de políticas proteccionistas. O conceito “*big push*” do investimento e do capital eram assim os motores do crescimento económico, como defendiam Paul Rosenstein-Rodan e Nurkse. De facto, nessa altura não havia grande distinção entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento. O que importava era o crescimento do produto per capita (Torres; 2003).

As estratégias de substituição de importações viriam a ser aplicadas após a Independência de Cabo Verde e resultaram num fracasso (Estêvão; 2004). Hoje em dia, ainda predomina, no discurso político e nos programas estratégicos cabo-verdianos, a ideia de que o crescimento económico é o motor de desenvolvimento e que este vai acontecer através do crescimento do sector turístico, como veremos mais adiante.

O optimismo das duas décadas anteriores não deu frutos: a desaceleração do ritmo de crescimento e a recessão económica, na década de 70, vaticinaram o ressurgimento e a supremacia da economia neoclássica.

“O clima voluntarista que se viveu no pós-guerra marcou um período em que se sonhava refazer o mundo, acreditando ser possível realizar esse sonho no curto ou médio prazo. [...] A prática demonstrou, no entanto, que os problemas do desenvolvimento se inserem afinal no longo prazo e num contexto de complexidade, que a linearidade e univocidade das relações causais não deixava transparecer com suficiente clareza para todos os intervenientes” (Torres; 1996:85).

A década de 70 foi caracterizada por dois choques petrolíferos (1973 e 1979), e pela incerteza nos negócios internacionais, que conduziu ao fim dos câmbios fixos, e à crítica da chamada “repressão financeira”, suporte teórico da defesa da liberalização financeira¹³. É neste contexto que se sublinha a inefi-

¹³ Segundo as análises de Mckinnon e Shaw (1973) citado por (Estêvão; 1999:4), existe “repressão financeira” quando se impede o sector financeiro de funcionar de acordo com os mecanismos do mercado. Concretamente, as baixas taxas de juro nominais, em conjugação com elevadas taxas de inflação, produzem taxas de juros reais baixas, ou mesmo negativas, criando fortes obstáculos ao crescimento económico, na medida em que: 1) desviam poupanças para activos reais e reduzem a poupança financeira disponível para o investimento da economia, dificultando o aprofundamento do sistema financeiro; e 2) criam excesso de procura de fundos de investimentos, apelando para mais intervenção governamental através do racionamento do crédito, o que torna favorável ao desenvolvimento de actividades de “procura de renda”.

ciência da intervenção do Estado, como consequência do proteccionismo e da industrialização por substituição das importações. Na óptica dos autores que vimos citando, a administração do Estado é assim responsabilizada pela ocorrência de situações de monopólio e de procura de rendas, e ainda pela derrapagem macroeconómica e o endividamento dos países em vias de desenvolvimento.

De facto, é neste contexto internacional de incerteza e de supremacia paradigmática da economia neoclássica, defendendo o crescimento e a sua expansão como soluções para o desenvolvimento e para a luta contra a pobreza, que surgem, no quadro do “Consenso de Washington”, as políticas de estabilização e ajustamento estrutural advogadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial¹⁴. As correntes neoliberais defendiam o paradigma dos mecanismos de mercado, o paradigma da extroversão, e as estratégias de industrialização por promoção das exportações “livre-cambista”

Os planos de ajustamento estrutural designam o conjunto de políticas de desenvolvimento que procuram reestruturar a economia. Consideramos que, a dificuldade do ajustamento estrutural resulta de ter simultaneamente três objetivos económicos, ainda que interdependentes: a estabilidade, o crescimento e o desenvolvimento.

Os anos 80 ficaram conhecidos como “a década perdida para o desenvolvimento”, para a maioria dos países em desenvolvimento, sobretudo os países africanos. É a década da confirmação do fracasso das correntes neoliberais que conduziram a desigualdades agudizantes, e em que, durante esses anos, os métodos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial foram largamente criticados.

Como escreveu (Finn Tarp; 1993:19 cit. p. Torres; 1996:57), o que predomina,

¹⁴ O “Consenso de Washington” formado no seio das Instituições de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), estabeleceu que para haver bons resultados económicos nos países em desenvolvimento seria preciso haver comércio liberalizado, estabilidade macroeconómica e sistemas capazes de fixar preços reais. Daí que privatização, controle da inflação, Estado mínimo e liberalização do comércio fossem algumas das receitas a serem aplicadas, independentemente do contexto particular de cada país (Stiglitz; 2002).

“[...] claramente da experiência dos anos 80 é que sejam quais forem os efeitos positivos que as reformas económicas tenham tido, eles foram completamente submergidos pelo contexto internacional negativo”.

De facto, a crise mundial dos anos 80 afectou particularmente os países em desenvolvimento (PED), pelo que, haveria necessidade de mudança na política económica na década seguinte.

Nos anos 90, como resultado do fim da Guerra-Fria e o aparecimento na cena internacional de novos Estados do então chamado “bloco de leste”, verifica-se a necessidade de redefinir formas de actuação, perspectivas de intervenção e acção política.

Nesta década, em consequência das experiências passadas e recentes, nomeadamente, o sucesso do Japão e dos Novos Países Industrializados por um lado e a crise asiática de 1997, por outro, o Banco Mundial revê os seus conceitos: a intervenção do Estado deve ser complementar e “amiga do mercado” havendo um afastamento em relação à ortodoxia neoclássica. O Estado é então “*central para o desenvolvimento económico e social*”, e uma das suas funções mínimas é a provisão dos bens públicos e protecção dos pobres (Estêvão; 1999).

Esta é a década do “Pós-consenso de Washington” em que desenvolvimento humano, educação, tecnologia, meio ambiente, saúde, emprego e a luta contra a pobreza passam a fazer parte do debate internacional sobre desenvolvimento.

Para além do mais, a agenda internacional inclui questões importantes como o respeito pelos direitos do homem e pela boa governação, o multipartidarismo e a democracia. É assim que em Cabo Verde a abertura política e a realização das primeiras eleições multipartidárias ocorrem em 1991.

Nas Nações Unidas avança-se em 1990 com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), isto é, passa-se a medir não só o crescimento (produto per capita), mas principalmente os benefícios desse crescimento através da educação, saúde e condições de vida¹⁵. O Índice de Pobreza Humana (IPH) foi

¹⁵ O **índice de desenvolvimento humano** é “uma medida composta que mede a realização média em três dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável,

uma outra medida inovadora criada em 1997, e que se tem revelado, desde então, extremamente importante nos estudos comparativos e no planeamento de políticas de luta contra a pobreza¹⁶ (PNUD; 2004b).

Refira-se ainda que no abrir de um novo século, a Guerra voltou a figurar na agenda internacional nomeadamente sob a forma de “guerra contra o terrorismo”. Mais uma vez, a problemática do desenvolvimento é subjacente à guerra, na medida em que é necessário perceberem-se as causas e as raízes dos actos terroristas bem como dos seus autores.

A guerra é uma dura realidade que afecta gravemente as condições de vida de milhões de habitantes no nosso planeta. Lembramos aqui que o turismo é considerado a indústria da paz, pelo que a estabilidade e a segurança são condições imprescindíveis para o seu desenvolvimento. Note-se que, o sector do turismo e o sector da aviação são normalmente dos sectores mais prejudicados pelos ataques terroristas.

1.2. Objectivos do desenvolvimento do milénio

No início do século XXI, na Cimeira do Milénio das Nações Unidas, realizada de 6 a 8 de Setembro de 2000, em Nova Iorque, os dirigentes mundiais (representando 191 países) e as principais organizações internacionais, nomeadamente as Nações Unidas (NU), a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) assumiram como preocupação, a problemática do desenvolvimento e elegeram oito objectivos que procuram conciliar a luta con-

conhecimento e um nível de vida digno”. Note-se que uma vida longa e saudável é medida pela esperança de vida à nascença; Conhecimento é medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior e um nível de vida digno, medido pelo PIB per capita (dólares Paridade Poder de Compra) (PNUD; 2004b: 271-259).

¹⁶ O **índice de pobreza humana** é “um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e nível de vida. Sendo que uma vida longa e saudável é considerada a vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos. Conhecimento - exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela taxa de analfabetismo de adultos e um nível de vida digno – falta de acesso ao aprovisionamento económico global, medida pela média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade (PNUD; 2004b: 271 e 260).

tra a pobreza, os compromissos em torno do desenvolvimento social e o desenvolvimento sustentável.

Assim, até 2015, pretende-se atingir um conjunto de objectivos os quais derivam dos compromissos de desenvolvimento acordados em conferências internacionais e cimeiras mundiais celebradas nos anos 90¹⁷, designados como objectivos do desenvolvimento do milénio (ODM): **Erradicar a pobreza e a fome extremas** (1200 milhões de pessoas continuam a viver com menos de 1 dólar por dia); **Alcançar a educação primária universal** (113 milhões de crianças não frequentam a escola); **Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres** a vários níveis na sociedade (dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres e 80% dos refugiados são mulheres e crianças); **Reduzir a mortalidade infantil** (11 milhões de crianças com menos de 5 anos morrem todos os anos); **Melhorar a saúde materna** (no mundo em desenvolvimento, o risco de morrer no parto é de 1 em 48.); **Combater a sida, a malária e outras doenças; Assegurar a sustentabilidade ambiental** (mais de mil milhões de pessoas continuam a não ter acesso a água potável); **Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento** (são muitos os países que estão a gastar mais com o serviço da dívida do que com os serviços sociais).

Algumas regiões do mundo estão a avançar em direcção à realização dos objectivos do desenvolvimento do milénio (ODM), mas tudo indica que esses avanços não são nem uniformes nem rápidos. Pela consulta do Website¹⁸ observamos que os resultados da África sub-sahariana têm divergido em relação a todos os ODM: por exemplo, projecta-se que as pessoas a viver com menos de 1 dólar por dia aumente de 312 milhões em 2001 para 340 milhões em 2015; os progressos feitos em relação aos oito ODM estão abaixo dos necessários para atingir-se os objectivos definidos.

¹⁷ Recordamos algumas das conferências internacionais realizadas ao longo da década de 90 com o patrocínio das Nações Unidas: World Summit for Children, New York, 1990; World Conference on Education for All: Meeting Basic Learning Needs, Jomtien, Thailand, 1990; United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brazil, 1992; International Conference on Nutrition, Rome, 1992; World Conference on Human Rights, Vienna, 1993; International Conference on Population and Development, Cairo, 1994; Fourth World Conference on Women, Beijing, 1995; World Summit for Social Development, Copenhagen, 1995; World Food Summit, Rome, 1996; United Nations Conference on Human Settlements (Habitat II), Istanbul, 1996;

¹⁸ Website: <http://www.developmentgoals.org/>

Entendemos que as nações em desenvolvimento só alcançarão os ODM se receberem apoios substanciais do mundo desenvolvido, sob a forma de ajuda, de acções ao nível do comércio, de redução da dívida, do investimentos directos¹⁹.

Na perspectiva da Coordenadora executiva da Campanha dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, Evelyn Herfkens,

“Se todas as partes cumprirem os compromissos assumidos na Cimeira do Milénio, em Setembro de 2000, para combater a pobreza no mundo, ainda será possível alcançar as oito metas então estabelecidas para 2015 [...] basta que um novo impulso leve os países ricos a chegar em 2015 com a promessa – “feita há 30 anos” – de afectarem 0,7 por cento do seu PIB (Produto Interno Bruto) a ajuda ao desenvolvimento para que haja condições para o cumprimento das oito metas da ONU” (Jornal Público; 25/05/2005: 26).

Com efeito, segundo a Organização Mundial do Turismo, o turismo será claramente a maior indústria do mundo em 2020. Uma vez que os objectivos do desenvolvimento do milénio (ODM) têm um horizonte temporal até 2015, a articulação entre turismo e pobreza tem um papel estratégico, no planeamento do desenvolvimento sustentável a longo prazo, para os países em desenvolvimento (como é o caso de Cabo Verde).

1.3. Desenvolvimento num mundo global

O conceito de desenvolvimento é hoje muito mais abrangente do que o crescimento económico em vigor nos anos subsequentes à Segunda Grande Guerra Mundial.

¹⁹ Aos 8 Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, correspondem 18 metas e 48 indicadores. Recorde-se que à Declaração do Milénio, sucedeu-se um conjunto de conferências internacionais: Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento que teve lugar em Março de 2002, em Monterrey. **A Declaração de Monterrey** veio, por um lado, renovar a vontade política da comunidade de doadores relativamente aos ODM, com especial destaque para a erradicação da pobreza, por outro lado, reafirmar a necessidade de criação de um novo espírito de parceria e de um novo conceito de cooperação para o desenvolvimento, assentando numa abordagem holística – colocando a tónica na inter-relação entre o comércio, o financiamento e o desenvolvimento. E, finalmente, a **Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável**, realizada em Joanesburgo, em Setembro de 2002, veio, fornecer um impulso fundamental ao estabelecimento das Parcerias (entre países do Norte e países do Sul e entre os sectores público e privado), fechando, assim, um triângulo do qual faz parte também a **Conferência de Doha da Organização Mundial do Comércio** (OMC), realizada em 2001 em Doha, Qatar, a OMC apelou a um esforço do apoio dos países doadores no âmbito da assistência técnica e capacitação institucional na área do comércio.

De acordo com Murteira, embora o crescimento económico não seja desenvolvimento é, no entanto, condição necessária daquele. Julgamos que, a problemática da aplicação óptima dos recursos não é uma questão central na teoria do desenvolvimento, embora o possa ser na teoria do crescimento (Murteira; 1988).

De facto, o crescimento económico é entendido pelos diversos autores como condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento, pois como verificaremos no caso de Cabo Verde, não obstante o país ter conhecido elevadas taxas de crescimento a pobreza e a desigualdade também cresceram na década de 90.

“[...] a pobreza constitui uma das maiores provas de falhanço dos modelos de desenvolvimento tradicionais [...] o desenvolvimento não se limita à noção de crescimento económico. O primeiro é um conceito mais abrangente do que o segundo. Inclui questões que extravasam a visão economicista da sociedade industrial, tais como: o bem-estar geral quer do ponto de vista do ter como do ser; a justiça social; a construção de uma sociedade participativa [...] actualmente, se adiciona ao desenvolvimento o termo humano. Desta forma pretende-se chamar a atenção para a importância do homem como elementos central e final da sociedade, ser actuante e com capacidades e não mero elemento abstracto da força de trabalho” (Bastos; 1998: 79-81).

Assim, entendemos que na actualidade a problemática do desenvolvimento exige uma cuidadosa análise integrada das realidades, dando-se maior realce aos aspectos sociais, ambientais, culturais, ecológicos, humanos e políticos do desenvolvimento, em especial na capacitação institucional do Estado, das Instituições Públicas, na boa Governança, na redução da pobreza e no desenvolvimento sustentável.

A Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como “*aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades*”²⁰. Este conceito tem três dimensões (ambiental, económica e social), às quais devemos acrescentar ainda, a vertente institucional, que chama a atenção para as problemáticas relativas às

²⁰“O nosso Futuro Comum”, Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, 1987
Website: <http://www.brundtlandnet.com/brundtlandreport.htm>

formas de governação das instituições, dos sistemas legislativos (flexibilidade, transparência, democracia), bem como para o quadro da participação dos grupos de interesse (sindicatos e associações empresariais) e organizações da sociedade civil, consideradas como parceiros essenciais na promoção dos objectivos do desenvolvimento sustentável.

Recorde-se que na cimeira da terra de 1992, realizada no Rio de Janeiro, Brasil se colocou o desenvolvimento sustentável na agenda mundial. A recente cimeira do desenvolvimento sustentável de 2002, realizada em Joanesburgo, África do Sul, deixou o desafio de implementar mundialmente estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável. Enquanto na Cimeira de 1992, a orientação foi “Eco” (ambiental), já na cimeira de 2002, a orientação foi social (combater a pobreza e a desigualdade). É assim que a utilização do turismo como instrumento de combate à pobreza é uma resposta ao repto lançado na Cimeira de Joanesburgo (OMT; 2003c).

Faremos por último uma breve referência a alguns dos desafios presentes, do continente africano na era da globalização, tendo em vista a problemática do desenvolvimento sustentável.

Sem dúvida que a entrada do continente africano no fluxo do comércio mundial é um desafio actual que não se compadece com a marginalização em que se encontra. Actualmente, alguns países africanos estão com dificuldades, nomeadamente falta de estabilidade e conflitos, ausência de boa governação e a pobreza em todas as suas dimensões. Os desafios passam pela resolução e implementação de estratégias adequadas que visem, a formação de recursos humanos, a resolução da dívida, a integração regional, continental e à escala global, a transição para uma economia de mercado, a democracia, o combate à pobreza em todas as suas dimensões, a emergência do empresariado africano e finalmente a atracção de investimentos estrangeiros sustentáveis.

No entanto, existem sinais positivos de esperança, nomeadamente, através da nova parceria para o desenvolvimento de África (NEPAD), que adiante retomaremos, mas julgamos que o envolvimento e a ajuda de todos são benéficos e necessários para o desenvolvimento deste continente.

Podemos concluir que a problemática do desenvolvimento/ subdesenvolvimento é uma questão que se coloca com muita acuidade em praticamente todos os países africanos, pois é aí que encontramos a maioria dos países menos desenvolvidos.

Síntese do Capítulo 1

O conceito de desenvolvimento foi ganhando maior complexidade ao longo do tempo, apresentando hoje múltiplas dimensões: ambiental, económica, social, humana e institucional.

A experiência teórica e prática evidencia que a problemática do desenvolvimento não é exclusiva dos países em desenvolvimento, embora seja nestes que estas questões se colocam com maior acuidade. As investigações voluntaristas e as conclusões apressadas, na área da economia do desenvolvimento, lançaram as bases para a criação de vários mitos associados ao devir económico dos países ditos subdesenvolvidos relacionados com a importância do tempo, do capital, da indústria, da lei de especialização internacional e da independência

A evolução do desenvolvimento nos PED tem passado por rupturas profundas, indo

“[...] da confiança no socialismo ao postulado dos agentes nacionais e ao liberalismo; da construção das economias nacionais à extroversão e à confiança cega no mercado internacional; da adesão ao princípio da intervenção do Estado à ideia teoricamente confusa de “menos Estado”” (Torres; 1996: 93).

A heterogeneidade dos países em vias de desenvolvimento obriga que a problemática do desenvolvimento seja abordada de forma interdisciplinar, contextualizada e encarada numa perspectiva de longo prazo, daí a necessidade de fazermos um estudo de caso aplicado ao contexto cabo-verdiano.

Finalmente na era da globalização na economia mundial, a situação é mais de interdependência do que de independência, daí a necessidade de encararmos a problemática do desenvolvimento do sector turístico cabo-verdiano numa perspectiva integrada, a nível local, regional e global.

CAPÍTULO 2 – TURISMO E DESENVOLVIMENTO

No capítulo 2, visamos articular o turismo e o desenvolvimento, sobretudo nos países em desenvolvimento, grupo onde Cabo Verde se insere. Definiremos os principais conceitos associados ao turismo, analisaremos os seus impactes económicos, físicos, ambientais e sócio-culturais e referiremos a especificidade do turismo nas regiões insulares.

2.1. Turismo e desenvolvimento: mudança de paradigmas

Nas décadas a seguir à II Guerra Mundial, muitas das pesquisas levadas a cabo na área do turismo funcionavam como “*um instrumento para o desenvolvimento*”, particularmente para as novas nações independentes. Com a introdução do avião a jacto em 1952 a expansão das viagens conheceu um “*boom*”, o que permitiu uma mais fácil deslocação entre os países e a diminuição das distâncias (Jafari; 1991).

Assim, entre 1950 e 1960, os benefícios do turismo eram inquestionáveis. O turismo era assumido como uma indústria crescente de trabalho intenso, que beneficiava tanto os chamados países do Terceiro Mundo como os países industrializados. A teoria de que “Turismo = Desenvolvimento” pressupunha que o turismo conduzia às trocas internacionais, empregava muitas pessoas e as despesas dos turistas tinham “múltiplos efeitos”, estimulando a economia local e o crescimento dos padrões de vida (Jafari; 1991).

A adopção desta posição acrítica em relação aos benefícios do turismo largamente aceite tanto por economistas como por organizações internacionais como o Banco Mundial e as Nações Unidas, é conhecida como “**advocacy platform**” (Jafari; 1989, cit. p. Dann; 2002: 236).

Ainda na década de 60, o turismo de massa²¹ começou a ser ocasionalmente criticado por sociólogos, psicólogos e ecologistas. Surgiram reacções

²¹ **Turismo de Massa:** “*Conceito de turismo organizado para grandes fluxos de veraneantes, praticado em zonas amplamente desenvolvidas e onde existem estruturas adequadas para o efeito. O turismo de massa é um fenómeno moderno, posterior ao último conflito mundial. Os grandes fluxos correm de norte para sul, sendo motivações principais o baixo custo das estadias e serviços, assim como as temperaturas amenas de Verão e Inverno. Exemplos de turismo*”

contra o turismo de massa, sobretudo de duas frentes: críticas populares ao “*snobismo*” em articulação com os pontos de vista nostálgicos e aparecem sérias críticas económicas. Afirmava-se, por um lado que o “efeito multiplicador”²² era reduzido e que os “*leakage*”²³ e as subidas dos preços anulavam a suposta vantagem económica da indústria turística. Irrompem, por outro lado, estudos que examinam os impactes negativos do turismo em esferas não económicas: antropologia, sociologia, ecologia, psicologia e ciências políticas. Alguns autores questionavam, por exemplo (De Kadt; 1979), se o turismo é passaporte para o desenvolvimento. Esta combinação de críticas às consequências sócio-culturais negativas do turismo por parte dos académicos e pelos populares, com algumas considerações económicas positivas, é conhecida como “**cautionary platform**” (Jafari; 1991), (Jafari; 1989, cit. p. Dann; 2002: 236).

Começam, entretanto, a emergir as ideias de “turismo alternativo”²⁴, “turismo soft”, e “turismo verde”²⁵ que visavam a criação de um “desenvolvi-

de massa podem constatar-se nas ilhas Baleares, ilhas Canárias, Costa do Sol, Algarve, Caraíbas, etc” (Domingues; 1997: 312).

²² O **efeito multiplicador do turismo** deriva do grau de integração do turismo numa economia nacional, ou seja, uma das maneiras de aumentar os benefícios económicos do turismo é integrá-lo na economia local, regional e nacional e criar ligações sólidas entre turismo e outros sectores como agricultura, pesca, sector manufactureiro e a indústria da construção e artesanato. Saliente-se que, o efeito multiplicador é geralmente mais importante nas grandes economias desenvolvidas do que nas pequenas economias em desenvolvimento, nomeadamente nos países insulares que importam uma proporção elevada de bens e serviços utilizados no turismo. Os benefícios económicos do turismo podem ser importantes mesmo que o volume das importações seja elevado (Villiers; 2002).

²³ Processo de saída de dinheiro da economia do destino turístico. Nela se incluem, por exemplo, os pagamentos de importações ou o salário dos profissionais que se encontram no estrangeiro.

²⁴ O conceito de **turismo alternativo** aparece em oposição ao turismo de massa ou turismo tradicional (caracterizada por grandes conglomerados de resorts turísticos pertencentes a empresas transnacionais, onde se espera encontrar o mesmo tipo de serviços e instalações quer estejamos em Bali ou Nova Iorque e em que há pouca interação com as comunidades locais). Assim o que caracteriza o conceito de turismo alternativo é o tipo de empresa geralmente pequena em que existe na maioria das vezes o respeito pelo meio ambiente, permite uma relação positiva entre a comunidades receptora e os turistas, tem vínculos com os outros sectores (agricultura, artesanato) da economia local permitindo a retenção de rendimentos pelas comunidades local. Na classificação de turismo alternativo pode incluir-se os conceitos de Natural, Cultural, Eventos e Outros. Natural (turismo em lugares naturais e que preserva o ambiente natural) inclui: Turismo de aventura, ecoturismo e turismo de natureza. Cultural (turismo que implica contacto e aprendizagem de uma ou mais culturas) inclui o turismo arqueológico, rural, religioso e étnico. “Eventos” (turismo que permite experimentar eventos característicos de uma região ou importantes eventos anuais) inclui desporto, carnaval e festivais, por exemplo. Na classificação de Outros entra todo aquele que não se pode incluir nas outras classificações como turismo voluntário, educativo, etc. Website: ecoturismolatino.com

mento alternativo”²⁶ e viável ecologicamente. De mencionar ainda que o turismo de massa provocou uma reacção negativa nas pessoas do Terceiro Mundo. Surgiam objecções, pelo facto daquele atrair a prostituição, o crime, a degradação ambiental e cultural, e também por estar sob o controlo das multinacionais. Estes aspectos reforçavam a “visão socialista”, que alguns líderes africanos tinham para os países recentemente independentes em oposição à visão capitalista das multinacionais. Este conjunto de críticas levou à promoção e à multidisciplinaridade das discussões em torno de alternativas apropriadas, conduzindo aos conceitos de “*soft-path*” ou ecoturismo²⁷, propostos pela UNESCO, em 1982, pela Academia Internacional para Estudos do Turismo, em 1989, e ainda pela Organização Mundial do Turismo, em 1980, 1986 e 1989 (Jafari; 1991).

A proclamação do “turismo alternativo”, “*soft-tourism*” e “turismo verde”, nos anos 1980, cujo objectivo é o “desenvolvimento alternativo” constituiu a “*adaptancy platform*” (Jafari; 1989, cit. p. Dann; 2002: 236).

De acordo com este conceito passa a haver um interesse particular em desenvolver a actividade turística em áreas especiais como as montanhas, as costas ou as ilhas. É neste quadro que abordaremos adiante a especificidade do turismo em regiões insulares.

Na década de 70 e, sobretudo, na década de 80, cresce o interesse pelo estudo do turismo, patente no aumento de bibliografia associada à publicação de livros sobre o tema. Neste quadro, alarga-se a popularidade do turismo como tema de dissertações e teses de doutoramento. Há tópicos que começam a ser pesquisados com relativo cuidado, como o crescimento e a queda dos

²⁵ **Turismo Verde:** “*Designação que se dá, em França, ao turismo praticado em zonas rurais*” (Domingues, 1997: 312).

²⁶ “[...] o desenvolvimento alternativo constitui uma ideologia cuja origem radica na critica aos modelos clássicos de desenvolvimento. O principal objectivo desta teoria é humanizar um sistema cujo funcionamento exclui algumas pessoas da sociedade [...] são também prosseguidos objectivos de carácter ecológico [...] o modelo de desenvolvimento alternativo centra-se mais nas pessoas e no ambiente que as rodeia do que na produção e no lucro” (BASTOS; 1998: 80).

²⁷ **Ecoturismo ou Turismo Ecológico:** “*Designação que se dá à exploração de actividades turísticas que têm por objectivo conservar/preservar os recursos da Natureza e contribuir para a fixação das populações, em regiões rurais, mediante a implementação de medidas adequadas*” (Domingues; 1997: 113).

“resorts”, nas disciplinas de economia e geografia²⁸. Conceitos como “capacidade de carga” surgem tanto em geografia como em ecologia²⁹. Desde então, o impacto do turismo no ambiente físico tem sido referido em muitas disciplinas e na imprensa (Jafari; 1991).

Inicialmente, os debates sobre turismo eram muito retóricos e pouco apoiados em teorias e metodologias sofisticadas. Esta situação é conhecida como “**knowledge based platform**” (Jafari; 1989, cit. p. Dann; 2002: 236). Este paradigma dos anos 90 pressupõe a planificação das actividades e destinos turísticos específicos e procura determinar cientificamente o impacto e as capacidades dos destinos turísticos.

Segundo Dann existem mais dois paradigmas. O primeiro baseado no conflito e no ponto de vista do construtivismo que tentava dar voz à alteridade conquistada. Mais tarde, surgiu um outro paradigma que via o turismo como uma linguagem, isto é, a possibilidade de experimentar delícias infinitas num conjunto finito de locais (Dann; 2002).

Na opinião de alguns autores, como Doxey, em 1976 e Butler, em 1980, o turismo passa por várias fases. Enquanto que a sua introdução é caracterizada pela euforia da população hospedeira, depois da indústria passar de pequenas unidades para cadeias de hotéis multinacionais, a alegria da aceitação inicial transforma-se em aceitação não desejada. Instala-se assim a apatia e mesmo a hostilidade face à actividade turística³⁰ (Dann; 2002). Pensamos que em Cabo Verde ainda não se chegou à última fase, pelo que será ainda possível mudar de rumo e gerir as mudanças sócio-culturais que o turismo provoca.

O debate sobre a problemática do *desenvolvimento sustentável* encontra alguns opositores: Butler, em 1992, argumentava que a sua natureza é ideológica. Wall observa, por seu turno, que se trata de um conceito altamente problemático, dada a dificuldade e a falta de vontade em manter uma actividade

²⁸ Butler, com a sua publicação em 1980 “*The concept of tourist area cycle of evolution: implication for managements of resources*” é exemplo de um pesquisador que se interessou pelo estudo do ciclo de vida dos “resorts”.

²⁹ A **capacidade de carga** turística é o número máximo de visitantes (por dia/mês/ano), que um destino pode suportar sem alterações no meio físico, social e de outra ordem, em observância ao desenvolvimento sustentável.

³⁰ No fim dos anos 80, atingiu-se um consenso: a mudança sócio-cultural não podia ser apenas atribuída ao turismo, outros factores, como a industrialização, a urbanização e os mass media, tinham de ser considerados.

por um período indefinido sem degradar o ambiente. O autor afirma que o estado actual do desenvolvimento teórico (teorias da modernização, da dependência, neoclássica e do desenvolvimento alternativo) é conceptualmente inadequado para actuar como base para interpretar o turismo sustentável³¹ (Dann; 2002).

Entendemos que a acção do Estado no incentivo ao desenvolvimento de um turismo sustentável é fundamental, assim como o seu papel de regulação e fiscalização das mesmas actividades. Pensamos que o envolvimento das comunidades locais é essencial, quer na tomada de decisões, quer na política de formulação e planeamento.

Importa referir que na literatura consultada verificámos, ainda, a existência de outros paradigmas³², nomeadamente: o **Paradigma Ambiental do Ocidente**, baseado na crença antropocêntrica de que os humanos estão separados do ambiente natural. De acordo com esta concepção a natureza é um recurso que deve ser explorado para benefício humano e assim o turismo de massa é a expressão desse paradigma. Outro paradigma é o **Movimento Ambiental** que oferece uma alternativa ao paradigma anterior e surge como uma combinação de ideias baseadas na natureza e em ideias antropocêntricas. Este movimento deu origem à criação dos chamados parques nacionais. Por último referimos, ainda, o **Paradigma Verde**, que vê a humanidade como uma parte integrante da natureza ou igualmente importante. Este paradigma dá maior importância ao bem-estar da comunidade do que ao lucro individual, este último ligado ao Ecoturismo.

Entendemos que a iniciativa “*ST- EP: Sustainable Tourism - Eliminating Poverty*” lançada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo em Setembro de 2002, é um marco importante³³. Note-se que esta inicia-

³¹ Para aprofundar o conceito de turismo sustentável, Ver Anexo 3, Carta do turismo sustentável: Conclusões da Cimeira Mundial sobre Turismo Sustentável, Lanzarote, Espanha, 1995. Pag. 207.

³² Paradigmas com enfoque na relação homem/natureza.

³³ Note-se que 27 de Setembro é comemorado em todo o mundo, o Dia do Turismo. No ano de 2003, a Organização Mundial do Turismo tinha escolhido como tema das comemorações “O

tiva visa o desenvolvimento de um turismo sustentável especificamente focalizado na eliminação da pobreza, trazendo desenvolvimento e emprego para as pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, particularmente em África e nos países em desenvolvimento, em geral. As componentes da iniciativa STEP são quatro: conseguir fundos; investigar as relações entre turismo sustentável e eliminação da pobreza; criar um quadro operacional que conceda incentivos às empresas que põem em marcha programas deste tipo, e instituir um fórum de consultores para troca de experiências e disseminação de boas práticas.

Assim, vai emergindo um novo paradigma, baseado no desenvolvimento do **turismo com rosto humano**, que prima pelo respeito, pela diversidade e pela originalidade das comunidades locais. Neste quadro, as preocupações de combate à pobreza são vistas como uma das questões centrais.

Com base nos vários paradigmas abordados é possível hoje em dia, tipificarmos os turistas em: “velho turista” e “novo turista”. O velho turista é caracterizado por ser inexperiente, homogéneo e previsível; sente segurança nos números; tem sentimento de superioridade e é evasivo. Estes turistas viajam tendencialmente nos países desenvolvidos e regressam, frequentemente, ao mesmo local. O novo turista é caracterizado por ser maturo, híbrido e espontâneo; quer ser diferente, compreensivo e alargar os seus horizontes. Os novos turistas interessam-se por grande número de actividades e estão abertos à aventura e a novas experiências.

A dinâmica da globalização constitui uma questão central para a reflexão sobre a actividade turística. Pensamos que os destinos turísticos, particularmente nos países em desenvolvimento, se confrontam com o desafio de gerir o impacte do aumento do turismo internacional, dinâmica que elimina o envolvimento das comunidades locais em detrimento dos interesses das empresas multinacionais. Não é sem razão que certos autores chamam a atenção para as ameaças da “Macdonalização” e “Disneyficação” da actividade turística nos

Turismo como elemento propulsor de luta contra a pobreza, para a criação de emprego e de harmonia social”. Assim, o secretário-geral da OMT considera que o crescimento económico de vários países, sobretudo em desenvolvimento, pode atingir melhorias consideráveis caso os países apostem no turismo como instrumento para a redução da pobreza e do desemprego (ANGOP; 25/09/2003).

PED. Assim, face à implementação de modelos etnocêntricos, o debate em torno da dimensão ética da actividade turística, leva a substituir o conceito de turismo sustentável pela ideia de turismo responsável³⁴. Sem dúvida que as questões de desenvolvimento referentes ao turismo, “*a maior indústria do mundo*”, terão tendência a multiplicar-se e requererão um exame cuidadoso (Dann; 2002).

Note-se que a Assembleia-Geral da Organização Mundial do Turismo realizada em 1999, em Santiago do Chile, aprovou o Código Ético Mundial para o Turismo, que é um documento que cria um marco de referência para o desenvolvimento sustentável do turismo a nível mundial. Posteriormente, este código foi adoptado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas na sua resolução de 21 de Dezembro de 2001³⁵.

2.2. Turismo uma actividade multidimensional

Os seres humanos viajam desde os primórdios da humanidade. Embora as primeiras motivações fossem a satisfação das necessidades básicas, rapidamente a ideia de viajar por prazer ou exploração apareceu. Viajar sempre dependeu da tecnologia que permitia o modo de empreender a viagem. O melhoramento da tecnologia foi aumentando as possibilidades de viajar, assim como, o interesse em viajar, por razões diversas, como educacionais, religiosas e/ou por curiosidade.

O turismo reúne um conjunto de actividades, serviços e indústrias que permitem concretizar a experiência de viajar, a qual inclui: transportes, alojamento, restaurantes, lojas e animação turística oferecidos aos indivíduos ou grupos que viajam fora da sua residência habitual.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, o turismo é actualmente a maior indústria existente, com receitas na ordem dos três triliões de dólares por ano.

³⁴ A noção de **turismo responsável** integra as dimensões: ambiental, económica, social e institucional (que são as dimensões do turismo sustentável) e acrescenta a dimensão ética e moral ao desenvolvimento turístico.

³⁵ Ver Anexo 1, Código Ético Mundial para o Turismo. Pag. 203.

A definição do conceito de turismo não é consensual entre os autores, pelo que iremos, por uma questão de pragmatismo adoptaremos o conceito da Organização Mundial do Turismo:

[...] actividades realizadas por indivíduos durante as suas viagens e estadas em lugares distintos da sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou outros motivos (OMT; 2002a:17).

Em anexo aprofundamos o conceito de turismo e apresentamos outras definições com interesse e que nos acompanharam ao longo deste trabalho³⁶.

2.2.1. Viajar é preciso³⁷: O sistema de transportes

O sistema de transportes é uma componente fundamental do turismo, porque os destinos de viagem são determinados pelo tipo de transportes existentes e o acesso aos mesmos. No caso das ilhas de Cabo Verde, o acesso ao país pelos turistas residentes no estrangeiro é feito essencialmente por via aérea³⁸. Entre as ilhas há também a possibilidade de realização de viagens de barco.

Do nosso ponto de vista, o desenvolvimento sustentável e equilibrado do turismo nas ilhas encontra-se condicionado ao desenvolvimento de um sistema de transportes rápido, eficiente e cómodo para os turistas. Assim, consideramos que uma política de transportes articulada com o turismo de forma coerente é fundamental para a competitividade, sustentabilidade e desempenho do sector.

Cabo Verde, ao assinar a Declaração de *Yamoussoukro*³⁹, deu um sinal de que está interessado no desenvolvimento dos serviços de transportes aéreos. Com efeito, a política de céu aberto permitirá ao país transformar-se

³⁶ Ver Anexo 2, Principais conceitos relacionados com o turismo. Pag. 204.

³⁷ Título inspirado numa canção de Chico Buarque de Holanda em que ele afirma que “viajar é preciso, viver não é preciso”.

³⁸ As ilhas de Cabo Verde estão a quatro horas do principal centro de emissão de turistas, a Europa. Algumas rotas internacionais com destino ao Sal/Cabo Verde são provenientes de Lisboa (Portugal), Madrid (Espanha), Bergamo (Itália), Munique (Alemanha), Amsterdão (Holanda), Fortaleza (Brasil) e Boston (Estados Unidos da América).

³⁹ A **Declaração de Yamoussoukro** data de Abril de 1997 assinada por seis países africanos: Cabo Verde, Gana, Guine Bissau, Serra Leoa, Nigéria e Gambia. Esta declaração constitui parte de uma política de céu aberto entre estes países. (Nações Unidas; 2001)

numa “*hub*” regional, isto é, o Aeroporto Amílcar Cabral passaria a ser como que uma placa giratória no tráfego intercontinental.

Por outro lado, os “*charter flights*” são também uma boa novidade para o desenvolvimento do turismo cabo-verdiano⁴⁰.

Dados da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) apontam para uma taxa de crescimento de 89% dos voos internacionais para Cabo Verde entre 1995 e 1999, enquanto que para a procura interna a taxa foi de 59%. (Nações Unidas; 2001). Este indicador permite-nos verificar que a aposta nos voos internos ainda não é um facto consumado. Consideramos, contudo que a aposta na dinamização dos transportes entre ilhas é essencial para o desenvolvimento do turismo doméstico, e para a circulação entre as ilhas de turistas que visitam o país.

Podemos concluir que se houver uma aposta coerente e de articulação da política de transporte com a política de turismo, Cabo Verde poderia tornar-se turisticamente mais competitivo aumentando assim a sustentabilidade do sector. É importante salientar que os dois sectores têm um peso importante nas receitas de exportação do país.

2.2.2. Outras dimensões do turismo

Todas as actividades do turismo estão relacionadas com uma ou mais dimensões que passamos a enunciar:

As **atracções turísticas** são a principal razão para viajar. Incluem, normalmente, os recursos naturais, a cultura e as animações turísticas. Quando os turistas chegam ao local das atracções querem **instalações** que lhes dêem serviços, nomeadamente: alojamento, restaurante, serviços de suporte (artesanato tipicamente local), infra-estruturas (água, saneamento básico, sistema de comunicação, unidades médicas, electricidade, segurança e estradas). Os **transportes** são outra dimensão do turismo, pois o desenvolvimento do sector depende da facilidade do acesso e dos tipos de transportes disponíveis. O **tempo e o dinheiro** são componentes críticos do turismo. De facto à medida que as horas de lazer aumentaram, cresceu também a oportunidade de viajar,

⁴⁰ Actualmente, existem “*charter flights*” a partir de Portugal e Itália para a ilha do Sal/Cabo Verde.

bem como, o aumento do tempo de vida na reforma e a longevidade permitiram o desenvolvimento do turismo sénior⁴¹. Refira-se ainda que o dinheiro para as viagens é aquele que sobra depois de todas as obrigações monetárias (alimentação, renda, impostos) terem sido pagas⁴². A **hospitalidade**, outra dimensão do turismo, representa a atitude da comunidade que permite ao turista sentir-se seguro e bem recebido, resulta da interacção entre o turista e a população local. E, finalmente, a **motivação**, que é a razão pela qual as pessoas viajam e que pode incluir a procura de novidade, de educação, de encontrar novas gentes, de aventura e a tentativa de redução do stresse.

2.2.3. A pertinência do enfoque multidisciplinar para a análise do turismo

Alguns analistas defendem que o turismo não é uma ciência, porque só recentemente começou a ser estudado. Mas reconhecem tratar-se de uma parte integrante das ciências humanas, que pela sua importância merece ser aprofundada, quer a nível técnico, quer científico (Ignarra; 2001).

É consensual entre diferentes autores que uma simples disciplina não pode tratar e compreender os problemas levantados pelo turismo. Esta actividade deverá ser estudada numa perspectiva multidisciplinar. É assim, que nos últimos anos os estudiosos do turismo têm vindo a salientar o contributo de diferentes ciências sociais para a compreensão desta problemática (Jafari; 1991).

Na realidade, o turismo tem conexão com quase todas as áreas das ciências sociais: a antropologia, que permite conhecer os aspectos culturais; a ecologia, que trata da questão do desenvolvimento sustentável; a economia, que mede os custos e benefícios económicos; a geografia, que ajuda na localização do fenómeno turístico; a história, que contribui com uma dimensão temporal e evolutiva; o lazer e a recreação, que visam as motivações dos turistas incluindo as convenções e as viagens de negócios; a gestão do marketing, com

⁴¹ **Turismo Sénior:** “Conceito de turismo associado à exploração do segmento de mercado constituído por consumidores cuja idade é incompatível com a actividade profissional regular. Embora não existam critérios uniformes que definam objectivamente os níveis etários, assume-se que participem desse segmento de mercado os indivíduos reformados por limite de idade” (Domingues; 1997: 312).

⁴² A hipótese de viajar e pagar a prestações é uma hipótese sugerida pela expressão “viaje agora e pague depois”.

duas tarefas importantes: de gestão das pessoas e da informação; a ciência política, que contribui com a dimensão política pode contribuir para a formação e educação turística, nomeadamente ao nível da administração pública; e, finalmente, a psicologia, que procura compreender o comportamento dos turistas.

2.2.4. Turismo: Uma actividade económica com especificidades próprias

A análise do sector do turismo leva-nos a salientar as suas especificidades enquanto actividade económica. Por um lado, o turismo é um “serviço” de exportação que se distingue dos outros por uma característica importante: o consumidor final consome o “serviço” no país de origem. Daí a importância particular que uma análise do turismo deverá reservar às questões do transporte e da distribuição. Por outro lado, a presença de estrangeiros no país exportador é percebida, genericamente, e de acordo com certos autores, como geradora de consequências sociais significativas “[...] *par la contamination de valeurs et de styles de vie inconnus et, ce qui peut être pire, inaccessibles*” (De Kadt; 1979: VIII).

Finalmente, não podemos rigorosamente afirmar que o turismo é uma indústria, como dizemos da indústria siderúrgica, da agro-indústria, ou da indústria transformadora. Pelo contrário, os turistas encontram os bens e serviços oriundos de uma variedade de indústrias, não obstante as suas despesas nos hotéis e nos restaurantes (as actividades normalmente consideradas como constituindo o sector propriamente turístico), representarem, habitualmente, mais de dois terços das suas despesas (De Kadt; 1979: VIII).

2.3. Impactes do turismo

Apesar dos números existentes serem animadores, os efeitos do turismo são ambivalentes. O turismo tem um papel importante e absolutamente positivo no desenvolvimento socioeconómico e político de muitos países: contribui para o intercâmbio cultural, fomenta as relações entre os povos e a paz, criando consciência para o respeito pela diversidade cultural.

Por outro lado, “[...] na actualidade não se cumpriram as expectativas que se tinham do turismo como motor de desenvolvimento económico” (Schulte; 2003: 25). Com efeito, em alguns destinos turísticos manifestaram-se impactes negativos no meio ambiente, na cultura e na sociedade, o que faz questionar o papel do turismo como instrumento de desenvolvimento. Outro impacte negativo prende-se com os custos em divisas associados a esta actividade. Assim, se por um lado importa analisar cuidadosamente os gastos do Estado com a administração, a promoção e o desenvolvimento de infra-estruturas para o turismo, por outro lado, não se deverá negligenciar os rendimentos em divisas gerados por esta actividade.

Actualmente, no turismo predomina uma gestão baseada nos interesses económicos dos investidores, sem considerar prioritariamente os impactes negativos no meio ambiente e ao nível sócio-cultural (Schulte; 2003).

2.3.1. Impactes económicos

Os impactes económicos do turismo podem avaliar-se ao nível directo e indirecto. O impacte económico directo resulta da venda directa feita ao turista. O impacte económico indirecto é o resultado de uma venda indirecta feita ao turista⁴³. Este tipo de venda e os rendimentos que lhe estão associados não resultam de um contacto directo com os turistas, mas não existiriam sem a sua presença. Os impactes económicos indirectos são importantes para as comunidades locais na medida em que se emprega mão-de-obra local e o rendimento gerado é gasto em outro tipo de serviços ou bens na região.

Outro conceito relevante na avaliação dos impactes desta actividade é aquele que descreve o processo de saída de dinheiro da economia do destino turístico, designado “*leakage*”, ele se incluem, por exemplo, os pagamentos de importações ou o salário dos profissionais que se encontram no estrangeiro.

Note-se que às divisas geradas tem de se retirar a soma dos gastos da importação de produtos necessários à actividade turística. Quanto mais produtos, serviços, recursos humanos e capital o país tem de importar, menos são as divisas que ficam no país. Neste contexto, também é importante mencionar que

⁴³ É o caso de um hotel tem de contratar diversos tipos de seguros e pessoas.

muitas vezes os países procuram atrair investimento directo estrangeiro, devendo para tal oferecer pacotes de medidas, como isenções de impostos e outras vantagens, o que também tem um custo para o país.

Vemos, assim, que os impactes económicos ao nível local podem ser consideravelmente limitados, porque as necessidades dos turistas são supridas, a partir de produtos vindos do estrangeiro. Para além do mais, a pouca capacitação turística da população tem como consequência a obtenção de empregos não qualificados. Assim, os nacionais vêm a sua participação reduzida e remunerada com baixos salários.

Há cada vez mais países que são dependentes do turismo, apesar dos riscos a ele associados. O turismo é uma actividade económica sazonal, vulnerável à conjuntura dos países de origem: as alterações políticas, o terrorismo, as epidemias, os desastres naturais e a criminalidade. A tudo isto se soma a forte competição entre os destinos bem como a difícil fidelização dos turistas, o que faz com que o destino possa perder a sua importância de um dia para outro.

De facto, os impactes económicos que mais beneficiam uma comunidade turística são o acréscimo das receitas e divisas, a criação de empregos, os estímulos ao investimento e a criação de impostos (Ignarra; 2001).

Verificaremos que no caso de Cabo Verde os impactes económicos do turismo estão abaixo das expectativas criadas, não obstante, o crescimento do peso do sector no PIB. Verificaremos que os investidores privados estrangeiros são os maiores beneficiários do turismo, em detrimento das comunidades locais. Entendemos que isto acontece, em parte, devido a venda das infra-estruturas turísticas a estrangeiros e também pela ausência de uma estratégia nacional para o desenvolvimento de um turismo sustentável, e que seja benéfico às comunidades locais. Por exemplo, entendemos que se deveria promover o turismo rural⁴⁴, o turismo doméstico e de circulação entre as ilhas, assim como, de atracção da comunidade emigrada.

Ainda em relação aos impactes económicos do turismo, verificamos que as questões dos impactes económicos negativos do turismo têm sido retrata-

⁴⁴ **Turismo Rural:** “*Conceito de turismo praticado em zonas “hinterland” ou rurais*” (Domingues; 1997: 312).

das por diferentes analistas. Por um lado, o efeito da sazonalidade⁴⁵ exerce pressão sobre os preços dos produtos e serviços turísticos, por outro lado, a actividade turística pode provocar mudanças estruturais na economia⁴⁶. Uma outra externalidade negativa é a dependência económica criada pelo turismo, fazendo aumentar a existência de empregos precários e concentrados nas épocas altas, implicando problemas sociais graves, a que se associam os riscos provocados pelos choques externos (Ignarra; 2001). Em Cabo Verde, verificaremos que o efeito da sazonalidade é uma realidade, assim como, os preços inflacionados e os baixos salários praticados.

Finalmente, outros impactes económicos negativos relacionados com o turismo podem ser assinalados: como o aumento dos preços dos terrenos beneficiando aqueles que investiram na sua compra e nalguns casos provocando aumento dos impostos sobre a propriedade. Além disso o aumento da procura de mão-de-obra, no caso desta ser em quantidade insuficiente, pode ter duas consequências: 1) pode fazer com que os salários aumentem, provocando um efeito de subida generalizada dos preços ou 2) os empresários do turismo vêm-se obrigados a importar mão-de-obra. A expansão do turismo provoca quase sempre aumento dos preços para os consumidores, sobretudo, durante as épocas altas, devido a uma maior procura de bens e serviços.

Como veremos nas ilhas do Sal e da Boavista assiste-se neste momento, a um fenómeno de migração interna de pessoas que vêm das outras ilhas à procura de emprego, justificada em parte pela reduzida mão-de-obra disponível. Os preços dos terrenos para construção aumentaram e a inflação é uma realidade com que se deparam quer os turistas, quer a comunidade local⁴⁷.

⁴⁵ Concentração da procura em períodos curtos.

⁴⁶ É assim que “uma região, por exemplo, pode descobrir o turismo rural como fonte de renda adicional. Como os rendimentos do turismo podem ser mais elevados do que da agricultura tradicional, há uma tendência a ir deixando a actividade agrícola de lado e se concentrando na actividade turística. Desta forma, a produção agrícola decai e a região passa a depender de importações e num segundo estágio a própria actividade turística decai, pois a produção agrícola era exactamente o atractivo do turismo rural” (Ignarra; 2001: 18).

⁴⁷ Mesmo alguns turistas europeus, nomeadamente os portugueses, confrontam-se com preços acima daqueles a que estão habituados no seu país de origem.

2.3.2. Impactes físicos e ambientais

Com frequência se considera que o turismo é um instrumento de grande importância para a protecção do meio ambiente, porque os seus rendimentos poderiam ajudar a financiar a preservação ambiental.

O sector turístico tem nos atractivos a principal componente do produto⁴⁸. Como tal, é do interesse de todos que esses atractivos sejam preservados de forma a manter a sua sustentabilidade.

O fenómeno turístico tem como característica a concentração no espaço. Esta concentração além de interferir na paisagem local, implica concentração de despejo de esgoto, que não sendo tratado convenientemente provoca problemas de saúde pública. A procura de locais com a melhor vista da paisagem faz com que o turismo procure implantar as suas estruturas e serviços em locais de certa fragilidade com consequências negativas e irreversíveis no território (Ignarra; 2001).

Podemos adiantar que nas ilhas de Cabo Verde a actividade turística encontra-se estritamente ligada aos recursos naturais. As zonas de encostas e do litoral são as mais solicitadas. Assim, as autoridades cabo-verdianas criaram as zonas turísticas especiais (ZTE) com o objectivo de infra-estruturação das áreas de interesse, para o desenvolvimento do turismo.

O aumento do turismo tem como efeito o aumento do tráfego aéreo e por conseguinte, um aumento do consumo de energia. Outros tipos de impactos que se geram prendem-se com a necessidade de mais: infra-estruturas, consumo de água e sua possível contaminação, energia e outros recursos e de mais ruído.

Entendemos que é importante uma planificação adequada e um controlo do desenvolvimento turístico no país, devido à fragilidade do ecossistema das ilhas e à pressão que se produz nos recursos, como a água, a energia eléctrica e a comida (extracção de moluscos e peixe) que, na verdade, são recursos

⁴⁸ Os **atractivos turísticos** podem ser classificados em atractivos naturais, culturais e artificiais. Os tipos de atractivos naturais: montanhas, planaltos e planícies, encostas e litorais, terras insulares, hidrografia, parques e reservas de flora e fauna, grutas, cavernas, furnas, áreas de caça e pesca, etc. e os tipos de atractivos culturais: monumentos, instituições e estabelecimentos de pesquisa e lazer, manifestações, usos e tradições populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas, acontecimentos programados (Ignarra; 2001).

escassos em Cabo Verde. E, finalmente, a necessidade de tratamento dos resíduos e do lixo.

2.3.3. Impactes sócio-culturais

O turismo cultural⁴⁹ reúne todos os aspectos das viagens pelos quais o visitante busca conhecer a vida e o pensamento da comunidade receptiva.

De facto, o turismo apresenta-se como um instrumento valioso para promover as relações culturais e a cooperação entre os povos. Os factores culturais são os canais pelos quais uma localidade turística se apresenta, seja pelo artesanato, folclore, gastronomia, arquitectura histórica e típica, ou pela música são as formas diversificadas como os povos se mostram.

“Na actualidade, quando o processo de globalização atinge todas as actividades humanas, a valorização da cultura típica surge como uma forma de diferenciação, aspecto este fundamental na qualidade do produto turístico” (Ignarra; 2001: 119).

Assim, no nosso entender, o produto turístico deveria mostrar o modo de vida tradicional da região. O turismo cultural tem de procurar valorizar o quotidiano e não simplesmente produzir uma manifestação cultural para mostrar ao turista.

Note-se que o turismo cultural compreende uma infinidade de aspectos, todos eles passíveis de serem explorados para a atracção de visitantes: a arte, a pintura, a escultura, as artes gráficas, a arquitectura, os museus, a música, a dança, o artesanato, a gastronomia típica, o folclore, a agricultura tradicional da região, as manifestações religiosas, a história da comunidade e as especificidades da comunidade indígena.

Alguns autores chamam a atenção para o mimetismo que certas comunidades tradicionais desenvolvem quando em contacto com os povos de países mais desenvolvidos. O jovem da cidade pequena do interior, ao deparar-se com muitos jovens turistas vindos das cidades grandes, tem tendência para procurar imitar as suas roupas, as suas músicas e os seus hábitos. Assim, o

⁴⁹ **Turismo Cultural:** “Conceito de turismo associado à exploração de actividades relacionadas com motivações de ordem cultural, nomeadamente a visita a locais de interesse histórico, arqueológico, etnográfico, etc” (Domingues; 1997: 311).

turismo de massa pode levar a uma alteração dos valores culturais tradicionais (Ignarra; 2001).

Na nossa opinião, este fenómeno de mimetismo é uma das características do mundo globalizado. No caso cabo-verdiano este fenómeno ocorre quer por via do turismo, quer pela emigração fortemente enraizada na sociedade e também pelos meios de comunicação social.

Entendemos que a cultura do cabo-verdiano, fruto do encontro de várias culturas, é uma mais valia para o turismo. Daí que apontemos o turismo cultural como uma das apostas para o desenvolvimento, porque se trata de um turismo com benefícios para as comunidades locais pobres. A música cabo-verdiana é mundialmente famosa e constitui um excelente cartão de visita do país.

2.3.4. A gestão dos impactes negativos

“Le tourisme est comme le feu, vous pouvez préparer votre repas avec, mais il peut aussi se propager à toute votre maison et la détruire”⁵⁰ (OMT; 2002a: 22).

A propósito da gestão dos impactes negativos do turismo, convém salientar a posição da Organização Mundial do Turismo.

“O crescimento rápido e contínuo do turismo e a procura de novos destinos implica que mais cedo ou mais tarde a comunidade sinta os efeitos – positivos e negativos – do desenvolvimento desse sector [...] se, são muitas vezes, o património natural e cultural, e o modo de vida das populações locais que atraem os turistas, a sua própria sustentabilidade depende da gestão pública e privada coerente dos impactes ambiental, económico, e sócio-cultural do turismo [...] uma monocultura do turismo pode ter consequências nefastas para a qualidade do próprio destino; a dependência excessiva de uma actividade económica única aumenta a vulnerabilidade económica da região. Uma boa gestão do destino é indispensável a um turismo sustentável” (OMT; 2002a: 22).

A Organização Mundial do Turismo nota que os PED estão limitados, para exercer um controlo sobre a procura turística internacional, com origem nos países desenvolvidos, porque o turismo é um sector de actividade baseado

⁵⁰ “O turismo é como o fogo, pode-se fazer a refeição com ele, mas ele também pode propagar-se a toda a casa e destruí-la.” (Provérbio Asiático)

na procura. Assim, os PED são vulneráveis à evolução de uma procura que escapa ao seu controle⁵¹ (OMT; 2002a).

Segundo a própria Organização Mundial do Turismo existem factores que são percebidos como inconvenientes do turismo e que prejudicam a sua assunção como estratégia de desenvolvimento:

1) Os interesses privados estrangeiros dirigem o turismo, pelo que sendo as suas taxas de participação elevadas, é difícil otimizar as vantagens do turismo para a economia local, o que significa que as perdas podem ser grandes e as ligações locais raras;

2) O turismo implica, muitas vezes, importantes custos não económicos para os pobres: limita o seu acesso a certos recursos (particularmente as praias), faz com que abandonem as suas terras, perturba e explora a sua vida social e cultural;

3) O turismo é vulnerável às mudanças das condições económicas nos mercados de origem ou a uma volatilidade importante da actividade económica no sector do turismo nos destinos; as chegadas de visitantes internacionais são igualmente vulneráveis às perturbações civis, à delinquência, à instabilidade política e às catástrofes naturais nos destinos;

4) O turismo necessita de técnicas de comercialização extremamente sofisticadas (OMT; 2002a),

Podemos adiantar que a situação descrita no ponto 1 é sintomática, neste momento, em Cabo Verde pelo que consideramos que o país precisa repen-

⁵¹ Os autores de um estudo realizado em 1999 pelo Departamento do Desenvolvimento Internacional sobre turismo sustentável e redução da pobreza citado pela OMT, concluíram que alguns dos inconvenientes do turismo são características do crescimento e da mundialização e que uma grande parte das diferenças entre turismo e as outras actividades económicas são, provavelmente, mais um problema de percepção do que de realidade. Reconhecem, ainda, facilmente que em relação aos sectores da agricultura, minas e dos produtos manufacturados, esses argumentos não são avançados com tanta força como em relação ao sector do turismo. Os autores do estudo citado não estão seguros, por exemplo, de que o efeito de perda, e os interesses estrangeiros sejam um problema mais importante no sector turismo do que em outros sectores. Além disso, duvidam da certeza de que o turismo é vulnerável às flutuações da procura ao nível internacional (por exemplo, recessão nos países emissores e as mudanças de preferências das pessoas nos seus destinos de férias) e também das modificações que interferem nos países de destino (por exemplo, instabilidade política e os ciclones). Além disso, nada prova que a volatilidade do turismo seja mais importante de que a volatilidade dos preços e da procura nos outros sectores, particularmente nas exportações de matérias-primas (OMT; 2002a).

sar e definir uma estratégia de inclusão das comunidades locais no processo de desenvolvimento do turismo.

Entendemos que o turismo assente na Carta de Turismo Sustentável, documento que define princípios gerais de uma política de desenvolvimento sustentável, deveria urgentemente fazer parte de uma agenda nacional⁵². Aliás a Carta do Turismo Sustentável é uma resolução final da Primeira Conferência Mundial do Turismo Sustentável e faz uma recomendação expressa aos Governos para formularem, com carácter de urgência, planos de acção para o seu desenvolvimento⁵³.

Tudo indica que o crescimento caótico do turismo pode provocar efeitos mais prejudiciais do que benéficos, nomeadamente: os inflacionistas nas comunidades de destino; o aumento da poluição das águas, devido à tendência de concentração urbanística nas imediações das praias; a tendência do sector turístico para se localizar nas áreas frágeis, como encostas e litorais; e, finalmente, há situações em que o artesanato ou folclore local são alterados para satisfazer os desejos dos turistas (Ignarra; 2001).

Do nosso ponto de vista, o planeamento e a gestão da actividade turística são poderosos instrumentos de fomento e desenvolvimento sustentável das comunidades locais que urge pôr à disposição de um desenvolvimento equilibrado das ilhas.

2.4. Turismo nos países em desenvolvimento

Da Declaração de Canárias sobre o turismo nos Países Menos Avançados realizada em 2001⁵⁴, retiramos o parágrafo seguinte, por consideramos que traduz a perspectiva actual dessas nações:

“International tourism is one of the few economic sectors through which LDCs have managed to increase their participation in the global economy. It can be an engine of employment creation,

⁵² Carta aprovada no seio da Organização Mundial de Turismo em 1995, em Lanzarote e que julgamos constituir um marco importante e de referência para o desenvolvimento de um turismo responsável e sustentável.

⁵³ Ver Anexo 3, Carta do Turismo Sustentável: Conclusões da Cimeira Mundial sobre Turismo Sustentável, Lanzarote, Espanha, 1995. Pag. 207.

⁵⁴ A 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Turismo nos Países Menos Avançados realizada nas Grande Canárias em Março de 2001, para além da Declaração de Canárias sobre turismo nos PMA, definiu um plano de acção de Canárias para o desenvolvimento do turismo.

poverty alleviation, reduction of gender inequality, and protection of the natural and cultural heritage. It contributes to reducing economic instability and vulnerability. These facts principally result from the existence, in most LDCs, of significant comparative advantages that are conducive to viable tourism specialization. Yet, tourism is not among priority sectors for socio-economic development in many LDCs (Nações Unidas; 2001: 3-4).

É perceptível que hoje há um maior espírito de abertura por parte destes países e uma tentativa de sair da marginalização em que se encontram. De acordo com a Organização Mundial do Turismo, a importância do turismo nas trocas internacionais tem estado a crescer significativamente sendo a maior fonte de receitas para muitos países menos avançados (OMT; 2002a).

Os dados da OMT indicam que o turismo é significativo em metade dos cem países menos avançados do mundo. O sector é um dos cinco principais sectores de exportação em 83% dos PED e a principal fonte de exportação para um terço desses países. A OMT conclui que 80% das pessoas muito pobres (que vivem com menos de um dólar por dia) vivem em doze países e em onze deles, o turismo é significativo⁵⁵ ou está em crescimento (OMT; 2002a).

O Turismo é um dos sectores que mais cresceu na década de 90 nos países menos avançados, segundo a Organização Mundial do Turismo, o fluxo turístico referente às entradas nesses países chegou a ser maior do que no resto do mundo. Entendemos que o crescimento do turismo nos PED pode ser justificado: pelo crescimento do nível de vida nos países desenvolvidos; pelos avanços tecnológicos que permitiram a diminuição dos custos das viagens de longo curso; no aumento do direito às férias pagas; nas mudanças demográficas; no forte consumo e na procura de destinos exóticos.

Consideramos que o crescimento do turismo nos países em desenvolvimento traz um aumento relativo do poder de compra às populações pela criação de empregos, uma vez que estamos em presença de um importante mercado potencial para os empreendedores e de uma “*máquina para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais*” De facto, o turismo doméstico

⁵⁵ Acima de 2% do PIB ou 5% das exportações.

beneficia de um mercado significativo em alguns países em desenvolvimento, como o México, a Tailândia, a China, o Brasil e a África do Sul. Este tipo de turismo constitui, muitas vezes, uma oportunidade única para o desenvolvimento das comunidades locais (OMT; 2002a).

2.5. Especificidade do turismo nas regiões insulares

Cabo Verde pertence à região insular da Macaronésia que inclui também as ilhas das Canárias, Madeira e Açores. Sendo Cabo Verde um arquipélago importa apresentar aqui os três elementos essenciais que caracterizam as regiões insulares: dimensão, dependência e isolamento. Estes elementos determinam, de alguma forma, o tipo de desenvolvimento económico dessas regiões.

Os resultados da pequena **dimensão** fazem-se geralmente sentir sob o ponto de vista ecológico, económico e social, principalmente 1) ao nível da escassez e pouca diversidade de recursos; 2) da reduzida dimensão do mercado; 3) da falta de economias de escala; 4) da fraca rendibilidade das infra-estruturas públicas; 5) dos riscos naturais – erosão, desertificação e 6) da reduzida capacidade de carga.

A **dependência** é um elemento crítico da insularidade, sobretudo a sua vulnerabilidade 1) aos choques externos; 2) aos problemas colocados pelos transportes e comunicações; 3) aos problemas ecológicos específicos; 4) dos serviços exportados (turismo, zona *offshore*), que geram uma procura interna muitas vezes superior à produção interna, e finalmente 6) aos elevados custos dos serviços públicos, sobretudo nos arquipélagos – caso de Cabo Verde – onde em cada ilha é necessário manter um nível mínimo de infra-estruturas para responder às necessidades básicas da população.

O **isolamento**, que representa a distância, em termos físicos, que separa a região dos mercados mais próximos (Europa, no caso de Cabo Verde), implica custos acrescidos dos transportes utilizados e o tempo neles gasto (incluindo o tempo gasto no trajecto) mais o tempo de espera, a frequência das ligações e os riscos de interrupção das ligações por motivos climatéricos (nevoeiro, tempestades, etc.), técnicos (avarias) ou sociais como greves.

Salienta-se ainda, o custo da informação; a falta de alternativas em termos de oferta de formação profissional e de emprego; a falta de diversidade da oferta, devido à incapacidade de atracção de novas actividades económicas.

Apesar de todas estas vulnerabilidades estruturais, as ilhas foram desempenhando diversas funções ao longo dos séculos e assumindo um papel útil sob os pontos de vista económico, social e humano. Foram refúgio e esconderijo de corsários; fornecedoras de produtos em regime de monocultura; fontes de recursos minerais; pontos de escala na navegação; zonas francas; observatórios ou locais de experiências científicas; prisões; ermitérios e pontos geo-estratégicos importantes do ponto de vista militar e político. Para além de todas estas funções, algumas das quais ainda importantes na actualidade, as ilhas descobriram no século XX uma outra função: a de serem pontos de atracção turística (Correia; 2002). Cabo Verde é disso um exemplo tendo sido no passado um ponto de escala à navegação, entreposto de escravos, prisão e agora pólo de atracção turística.

2.5.1. Paradigma insular: Turismo sustentável, um novo modelo de desenvolvimento

Na Conferência Internacional sobre Turismo Sustentável nos Pequenos Estados Insulares, realizada em Lanzarote, em 1998, o secretário-geral da OMT disse que,

“[...] pela sua vulnerabilidade, as pequenas ilhas – sobretudo quando estão em desenvolvimento – são mais sensíveis que outros destinos ao excesso de turismo [...] o turismo pode ser uma opção viável para as pequenas ilhas, porém na base firme dos princípios do desenvolvimento sustentável e sobretudo, se contar com o apoio económico e técnico dos organismos internacionais” (OMT; 1998: 1).

De facto, os sistemas insulares são geralmente muito vulneráveis e extremamente frágeis, pelo que o desenvolvimento de um turismo sustentável é uma exigência irrenunciável e irreversível, tanto para os visitantes como para as comunidades locais. O turismo insular é especial, pois tem na base recursos singulares: a própria ilha, com a sua identidade e autenticidade próprias.

De acordo com o *International Scientific Council For Island Development* “as ilhas são o segundo maior destino turístico, depois da categoria das cidades históricas” (Insula; 1998, cit. p. Correia; 2002: 29).

Os factores que estão na origem desta situação na perspectiva de Baum, 1997 são: 1) o fascínio que as ilhas exercem sobre os visitantes tem a ver com a sensação de distanciamento e de diferença que advém não só da sua separação física do continente, mas também das diferenças climatéricas, ambientais e culturais que apresentam em relação a este; 2) as ilhas proporcionam uma certa sensação de aventura, resultante da necessidade de atravessar a água. O cruzar desta barreira não é feito por acaso, mas de uma maneira consciente, havendo uma opção por se tornar turista insular; 3) as ilhas são encaradas como lugares mais tranquilos, onde ainda se preservam os hábitos e cultura tradicionais, tornando possível a evasão do stresse e da confusão da vida urbana e, por serem geograficamente de uma dimensão finita e relativamente pequena, dão uma sensação psicológica de controlo aos visitantes (Correia; 2002).

Defert, em 1988, considerou que para determinar uma política de desenvolvimento turístico numa economia insular é preciso uma análise conjunta de diferentes factores, nomeadamente: as receitas turísticas, a quota das receitas turísticas no PNB, a balança agrícola, a balança de bens e serviços, a ajuda externa e as remessas de emigrantes (Correia; 2002).

Os objectivos do turismo internacional nos pequenos países insulares, na perspectiva de François Villas, são a optimização dos fluxos turísticos e o respeito pelo meio ambiente (natural, cultural, sanitário e social). Os instrumentos para atingir esses objectivos são: adoptar o transporte aéreo à especificidade do país (negociar acordos de tráfico com os países emissores, e assegurar uma coordenação inter-ilhas do tráfico aéreo); orientar a política comercial dos operadores turísticos estrangeiros às prioridades económicas do país, através de contratos entre as partes, em troca de contrapartidas e vantagens recíprocas. O autor considera que a política de investimento turístico é o aspecto mais importante da política turística, pelo que os equipamentos hoteleiros devem estar integrados com o meio natural e humano dos pequenos países insulares,

isto é possível devido às novas técnicas de construção e comercialização. É assim que os investimentos turísticos estão ao alcance dos investidores locais (Villas; 1998).

Villas considera ainda, que a construção de zonas turísticas delimitadas geograficamente, permite às autoridades nacionais um melhor controlo do desenvolvimento turístico, nomeadamente em matéria de protecção ambiental, de segurança dos bens e das pessoas, salienta também a necessidade de criação de uma administração específica para essas zonas. Outro instrumento importante é a promoção turística, que pode ser feita em conjunto com os operadores turísticos nos países emissores, ou apoiada por políticas de promoção com outras ilhas ou países da região. Nota ainda a necessidade de associar o turismo internacional com o turismo social, para evitar a rejeição do turismo internacional por parte dos residentes locais; sugere a criação de uma reserva financeira e a luta contra a especulação dos proprietários e promotores imobiliários, e finalmente, evitar a apropriação do litoral, o que garantiria o acesso fácil e frequente ao litoral pelas populações locais (Villas; 1998).

Síntese do capítulo 2

Ao contrário da euforia das primeiras décadas do pós Segunda Guerra Mundial, hoje sabemos que “turismo = desenvolvimento” é apenas uma expressão, cuja validade não se verificou. As contribuições de todas as disciplinas das ciências sociais e humanas são importantes e necessárias, para podermos ter pistas úteis para avaliar os impactes do turismo.

Entendemos que o planeamento do turismo parece ser, cada vez mais, o passo decisivo para o desenvolvimento, de um turismo responsável e sustentável em todas as suas dimensões (económica, social, ecológica, institucional e ética).

Pela diversidade de definições, não existe um conceito universalmente aceite de turismo, mas adoptamos, por uma questão pragmática o conceito da Organização Mundial do Turismo.

Estamos, assim, em presença de dois conceitos: o de turismo e o de desenvolvimento: Devido à especificidade da sua natureza e à controvérsia suscitada pela sua definição e medição, aplicá-los em contextos complexos, como são aqueles em que se situa o espaço da nossa investigação (arquipélago de Cabo Verde), exige no nosso entender, uma visão aberta e multidisciplinar, a fim de permitir compreender os fenómenos com eles relacionados. Pelo exposto se deduz que o turismo tem impactes económico e sócio-culturais negativos que importa gerir de forma a garantir a sua sustentabilidade a longo prazo.

Sendo Cabo Verde uma região insular, pareceu-nos oportuno caracterizá-la nos seus elementos de vulnerabilidade: dimensão, dependência e isolamento que determinam, de alguma forma, o tipo de desenvolvimento económico. Entendemos que deveria figurar urgentemente na agenda nacional, um plano para o desenvolvimento do turismo sustentável.

CAPÍTULO 3 – TURISMO E COMBATE À POBREZA

O capítulo 3 é referente ao turismo e ao combate à pobreza. Apresentamos o crescimento do turismo nos PED e a sua relação com o desenvolvimento. Evocamos a actividade turística enquanto instrumento de combate à pobreza. Estudamos o turismo no contexto do desenvolvimento nacional e local. Caracterizamos o turismo africano e finalmente, abordamos o turismo no quadro da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

3.1. O crescimento do turismo nos países em desenvolvimento e a sua relação com o desenvolvimento

Os números da Organização Mundial do Turismo sugerem que o turismo é importante e está a crescer em muitos países pobres. Assim, as entradas de turistas internacionais evidenciam que o turismo internacional com destino para os países em desenvolvimento (PED) é importante e está em fase de expansão. Refira-se que, dos trinta países mais pobres, dez registaram um crescimento nas entradas de turistas internacionais superior a 200% entre 1990 e 2001⁵⁶ (OMT; 2004a).

Ainda que durante a última década do século XX este dinamismo seja significativo em todos os grupos de países, as taxas de crescimento nos PED são consideravelmente maiores do que as registadas nos países desenvolvidos.

É assim que em 2001 os países de rendimentos médios baixos ultrapassaram os de rendimentos médios altos em número efectivo de entrada de turistas internacionais⁵⁷ (Ver Quadro 1).

⁵⁶ As taxas de crescimento nas entradas de turistas internacionais em dez dos trinta países mais pobres foi superior a 200%, entre 1990 e 2001, porque estão numa fase inicial do seu processo de desenvolvimento turístico, isto é, em termos de valores absolutos estamos a referir-nos a dezenas ou centenas de milhares de turistas.

⁵⁷ Crescimento de entrada de turistas internacionais, de acordo com as classificações de países do Banco Mundial (países de rendimentos baixos; países de rendimentos médios baixos, países de rendimentos médios altos e países de rendimentos altos).

Quadro 1 – Entrada de turistas internacionais

Classificação de países, pelo critério do Banco Mundial	1990	2001	Taxa de Crescimento 1990-2001
	Milhões		Porcentagem
Países de rendimentos baixos	13.437	28.333	110,9
Países de rendimentos médios baixos	64.533	125.664	94,7
Países de rendimentos médios altos	85.421	105.950	24
Países de rendimentos altos	311.961	426.407	36,7
Total Mundial	481.270	696.494	44,7

Fonte: (OMT; 2004a)

Convém, no entanto, salientar que alguns dos países em desenvolvimento que recebem um grande volume de entrada de turistas contam também com muitos pobres entre a sua população (China, Federação Russa, México, Brasil, Indonésia, Índia, Filipinas e Vietname), embora nenhum deles seja PMA (OMT; 2004a).

Com efeito, entre os vinte países em desenvolvimento com maior crescimento nas entradas de turistas internacionais encontram-se oito países menos avançados (PMA) e dois deles são classificados como de desenvolvimento humano baixo (Ver Quadro2).

De facto, o arquipélago de Cabo Verde é um dos pequenos estados insulares com maior taxa de entrada de turistas. Assim, segundo a OMT com uma taxa média anual de 19.3% de crescimento de entrada de turistas, entre 1990 e 2000, Cabo Verde é um dos países em desenvolvimento (PED)⁵⁸ com melhor desempenho naquele indicador ocupando a primeira posição entre os pequenos estados insulares (PEI), a quarta posição entre os países menos avançados (PMA) e a sexta posição entre os países em desenvolvimento (PED).

⁵⁸ Países que recebem assistência oficial para o desenvolvimento do Comité de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE

Quadro 2 – Os 20 PED* com maior crescimento nas entradas de turistas internacionais

PED*	Média anual da taxa de crescimento entre 1990-2000 (%)	PMA	Classificação do IDH do PNUD, 2003
Camboja	39,2	PMA	Médio
R-D.P- Laos	36,0	PMA	Médio
Irão	27,2		Médio
Myanmar	25,8	PMA	Médio
Vietname	24,0		Médio
Cabo Verde	19,3	PMA	Médio
África do Sul	19,3		Médio
Cuba	18,0		Alto
Chade	17,2	PMA	Baixo
Brasil	17,2		Médio
Nicarágua	16,4		Médio
Nigéria	15,9		Baixo
Micronésia	15,2		
El Salvador	15,1		Médio
Zâmbia	15,1	PMA	Baixo
Botão	13,4	PMA	Médio
Oman	13,0		Médio
Peru	12,5		Médio
Zimbabué	11,9		Baixo
Madagáscar	11,7	PMA	Baixo

Fonte: (OMT; 2004a)

*Estão aqui considerados os país em desenvolvimento (PED) que recebem assistência oficial para o desenvolvimento do Comité de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O continente africano aparece aqui com sete representantes, sendo Cabo Verde, a par da Africa do Sul um dos melhores posicionados.

Segundo a OMT, as melhores médias concentram-se na Ásia do Sul e Oriental, devido ao aumento das viagens na região e às visitas procedentes dos países desenvolvidos, como consequência do rápido crescimento económico e do maior acesso aos mercados (OMT; 2004a).

Passaremos a analisar em seguida a receita do turismo internacional (Ver Quadro 3).

Quadro 3 – Receitas do turismo internacional

Classificação de países, pelo critério do Banco Mundial	1990	2001	Taxa de crescimento 1990-2001
	milliards \$		Percentagem
Países de rendimentos baixos	10.970	16.709	52,30
Países de rendimentos médios baixos	22.403	71.418	218,80
Países de rendimentos médios altos	21.710	54.168	149,50
Países de rendimentos altos	212.121	319.585	50,70
Total Mundial	265.316	457.890	72,60

Fonte: (OMT; 2004a)

Embora os países de rendimentos baixos estejam a conseguir uma quota elevada do crescimento das entradas de turistas internacionais esta não corresponde a uma quota similar no crescimento das receitas. Apesar de tudo, os países de rendimentos médios registam bons resultados, em particular os de rendimentos médios baixos.

Ainda segundo a OMT, os PMA com maior crescimento das receitas do turismo internacional (República Democrática Popular de Laos, Tanzânia, Comores, Butão, Myanmar e Bangladesh) agrupam-se na Ásia Meridional, do Sul e Oriental, e na África Oriental (OMT; 2004a).

Analisaremos em seguida as estratégias de luta contra a pobreza que têm em vista o melhoramento das receitas do turismo internacional, para os países em desenvolvimento.

3.2. A actividade turística enquanto instrumento de combate à pobreza

O Relatório sobre Desenvolvimento Mundial do BM reconhece que o crescimento económico não tem, necessariamente, o feito de reduzir rapidamente a pobreza. De acordo com este relatório, adoptar uma estratégia especificamente orientada a favor dos pobres passa por um firme empenho do Governo e uma vontade política concernente à satisfação das necessidades dos pobres. Neste sentido, são múltiplos os objectivos a prosseguir: por um lado, assegurar o desenvolvimento de possibilidades de emprego para os pobres e a melhoria da sua produtividade, por outro lado, garantir o acesso dos pobres ao crédito, ao

conhecimento e às infra-estruturas. Por último, reforçar os investimentos em capital humano, particularmente ao nível da educação e da saúde (BM; 2000).

De acordo com a Organização Mundial de Turismo existem muitas estratégias para intensificar os benefícios económicos do turismo no desenvolvimento económico local e podem ter o efeito de reduzir a pobreza (OMT; 2002a):

- A primeira acção prende-se com a escolha de turistas internacionais e domésticos que possam ter um impacto positivo sobre a pobreza, o que passa por atrair turistas que estejam predispostos a visitar os mercados locais, que se interessem pela natureza, pela cultura e pela vida quotidiana dos habitantes e que se aproximem das populações pobres. Nos países mais pobres, o sector do turismo é, em geral, fortemente dependente do mercado internacional. De facto, o mercado interno é pouco importante, o que quer dizer que os PED são basicamente receptores do turismo internacional. Cabo Verde é um dos exemplos desta situação como veremos.

- Uma segunda estratégia passa pelo alargamento da duração das estadas e as despesas turísticas por via quer da diversificação e enriquecimento do produto turístico, quer do desenvolvimento de atracções e actividades turísticas. Podemos adiantar que no caso de Cabo Verde o turismo de retorno às raízes, isto é, a implementação de programas que incitem os emigrantes e seus descendentes a visitar os familiares na pátria de origem dos seus ancestrais é importante, dado que existe uma enorme comunidade emigrada que ultrapassa a residente em Cabo Verde.

- Também é relevante o desenvolvimento de produtos complementares⁵⁹. Com efeito, a tendência do mercado, que se orienta para férias mais activas, leva a pensar que existe a oportunidade de desenvolvimento de produtos complementares que permitam aos pobres engajarem-se nas actividades ligadas à indústria turística e daí tirar benefícios.

O turismo *“é frequentemente considerado como um modo de diversificação complementar para os pobres, não como uma actividade de substituição das suas actividades principais de subsistência”* (OMT; 2002a: 47). Enquanto

⁵⁹ Exemplos de produtos complementares aplicáveis em Cabo Verde: cursos de tambores, dança, trança de cabelos, curso de artesanato e de culinária, curso de língua (crioulo), visita a atelier de artesanato, excursões de interesse histórico.

fonte de rendimentos complementar, a actividade turística pode ter um papel importante na melhoria do nível de vida das populações e contribuir para a redução da pobreza.

- É também pertinente alargar os benefícios do turismo geograficamente. Com efeito, o que os visitantes retiram da prática do turismo depende da diversidade geográfica do país, como a existência de praias, montanhas, centros de interesse urbano, entre outros. Refira-se ainda que os parques nacionais e culturais e os sítios de património mundial da humanidade constituem, muitas vezes, os principais centros de interesse turístico. Estes “pólos de atracção” são essenciais em importantes pontos do mundo em desenvolvimento.

De facto, o desenvolvimento do turismo de natureza e cultural nas zonas rurais pode melhorar de maneira significativa o rendimento das comunidades locais e dos pobres, desde que os principais centros sejam planificados e geridos de forma a otimizar as possibilidades de desenvolvimento económico local e de redução da pobreza (OMT; 2002a).

- A questão das infra-estruturas pode contribuir para o desenvolvimento sócio-económico geral, porque a construção de estradas, hospitais, o alargamento da rede de telefone, electricidade, distribuição e tratamento de água, do sistema de eliminação de resíduos, dos sistemas de reciclagem e do sistema de tratamento de águas usadas são condições implícitas à existência de actividade turística. Saliente-se, ainda, que os governantes e os planificadores do turismo poderão, a par das intervenções pertinentes, otimizar essas vantagens e orientar a planificação de maneira a encorajar o desenvolvimento económico local de forma a que este seja benéfico para os pobres.

- Uma outra estratégia para intensificação dos benefícios económicos do turismo no desenvolvimento económico local, e que pode ter o efeito de reduzir a pobreza, consiste em fazer uma gestão do turismo ao nível local e em parceria⁶⁰. Assim, é também opinião da OMT que as comunidades,

⁶⁰ A posição do Banco Mundial sobre o turismo e o combate à pobreza é que as suas acções devem basear-se, essencialmente, na parceria entre o sector público e o privado, com ênfase no estímulo ao empreendedorismo e ao apoio efectivo a pequenas e micro empresas, uma vez que elas predominam no mercado do sector de turismo (Macedo; 2003).

“[...] locais e os seus membros, os mais pobres, têm mais oportunidades de beneficiar de uma planificação apropriada, se eles forem implicados nas discussões e nas decisões sobre o desenvolvimento do turismo e se eles tomarem em conta a complementaridade entre as diferentes formas de desenvolvimento turístico e as suas próprias estratégias de subsistência” (OMT; 2002a: 47).

De facto, também, a declaração de Manila⁶¹ lançou um apelo para uma maior, *“[...] implication des communautés dans la planification, la mise en oeuvre, le suivi et l'évaluation des politiques, programmes et projets touristiques [...] des campagnes de sensibilisation des communautés visant à informer les gens des impacts bénéfiques du développement du tourisme” (OMT; 2002a: 47).*

No entanto, tudo indica que a gestão dos efeitos negativos do turismo e a optimização dos seus efeitos económicos positivos para a comunidade são essenciais. O que aconselha a empregar no sector turístico mais mão-de-obra local, sobretudo mais mulheres e jovens.

A este respeito, a OMT salienta que, *“É através de formas participativas, e de processos técnicos e apoiando-se no conhecimento das tradições locais que poderemos melhor reforçar as capacidades das comunidades locais e preservar a integridade ambiental, social e cultural dos destinos” (OMT; 2002a: 48).*

- É também necessário o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME). À medida que se vai adquirindo mais experiência do turismo ao nível local, as possibilidades de desenvolvimento de novas empresas, propondo bens e serviços concorrenciais e complementares, aumenta necessariamente. Com efeito, a indústria turística oferece assim possibilidades viáveis de desenvolvimento de um grande número de PME. As PME ocupam um lugar muito importante no sector da restauração e de bens, no artesanato, no fornecimento de mobília e de consumíveis dos hotéis, transportes, excursões locais e serviços de guias aos centros de interesse turísticos, criando por conseguinte emprego e riqueza. O fornecimento de informação, de conselhos e de um sis-

⁶¹ Declaração de Manila sobre Turismo Mundial, Filipinas, 22 de Maio de 1997.

tema de acompanhamento e de apoio às PME e às novas empresas pode ser decisivo para o sucesso do desenvolvimento da actividade turística.

- E, finalmente, a questão de reduzir a sazonalidade do turismo. O facto das chegadas de turistas serem concentradas sobre períodos bem precisos explica a proliferação de empregos sazonais e ocasionais. Muitas estratégias podem ser utilizadas para prolongar a estação turística, nomeadamente: a organização de festivais, a preparação de produtos de interesse particular, o acolhimento de seminários e convenções, uma política de preços atractiva, dispositivos permanentes de acolhimento de pessoas mais disponíveis a viajar em época baixa, entre outras.

3.2.1. Do turismo para as comunidades locais ao turismo sustentável

É ponto assente que a pobreza é mais do que a falta de rendimentos. Trata-se de um fenómeno multidimensional e complexo intimamente ligado a problemas como doenças, analfabetismo, mortalidade infantil e degradação ambiental, é também a vulnerabilidade, a falta de voz, de poder e de representação.

No entanto, verifica-se que no quadro da estratégia de redução da pobreza, apresentada pelos organismos internacionais de ajuda ao desenvolvimento, não é seriamente abordada a componente turismo como instrumento para atacar os problemas de desenvolvimento e de combate à pobreza, não obstante o crescimento espectacular do turismo nos últimos 50 anos.

De acordo com a OMT, nos últimos anos, a progressão anual das chegadas de turistas aos PMA tem sido mais rápida do que a média mundial, o que demonstra a existência de uma vantagem concorrencial a seu favor.

Ainda segundo a OMT, entre 1992 e 1998, nos PMA, o aumento das receitas turísticas internacionais foi considerável, uma vez que estas mais do que duplicaram. Para muitos desses países, o turismo tornou-se o principal elemento ou um dos principais elementos do PIB. Com efeito, em 46 dos 49 PMA, o turismo tornou-se a principal fonte de receitas em divisas. O desenvolvimento do turismo é, assim, vital para a balança de pagamentos de muitos desses paí-

ses e permite a redução da dívida externa e evita que o país esteja dependente da monocultura ou de uma única actividade.

Segundo consultores da OMT tem-se verificado que um meio de atenuar os problemas da pobreza é criar vantagens do turismo para as comunidades locais. Trata-se de desenvolver o turismo de modo a criar novos empregos e novas possibilidades de actividades e estimular o desenvolvimento das competências e do espírito empresarial.

É sabido que as comunidades rurais e pobres são seriamente afectadas por múltiplos factores, em particular a ausência ou graves insuficiências de infra-estruturas materiais, de recursos de comunicação e de competências de recursos humanos. Ora estas, como já salientamos atrás, são implementadas para dar satisfação e suporte ao turismo.

Saliente-se que na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo em Setembro de 2002, a Organização Mundial do Turismo e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED)⁶² lançaram uma nova iniciativa chamada, Turismo sustentável – Eliminação da Pobreza (ST-EP)⁶³.

Esta iniciativa visa o desenvolvimento de um turismo sustentável especificamente focalizado na eliminação da pobreza, trazendo desenvolvimento e emprego para as pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, particularmente em África e nos países em desenvolvimento no geral. As componentes da iniciativa (ST-EP) são conseguir fundos, investigar as relações entre turismo sustentável e eliminação da pobreza; criar um quadro operacional que conceda incentivos às empresas que põem em marcha programas deste tipo e, ainda, a existência de um fórum consultivo.

Esta iniciativa tem por base a convicção de que, mais do que outras actividades económicas, o turismo pode beneficiar as comunidades locais pobres por um conjunto de razões que passamos a referir:

1) Turismo é um sector exportador em que o produto é consumido no local de produção. O cliente vai ao destino (zona rural, por exemplo) para consumir o

⁶² A CNUCED é a agência das Nações Unidas focalizada no desenvolvimento dos países menos avançados.

⁶³ Website da iniciativa ST-EP: <http://www.world-tourism.org/step/menu.html>

produto. É a ocasião para empreendedores locais venderem os produtos ou serviços complementares aos eventuais turistas;

2) O desenvolvimento de toda a actividade, qualquer que ela seja, requer capital, tanto financeiro como humano. A vantagem do turismo é que há um activo natural a partir do qual ele pode prosperar. A flora e a fauna de um país, a beleza das suas paisagens, das suas praias, das suas montanhas e das suas zonas húmidas são vantagens prontas a serem valorizadas. Estes formidáveis recursos turísticos estão muitas vezes situados nas regiões rurais, próximo de comunidades pobres;

3) O turismo é uma actividade de mão-de-obra intensiva;

4) O acesso ao mercado é um problema muito sério para os produtores dos países em desenvolvimento. No entanto, o turismo não sofre de barreiras alfandegárias que encarecem outros produtos, como acontece com os produtos agrícolas. Os obstáculos ao comércio turístico internacional são levantados pelos próprios destinos, sob a forma de restrições para obter vistos ou taxas elevadas como fonte de receitas;

5) O número de postos de trabalho ocupados por mulheres é mais alto no turismo do que em qualquer outro sector. A sua percentagem varia, contudo, enormemente segundo o país, chegando a mais de 60% na Bolívia ou a percentagens mais baixas noutros países;

6) O turismo é um sector de uma imensa diversidade: abrange muitas actividades e uma vasta gama de produtos, incluindo o sector informal;

7) Em vários países em desenvolvimento, por exemplo, a África do Sul, a China e as Filipinas, o turismo interno conhece um crescimento rápido e, à semelhança do turismo internacional, traz consumidores relativamente abastados às regiões rurais onde constituem um importante mercado local, ao qual os pobres têm acesso a baixo custo. O turista paga o seu próprio transporte (Villiers; 2002).

Em conclusão, pode afirmar-se que a maximização das vantagens do turismo nos países em desenvolvimento e nos PMA depende não apenas da implementação de iniciativas políticas, mas igualmente de uma atitude diferente

quer por parte dos organismos internacionais de ajuda ao desenvolvimento, quer de intenções das instituições financeiras e dos actores do sector privado.

3.2.2. “Turismo para os Pobres”⁶⁴

O turismo não contribui apenas com vantagens materiais para os pobres: pode também dar-lhes um sentimento de orgulho cultural, de propriedade, de controlo e, graças à diversidade reduzir a sua vulnerabilidade (OMT; 2002a).

“É hoje em dia, largamente reconhecido que não poderemos reduzir a pobreza em proporções significativas se os benefícios do crescimento não forem redistribuídos aos pobres ou se eles mesmos não se engajarem numa actividade económica seja como assalariado, seja triunfando na criação de uma pequena empresa” (OMT; 2002a: 71).

Segundo a OMT para comparar o impacte benéfico do turismo sobre o crescimento económico em favor dos pobres, em relação a outros sectores económicos, importa utilizar critérios objectivos. De facto, o turismo

“[...] em favor dos pobres é um turismo que gere as vantagens líquidas para os mais necessitados. As estratégias a adoptar para esse tipo de turismo consiste essencialmente em retirar os obstáculos à participação dos pobres no turismo e não em contentar-se a fazer aumentar a taxa geral do sector no produto” (OMT; 2002a: 72).

Como já salientamos atrás, 20% da população mundial vive com menos de US\$1 por dia e perto de 50% com menos de US\$2. Mais, a pobreza não é somente falta de dinheiro. Ela é também sinónimo de fome, de ausência de habitação, de falta de acesso a água potável e de redes de saneamento de água, de doença, analfabetismo e incapacidade de resolver esses problemas. A declaração do milénio das Nações Unidas reclamou da comunidade internacional, o seu empenho para reduzir para metade a pobreza no mundo até 2015, e identifica a redução da pobreza como um dos maiores desafios do mundo face ao século XXI.

⁶⁴ Ideias defendidas pela equipa sobre “*Tourisme Pour les Pauvres*” financiada pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Governo do Reino Unido. Website: <http://www.propoortourism.org.uk/>

Os dados disponíveis confirmam que a actividade turística é já uma das mais importantes fontes de rendimento das trocas internacionais e de criação de emprego de muitos países pobres e em desenvolvimento. Assim sendo, é previsível que o turismo, uma das mais dinâmicas actividades económicas do nosso tempo, possa vir a assumir um papel mais efectivo e constituir uma alavanca para resolver o problema da pobreza.

A abordagem contemporânea da redução da pobreza incide na complexidade do processo e na necessidade de adopção de estratégias para lutar sobre uma grande variedade de frentes complementares de amplitude muito diversas. Assim, parece ser consensual entre os autores *“que o crescimento “para os pobres” é o principal fundamento de uma redução durável e a longo prazo da pobreza”* (Saville; 2001, cit. p. OMT; 2002a: 72). É também esta a opinião da OMT ao afirmar que o turismo em favor dos pobres não constitui uma panaceia, mas pode contribuir para o desenvolvimento rural e a atenuação da pobreza (OMT; 2002a). Com efeito, no que concerne à contribuição para o crescimento a favor dos pobres, este sector apresenta vantagens potenciais:

Por um lado, o turismo oferece a vantagem da sua possibilidade de ligação a outros sectores e outras empresas locais, porque os seus clientes dirigem-se ao destino. Trata-se de uma actividade que emprega uma mão-de-obra relativamente significativa, com uma proporção elevada de mulheres, e o seu dinamismo pode ser muito importante para os países pobres e as regiões onde não existem outras exportações concorrenciais. Finalmente, os produtos do turismo são muitas vezes baseados no património natural e cultural, um activo cuja propriedade é muitas vezes dos pobres (OMT; 2002a).

No entanto, se as desvantagens do turismo, como as perdas de rendimentos e a volatilidade das receitas, são comuns a outros sectores de actividade económica, importa sublinhar que o turismo permite uma maior interacção com os modos de vida local e concorre para a exploração do património natural, especialmente nas regiões costeiras (OMT; 2002a).

Do nosso ponto de vista, Cabo Verde deveria aproveitar a dinâmica que o sector presentemente apresenta para desenvolver um turismo sustentável nas ilhas. De facto, o país apresenta vantagens comparativas importantes, desig-

nadamente nos domínios dos recursos naturais e humanos e da sua localização geo-estratégica nas rotas do Atlântico (no cruzamento do Mercosul, União Europeia e União Africana).

3.3. Turismo e desenvolvimento nacional e local

Entendemos que é fundamental reforçar os impactes locais do turismo sobre os pobres. No entanto, para determinar como o turismo pode contribuir para atenuar a pobreza é conveniente tomar em conta múltiplos factores essenciais que constituem obstáculos a esse objectivo:

Sabe-se que o acesso dos pobres ao mercado é limitado. Muitas vezes os pobres estão distantes fisicamente dos mercados, pelo que se encontram em desvantagem em relação às elites económicas, verificando, desta forma, a exclusão social dos produtores pobres. Mas a viabilidade comercial passa pela qualidade e os preços dos produtos, assim como pela comercialização e a importância do destino no seu conjunto. Assim, o quadro político geral, o regime imobiliário, o contexto regulamentar, o processo de planificação, a atitude e capacidade do governo são também factores decisivos, assim como os problemas de abertura no contexto local, isto é, como resolver as insuficiências de competências, gerir os custos e as expectativas e otimizar a colaboração entre as partes concorrentes (OMT; 2002a).

Não obstante os problemas enumerados, a OMT considera que o desenvolvimento da actividade turística pode beneficiar os pobres. É neste sentido que sublinha a necessidade de políticas de redução da pobreza que traduzam um interesse crescente pelo desenvolvimento do turismo em favor dos pobres, ou seja a necessidade de medidas ligadas ao ecoturismo, ao turismo comunitário, ao turismo sustentável e ao turismo responsável. Salientamos ainda as declarações explícitas dos governos estabelecendo uma ligação entre o turismo, por um lado, e os objectivos do desenvolvimento e da sustentabilidade por outro, o que implica a existência de um plano de desenvolvimento nacional do turismo que estabeleça que a redução da pobreza faz parte do que é necessário empreender para que um destino seja sustentável. Finalmente, assinala-se a contribuição potencial de numerosos viajantes, serviços de turismo, ONG e

doadores. Não obstante as motivações diferentes, todos estão interessados em “orientar” o turismo de maneira a que ele beneficie particularmente os pobres (OM; 2002a).

Entendemos ainda, que no caso de Cabo Verde é necessário que o poder central melhore a sua capacidade de diálogo de forma a permitir uma maior participação quer das Câmaras Municipais, quer das organizações da sociedade civil e dos grupos de cidadãos interessados em participar no processo de desenvolvimento turístico das suas localidades.

3.3.1. Algumas formas de participação da comunidade nos atractivos turísticos

Ainda no entender da OMT a participação da comunidade nos atractivos turísticos pode apresentar diversas formas, em função dos recursos turísticos e da situação social local, que passaremos a enumerar:

1) O turismo de cidade, que significa que os turistas visitam as cidades “*en passant*” ou aumentando os dias de estada para apreciar a gastronomia local e descobrir a vida e tradições culturais dos habitantes;

2) O ecoturismo, quando o local se situa numa região ecoturística abriga empresas e pessoal que asseguram o bom funcionamento dessas actividades. Muitas vezes, quando, o ecoturismo se conjuga com o turismo de cidade, os turistas experimentam o ambiente natural e as características culturais da cidade;

3) O turismo cultural, quando os viajantes visitam as cidades e as comunidades que se especializam na produção de um artesanato particular, como escultura em madeira ou trabalho teatral, ou que organizam espectáculos de dança, de música e de teatro;

4) O turismo rural quando os turistas permanecem numa quinta ou albergue para se familiarizarem com os trabalhos agrícolas, pesquisa do ambiente da região e, frequentemente, para apreciarem circuitos e pesca;

5) Agroturismo, que é uma forma de turismo rural, na qual o viajante passa algumas horas ou uma noite completa numa quinta agrícola ou numa plantação especialmente para observar e participar na vida agrícola.

Estas diversas formas de participação das comunidades nos atractivos turísticos constituem mercados turísticos em que os viajantes desejam ter um contacto com as culturas locais e o seu ambiente natural (OMT; 2002a).

Existem outros modos de participação na criação, na gestão e no funcionamento de grandes pólos de atracção situados nas proximidades, como parques naturais e lugares arqueológicos ou históricos, que se traduzem em benefício económico para os habitantes e que os encorajam a participar na conservação dos recursos naturais ou culturais. Referimos, nomeadamente, a participação das populações em importantes projectos de desenvolvimento do turismo na região, como abertura de complexos balneares ou turismo de montanha, que se traduzem em benefícios significativos para os habitantes.

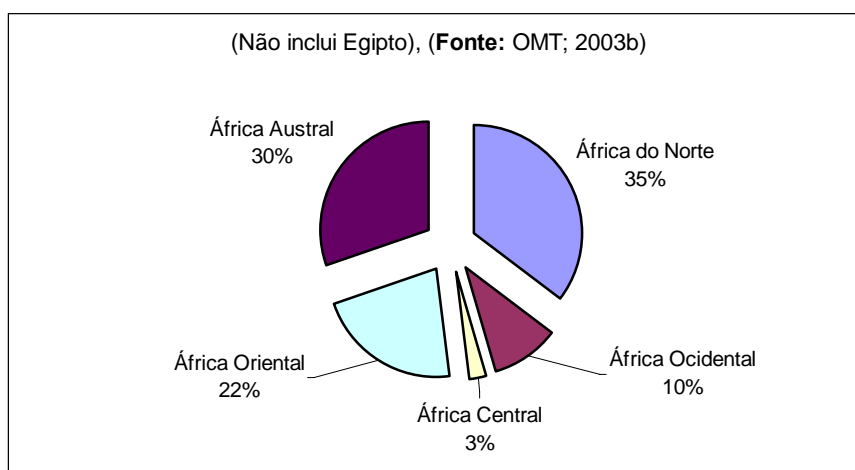
Entendemos, no entanto, que a acção do Governo é muito importante na adopção de políticas e programas favorecendo a participação das populações locais no turismo, porque definem o tipo de infra-estruturas a implementar e, através destas, o tipo de turismo que se fará na região.

3.4. Caracterização do turismo africano

Em 2002, o continente africano representava uma quota de 4,1% de entradas de turistas internacionais relativamente ao total mundial⁶⁵. O turismo internacional em África é caracterizado por uma forte polarização, com a África do Norte e a Austral a concentrarem a maior parte das entradas, como pode ser visto no Gráfico 1.

⁶⁵ Ver Anexo 4, Entradas e Quotas de Turistas Internacionais nas regiões do mundo, entre 1990 e 2002. Pag. 211.

Gráfico 1 – Entradas de turistas internacionais em África, em 2002, por regiões



Numa análise por países verificamos que três países apenas, África do Sul, Marrocos e Tunísia, contabilizam 54,3% do total das entradas no continente, no entanto, se o Egito⁶⁶ for adicionado, a percentagem aumenta para 60,8%. Apenas quatro países receberam mais de um milhão de entradas de turistas em 2002, a saber: África do Sul, Marrocos, Tunísia e Botswana.

Em relação às receitas do turismo internacional, o continente tem uma quota de 2,5% do total mundial (Ver Quadro 4).

Quadro 4 – Receitas do turismo internacional em África e nas suas regiões⁶⁷

	Receita do turismo			Quota mundial		Taxas de crescimento da receita	
	1990	2001	2002	2001	2002	2001/2002	1990/2002
	milliards de €uros			Porcentagem			
África	4.182	13.024	12.463	2,5	2,5	-4,50	66,44
África do Norte	1.800	4.787	3.976	0,9	0,8	-20,40	54,73
África Ocidental	473	1.317	1.415	0,3	0,3	6,93	66,57
África Central	77	124	127	0,0	0,0	2,36	39,37
África Oriental	858	3.162	3.225	0,6	0,6	1,95	73,40
África Austral	975	3.635	3.720	0,7	0,7	2,28	73,79

Fonte: (OMT; 2003b)

Os dados da OMT apontam para uma receita, por entrada de turista, de 428 euros para o continente africano, valor inferior aos 714 euros da média

⁶⁶ Na estatística da OMT o Egito aparece no grupo dos países do médio-orientes.

⁶⁷ Ver Anexo 5, Receitas e Quotas do Turismo Internacional nas regiões do mundo, entre 1990 e 2002. Pag. 212.

mundial. Este baixo desempenho é explicado, em parte, pelo facto da maior parte dos turistas que visitam o continente, serem originários do próprio continente, portanto, com baixo poder de compra (OMT; 2003b). Com veremos, no caso de Cabo Verde, a maioria dos turistas são originários do continente europeu, pelo que é de esperar que as receitas por entrada de turistas estejam acima da média do continente.

Nesta breve caracterização do turismo africano assinalamos, ainda, que mais de 60% dos turistas internacionais que visitam o continente africano têm por motivo o lazer (férias e recreação), 15% por motivos de negócio, e 25% por outras razões (religião, saúde). Finalmente, os produtos turísticos mais procurados são o turismo balnear, o turismo de aventura⁶⁸ (safaris), o turismo de negócio, o turismo cultural, o ecoturismo, o turismo de cruzeiro e o turismo das “rotas africanas”.

De facto, o continente africano tem uma posição marginal no mercado do turismo global, pois apenas representa 4.1% das entradas e 2.5% das receitas do turismo internacional.

Uma vez apresentada esta breve caracterização do turismo africano abordaremos de seguida, o turismo à luz da nova parceria para o desenvolvimento de África (NEPAD).

3.5. Turismo e NEPAD⁶⁹

A nova parceria para o desenvolvimento de África (NEPAD) é:

“Une promesse faite par des dirigeants africains, fondée sur une vision économique et politique commune ainsi qu’une conviction ferme et partagée qu’il incombe d’urgence d’éradiquer la pauvreté, de placer leurs pays individuellement et collectivement sur la voie d’une croissance et d’un développement durable tout en participant activement à l’économie et à la politique mondiale” (Rukato; 2003: 49).

⁶⁸ **Turismo de Aventura:** “Conceito de turismo associado à exploração de actividades turísticas que têm por finalidade estimular as sensações de perigo, ansiedade e risco, praticadas sobretudo por gente jovem” (Domingues; 1997: 311).

⁶⁹ Para a elaboração desta secção seguiremos de perto, os documentos produzidos pelos seguintes autores: (Rukato; 2003: 45-48); (Ndiaye; 2003: 63-65) e a consulta do Website: www.nepad.org

Esta visão, para o renascimento de África, resultou da iniciativa de um mandato dado a cinco chefes de Estado (África do Sul, Argélia, Egipto, Nigéria e Senegal) pela Organização de Unidade Africana (OUA), a fim de promover um quadro socio-económico integrado para o desenvolvimento de África. A trigesima-sétima cimeira da OUA em Julho de 2001 oficialmente adoptou o documento do quadro estratégico.

O principal objectivo da NEPAD é a erradicação da pobreza. O turismo figura como um dos sectores prioritários de investimento, visando a promoção da diversidade da produção e das exportações.

Note-se que as iniciativas da NEPAD em relação ao mercado turístico consistem, entre outras, na orientação a nível nacional e sub-regional para projectos chave que podem ter impactes e contributos para a integração económica inter-regional; no desenvolvimento de uma estratégia de marketing inter-regional; na criação de uma capacidade de pesquisa sobre turismo e estatística turística; e forjar relações de cooperação que permitam tirar partido de uma partilha de conhecimentos⁷⁰.

De facto, a NEPAD ao considerar a indústria turística como objectivo estratégico prioritário para o desenvolvimento de África, e ao salientar a promoção do turismo comunitário como instrumento de erradicação da pobreza, mais não fez do que reconhecer as potencialidades do continente neste domínio⁷¹.

Entendemos que os objectivos enunciados acima só serão plenamente realizados se forem removidos alguns constrangimentos, nomeadamente, as questões de segurança, falta de infra-estruturas, fraco investimento, formação e educação e a criação de um ambiente favorável.

Com efeito, a NEPAD não é a primeira iniciativa desenvolvida para libertar o continente das dificuldades em que se encontra⁷². Contudo, julgamos que é necessário o engajamento de todos os países africanos para que a iniciativa tenha êxito.

⁷⁰ O secretariado do NEPAD em conjunto com os ministérios de turismo dos países africanos estão a desenvolver um Plano de acção para o turismo.

⁷¹ As potencialidades do turismo africano são os recursos naturais, o potencial humano e cultural (arte, música, dança, artesanato), a biodiversidade e a aproximação do mercado europeu.

⁷² Outras iniciativas existiram, nomeadamente, em Lagos na Nigéria na década de 80 do século XX.

No entanto, constatamos que os principais documentos de estratégia de Cabo Verde não fazem qualquer referência a NEPAD, nem as Grandes Opções do Plano 2001-2005 (GOP), nem o Programa de Acção Nacional para o Decénio 2001-2010.

De facto, também o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico (PEDT) de Cabo Verde, não faz qualquer referência àquela iniciativa, tal como não tem em conta as directrizes de âmbito regional propostas pela Comunidade Económica de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)⁷³. Esta constatação leva-nos a pensar que o país tem uma orientação exclusivamente nacional em matéria de desenvolvimento turístico. A análise desses factos leva a crer que o país não está interessado no desenvolvimento de projectos que possam ter impactes e contributos para a sua integração económica regional, inter-regional e continental.

Refira-se ainda que no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁷⁴ e no decurso da I Conferência dos Ministros do Turismo da CPLP, realizada em Lisboa, em Junho de 1998, foi institucionalizada a Conferência de Ministros responsáveis do Turismo⁷⁵. Tratou-se de um fórum privilegiado de consulta e de permuta de informações e experiências, bem como de definição conjunta da cooperação no domínio do desenvolvimento do turismo.

No entanto, tudo indica que a I Conferência deu poucos frutos, pois o programa de cooperação turística “[...] *não foi suficientemente desenvolvido, à excepção da adopção de posições comuns junto da Organização Mundial do Turismo*” (Ministério da Economia; 2004: 1).

Assim, resta esperar que o plano de acção saído da II Conferência de Ministros de Turismo da CPLP seja cumprido. Realçamos, para finalizar, que a

⁷³ A Comunidade Económica de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) tem como principal objectivo o estabelecimento de uma união aduaneira e de um mercado comum, no sentido de promover a livre circulação de pessoas e de mercadorias nos países-membros. Website: www.ecowas.int/

⁷⁴ A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) apresenta como objectivos gerais a concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais, nomeadamente na defesa e promoção de interesses comuns ou questões específicas, a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, e a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.

⁷⁵ Salientamos que ao contrário do instituído na I Conferência (a realização destas conferências é de dois em dois anos), a II Conferência realizou-se em Março de 2004, isto é, 6 anos depois da primeira.

conferência sublinhou “[...] *a importância do turismo como força impulsionadora da luta contra a pobreza*” e acentuou ainda “*o interesse do desenvolvimento de um turismo sustentável, no respeito pelo meio ambiente e pela identidade cultural dos povo.*” (Ministério da Economia; 2004: 2).

Devido à língua, à proximidade geográfica, histórica e cultural e aos compromissos assumidos, consideramos que Cabo Verde deveria empenhar-se neste projecto e integrar-se cada vez mais quer na CPLP, quer na CEDEAO, quer na União Africana.

Síntese do capítulo 3

Cabo Verde, enquanto membro da Organização Mundial do Turismo, deveria estar atento às posições, às recomendações e às iniciativas que esta organização vem tomando no âmbito do desenvolvimento de um turismo sustentável. Estas passam pela utilização do turismo como instrumento de combate à pobreza; pela adopção do código de ética mundial do turismo e pela criação de uma estratégia de desenvolvimento turístico sustentável, recomendação saída da carta do turismo sustentável.

É evidente que os países de rendimentos baixos estão a conseguir uma quota crescente das entradas de turistas internacionais, mas esta não corresponde a uma quota similar no crescimento das receitas.

No grupo dos vinte países em desenvolvimento com maior crescimento nas entradas de turistas internacionais, destacamos Cabo Verde na primeira posição entre os pequenos estados insulares, na quarta posição entre os países menos avançados e a sexta posição entre os países em desenvolvimento.

Entendemos que os países em desenvolvimento precisam de adoptar uma estratégia especificamente orientada a favor dos pobres, porque o crescimento económico não tem permitido reduzir a pobreza de uma forma rápida e sustentada. De acordo com a Organização Mundial de Turismo, existem muitas estratégias para intensificação dos benefícios económicos do turismo no desenvolvimento económico local, e que podem ter um efeito de reduzir a pobreza, desde a diversificação e enriquecimento do produto turístico até à participação dos pobres no processo de planeamento.

Tudo indica que a maximização das vantagens do turismo nos PED e nos PMA, depende não apenas da implementação de iniciativas políticas, mas igualmente de uma atitude diferente quer por parte dos organismos internacionais de ajuda ao desenvolvimento, quer das intenções das instituições financeiras e dos actores do sector privado.

De facto, o turismo em favor dos pobres não constitui uma panaceia, mas pode contribuir para o desenvolvimento rural e a atenuação da pobreza. Entendemos que é fundamental reforçar os impactes locais do turismo sobre os pobres mas, para isso é preciso remover alguns obstáculos, nomeadamente, promover o acesso dos pobres ao mercado, assegurar a viabilização comercial dos produtos e estabelecer um quadro político favorável e, finalmente, resolver as insuficiências de competências, gerir os custos e as expectativas e otimizar a colaboração entre partes concorrentes.

A participação da comunidade nos atractivos turísticos depende dos recursos turísticos e da situação social local, pelo que pode assumir diversas formas desde o ecoturismo, turismo cultural, turismo comunitário e turismo rural.

Entendemos que no caso de Cabo Verde o turismo de retorno às raízes, isto é, a implementação de programas que incitem os emigrantes e seus descendentes a visitar os familiares e a contactar a pátria de origem dos seus ancestrais, é importante dado que existe uma enorme comunidade emigrada que ultrapassa a residente em Cabo Verde.

De facto, o continente africano tem uma posição marginal no mercado do turismo global, pois apenas representa 4.1% das entradas e 2.5% das receitas do turismo internacional. Além do mais, o turismo internacional em África é caracterizado por uma forte polarização, com a África do Norte e a Austral a concentrarem a maior parte das entradas e receitas.

A nova parceria para o desenvolvimento de África (NEPAD) veio renovar as esperanças, e tem como principal objectivo a erradicação da pobreza e a promoção da indústria turística como estratégias prioritárias para o desenvolvimento de África. A iniciativa salienta a dinamização do turismo comunitário como instrumento de erradicação da pobreza.

Finalmente, consideramos que Cabo Verde deveria empenhar-se cada vez mais nas iniciativas tomadas em relação ao sector turístico, nomeadamente no âmbito regional, inter-regional e continental, assim como no quadro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Parte II – Estudo de Caso: As Ilhas de Cabo Verde

Na Parte II, discutimos, com base na experiência cabo-verdiana, as questões abordadas na literatura que servem de suporte à construção deste trabalho.

CAPÍTULO 4 – QUADRO ECONÓMICO E SOCIAL

Neste capítulo analisamos o quadro económico e social das ilhas de Cabo Verde. Começamos com uma breve apresentação das ilhas. Analisamos o quadro macroeconómico global e a perspectiva sectorial, o sub-sector turístico, sobretudo a partir da década de 90 até ao início do novo milénio, período escolhido para observar o estado do turismo e da pobreza no arquipélago “descoberto” pelos portugueses em 1460. Refira-se que neste capítulo damos uma maior ênfase aos aspectos económicos, enquanto que no capítulo seguinte privilegiamos os aspectos sociais.

4.1. Breve apresentação das ilhas

A República de Cabo Verde, localizada no Oceano Atlântico Norte, é um arquipélago a 455 quilómetros a oeste do Senegal, na África Ocidental. Composto por dez ilhas que cobrem uma área de 4.033 quilómetros quadrados. O arquipélago de Cabo Verde está geograficamente dividido em dois grupos: o Barlavento (lado de onde sopra o vento), ao norte (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista) e o Sotavento (lado oposto ao vento) ao sul (Maio, São Tiago, Fogo e Brava). As ilhas de Cabo Verde são de origem vulcânica, semelhante às outras ilhas do grupo da Macaronésia (Açores, Canárias e Madeira). As ilhas do Sal, Boavista e Maio (as ilhas mais antigas do arquipélago) são extremamente planas, enquanto que as restantes são montanhosas.

País Saheliano, porque tem a extensão do deserto do Sahara, é insular e fortemente afectado pela seca (Cabo Verde tem uma história de longas estiagens com consequências terríveis, como a fome no passado), pela desertificação, pela debilidade e pela irregularidade da sua pluviosidade.

As ilhas de Cabo Verde foram “descobertas” pelos portugueses em 1460, e segundo a maioria dos historiadores, seriam ilhas desabitadas⁷⁶. O povoamento de Cabo Verde foi feito de escravos trazidos do continente africa-

⁷⁶ Para aprofundar esta questão da história das ilhas sugeríamos a consulta de (Andrade; 1996).

no, e hoje, a maioria dos cabo-verdianos são uma mistura de origem africana e europeia.

“Os portugueses quiseram, inicialmente, proceder a um povoamento branco, como foi o caso de Madeira e Açores. Mas o rigor do clima, a impossibilidade de desenvolver em Cabo Verde culturas cerealíferas às quais as famílias europeias estavam habituadas, a fraqueza populacional de Portugal, constituiu outros tantos entraves para o desenvolvimento da fixação europeia. [...] Os primeiros escravos chegaram a Cabo Verde provavelmente em 1466, depois da concessão da Carta dos Privilégios”⁷⁷ (Andrade; 1996: 35-37).

A população habita nove das dez ilhas, dispersas num raio de uma centena de quilómetros. Segundo o censo nacional de 2000, Cabo Verde tem uma população de 434.625 habitantes⁷⁸. A população é jovem, com cerca de 42% com idade inferior a 14 anos e somente 6.2% com mais de 65 anos. A média de idade dos cabo-verdianos é de 17 anos de idade. Muitos cabo-verdianos emigram, estima-se que existem pelo menos tantos no exterior como no país. A taxa de urbanização era de 53.4% em 2000.

A cidade da Praia é a capital do país, tem uma população de 106.052 habitantes e fica situada na ilha de São Tiago onde se concentra 54.4% da população do país. Com uma taxa de crescimento anual de 2.4%, é previsível, a manter-se a taxa, que a população atinja os 567.000 habitantes em 2015. Quarenta por cento das 93.975 famílias de Cabo Verde são encabeçadas por mulheres. O tamanho médio das famílias é de 4.6 pessoas.

A língua nacional de Cabo Verde é o cabo-verdiano (crioulo que data do século XV e deriva do antigo português e das línguas faladas nas áreas costeiras da África Ocidental), falado praticamente por toda a população. O português é a língua oficial, o francês e o inglês são línguas ensinadas nas escolas.

Como vimos anteriormente, o arquipélago de Cabo Verde foi “descoberto” em 1460 e colonizado pelos portugueses nos anos seguintes. Passou de

⁷⁷ Uma vez que os colonos não queriam fixar-se nas ilhas “*sem grandes liberdades e privilégios*” foi necessário criar-se a Carta dos Privilégios de 12 de Junho de 1466. Essa carta “concedia aos habitantes de Cabo Verde o direito perpétuo de fazer o comércio e o tráfico de escravos em todas as regiões da Guiné (desde o rio Senegal até à Serra Leoa), à excepção da feitoria de Arguim, cuja exploração estava reservada à Coroa” (Andrade; 1996: 35-36).

⁷⁸ Ver Anexo 6, Dados sobre a população cabo-verdiana. Pag. 213. Que também pode ser pesquisado com mais detalhe no Website: www.ine.cv

colónia a província ultramarina de Portugal em 1951. As ilhas alcançaram a independência de Portugal em 5 de Julho de 1975. Na altura da independência, houve intenção de formar uma nação conjunta com a Guiné-Bissau, mas as relações tornaram-se tensas e tal não foi possível. A pressão crescente para a democracia conduziu às primeiras eleições multipartidárias em Janeiro de 1991, com outras subsequentes em 1996 e em 2001.

Cabo Verde é geralmente referido como um modelo de bom governo e um país estável na região, para o que certamente contribui o ambiente democrático e pacífico em que têm decorrido as eleições, assim como o baixo nível de corrupção, sujeito a medidas de controlo.

4.2. Quadro macroeconómico global

Neste ponto analisaremos os seguintes tópicos: O crescimento económico no contexto da implementação das políticas de estabilização e liberalização entre 1990 e 2000. A situação do emprego e da emigração passando para a abertura ao exterior, as entidades do desenvolvimento e finalmente abordaremos alguns desafios de âmbito geral para Cabo Verde.

4.2.1. Crescimento económico no contexto da implementação das políticas de estabilização e liberalização (1990-2000)

O valor nominal de 2002 do PIB *per capita* é de (US\$1.420), 57% acima do valor observado em 1990 (US\$902) e sete e meio vezes o que era por ocasião da independência, em 1975, quando era de (US\$190) (MFP; 2004a).

A economia cabo-verdiana é fortemente centrada nos serviços (Ver Quadro 5). Estes contribuíram com 65.8% para o PIB do país em 2000, consistindo principalmente no comércio (18.5%), e serviços governamentais (12.6%). Entre 1990 e 2000, os sub-sectores de transportes aéreos, comunicações, bancos, seguros, hotéis e restaurantes, foram os mais dinâmicos e os que mais contribuíram para o reforço da hegemonia do sector de serviços, na economia cabo-verdiana. Por seu lado, a agricultura contribuiu somente com 9.7% para o PIB, sobretudo devido à existência de poucos recursos naturais, há escassez de água e somente 10% da terra é arável. Apesar disso, cerca de metade da

população vive em áreas rurais e está envolvida em actividades agrícolas de pequena escala e na pesca. A indústria contribui com 16.2% para o PIB, dependendo principalmente da construção e de alguma produção.

Segundo os dados das contas nacionais fornecidos pelo INE, podemos constatar uma alteração na estrutura do PIB: o sector primário perde sucessivamente peso relativo, passando de 14.5% em 1990 para 9.7% em 2000; o sector secundário que vinha ganhado algum terreno atingiu o seu máximo histórico em 1996 (20.2%), diminuiu em 2000 para 16.2%; o sector terciário que se mantém predominante (nomeadamente através dos sub-sectores do Comércio, dos Transportes e das Comunicações) passou de 60.6% em 1990 para 65.8% em 2000 (Ver Quadro 5).

Quadro 5 – Produto Interno Bruto, a preços constantes de 1980 (1990-2000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
	(em milhões de escudos cabo-verdianos)										
SECTOR PRIMÁRIO	1,382	1,304	1,220	1,320	1,279	1,369	1,297	1,251	1,201	1,667	1,782
Agricultura, pecuária, silvicultura	1,184	1,081	1,014	1,079	1,014	1,077	1,019	984	922	1,377	1,481
Pesca	118	129	99	125	151	165	148	136	142	152	166
Indústrias extractivas	80	94	107	116	114	127	130	132	137	137	136
SECTOR SECUNDÁRIO	1,854	1,897	1,961	2,111	2,186	2,363	2,650	2,785	2,884	3,002	2,970
Congelação, conservas de peixe	16	48	19	20	19	21	30	34	30	29	27
Outras indústrias alimentares	216	221	223	229	259	275	322	368	361	370	355
Tabaco	7	6	3	31	25	16	19	11	42	26	18
Mecânica e reparação naval	58	20	33	39	19	24	59	19	38	44	14
Carpintaria	114	94	103	87	106	111	128	116	149	160	180
Outras indústrias transformadoras	78	98	94	140	167	217	256	293	274	289	251
Electricidade e água	43	69	97	107	106	159	177	239	261	204	314
Construção	1,322	1,341	1,389	1,458	1,486	1,541	1,658	1,706	1,731	1,881	1,810
SECTOR TERCIÁRIO	5,769	5,848	6,036	6,625	7,114	7,728	8,214	9,347	10,299	11,136	12,074
Comércio	2,221	2,086	2,036	2,114	2,259	2,460	2,524	2,670	2,857	2,981	3,387
Hotéis e restaurantes	137	119	123	160	169	152	173	288	371	401	525
Transportes rodoviários	264	276	281	378	423	429	492	491	524	555	653
Transportes marítimos	318	266	278	287	285	217	245	453	468	614	646
Transportes aéreos	63	236	271	225	405	407	405	343	595	630	603
Serviços aos transportes	270	281	307	280	292	334	349	423	441	467	495
Comunicações	249	291	373	468	523	577	618	796	987	1,218	1,483
Bancos e seguros	146	152	128	207	202	362	381	537	683	604	495
Habitacões e locais	735	739	781	821	851	898	943	1,009	1,049	1,117	1,172
Serviços governamentais	1,245	1,263	1,322	1,511	1,513	1,670	1,885	2,124	2,069	2,272	2,319
Outros serviços	121	140	136	175	191	221	199	212	255	277	297
Serviços bancários não imputados	-139	-140	-127	-218	-159	-273	-309	-477	-557	-453	-383
Direitos e taxas / importações	660	751	864	844	1,001	1,090	1,247	1,194	1,459	1,748	1,899
TOTAL	9,526	9,660	9,954	10,682	11,422	12,278	13,100	14,100	15,287	17,100	18,342
	(em percentagem do PIB)										
SECTOR PRIMARIO	14.5	13.5	12.3	12.4	11.2	11.2	9.9	8.9	7.9	9.7	9.7
Agricultura, pecuária, silvicultura	12.4	11.2	10.2	10.1	8.9	8.8	7.8	7.0	6.0	8.1	8.1
Pesca	1.2	1.3	1.0	1.2	1.3	1.3	1.1	1.0	0.9	0.9	0.9
Indústrias extractivas	0.8	1.0	1.1	1.1	1.0	1.0	1.0	0.9	0.9	0.8	0.7
SECTOR SECUNDARIO	19.5	19.6	19.7	19.8	19.1	19.2	20.2	19.8	18.9	17.6	16.2
Congelação, conservas de peixe	0.2	0.5	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.1
Outras indústrias alimentares	2.3	2.3	2.2	2.1	2.3	2.2	2.5	2.6	2.4	2.2	1.9
Tabaco	0.1	0.1	0.0	0.3	0.2	0.1	0.1	0.1	0.3	0.1	0.1
Mecânica e reproach naval	0.6	0.2	0.3	0.4	0.2	0.2	0.5	0.1	0.2	0.3	0.1
Carpintaria	1.2	1.0	1.0	0.8	0.9	0.9	1.0	0.8	1.0	0.9	1.0
Outras indústrias transformadoras	0.8	1.0	0.9	1.3	1.5	1.8	2.0	2.1	1.8	1.7	1.4
Electricidade e agua	0.5	0.7	1.0	1.0	0.9	1.3	1.4	1.7	1.7	1.2	1.7
Construção	13.9	13.9	14.0	13.6	13.0	12.6	12.7	12.1	11.3	11.0	9.9
SECTOR TERCIARIO	60.6	60.5	60.6	62.0	62.3	62.9	62.7	66.3	67.4	65.1	65.8
Comércio	23.3	21.6	20.4	19.8	19.8	20.0	19.3	18.9	18.7	17.4	18.5
Hotéis e restaurantes	1.4	1.2	1.2	1.5	1.5	1.2	1.3	2.0	2.4	2.3	2.9
Transportes rodoviários	2.8	2.9	2.8	3.5	3.7	3.5	3.8	3.5	3.4	3.2	3.6
Transportes marítimos	3.3	2.8	2.8	2.7	2.5	1.8	1.9	3.2	3.1	3.6	3.5
Transportes aéreos	0.7	2.4	2.7	2.1	3.5	3.3	3.1	2.4	3.9	3.7	3.3
Serviços aos transportes	2.8	2.9	3.1	2.6	2.6	2.7	2.7	3.0	2.9	2.7	2.7
Comunicações	2.6	3.0	3.7	4.4	4.6	4.7	4.7	5.6	6.5	7.1	8.1
Bancos e seguros	1.5	1.6	1.3	1.9	1.8	3.0	2.9	3.8	4.5	3.5	2.7
Habitacões e locais	7.7	7.7	7.8	7.7	7.5	7.3	7.2	7.2	6.9	6.5	6.4
Serviços governamentais	13.1	13.1	13.3	14.1	13.2	13.6	14.4	15.1	13.5	13.3	12.6
Serviços bancários não imputados	-1.5	-1.4	-1.3	-2.0	-1.4	-2.2	-2.4	-3.4	-3.6	-2.7	-2.1
Direitos e taxas / importações	6.9	7.8	8.7	7.9	8.8	8.9	9.5	8.5	9.5	10.2	10.4
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: INE – Cabo Verde – Contas Nacionais – Abril 2003

A perda de peso do sector primário deve-se principalmente ao problema estrutural do sector, que não se tem modernizado e também devido à persistência da seca. Assim, como dizia Ennes Ferreira,

“Os efeitos negativos que pesam sobre os rendimentos dos agricultores, o êxodo rural, o aumento do desemprego urbano (rural), os problemas sociais daí derivados, são elementos mais a somar à diversidade de condicionamentos que a economia cabo-verdiana enfrenta” (Ferreira et al.; 1986: 13).

De facto “[...] as adversas condições climatéricas tornam muito precária a actividade agrícola, cujo peso na estrutura produtiva do país é assim muito reduzido, em relação ao que é comum numa economia subdesenvolvida” (Murteira; 1988: 177).

Não obstante o crescimento económico de Cabo Verde, a economia é frágil, o país tem poucos recursos naturais e possibilidades agrícolas limitadas e a importação de alimentos é crítica. *“Cabo Verde importa mais de 80% dos alimentos de que necessita e não se vislumbra uma auto-suficiência alimentar”* (MFP; 2004a: 18). Os cabo-verdianos importam quase a totalidade dos produtos que consomem, desta forma as importações são equivalentes a 40% do PIB. A economia está muito dependente da ajuda externa (Cabo Verde tem uma das ajudas externas mais elevadas *per capita* no mundo, de US\$319 em 1999) e das remessas dos emigrantes (que constituem cerca de 20.0% do PIB). No conjunto, a ajuda externa e as remessas dos emigrantes representam cerca de 34% do PIB.

De facto, o grande desafio que se coloca a Cabo Verde é tentar ultrapassar o “círculo vicioso da dependência externa”⁷⁹.

Recordemos que a década de 90 é a década do “pós-consenso de Washington”, em que o desenvolvimento humano, a educação, a tecnologia, o meio ambiente, a saúde e o emprego e a luta contra a pobreza passam a fazer parte da agenda internacional, assim como o respeito pelos direitos do Homem e pela boa governação, o multipartidarismo e a democracia.

⁷⁹ Apesar deste desafio ter sido considerado pelos sucessivos Governos, como um objectivo fundamental das suas políticas de desenvolvimento, a situação permanece essencialmente semelhante, trinta anos após a independência política.

Refira-se que no âmbito dos programas formais de ajustamento e estabilização do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, estávamos a entrar na sua terceira geração que,

“[...] assenta numa evolução da concepção dos programas no sentido de dar mais atenção às variáveis sociais [...] as medidas de política económica e social dos programas não conduziram a resultados satisfatórios de acordo com as previsões, revelando erros do FMI e do BM, que até 1987, consideravam as questões sociais resolúveis no âmbito das variáveis económicas” (Grassi; 2003: 134).

É assim que, com a abertura política, o surgimento do pluripartidarismo e a vitória do Movimento para a Democracia (MPD) nas primeiras eleições em 1991, se dá o advento da ortodoxia nas políticas económicas de desenvolvimento aplicadas em Cabo Verde e a consequente afirmação do pensamento neoliberal, proposto e recomendado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. *“Em Cabo Verde, o conjunto de políticas adoptadas pelo governo em 1991 e 1992 são fiéis ao espírito dos programas e ajustamentos estruturais, ainda que estes não tenham sido impostos pelas instituições de Bretton Woods” (Grassi; 2003: 134).*

Como vimos anteriormente, estamos na década do “pós-consenso de Washington”, mas as autoridades cabo-verdianas adoptam livremente o “Consenso de Washington” que consistia na estabilização macroeconómica como prioridade imediata, na redução do papel do Estado e na liberalização dos mercados (privatizações, desregulamentações). Estas medidas, bem como a orientação da produção para as exportações de forma a transformá-la no motor de crescimento económico.

Subscrevemos a este respeito a apreensão de João Estêvão quanto à tentativa de redução do papel do Estado na economia cabo-verdiana, tendo em conta que se está na presença de um micro estado, em que se associam a distância aos principais mercados (Europa) e a insularidade. É que o mercado não constitui, em si mesmo, o mecanismo mais eficiente de afectação dos recursos, pois *“[...] como a pequena economia insular não tem capacidade endógena, os recursos só poderão vir do exterior e para que tal aconteça é indispensável a acção dinamizadora do Estado” (Estêvão; 2004: 150).*

4.2.2. Emprego e Emigração

O mercado de trabalho no arquipélago apresenta vários desequilíbrios estruturais, no entanto os mais significativos referem-se,

“[...] à existência de uma população jovem (cerca de 70% têm menos de 30 anos de idade), a uma alta taxa de fecundidade e a uma baixa qualificação profissional, assim como à falta de ligação entre o sector de emprego e a formação profissional existente” (Grassi; 2003: 152-153).

A leitura de alguns dados extraídos de um inquérito do Observatório de Migrações e Emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde⁸⁰, permite-nos verificar que no 1.º trimestre de 2003, a taxa de desemprego é estimada em 16.7%. Numa análise por género, nota-se um ligeiro acréscimo na taxa de desemprego entre os homens na ordem de 0.7% de 15.1% para 15.8% e, entre as mulheres, ao contrário, regista-se uma diminuição de 18.9% para 17.7%. No que se refere à análise do desemprego por faixa etária, constata-se que a incidência é maior sobre os jovens com a idade compreendida entre 15-24 anos, situando-se nos 32.9% (IEFP; 2003).

Segundo os dados do mesmo inquérito, o desejo de emigrar tem aumentado em termos percentuais, passando de 47.3% para 53.8%. As percentagens mais baixas dos inquiridos que desejam emigrar foram registadas nos concelhos do Sal e da Praia, com 39.2% e 50.8%, respectivamente. Por outro lado, São Vicente e São Filipe registaram as percentagens mais elevadas, ou seja, 60.7% e 56.7%, respectivamente.

Ainda segundo os dados do inquérito, a percentagem de pessoas empregadas no sector de alojamento e restauração é de 4.3% do total, sendo 2.9% do sexo masculino e 5.9% do sexo feminino.

No cenário descrito de desequilíbrio estrutural no mercado de trabalho, é de esperar que o sector do turismo venha a desempenhar um papel importante no plano económico e social, na medida em que crie emprego, sobretudo para a faixa etária dos 24-30 anos e especialmente para as mulheres.

⁸⁰ Website do Instituto de Emprego e Formação Profissional: www.iefp.cv/doc/OME1_03.pdf

4.2.2.1. Diáspora cabo-verdiana em números⁸¹

Segundo informações de 1998 do Instituto das Comunidades de Cabo Verde, havia mais Cabo-verdianos (518.180) na diáspora do que em Cabo Verde (434.812 residentes nas ilhas segundo o Censo do INE de 2000), sendo que 264.900 (51.1%) viviam nos Estados Unidos e 80.000 (15.4%) em Portugal.

Há mais emigrantes cabo-verdianos em Portugal (80.000) do que em todos os países africanos de língua oficial portuguesa (68.000). Nos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP)⁸², Angola e São Tomé e Príncipe são os destinos mais significativos da emigração cabo-verdiana com 45.000 e 20.000, respectivamente.

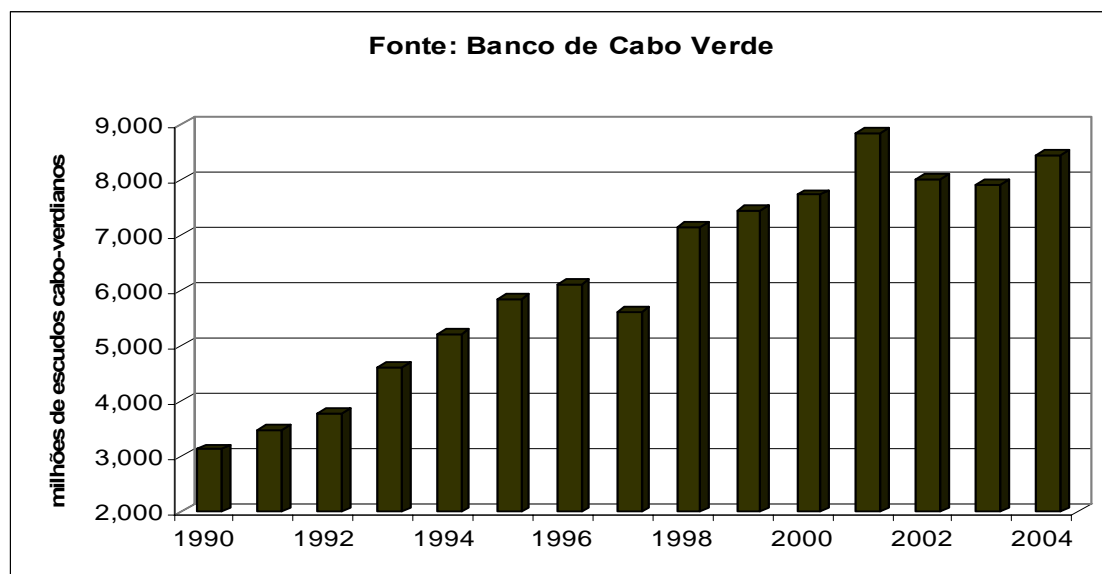
Numa análise por continente, verifica-se que 52.8% dos cabo-verdianos emigrantes vivem no continente americano (96.9% deste total nos Estados Unidos da América), 29.3% na Europa (52.8% deste total em Portugal) e 18.0% em África (73.0% deste total nos PALOP).

Ao longo da década de 90 as remessas de emigrantes têm evoluído de forma positiva, atingindo um máximo histórico em 2001. A partir de 2001, porém, verificamos uma trajectória decrescente deste indicador, devido em parte a uma maior rigidez e controlo das fronteiras por parte dos países de acolhimento da emigração em consequência do atentado terrorista do dia 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (Ver Gráfico 2).

⁸¹ Ver Anexo 7, Países de acolhimento dos cabo-verdianos. Pag. 214.

⁸² Os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) são as antigas colónias portuguesas que adoptaram após a independência como língua oficial o português, a saber, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Gráfico 2 – Remessas de emigrantes (1990-2004)



4.2.2.2. Benefícios da emigração para a economia cabo-verdiana

Num cenário de pressão demográfica como aquele em que vive o arquipélago, é facilmente compreensível o importante papel que tem desempenhado a emigração. Se por um lado alivia o mercado interno do trabalho, por outro lado, as remessas dos emigrantes têm permitido aumentar o rendimento disponível das famílias no país, assim como o equilíbrio da balança de transacções correntes.

De facto hoje vivemos uma situação mundial em que verificamos um refrear do fenómeno migratório internacional. Tudo aponta para que esta situação constitua mais uma restrição, que as autoridades cabo-verdianas devam ter em conta na definição de uma política de desenvolvimento para o país.

Assim, espera-se que o sector do turismo venha a absorver uma parte da mão-de-obra que não poderá emigrar, sobretudo dos jovens que saem do sistema de ensino/ formação profissional.

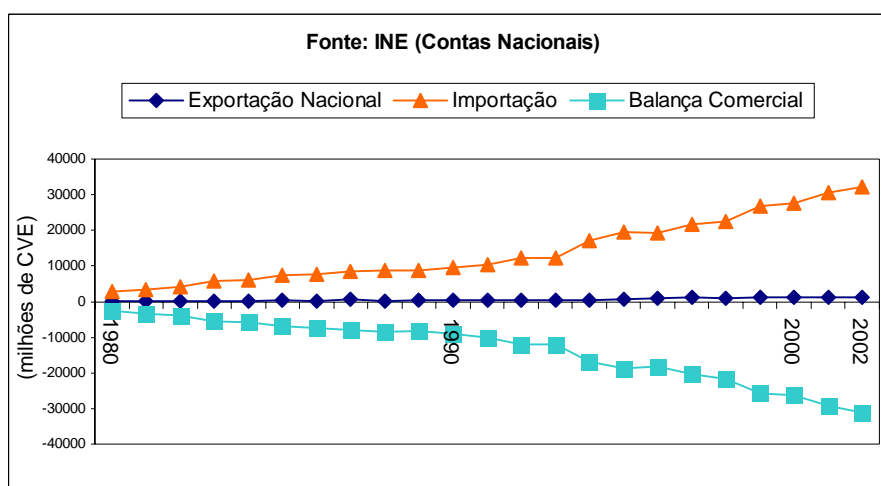
4.2.3. Abertura ao exterior

A economia cabo-verdiana é caracterizada como sendo “economia MIRAB⁸³”, com algumas características de economia de serviços. Trata-se de facto de uma economia aberta ao exterior.

4.2.3.1. Comércio externo Cabo-verdiano (1980 - 2002)

A fragilidade da estrutura produtiva cabo-verdiana encontra-se bem patente no saldo negativo crónico da balança comercial, que se foi agravando ao longo dos anos (Ver Gráfico 3). Por exemplo, entre 1991 e 2002, o défice comercial mais do que triplica, passando de 10 para 31 milhões de escudos cabo-verdianos. A taxa de cobertura das importações é extremamente baixa: nunca conseguiu ir mais além do que 6.5%, situando-se em média nos 4.4% durante o período entre 1980 e 2002.

Gráfico 3 – Comércio externo Cabo-verdiano (1980-2002)



Este facto deve-se por um lado, à inexistência dum forte sector exportador que não consegue atenuar o défice comercial e, por outro lado, por um ávido sector importador, carente em bens de consumo, quer alimentares quer intermédios, e de equipamentos.

Relativamente à evolução do peso do comércio externo por zonas económicas e principais países de destino, é claro o predomínio da Europa, sendo

⁸³ A expressão “economia-MIRAB” tem sido utilizada como designação para as economias cujo funcionamento se baseia nos fluxos de remessas de emigrantes e de ajuda pública ao desenvolvimento. O termo “MIRAB” deve-se a G. Bertram e R. Watters e corresponde a um acrónimo em que M significa migrações, R remessas, A ajuda e B burocracia (acção do Estado).

Portugal o principal cliente e fornecedor que, entre 1990 e 2004, absorveu mais de 74% das exportações e forneceu mais de 43% das importações cabo-verdianas (Ver Quadro 6).

Quadro 6 – Distribuição geográfica do comércio externo (1990-2004)

(em percentagem do total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 (até 3ºTrim)
Exportação	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Alemanha	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.3	0.7	1.6	1.1	0.1
Angola	1.1	0.6	0.0	16.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3	0.1	0.0	0.8	0.0
Aprovision. Navios	0.2	0.2	0.2	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Argélia	32.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Espanha	0.0	0.0	0.0	15.3	0.0	7.2	11.1	8.7	7.3	2.9	3.5	0.2	0.8	0.0	0.4
Estados Unidos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	11.4	6.3	4.4	22.5	14.9
França	0.0	0.0	0.0	4.1	0.0	2.1	1.9	1.6	0.7	0.4	0.1	0.2	0.1	0.1	0.1
Guiné-bissau	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1	0.3	0.0	0.2	0.0	2.1	0.4	0.0	0.4	0.0	0.6
Outros Países	25.4	22.6	9.4	12.2	39.0	6.7	9.4	14.4	3.0	4.1	1.7	1.6	4.0	4.2	1.3
Países Baixos	1.1	10.4	10.5	3.4	2.1	0.9	0.5	1.0	0.2	0.8	0.3	0.2	0.2	0.4	0.2
Portugal	39.6	66.0	80.0	48.8	58.8	82.8	77.0	74.1	88.9	89.7	80.1	90.7	88.4	70.8	83.4
Rep. Centro Africana	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
S. Tomé e Príncipe	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Importação (CIF)	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Alemanha	2.4	6.3	3.7	4.9	4.0	4.1	3.0	2.1	4.6	2.0	1.5	0.6	3.9	1.0	0.8
Brasil	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.3	3.5	2.7	5.3
Costa do Marfim	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.8	0.6	2.6	1.1
Espanha	7.3	5.4	2.1	0.7	0.9	1.7	3.8	2.4	2.4	2.4	2.5	3.6	3.8	2.6	4.3
Estados Unidos	1.9	1.4	5.6	3.5	2.3	3.3	3.6	9.4	5.6	3.4	3.6	2.3	3.3	3.4	2.5
França	3.2	2.1	3.6	4.4	13.8	4.0	5.6	9.2	5.0	2.4	4.4	3.2	2.1	3.1	2.5
Itália	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.2	3.1	2.2	2.9
Outros Países	41.8	36.7	38.4	40.0	30.9	34.8	30.9	19.9	25.2	16.3	20.8	7.1	4.8	11.3	10.7
Países Baixos	8.9	9.8	10.4	8.5	8.0	7.9	7.6	11.1	6.8	17.8	13.0	22.0	18.1	20.3	18.8
Portugal	31.1	34.2	32.2	33.6	34.5	39.8	40.9	42.8	46.9	52.7	52.4	52.1	55.3	48.4	48.9
Reino Unido	1.6	1.5	1.8	2.1	1.4	2.1	2.8	2.0	2.7	2.9	1.8	1.6	0.4	0.9	1.2
Senegal	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.5	1.0	1.3	0.9
Suécia	1.8	2.6	2.2	2.3	4.2	2.3	1.7	1.1	0.7	0.1	0.0	0.6	0.1	0.1	0.2

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas

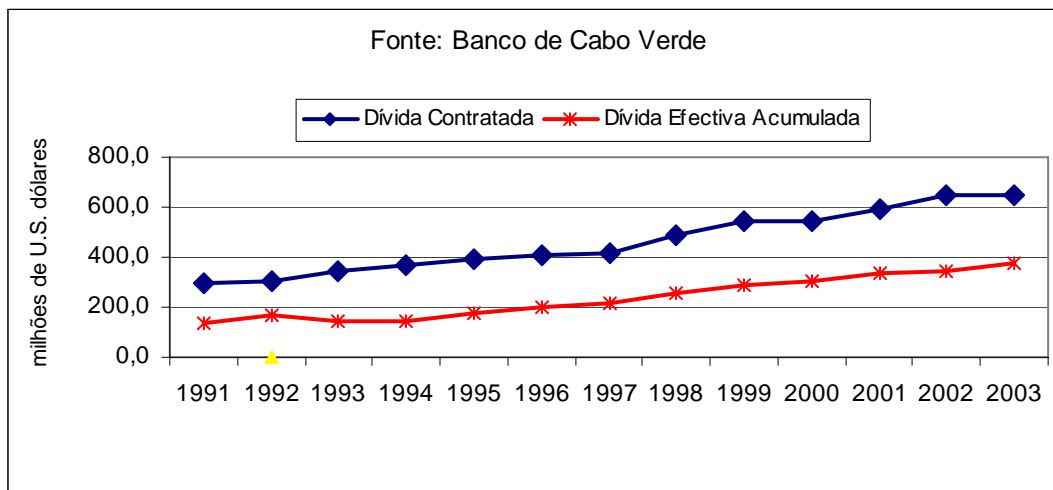
4.2.3.2. Dívida Externa

Enquanto PMA, Cabo Verde apresenta uma estrutura de dívida externa essencialmente concessional, segundo os dados recolhidos no African Development Indicators (BM; 2004).

Para financiar o seu desenvolvimento Cabo Verde tem contado com a ajuda externa e as remessas dos seus emigrantes que, no entanto, têm vindo a

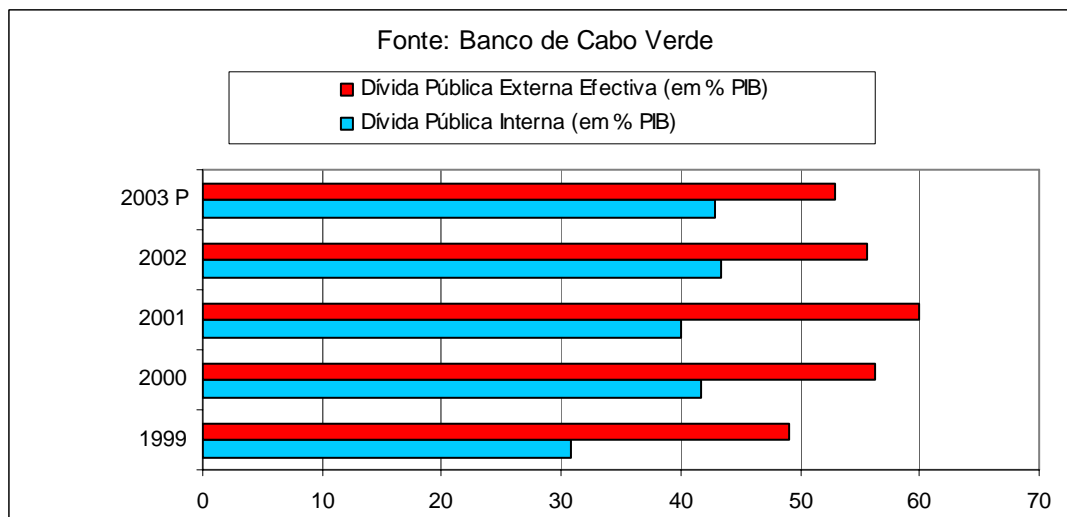
diminuir. Em contrapartida, a dívida externa tem vindo a aumentar. Entre 1991 e 2003 a dívida efectiva acumulada quase triplicou (Ver Gráfico 4).

Gráfico 4 – Dívida externa total (1991-2003)



Verificamos que a dívida pública interna foi em média de 40% do PIB entre 1999 e 2003 e que a dívida externa efectiva foi de 55% do PIB no mesmo período (Ver Gráfico 5).

Gráfico 5 – Dívida pública (1999-2003)



Podemos concluir que a dívida atingiu valores importantes na economia cabo-verdiana constituindo, por consequente, uma preocupação acrescida para as autoridades responsáveis pela política económica.

A 20 de Dezembro de 2004, a Assembleia-Geral das Nações Unidas, por ocasião da sua 59ª sessão baseando-se no relatório do Comité de Política de Desenvolvimento e na Estratégia de transição suave para os países que se

graduam do grupo dos PMA, recomendou a graduação de Cabo Verde e das Maldivas do grupo dos Países Menos Avançados (PMA), para entrar no grupo dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM)⁸⁴. Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde,

“Nos próximos três anos, nada muda. Nos próximos três anos, Cabo Verde irá manter o estatuto de PMA e o estudo que iremos fazer, as discussões com os nossos parceiros é que determinaram os contornos do faseamento da saída efectiva” (Notícia retirada do Website do Governo de Cabo Verde em 27 de Dezembro de 2004 – www.governo.cv).

As autoridades cabo-verdianas estão conscientes que a graduação de Cabo Verde dos PMA terá vários impactes no processo de financiamento de desenvolvimento, com realce para a perda das facilidades no acesso aos mercados internacionais, concedidas aos países desse grupo e o financiamento dos investimentos.

“Todos sabemos que o orçamento de investimento de Cabo Verde é financiado a mais de 90 por cento com recursos do exterior. A saída do PMA significa para muitos parceiros a actualização das taxas de juro. Em certos casos não vamos beneficiar das taxas baixas. Poderemos até pensar que em termos de donativos poderá haver diminuição” (Notícia retirada do Website do Governo de Cabo Verde em 27 de Dezembro de 2004 – www.governo.cv).

De facto, a graduação de Cabo Verde representa um grande desafio para a sociedade, pelo que o trabalho, o rigor, a disciplina e o “djunta-mô” seriam algumas das chaves para vencer os desafios da graduação.

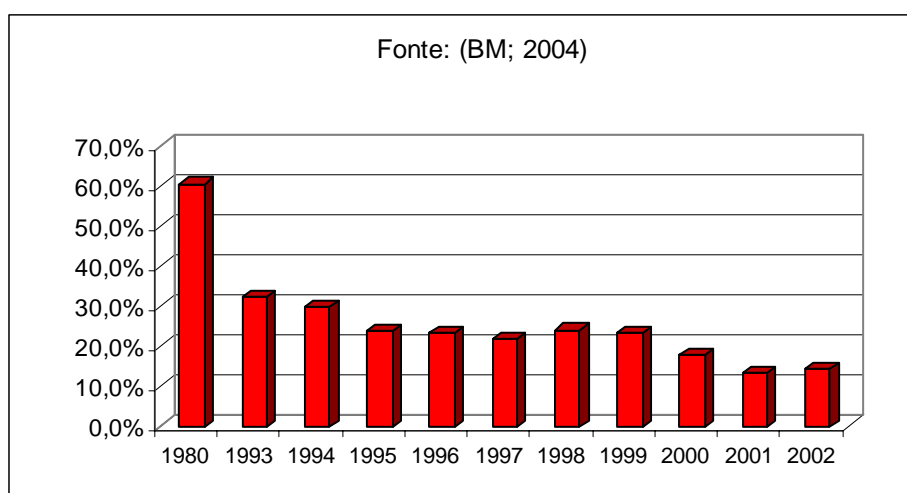
⁸⁴ Refira-se que o processo de negociação sobre a presença de Cabo Verde nos PMA data de 1994, quando o Comité de Política de Desenvolvimento, organismo das Nações Unidas, observou que Cabo Verde, pela primeira vez, preencheu dois dos três critérios de saída dos PMA, ou seja, um PNB per capita até 950 dólares (o PNB actual é de cerca de 1400 dólares) e um bom Índice de Desenvolvimento Humano.

4.2.3.3. Ajuda Externa

Devido às vulnerabilidades económicas e sociais, e ao facto de pertencer ao grupo dos países menos avançados, a comunidade internacional tem apoiado significativamente Cabo Verde em muitas das suas necessidades fundamentais. Aquando da independência e devido à “*herança da estrutura sócio-económica colonial*”⁸⁵ o país estava então mais dependente da ajuda externa.

A ajuda externa perde sucessivamente peso relativo no produto interno bruto, passando de 60.3% em 1980 para 32.3% em 1993 e para 14.3% em 2002 (Ver Gráfico 6).

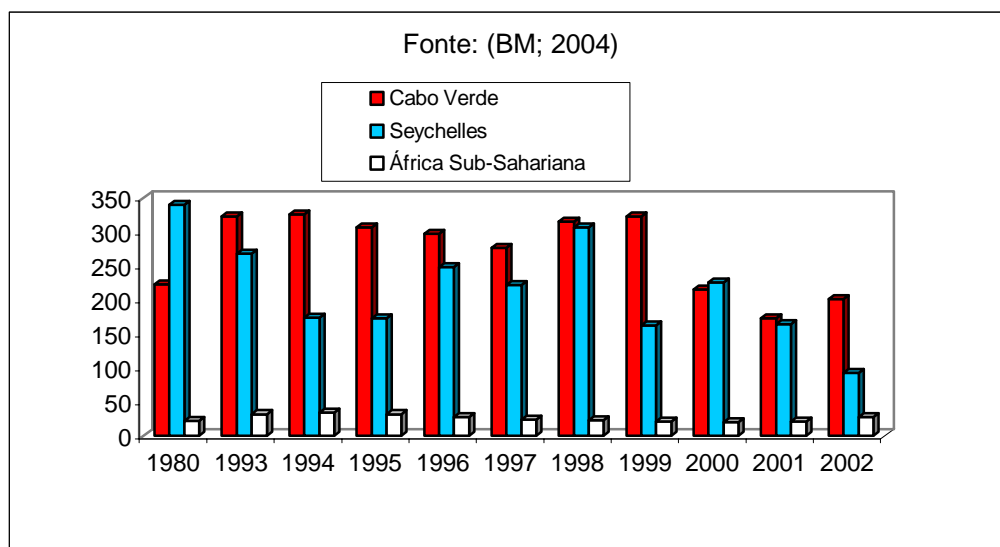
Gráfico 6 – Ajuda externa (em % do PIB), 1980-2002



Não obstante a diminuição do peso relativo da ajuda externa no PIB, Cabo Verde tem mantido uma ajuda externa líquida das mais elevadas *per capita* do mundo. Em 2002 Cabo Verde recebeu de ajuda externa líquida *per capita* 201 U.S. dólares, ocupando o primeiro lugar entre os seus pares do continente africano (Ver Gráfico 7).

⁸⁵ Para aprofundar a questão sugere-se a consulta de (Ferreira *et al.*; 1986), (Murteira; 1988) e (Andrade; 1996).

Gráfico 7 – Ajuda externa líquida *per capita* (US dólares – Preço corrente),
1980-2002



4.2.4. Entidades do Desenvolvimento em Cabo Verde

Devido às carências do país e à boa gestão que tem feito dos recursos postos à sua disposição, Cabo Verde tem recebido apoios extremamente importantes da Comunidade Internacional.

É assim que o Banco Mundial (BM) e suas filiais são parceiros importantes para Cabo Verde no domínio da promoção da competitividade externa do país, modernização dos portos, reorganização dos sectores de transportes, construção, reabilitação e manutenção de estradas, incentivando a integração económica nacional. O BM tem uma acção directa na reestruturação de empresas públicas, apoia a modernização de instituições públicas e acompanha a gestão das políticas económicas, tem ainda acções ao nível da educação e formação profissional, e na promoção e criação de empregos no sector privado. Em suma, o BM assume um papel activo nas políticas de liberalização levadas a cabo pelo governo de Cabo Verde.

Ainda a nível multilateral, Cabo Verde é um dos países do grupo África Caraíbas Pacífico (ACP) que beneficia da cooperação com a União Europeia (UE). A Cooperação com a UE tem sido orientada para o melhoramento de infra-estruturas (aeroporto Amílcar Cabral) projectos de electrificação, águas, saneamento e rodoviários.

As Nações Unidas também participam de forma importante na ajuda ao processo de desenvolvimento de Cabo Verde, através das suas agências especializadas, com destaque para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a FAO (no desenvolvimento agrícola), a ONUDI (a nível industrial), a UNESCO (nas áreas da educação), UNICEF (apoio à criança em condições difíceis), a PAM (ajuda alimentar) e a FNUAP (visa reforçar a capacidade do Estado para desenvolver uma relação viável entre a população, os recursos e o desenvolvimento).

Destaca-se também, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, em colaboração com o BM, PNUD e a cooperação portuguesa, participa em programas de luta contra a pobreza e promoção do emprego.

Há, ainda, outras entidades que prestam um considerável apoio financeiro ao desenvolvimento de Cabo Verde, como sejam o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), e o Banco Árabe de Desenvolvimento dos Estados Africanos (BADEA).

Para além destas instituições e organizações que apoiam o desenvolvimento de Cabo Verde, existem países que numa lógica da cooperação bilateral assumem uma posição de relevo, como é o caso de Portugal, considerado um importante parceiro estratégico para Cabo Verde.

Outros países, apesar de estarem afastados em termos de laços histórico-culturais têm cooperado com Cabo Verde, quer directamente, quer através de organismos multilaterais, dos quais destacamos:

A Holanda que é, depois de Portugal⁸⁶, o parceiro mais importante em termos de cooperação, ajuda financeiramente diversos projectos e serviços de assistência técnica. A Alemanha está presente em projectos de diversas áreas de actividade como a modernização de aeroportos, preservação do meio ambiente, reflorestação, abastecimento de água, formação de recursos humanos e desenvolvimento da capacidade produtiva, sobretudo ao nível da pesca artesanal. A Áustria concentra as suas acções de cooperação na promoção de

⁸⁶ É no plano financeiro que a cooperação entre Portugal e Cabo Verde assume uma dimensão mais significativa, quer em termos de recursos envolvidos, quer no que respeita à sua importância para o desenvolvimento. Destaca-se o Acordo de Cooperação Cambial celebrado entre Portugal e Cabo Verde em Março de 1998 que actualmente garante a paridade do Escudo Cabo-Verdiano com a Euro (Ministério dos Negócios Estrangeiros; 2001).

micro e pequenas empresas, educação e formação profissional. A França apoia com projectos em áreas distintas, como telecomunicações, energia, recursos hídricos, cultura, formação de quadros, entre outras. O Japão, através das suas acções de cooperação privilegia os domínios da agricultura (fornecimento de factores produtivos), na pesca (através da construção de cais e fornecimento de equipamentos e transportes marítimos) e em telecomunicações rurais. A cooperação do Luxemburgo orienta-se para a prestação de serviços às populações locais, construção de hospitais, centros de saúde, projectos de electrificação rural, programas de habitação social e apoio a iniciativas empresariais. Finalmente, salienta-se a cooperação com a China, ao nível da construção de infra-estruturas.

4.2.5. Alguns desafios de âmbito geral para Cabo Verde

Entendemos que Cabo Verde, assim como outros países em desenvolvimento, está perante um dilema: o do desenvolvimento com base nos recursos externos que podem criar dependência (que não engendram iniciativas endógenas) face à escassez de recursos internos (que não são potenciados), como já salientamos atrás.

O combate à pobreza, por via da criação de empregos de qualidade é, no nosso entender um dos principais desafios do país. Consequentemente, tudo apontaria para que todos os esforços devessem ser colocados à disposição deste objectivo que é designado pelo Governo como “objectivo cardeal”, nomeadamente, o desenvolvimento do sector do turismo, pois consideramos que o turismo poderia ser um instrumento preferencial, na medida em que é um dos sectores de maior crescimento em Cabo Verde.

Cabo Verde tem recebido, enquanto país menos avançado (PMA), determinados benefícios relacionados com o financiamento (taxas de juro mais baixas) e com o comércio internacional (acesso aos mercados). Contudo, devido ao seu rendimento per capita ser relativamente elevado, o país está em vias de mudar de categoria, o que o obrigará a negociar a aplicação de medidas que facilitem essa transição.

Deste modo, se Cabo Verde outrora recebia uma importante ajuda pública ao desenvolvimento, nos últimos anos tem assistido a uma acentuada diminuição desses fluxos. A título de exemplo, em 1994 as ilhas receberam cerca de 121.64 milhões de dólares americanos em assistência oficial para o desenvolvimento, enquanto que em 2001, a verba baixou para 76.46 milhões de dólares. Esta situação correspondeu a uma diminuição de 45.18 milhões de dólares, ou seja a menos 59.11%!

A manutenção das remessas dos emigrantes ao nível das necessidades de divisas para equilibrar a balança de transferência corrente, é um dos objetivos macroeconómicos do país, que tende a ser cada vez mais difícil de cumprir através desta via. Julgamos que esta situação se deve tanto a razões externas como internas. As externas dizem respeito a um menor desempenho económico e à intolerância de acolhimento dos imigrantes por parte dos países receptores. As internas devem-se a uma certa incapacidade nacional de mobilizar e integrar as capacidades e as vontades das comunidades cabo-verdianas espalhadas pelo mundo.

O advento das políticas de liberalização económica teve como uma das componentes a privatização das empresas dirigidas pelo Estado. Este processo permitiu ao Estado encaixar fluxos de divisas sob a forma de investimentos directos estrangeiros (IDE). No entanto, com o fim à vista do processo de privatização, o país tem tido mais dificuldades em atrair o IDE. Em parte é daí que surge a necessidade de criação de incentivos, benefícios e isenções para atrair investidores estrangeiros para os sectores produtivos, entre os quais, o Turismo e a Indústria ligeira de exportação.

Espera-se, ainda, que o país seja capaz de também dinamizar as políticas de reforma económica, nomeadamente no domínio da fiscalidade, porque com uma máquina fiscal eficiente e eficaz, é capaz de arrecadar receitas para financiar os projectos públicos, que também deverão ser de maior qualidade.

Creemos que a “diversificação” deveria entrar nas estratégias de desenvolvimento do país. Com efeito, o país está muito dependente das remessas de certos destinos de origem, da ajuda internacional, dos equilíbrios dos choques externos, entre outros factores.

Note-se que a adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio implicará, em princípio, a redução das taxas aduaneiras. Por fim, é importante salientar que o reforço e melhoria da credibilidade externa é um desafio constante e que passa, por exemplo, por uma boa governação, isto é, pela implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

4.3. Perspectiva sectorial – O sub-sector turístico

Uma vez que pretendemos analisar o quadro económico das ilhas de Cabo Verde, sobretudo a partir da década de 90 até ao início do novo milénio, faremos de seguida uma resenha das principais orientações das políticas económicas adoptadas pelos Governos durante este período, sublinhando as medidas tomadas ao nível do turismo.

4.3.1. A política económica dos anos 90: A aposta no lançamento das bases para o crescimento do turismo

Entendemos que o sector dos serviços, e mais especificamente, o sub-sector turismo surge como uma tentativa de solução de problemas e condicionamentos de desenvolvimento do país, visto que,

“[...] as actividades primárias não constituem nem podem constituir em Cabo Verde uma base, ao menos inicial, do crescimento económico. E não carece de demonstração afirmar que o desenvolvimento industrial voltado para o mercado interno, a fazer algum sentido, se esgota rapidamente em termos de emprego e níveis de produção” (Murteira; 1988: 180).

Note-se que desde a independência até às primeiras eleições multipartidárias, em 1991, o país vinha sendo governado pelo Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), partido único no poder que implementou um “sistema económico de inspiração socialista” (MFP; 2004a: 16). Tratou-se de um processo de desenvolvimento conduzido pelo Estado e orientado, prioritariamente, para a construção do sector produtivo e do mercado interno.

Desde a Independência, em 1975 e até meados da década de noventa, a posição do turismo na economia do arquipélago foi modesta devido à ausên-

cia de infra-estruturas adequadas e de uma política efectiva para o sector⁸⁷ (MFP; 2001b).

Saliente-se que o II PND considerava que o turismo era um sector com potencialidades para, a longo prazo, criar “[...] *excedentes susceptíveis de financiar investimentos noutros sectores de actividade, influenciar positivamente o saldo da Balança de Pagamentos e gerar empregos*” (DGDT; 2004: 8).

Podemos assim concluir que entre 1975 e 1990, o turismo tinha um papel diminuto no desenvolvimento de Cabo Verde, já que o turismo não fazia parte das prioridades do desenvolvimento do país. Este facto justifica balizarmos a presente investigação no período pós 1990, momento em que o turismo passou a ser considerado um sector efectivamente estratégico para o desenvolvimento do país.

Com a abertura da economia cabo-verdiana ao investimento externo, a partir de 1991, bem como a promoção do investimento externo para o sector turístico, lançaram-se as bases para o crescimento do sector (MFP; 2001b).

Entendemos que as novas orientações políticas, voltadas para o exterior, abriram o caminho para o surgimento do turismo como sector que pretende contribuir quer para a viabilização do conjunto da economia nacional quer para a melhoria do nível e da qualidade de vida da população.

De facto a política económica da década de 90 em Cabo Verde é uma política de atracção de investimento externo, consubstanciada na Lei do Investimento Externo⁸⁸. A lei define como investimento externo “*toda a participação em actividade económica realizada, nos termos da lei, com contribuição susceptível de avaliação pecuniária proveniente do exterior*”.

⁸⁷ Os principais constrangimentos ao desenvolvimento do sector identificados nesse período: fraca capacidade interna de financiar os investimentos; dificuldade de penetração no mercado internacional de emissores; escassez de infra-estruturas e falta de mão de obra qualificada (DGDT; 2004).

⁸⁸ A Lei do Investimento Externo estabelece as condições gerais de realização de investimento externo em Cabo Verde, bem como os direitos, garantias e incentivos. LEI N° 89/IV/93, de 13 de Dezembro de 1993, da Assembleia Nacional Popular, Suplemento ao “Boletim Oficial” de Cabo Verde N° 27 – 13 de Julho de 1989.

Para direccionar o investimento externo para o sector do turismo foi necessário criar a chamada “Lei de Base do Turismo” de 1991⁸⁹, tendo sido publicado o seu regulamento em 1992, intitulado Lei da Utilidade Turística⁹⁰. Estavam assim criados os instrumentos legais necessários a assegurar o acesso à actividade turística em Cabo Verde por parte dos investidores externos. O investimento externo no turismo é admitido para empreendimentos e actividades previamente declarados de utilidade turística e está sujeita a autorização do Governo nos termos da Lei do Investimento Externo e seus regulamentos⁹¹.

Neste contexto, o III Plano Nacional de Desenvolvimento define as linhas orientadoras para o desenvolvimento do sector em três direcções:

1) Turismo doméstico, organizado com vista a promover as deslocações internas, manifestações culturais, convívios e conhecimento do país aos cabo-verdianos;

2) Turismo focalizado, voltado para a comunidade cabo-verdiana emigrada, visando aumentar as visitas e reforçar os laços sentimentais dos emigrantes;

3) Turismo internacional, direccionado para os países desenvolvidos e orientado para os turistas com elevado nível económico (DGDT; 2004).

Estavam assim definidos os objectivos genéricos para o sector, nomeadamente: valorizar os recursos turísticos e desenvolver um turismo de qualidade, incrementar a importância económica do turismo e, finalmente, promover o desenvolvimento regional.

Os princípios gerais reconhecidos são: 1) a consagração do turismo como sector privado; 2) intervenção do Estado no apoio, controlo, fiscalização e orientação; 3) defesa da integridade social, patrimonial, cultural e do meio ambiente; 4) desenvolvimento do turismo em articulação com os outros secto-

⁸⁹ A lei de base do turismo estabelece os objectivos, os princípios, os meios e os instrumentos básicos, bem como as políticas que enquadram o desenvolvimento turístico, (Cabo Verde; 1991).

⁹⁰ A lei de utilidade turística concede isenção de direitos e impostos de consumo para empresas declaradas como sendo de utilidade turística (Cabo Verde; 1992a).

⁹¹ É assim que a lei considera investimento externo “[...] toda a participação em actividades económicas realizada, nos termos da lei, com contribuições susceptíveis de avaliação pecuniária provenientes do exterior” (Cabo Verde; 1993b: art. 2º).

res da economia e 5) identificação do produto turístico (DGDT; 2004: 9). Os resultados desses objectivos serão apresentados mais adiante neste trabalho.

Refira-se que as Grandes Opções do Plano 1997-2000, documento publicado no início do segundo Governo do MPD, resumiam a visão do desenvolvimento através da “[...] *inserção dinâmica no sistema económico mundial*”, o que implicava 1) uma clara orientação para o mercado externo; 2) a necessidade do desenvolvimento do mercado, do sector privado e dos recursos humanos; 3) aproveitamento e criação das condições necessárias para atrair o investimento directo estrangeiro e encontrar uma parceria estratégica para o desenvolvimento do país.

Por sua vez, as Grandes Opções do Plano 2001 (GOP), documento publicado no início do Governo do PAICV, resumia a imagem do futuro desejado para Cabo Verde num horizonte de 20 anos como,

“Um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante, dotada de um desenvolvimento humano durável, solidária, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida” (MFP; 2001a: 4).

Esta visão do futuro para Cabo Verde está consubstanciada nas seguintes opções: 1) desenvolver infra-estruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado; 2) promover uma política global de luta contra a pobreza e reforçar a coesão e solidariedade sociais; 3) desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino/formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento; 4) promover a boa governação como factor de desenvolvimento, reforçando a cidadania e a democracia; 5) promover a competitividade e o crescimento; 6) alargar a base produtiva e assegurar a estabilidade macroeconómica para favorecer o investimento. Paralelamente, essa visão do futuro de Cabo Verde é atendida por três eixos estratégicos fundamentais: 1) a inserção activa na economia internacional; 2) o sector privado como motor do desenvolvimento e 3) o desenvolvimento e a afirmação da cultura nacional (MFP; 2001a).

As ideias de inserção activa na economia internacional e o sector privado como motor do desenvolvimento são orientações que vão doravante nortear a política económica cabo-verdiana, no sentido do aproveitamento das suas potencialidades com vista a ultrapassar os grandes problemas estruturais da pequena economia insular.

O novo contexto de abertura, aliado à necessidade de atrair investimento externo e aproveitar as potencialidades, fará com que o sector turístico cabo-verdiano assuma um lugar de destaque, prosseguindo os seguintes objectivos: assegurar o equilíbrio das relações económicas externas; gerar meios para financiar o desenvolvimento; elevar o nível de emprego e de qualificação da força de trabalho nacional; valorizar adequadamente as condições naturais e a cultura cabo-verdiana e contribuir para o desenvolvimento regional e local do país.

No entanto, para que se atinjam os objectivos pretendidos entendemos que se deveriam desenvolver vantagens competitivas no sector do turismo de modo a gerar uma oferta turística nacional de qualidade. Tudo apontaria que esta devesse ser baseada em produtos turísticos nacionais (artesanato, cultura, música e culinária), com uma organização adequada, com um bom nível de formação na área e através da comercialização do produto turístico cabo-verdiano junto dos mercados emissores de turismo de qualidade.

Saliente-se ainda que tem existido preocupação na criação de consensos em torno do turismo. Com a realização de encontros⁹² com vista “a recolha de subsídios para a elaboração” do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico (PEDT). Note-se ainda que no “Fórum Transformar Cabo Verde”⁹³, o sector do turismo foi reconfirmado como um dos principais eixos de desenvolvimento do país.

⁹² Envolvendo várias entidades: Câmaras Municipais, Administrações Centrais e Institutos Públicos, empresas turísticas (estabelecimentos hoteleiros e agências de viagem), União Nacional dos Operadores Turísticos (UNOTUR) e a Ordem dos Arquitectos.

⁹³ Fórum para a procura de consensos sobre o futuro de Cabo Verde, realizado em Abril de 2003.

“O turismo deve ser assumido claramente como eixo central do desenvolvimento nacional e a estratégia para o seu desenvolvimento deve ser desenvolvida de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento económico do país, devendo contribuir para o equilíbrio das relações económicas com o exterior, gerar meios para o seu autofinanciamento, promover o emprego e a qualificação da mão-de-obra nacional, desenvolver-se em harmonia com as condições naturais do país, contribuir para o desenvolvimento local e regional, e, acima de tudo, respeitar a cultura cabo-verdiana e o ambiente” (DGDT; 2004: 15, e PNUD; 2003:1).

Sendo ao Estado apontados papéis importantes na implementação da estratégia de desenvolvimento turístico nomeadamente no esforço de articulação entre o Estado e operadores turísticos e de operacionalização de estruturas com elevada capacidade de intervenção e de mobilização de recursos⁹⁴ (DGDT; 2004).

“Face ao problema de fundo de financiamento da economia e à necessidade de conservar alguma autonomia na identificação das prioridades sociais, económicas e ambientais, o Estado não poderá deixar de ter um acção decisiva, quer como promotor quer como investidor, em actividades prioritárias. Sobretudo, naquelas em que se manifesta falta de interesse ou capacidade dos actores privados nacionais. Esta acção justifica-se, ainda, porque o Estado tem acesso às fontes de financiamento externas e porque pode dar segurança a parceiros privados nacionais e servir de catalizador de sinergias externas” (Reis; 2002: 56).

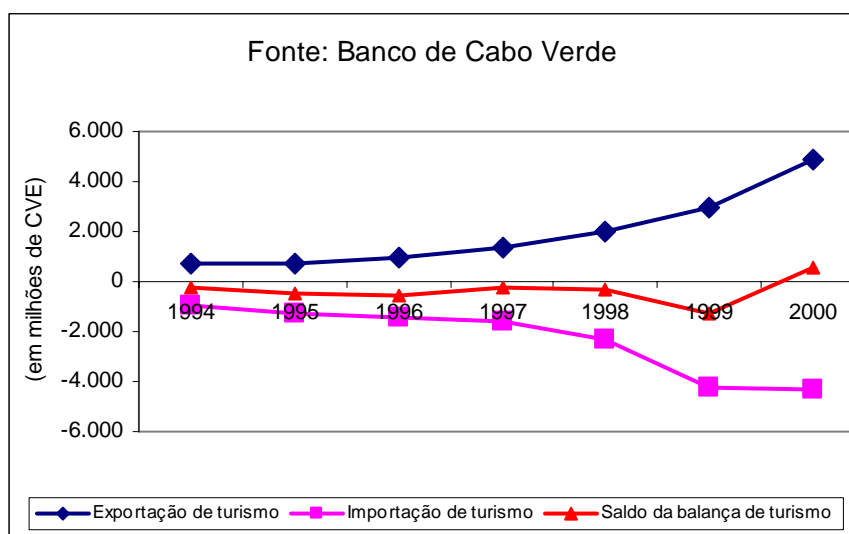
⁹⁴ O PEDT aponta ainda os seguintes papéis ao Estado, “na implementação da estratégia de desenvolvimento turístico, criar condições favoráveis à iniciativa privada e ao investimento turístico, nomeadamente através das seguintes medidas: a) criação da oferta turística nacional de boa qualidade e dimensão compatível com as potencialidades do país e do grau de desenvolvimento dos sectores produtivos nacionais; b) promoção do turismo interno e da organização e reforço das instituições de enquadramento e apoio; c) simplificação de procedimentos de modo a, sem perda de controlo indispensável, conferir maior flexibilidade e rapidez de decisão relativamente aos problemas que se colocam ao desenvolvimento do sector; d) promoção de investimentos e de parcerias de modo a criar novas infra-estruturas e a reforçar as actividades existentes; e) incentivo ao aumento da capacidade hoteleira nacional; f) coordenação intersectorial na definição de políticas horizontais e sectoriais com interesse para a actividade turística, assegurando uma adequada sincronização dos sectores de actividade. O Estado deve ainda, por um lado, assegurar que haja uma articulação com os municípios na definição e execução de políticas que constituam suporte indispensável ao desenvolvimento turístico, com vista a eliminar ou atenuar os constrangimentos a esse nível, e por outro, articular o desenvolvimento do turismo com o dos transportes, o da agricultura e pecuária, o da pesca e da indústria de modo a favorecer a redução do custo dos serviços e produtos turísticos nacionais” (DGDT; 2004: 15-16).

4.3.2. O impacto do turismo na balança de pagamentos

A estrutura da balança de pagamento reflecte as características da economia cabo-verdiana. Assim, que para o período em análise deste estudo, destacamos: de um lado, o deficit crónico da balança comercial, do outro lado a importância das transferências oficiais e privadas (sobretudo as remessas de emigrantes) que suavizam o *deficit* da conta corrente, mas que traduzem a elevada dependência externa do país. Refira-se o *superavit* da conta de capital e de operações financeiras que reflectem o “[...] *clima de abertura liberalizante da economia de Cabo Verde característico da década de 90*” (Grassi; 2003: 146).

Numa análise mais cuidada das componentes da conta corrente, em especial a balança de serviços, verificamos uma trajectória crescente dos serviços sobretudo a partir de 1999 fruto da evolução positiva da balança turística. (Ver Gráfico 8).

Gráfico 8 – Balança turística cabo-verdiana (1994-2000)



No período entre 1994 e 1999 a balança turística contribuía negativamente para o saldo da balança de pagamentos, no entanto, a partir de 1999, verificamos uma viragem para saldo positivo. De facto o período 1994 – 1999 pode ser caracterizado como sendo de investimento inicial e o período seguinte de arranque e crescimento do turismo cabo-verdiano.

4.3.3. Os actores económicos na área do turismo

As instituições do Estado, nomeadamente as que representam os três poderes centrais da República: o governo (executivo), o tribunal (judicial) e o Parlamento (legislativo) e as câmaras municipais ao nível local, são os principais actores institucionais do processo de desenvolvimento no país. Com a dinâmica de abertura criada no país, a partir de 1991, a sociedade civil é chamada a desempenhar um papel importante no processo de desenvolvimento, actuando quer ao nível do sector formal, quer do sector informal da economia. Neste processo de abertura importa abordar os papéis da iniciativa privada (incluindo o Investimento Directo Estrangeiro), o papel dos emigrantes na estrutura produtiva e o papel do sector informal.

Assistimos a uma afirmação crescente do sector privado como agente económico capaz de assumir os encargos do desenvolvimento do país. O Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde lançou em Julho de 2004, o II Recenseamento Empresarial⁹⁵ e espera recensear 13.000 unidades económicas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde,

“As empresas vem assumindo um papel cada vez mais determinante na economia a ponto de em 2000, cerca de 20% da população ocupada trabalhava para as empresas, com destaque para a ilha do Sal onde as empresas asseguram 54% do emprego, de São Vicente e da Praia com 31 e 24% respectivamente”⁹⁶

Saliente-se o papel importante dos actores privados externos na economia cabo-verdiana impulsionada pelo processo de abertura à economia de mercado, por via das privatizações do sector de serviços (bancos, hotéis, água e electricidade entre outros). Como veremos no capítulo 6, o Investimento Directo Estrangeiro direcciona-se maioritariamente para o sector dos serviços com destaque para o sector do turismo, daí esperar-se que venha a constituir-se como uma alavanca para resolver alguns dos problemas estruturais da eco-

⁹⁵ O Instituto Nacional de Estática define, o recenseamento empresarial como “uma operação estatística que consiste na recolha, tratamento, análise e difusão de dados sobre todas as empresas e estabelecimentos que exercem actividade económica no território cabo-verdiano, visíveis e fixas, sendo registadas ou não” Website: www.ine.cv

⁹⁶ Website do INE de Cabo Verde:
www.ine.cv/Methodologia/CENSOEMP2002/LANCAMENTO_REC_EMPRESAS.pdf

nomia do arquipélago, nomeadamente o desemprego jovem e principalmente das mulheres.

Entendemos que também os emigrantes podem vir a ter um papel mais activo no processo de desenvolvimento do país, em que a sua participação não se esgote nas remessas, antes se inclua o investimento do sector produtivo nacional nomeadamente, o sector do turismo. Existem sinais positivos neste ponto, nomeadamente a constituição recentemente de um Banco Privado Nacional com participação do empresariado cabo-verdiano residente e da diáspora

O sector informal aparece na economia cabo-verdiana em parte como resposta ao aumento do desemprego, da concentração urbana e da debilidade da estrutura produtiva existente e ao facto de que é nesse sector que muitas vezes se conseguem rendimentos superiores aos que se obtêm no sector do trabalho formal (Ferreira et al.; 1986, e Grassi; 2003).

Entendemos que o sector privado, os emigrantes e o sector informal jogam um papel importante no processo de desenvolvimento do sector turístico cabo-verdiano⁹⁷.

Ao nível do sector do turismo, os principais actores ao nível das instituições públicas são a Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico e a Agência Cabo-verdiana de Investimento e Exportações, que recentemente (Setembro de 2004) substituiu o Centro de Promoção Turística de Investimentos e Exportações (PROMEX), podemos adiantar que a Agência visa promover Cabo Verde como destino turístico e de investimento.

Os principais actores turísticos (Hotéis, Restaurantes, Agências de viagens, Imobiliárias, Transportadoras áreas, *Rent a Car*) constituíram-se numa entidade designada União Nacional dos Operadores Turísticos (UNOTUR) para assim poderem ser ouvidos em unísono pelas autoridades centrais.

Refira-se ainda a existência de actores externos nomeadamente, a Organização Mundial do Turismo, organização à qual o país aderiu em 2001 e, finalmente, a cooperação bilateral programada com o Luxemburgo e Portugal no sector turístico.

⁹⁷ Para um aprofundamento do papel do sector informal na economia cabo-verdiana sugeríamos a consulta de (Grassi; 2003).

Consideramos que outros actores poderiam desempenhar um papel importante no processo de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, nomeadamente, as comunidades de base e os sindicatos, ao nível da concertação social. Parece-nos que os jovens cabo-verdianos poderiam protagonizar acções no sentido do desenvolvimento sustentável das ilhas, e tudo apontaria para que a diáspora cabo-verdiana devesse ser incentivada e mobilizada para participar no desenvolvimento turístico do país. Finalmente, as organizações não governamentais, internacionais e nacionais poderiam ser chamadas a aplicar as suas experiências em projectos ligados ao ambiente, ao desenvolvimento sustentável e à cidadania responsável.

4.3.4. Alguns desafios colocados ao turismo

A escolha do modelo de desenvolvimento do turismo para as ilhas não é ainda suficientemente claro, permanecem indefinições e inconsistências sobre o conceito de “turismo de qualidade” consagrado oficialmente. Por último, o modo de participação do capital estrangeiro e nacional no desenvolvimento das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI), também não se encontra suficientemente clarificado (MFP; 2001b).

Pensamos assim, que a promoção do país como destino turístico deveria contemplar as múltiplas realidades que o constituem.

Consideramos que Cabo Verde tem cada vez mais a necessidade de incorporar a actividade turística nos programas de cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente nos domínios da formação de recursos humanos, das infra-estruturas, bem como aproveitar as experiências que existem neste domínio noutras latitudes, uma vez que a actividade turística não tem beneficiado de apoios directos da cooperação internacional.

Julgamos que falta incorporar a diáspora na estratégia de desenvolvimento do turismo cabo-verdiano, por via, por exemplo, de programas de intercâmbios culturais.

Tudo aponta para que Cabo Verde necessite de uma classe média dinâmica, capaz de se transformar num empresariado nacional criativo e produ-

tivo, que saiba aproveitar as oportunidades e potencialidades das ilhas, nomeadamente no sector turístico.

De facto, é fundamental continuar a apostar na formação dos recursos humanos para se criarem competências nas áreas chave do desenvolvimento, nomeadamente nos sectores do turismo, das pescas, dos transportes, das finanças, das manufacturas e das tecnologias de informação, sectores estes que são considerados muitas vezes como o sustentáculo do desenvolvimento do país.

O desenvolvimento equilibrado e sustentado das ilhas, nas suas componentes económica, social e ecológica, aliado às mudanças impostas pela globalização, são desafios importantes que o país terá de enfrentar e saber aproveitar.

Síntese do capítulo 4

É certo que as nove ilhas povoadas das dez do arquipélago de Cabo Verde assumiram funções históricas diversas, consideramos que os contrastes natural e sócio-cultural das ilhas, constituem elementos de diferenciação de que o sector do turismo poderá vir a beneficiar⁹⁸.

Não obstante, o crescimento assinalável do PIB *per capita*, hoje sete vezes e meio superior ao valor nominal no momento da independência, em 1975, Cabo Verde continua muito dependente do exterior. Com efeito a principal prioridade assumida pelos sucessivos Governos de “ultrapassar o ciclo vicioso da dependência externa” continua a ser o grande desafio.

De facto o sector de serviços, e mais especificamente o sub-sector turismo, surge como uma tentativa de resolução de condicionamentos socio-económicos e de projecção e inserção da economia cabo-verdiana à escala global.

A óptica dominante da política económica durante o período compreendido entre 1975 e 1990 foi a defesa de um Estado intervencionista e centraliza-

⁹⁸ “As raízes africanas são mais notórias em Santiago, mas diluem-se noutras ilhas – São Vicente, por exemplo, proveio literalmente da navegação marítima no século XIX e a influência inglesa ainda hoje é patente” (MURTEIRA; 1988: 176).

dor, do papel decisivo das empresas públicas, em que as opções sociais passavam pelo aumento do emprego, aumento do rendimento e sua redistribuição, designadamente pela educação e saúde. A perspectiva do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional impôs-se a partir de 1991, momento a partir do qual o Estado passa a controlar indirectamente a economia, cabendo ao mercado e à iniciativa privada o papel central. Neste quadro, o desenvolvimento humano passou a ser uma opção chave do Governo e a integração na economia mundial um vector dominante na definição das relações com o exterior (Reis; 2002).

É certo que as novas orientações políticas, voltadas para o exterior, abriram o caminho para o surgimento do turismo como sector que pretende contribuir quer para a viabilização do conjunto da economia nacional quer para a melhoria do nível e da qualidade de vida da população.

Uma análise da balança de pagamentos permite-nos verificar que no período entre 1994 e 1999, a balança turística apresenta um saldo negativo e que a situação viria a inverter-se no ano 2000, momento a partir do qual a sua contribuição passa a ser positiva. De facto a década de 90 do século XX pode ser caracterizada como sendo de investimento inicial e o período seguinte de arranque do turismo cabo-verdiano.

Devido às carências do país e à boa gestão que tem feito dos recursos postos à sua disposição, Cabo Verde tem recebido apoios extremamente importantes da Comunidade Internacional. Verifica-se, no entanto, uma mudança na natureza dos fluxos financeiros internacionais. Saliente-se a importância do investimento directo estrangeiro que tem constituído a principal fonte de financiamento do processo de crescimento turístico do país.

O combate à pobreza tem vindo a ser adoptado como uma opção para o desenvolvimento do arquipélago pelos sucessivos Governos desde a independência, no entanto, só em 1996 é que surge um programa estruturado de combate à pobreza como veremos no capítulo seguinte. Por seu turno, o sector do turismo aparece como prioridade de política económica efectiva a partir da década de 90. Esta situação justifica o facto de se limitar a presente investigação apenas ao período após 1990, uma vez que esta fase é efectivamente

caracterizada pela atracção do investimento externo, sobretudo, para o sector do turismo, tal como será esclarecido mais adiante.

Os desafios que o país tem de enfrentar são tão importantes que a fuga para o exterior que tem constituído a emigração, não pode hoje, por si só, resolvê-los. Estes desafios vão desde o combate à pobreza, à escolha do modelo de desenvolvimento turístico, ao reforço do papel do empresariado nacional, à capacidade de atrair investimento directo estrangeiro de qualidade e que crie uma mais valia endógena, passando pela formação de recursos humanos, pelo desenvolvimento equilibrado e sustentável das ilhas, e finalmente, por saber tirar partido da globalização, reforçando a nossa credibilidade externa e a boa governação, isto é, pela implementação de políticas de desenvolvimento sustentável nas ilhas.

Podemos concluir que a economia cabo-verdiana continua a inserir-se na designação genérica de economia insular de circulação. Assim,

“[...] embora num processo evolutivo, de afirmação do sector privado, o único agente económico com capacidade para realizar acções de intervenção no tecido económico e social significativo é o Estado [...] os fluxos do exterior como as receitas externas privadas, com relevo para as remessas de emigrantes, e as oficiais, em especial as ajudas externas, têm uma consequência de indução da procura agregada, num efeito multiplicador sobre a economia em geral” (Proença; 1998: 29).

CAPÍTULO 5 – POBREZA EM CABO VERDE

No capítulo 5, dedicado à pobreza em Cabo Verde, apresentaremos o diagnóstico, as medidas e as estratégias de combate à pobreza. Abordamos ainda a problemática da pobreza e recursos turísticos. Procuramos realçar as relações existentes entre o desenvolvimento do turismo e o combate à pobreza.

Em praticamente todos os documentos estratégicos elaborados pelas autoridades cabo-verdianas encontramos referenciadas preocupações relativamente à problemática da pobreza. Assim, o programa de acção nacional para o decénio 2001-2010 assinala que “[...] o desenvolvimento de Cabo Verde deve, pois, processar-se, tendo como vertente fundamental a luta contra a pobreza, assegurando a todos o acesso a um nível de rendimentos aceitável, numa perspectiva de dignificação da pessoa humana” (MFP; 2001b: 48). À luz das grandes opções do plano 2001-2005 (GOP), o combate à pobreza é considerado como uma opção estratégica e a pobreza é definida como “a privação dos direitos fundamentais do homem” (MFP; 2001a: 24). Por sua vez, o plano nacional de desenvolvimento 2002-2005 (PND), inspirado nas GOP, que é o documento de referência das estratégias de longo prazo, entende “[...] o combate à pobreza, no quadro de políticas estruturais amigas de um crescimento robusto e gerador de emprego como *objectivo cardeal*” (MFPDR; 2002a: 5).

A partir de 1996 foi elaborado um programa nacional de luta contra a pobreza (PNLP), com o apoio dos parceiros internacionais⁹⁹. O horizonte de vigência do PNLN é 2008. Os seus princípios orientadores consistem: na redução da pobreza de forma sustentada no tempo, alicerçada em elevadas taxas de crescimento das actividades económicas, considerado um elemento chave das políticas de redução da pobreza; na descentralização da concepção e exe-

⁹⁹“Ao estipular no Programa do II Governo Constitucional da II República, aprovado em 1996, a necessidade de formulação de estratégias nacionais para a redução da pobreza, o Governo de Cabo Verde assume as grandes recomendações da Cimeira de Copenhaga contidas na Declaração e no Plano de Acção, de que é signatário. O Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000 (PND) estabelece como um dos seus objectivos fundamentais a redução da pobreza. Um Programa Maior integrado no PND dá corpo a esse objectivo e integra a dimensão pobreza nas políticas e estratégias de desenvolvimento do país” (RCV; 1997: 1).

cução do programa, focalizado nas “*bolsas de pobreza*” de cada um dos municípios, e, finalmente, no desenvolvimento de uma abordagem participativa. Dentro do objectivo genérico de redução da incidência da pobreza de forma sustentável, encontramos vários objectivos específicos, nomeadamente: a eliminação da marginalização e integração dos pobres na economia por via da formação profissional e do micro crédito; o desenvolvimento de alternativas ao actual sistema de trabalhos públicos (FAIMO), que apresenta uma alta intensidade de mão-de-obra nos meios rurais, consubstanciado pelo afastamento das instituições estatais da execução directa dos trabalhos públicos, passando estas apenas a implementar infra-estruturas económicas e sociais nas comunidades mais pobres; melhoramento do acesso dos pobres aos serviços básicos (água potável, saneamento básico, saúde e educação); reforço da capacidade institucional para conceber e implementar políticas de combate à pobreza; instrução, escolarização, microcrédito, planeamento familiar e inserção das mulheres na vida económica e, finalmente, a prestação de assistência aos excluídos do sistema.

O PND 2002-2005 ao fazer o diagnóstico da situação de pobreza no país, considerava que, não obstante a elaboração, em 1996, de um Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), e cuja implementação se tinha iniciado nos finais dos anos 1999 e meados de 2000, a situação continuava precária¹⁰⁰ (MFPDR; 2002b: 232).

No que respeita ao desenvolvimento do turismo como instrumento de combate à pobreza, a única referência encontrada sobre o assunto no programa nacional de luta contra a pobreza foi o denominado “*contrato programa*”,

¹⁰⁰ O PNLN agrupa três programas: 1) Projecto de Desenvolvimento do Sector Social (PDSS), financiado pelo fundo IDA, do Banco Mundial. Intervém em todos os Conselhos, principalmente com a construção de infra-estruturas. 2) Programa de Luta contra a Pobreza no meio Rural (PLPR). Desenvolve actividades de animação local, criação e formalização de associações comunitárias. Construção de infra-estruturas sociais (cisternas, jardins infantis, habitação social e apoio à pesca artesanal e finalmente o Projecto de Promoção Socio-económico de Grupos Vulneráveis (PSGD). As áreas de intervenção são: saúde, educação, água e saneamento, integração económica dos grupos-alvo e desenvolvimento das capacidades dos beneficiários e dos intervenientes. Os grupos-alvo são: mulheres, sobretudo chefes de família, desempregados, nomeadamente os jovens e trabalhadores das FAIMO. Segundo dados do Governo de Cabo Verde os investimentos realizados no quadro do PNLN, no período entre 2000 e 2004 foi de 2.041.535 contos cabo-verdianos tendo gerado 113.190 empregos num total de 328.740 beneficiários (Governo de Cabo Verde; 2005).

“Instrumento que permite a celebração de contratos, designados contratos-programa, entre o Governo e os Municípios e entre o Governo e as Organizações da Sociedade Civil legalmente constituídas para o financiamento de projectos de investimento geradores de emprego em domínios relacionados com a luta contra a pobreza” (RCV; 1997: 94).

Estes contratos-programa podem financiar projectos do sector do turismo rural desde que sejam accionados pelos proponentes (Câmaras Municipais e Organizações Legais da Sociedade Civil), mediante a apresentação de propostas ao Governo. Os projectos deverão incluir o volume de emprego gerado, o impacte sócio-económico, os custos e a composição do financiamento e o plano de desembolsos. Serão também alvo de fiscalização e controle por parte de uma unidade de coordenação do programa nacional de luta contra a pobreza. A sua execução depende do facto de haver dotação orçamental para o efeito, prevista na Lei do Orçamento de Estado (RCV; 1997).

Trata-se, assim, do primeiro instrumento criado no âmbito de um Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, onde aparece de certa forma a preocupação em articular uma estratégia de combate à pobreza e o desenvolvimento do turismo, cuja existência consideramos oportuna, mas cujos resultados ainda não são visíveis, possivelmente por não assentar numa lógica clara e integrada do combate à pobreza com um instrumento como o turismo.

Um dos objectivos principais do programa nacional de desenvolvimento 2002-2005 (PND) no que concerne à pobreza é *“melhorar a sustentabilidade das comunidades rurais, promovendo a modernização do sector agro-florestal, da pesca e do turismo rural”* (MFPDR; 2002a: 11).

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005 (PND), ao anunciar o turismo rural como uma das vias para a redução da pobreza no meio rural, constitui, a nosso ver, a abertura de uma janela de oportunidades para as populações rurais cabo-verdianas. Assim, é de esperar que o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, bem como o que visa a luta contra a pobreza no meio rural, venham a reflectir e a assumir cada vez mais esta preocupação, através do desenvolvimento de projectos concretos que possam servir de exemplo. No entanto, estes devem ser extremamente simples do ponto de vista formal e burocrático, devido à urgência da resolução do problema da pobreza.

5.1. Diagnóstico da pobreza em Cabo Verde

A estratégia cabo-verdiana de Luta Contra a Pobreza encontra-se “gizada” no IPRSP – Interim Poverty Reduction Strategy Paper¹⁰¹. O IPRSP de Janeiro de 2002 considerava que “[...] apesar dos avanços significativos alcançados nos planos económico, social e cultural, a pobreza constitui, no início do século XXI, o principal problema do desenvolvimento de Cabo Verde” (MFP; 2002a: 3).

O inquérito às despesas e receitas das famílias (IDRF) é o principal instrumento de seguimento da pobreza. Note-se que o primeiro inquérito foi realizado entre 1988 e 1989 e não contemplou na altura as ilhas do Sal, Boavista e Maio. O último inquérito já contempla todo o território nacional, foi produzido pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE) entre 2001 e 2002, e a apresentação pública dos resultados definitivos foi em Novembro de 2003. É de salientar que um dos objectivos do inquérito é fornecer informações para a elaboração do primeiro “*Livro Branco*” sobre a pobreza.

Deste modo, tendo por base, essencialmente, o inquérito às despesas e receitas das famílias de 2001 a 2002, produzido pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, procederemos, de seguida, a uma análise/diagnóstico da pobreza no arquipélago.

5.1.1. A incidência da pobreza em Cabo Verde

No inquérito às despesas e receitas das famílias de 2001-2002 (IDRF 2001-2002) definem-se duas linhas de pobreza: o limiar da pobreza que corresponde a 42.673 CVE per capita anual (aproximadamente 387 euros/ano) e o limiar da extrema pobreza equivalendo a 28.448 CVE per capita anual (aproximadamente 261 euros/ano)¹⁰² (INE; 2003a, e INE; 2003b). Como tal, cerca de

¹⁰¹ Em Julho de 2004, as autoridades cabo-verdianas elaboraram o Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP) conhecido pela sigla anglo-saxónica PRSP que adiante apresentaremos com mais detalhes.

¹⁰² “Aqueles duas taxas estimam a pobreza relativa, na medida em que definem a pobreza em relação ao consumo mediano e não em relação a um nível de pobreza definido em função das necessidades de base, nutricionais ou outras (e que mediriam a pobreza absoluta). Deve referir-se o facto de a definição daquelas duas medidas de pobreza não ser a mesma nos inquéritos de 1988-89 para 2001-2002, o que dificulta as comparações temporais. Na verdade, o inquérito sobre a pobreza de 1988-89 tinha estabelecido como limiar de pobreza, 2/3 do consumo anual médio por habitante, enquanto que o limiar de “grande pobreza” tinha sido definido

37% da população (28% dos agregados familiares) residente em Cabo Verde é considerada pobre e 20% (14% dos agregados familiares) desta como muito pobre. No inquérito de 1988 a 1989, os pobres representavam 30% da população e os muito pobres 14%. A pobreza aumentou de modo significativo em termos relativos, da mesma forma que a estrutura da população pobre se inverteu, pela predominância da proporção dos muitos pobres dentro da população dos pobres, contrariamente à situação verificada no início da década de 90 (Ver Quadro 7).

Quadro 7 – Incidência da pobreza em Cabo Verde

milhares de habitantes	População pobre		População muito pobre	
	1988/1989	2001/2002	1988/1989	2001/2002
	percentagem			
Cabo Verde	30	37	14	20
Urbano	17	25	7	12
Rural	46	51	23	30

Fonte: INE (IDRF 2001 - 2002), 2003 extraído de (PNUD; 2004a) e adaptado pelo autor.

A pobreza incide de forma mais acentuada no meio rural, onde mais de metade (51%) da população é pobre e onde 30 pessoas em cada 100 são muito pobres. No entanto, no meio urbano 25% da população é pobre e 12 pessoas em cada 100 são muito pobres.

na base dos 40%, o que correspondia a 2 vezes o rendimento anual das actividades das FAIMO. Pode assim concluir-se que as definições de pobreza utilizadas nos dois inquéritos não se afastam significativamente, o que, com as devidas reservas, permite formar uma ideia da evolução da pobreza relativa ao longo da última década. O facto de o limiar de pobreza ter sido estabelecido ao nível de 2/3 (ou seja, 67%) da despesa anual média em 1988-89, contra 60% do consumo mediano em 2001-2002, leva-nos a concluir que os dados de 2001-2002 subestimam o aumento da pobreza relativa, quando comparada com o inquérito de 1988-89. Note-se que o limiar de grande pobreza passou de ECV 18000 em 1988-89 a ECV 28448 em 2001-2002. Este aumento nominal, da ordem dos 58%, é claramente inferior ao aumento dos preços no consumo (estimado em 80% naquele período), o que indica que, também por esta razão, o aumento da grande pobreza seria mais significativo se se tivesse conservado a mesma definição” (MFP; 2004B: 4). Saliente-se que na perspectiva de Bruto da Costa, “O conceito de pobreza relativa não substitui o de pobreza absoluta. São conceitos complementares. A maior ou menos relevância de um ou outro varia com o contexto de cada sociedade, mormente consoante a pobreza seja um fenómeno generalizado ou um problema que afecta grupos mais ou menos minoritários da população” (Costa; 1984: 292). Assim nesta perspectiva o IDRF de 2001-2002 é incompleto ao não ter definido a pobreza absoluta.

A pobreza é mais acentuada nos agregados chefiados por uma mulher. Num universo de 100 famílias, quando o chefe de família é uma mulher, 32% são pobres, enquanto que, se esse papel é assumido por um homem, a população pobre passa para 26%. (Ver Quadro 8).

Quadro 8 – Incidência da pobreza por género do chefe de família

Género do chefe de família	Total de pobres	Muito pobres	Peso dos muito pobres	Não pobres
Percentagem				
Masculino	26	14	54	74
Feminino	32	16	50	68
Total	29	15	52	71

Fonte: INE (IDRF 2001-2002), 2003 extraído de (PNUD; 2004a) e adaptado pelo autor.

Note-se que, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a proporção de famílias dirigidas por uma mulher aumentou de 38.3%, em 1990 para 40.1%, em 2000 (PNUD; 2004a: 32).

Ainda de acordo com os dados do INE relativos ao inquérito às despesas e receitas das famílias de 2001 a 2002 (IDRF 2001-2002), o desemprego dos chefes de família é um indicador determinante da pobreza em Cabo Verde, uma vez que 46% das famílias chefiadas por desempregados são pobres e, dentro destes últimos, 60% são muito pobres. Os níveis de incidência de pobreza são mais baixos para as famílias cujos chefes trabalham ou estão reformados. Contudo, o emprego do chefe de família não é suficiente para evitar a pobreza da mesma, sendo que mais de um quarto das famílias cujos chefes de família trabalham são pobres e mais de metade dessas últimas (52%) são muito pobres. Esta situação confirma uma vez mais a importância que a promoção do emprego representa dentro da definição das políticas em prol da população pobre (Ver Quadro 9).

Quadro 9 – Taxa de pobreza das famílias pela actividade económica do chefe de família

Actividade do chefe de família	No conjunto da pobreza	Muito pobres	Peso dos muito pobres	Não pobres
Percentagem				
Empregado	25,9	13,4	51,7	74,1
Desempregado	46,4	27,6	59,5	53,6
Estudante	10,5	10,5	100,0	89,5
Doméstica	29,4	13,4	45,6	70,6
Reformado	26,2	13,2	50,4	73,8
Inválido	44,0	26,8	60,9	56,0
Outros	28,5	15,0	52,6	71,5
Total	28,6	15,0	52,4	71,4
Chefe activo	28,1	15,0	53,2	71,9
Taxa de desemprego dos chefes	18,1	20,3		8,2
Chefes inactivos	29,9	15,2	50,6	70,1

Fonte: INE (IDRF 2001-2002), 2003 extraído de (PNUD; 2004a) e adaptado pelo autor.

Tudo indica que as políticas públicas realizadas na melhoria da cobertura escolar e sanitária a favor dos pobres não produziram ainda resultados tangíveis e reduções substanciais do desemprego (23% em 1990 contra 17% em 2000).

“La faible création des emplois au Cap Vert résulte de la faible diversification de l'économie, et du type des secteurs porteurs de croissance dans ce pays qui sont plutôt `haute intensité capitaliste. En conséquence, les nouveaux postes créés évoluent moins vite que la croissance de main d'œuvre disponible” (PNUD; 2004a: 23).

Pela análise dos dados do inquérito às despesas e receitas das famílias analisadas, tudo indicia que a pobreza em Cabo Verde, no seu conjunto, não é essencialmente um problema de acesso aos equipamentos e serviços colectivos ou de precariedade extrema das condições de vida, mas sobretudo um problema de oportunidade de acesso à actividade económica e ao rendimento (Ver Quadro 10).

Quadro 10 – Condições de vida das famílias (2002)

Conforto	Total	Não pobres	Pobres	Muito pobres
Percentagem				
Casa particular	68	66	73	73
Electricidade	59	69	41	23
Frigorífico	41	53	16	6
Telefone	52	60	34	19
Televisão	49	60	31	14
Rádio	75	80	67	57
Casa de banho com retrete	45	58	19	6
Água potável	83	86	77	73

Fonte: INE (IDRF 2001-2002), 2003 extraído de (PNUD; 2004a) e adaptado pelo autor.

Pela leitura dos dados do quadro acima apresentado, ter uma casa particular, uma ligação à rede eléctrica, uma televisão ou um telefone pode significar ser muito pobre. Verificamos ainda que, a grande maioria das famílias muito pobres (73%) possui uma casa particular e 23 em cada 100 têm electricidade.

As transferências dos emigrantes poderão explicar, em parte, esta situação de conforto relativo dos mais pobres. As políticas de inclusão social praticadas depois dos anos de independência, em particular no que concerne ao acesso à água e, sobretudo, à extensão dos recursos de telefone e electricidade são realmente contribuições importantes no melhoramento das condições de vida dos cabo-verdianos (PNUD; 2004a).

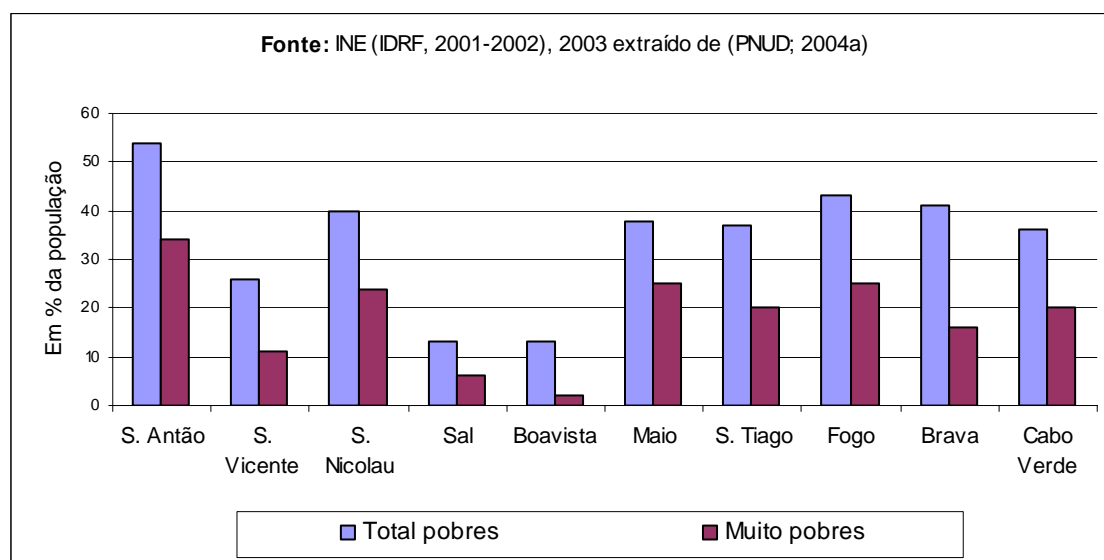
5.1.2. A incidência da pobreza ao nível das ilhas

Em Cabo Verde, a pobreza não é um fenómeno exclusivamente rural¹⁰³, mas é nesse meio que habita a maioria da população pobre. Ela tem uma incidência maior no meio rural e atinge níveis alarmantes nas ilhas predominantemente rurais. Assim, com 54% da população a viver na pobreza, Santo Antão apresenta a maior ocorrência desse fenómeno, seguido da ilha do Fogo, com 43%, e da Brava, com 41%. Com 13% de população pobre, Sal e Boavista são as ilhas que apresentam uma taxa mais baixa. Globalmente, as ilhas de pre-

¹⁰³ Na década de 1990, o país conheceu um forte êxodo rural e é o que explica, pelo menos em parte, que hoje a maioria da população (53%) viva no meio urbano.

dominância urbana apresentam níveis menores de incidência de pobreza como está patente nos exemplos da ilha do Sal e também de São Vicente, com respectivamente 13% e 26% (Ver Gráfico 9).

Gráfico 9 – Repartição da pobreza nas ilhas e no território nacional¹⁰⁴



Uma análise cuidada das estruturas da pobreza evidencia as desigualdades regionais. Nas ilhas de predominância rural, a população pobre é maioritariamente constituída por muito pobres. O peso dos muito pobres¹⁰⁵ é significativo nas ilhas do Maio (66%), Santo Antão (63%), São Nicolau (59%), Fogo (58%) e São Tiago (55%).

5.1.3. O nível de participação na actividade económica e a taxa de desemprego

O Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano de 2004 do PNUD para Cabo Verde, sublinha que “[...] a pobreza em Cabo Verde é uma consequência da falta de oportunidade de emprego”. O recenseamento de 2000 do INE dava conta de que a taxa líquida de actividade, isto é, a proporção da população empregada (entre os 15 e os 65 anos) sobre a população residente dentro da mesma faixa etária era de aproximadamente 69%. Este indicador mostra as diferenças entre as ilhas com taxa acima da média como as ilhas do

¹⁰⁴ Ver Anexo 8, Repartição da Pobreza nas ilhas e no território nacional (%). Pag. 215.

¹⁰⁵ Ver Anexo 8, Repartição da Pobreza nas ilhas e no território nacional (%). Pag. 215.

Sal (76%), Boavista (75%) e Maio (74%) em oposição às ilhas com taxa abaixo da média como São Vicente (64%) e Santo Antão (66%), onde os níveis de actividade são mais reduzidos. As ilhas do Sal e da Boavista, que se apresentavam com menos incidência de pobreza, também são aquelas onde a taxa líquida de actividade é mais elevada, ou seja, onde a maioria da população em idade de trabalhar encontra um trabalho assalariado (PNUD; 2004a).

Como já salientámos anteriormente, o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano de 2004, reforça a ideia de que o facto de se estar a trabalhar não é sempre garantia de que isso evita a pobreza. *“Em qualquer das ilhas do arquipélago, os empregos precários, não permanentes e de baixo nível de remuneração predominam”* (PNUD; 2004a: 27). Como exemplos podem referir-se os casos das ilhas do Fogo (43%), S. Antão (25%) e S. Tiago (22%) onde esta percentagem da população encontra um emprego na agricultura, ou onde uma franja não negligenciável da população encontra trabalho nas frentes de alta intensidade de mão-de-obra (FAIMO), variando entre 18% na ilha do Fogo e 36% na ilha de S. Antão. Nas restantes ilhas, os serviços e, sobretudo, “[...] o emprego permanente, em princípio melhor remunerado, predominam”, é o caso das ilhas do Sal e da Boavista. Assim, o relatório acaba deduzindo,

“[...] que l’emploi dans l’agriculture, dans les travaux publics et dans la construction, parce qu’ils ne sont pas permanents dans la majorité des cas et moins rémunérés, paraissent favoriser un bien moindre niveau de vie et exposeraient ainsi davantage les populations au risque de pauvreté” (PNUD; 2004a: 28).

Nesta linha de pensamento, o Instituto Nacional de Estatística verifica e conclui que,

“A grande maioria 81% dos indivíduos habitualmente empregados e 76% dos indivíduos pobres habitualmente empregados trabalham a tempo completo, pelo que os baixos salários são de facto um fenómeno de massa e não apenas ocorrências pontuais em determinados sectores. Com os níveis salariais existentes dificilmente se poderá reduzir a pobreza de forma drástica. Aparte do aumento do nível médio dos salários, a política de redução da pobreza deverá passar necessariamente pela qualificação, ou seja pela promoção do acesso dos pobres à formação e pela da promoção do emprego de qualidade (20% dos pobres é desempregado)” (INE; 2004d: 3).

Tudo aponta para que a aposta e o incentivo à diversificação e à descentralização das actividades económicas nas ilhas seria o caminho a seguir, para obter uma maior igualdade na repartição da riqueza criada, para combater o êxodo rural e a migração interna entre as ilhas.

5.1.4. Pobreza e desigualdade em Cabo Verde

Dos 173.000 indivíduos pobres residentes nas lhas, 55% reside na ilha de São Tiago, seguidos de São Antão com 16%, São Vicente e Fogo com 10% cada. No conjunto, estas quatro ilhas congregam 92% da pobreza, em termos absolutos. Do universo dos 173.000 pobres, 51% são mulheres, 49% têm menos de 15 anos e 11% tem 65 anos ou mais (INE; 2004d).

Vimos anteriormente que a pobreza incide de forma mais vincada no meio rural do que no meio urbano. Segundo o IDRF 2000-2001, dos 173.000 pobres cerca de 108.000, ou seja 62% viviam no meio rural.

Em relação ao nível de concentração da riqueza em Cabo Verde, o crescimento na última década foi acompanhado pelo aumento da desigualdade na repartição do rendimento, como bem atesta a evolução do índice de Gini entre 1988-89 e 2000-2001, a concentração da riqueza aumentou de 0.43 para 0.59 (INE; 2003a).

“Embora se encontre a mesma tendência para o agravamento da repartição do rendimento num grande número de países, ao longo do último decénio, aquela tendência faz de Cabo Verde um país muito desigual quando comparado com outros países com o mesmo nível de rendimento. Por exemplo, o índice coloca Cabo Verde no decil mais desigual entre os países de desenvolvimento humano médio (ao qual Cabo Verde pertence segundo a classificação do PNUD)” (MFP; 2004a:43).

Ainda segundo o IDRF 2000-2001 do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde,

“[...] 10% da população mais pobre tem apenas 1% do rendimento. Os primeiros sete decis (70% dos agregados familiares) representam apenas 28% da despesa per capita, enquanto que o último decil sozinho (os 10% mais ricos) representam 47% da despesa total [...] os 10% dos agregados com maiores despesas per capita, têm um nível de despesa 12 vezes superiores aos 10% mais pobres” (INE; 2004d: 5).

Na explicação deste “[...] forte agravamento (verdadeira explosão) das desigualdades em Cabo Verde onde o Índice de Gini passou de 0.43 em 1989-1999 para 0.59 em 2001-2002” são apontados,

“[...] a forte expansão dos rendimentos em actividades como o turismo e outras actividades de serviços induziu o aumento do desnível na repartição do rendimento. [...] a forte pressão demográfica, combinada com os fenómenos de degradação dos solos na agricultura teve um impacto negativo sobre o rendimento rural por habitante, e deste modo, levou também a um aumento da desigualdade na repartição do rendimento” (MFP; 2004a: 42-43).

Ainda segundo o INE, a ilha de Santo Antão apresenta o maior índice de concentração da riqueza, com 5% da população a absorver 50% do consumo, seguido de São Vicente e Fogo. Refira-se que o maior agravamento da desigualdade, na década de 90, se verificou na ilha de São Vicente (+55%), seguida do Fogo (+46%) e São Tiago (+40%) (INE; 2003a).

5.1.5. A situação e tendência do desenvolvimento humano e da pobreza humana em Cabo Verde

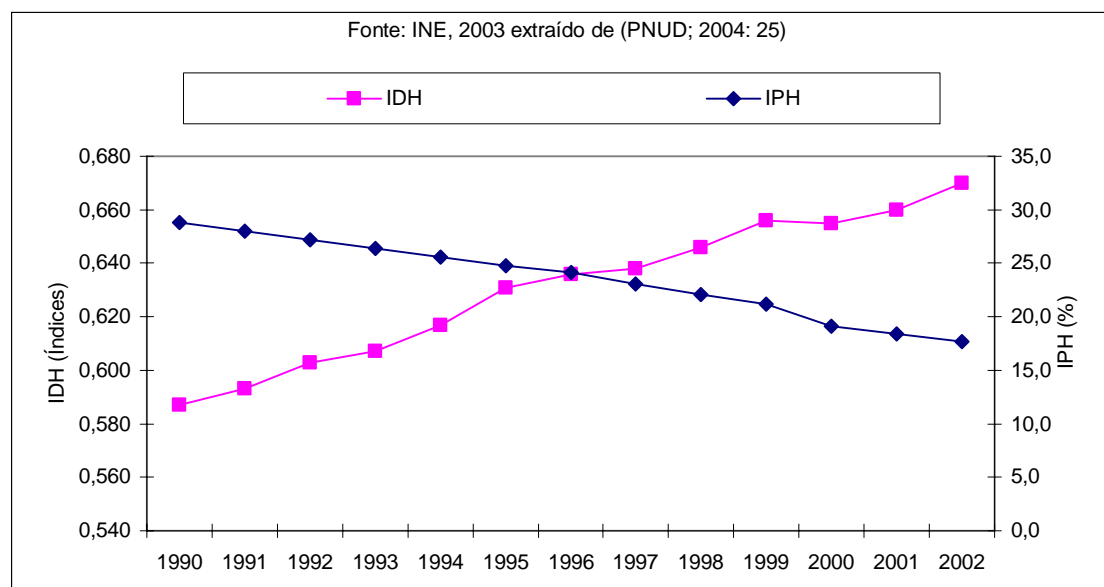
Devido às dificuldades e às limitações próprias que a medição da pobreza encerra em si mesma, vamos complementar a análise anterior, centrada nos conceitos de limiar da pobreza, com a apresentação de indicadores compósitos de medição da pobreza. Deste modo, com base numa análise documental¹⁰⁶, apresentaremos os indicadores de evolução de Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁰⁷ e do Índice de Pobreza Humana (IPH)¹⁰⁸ (Ver Gráfico 10).

¹⁰⁶ Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano de 2004 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para Cabo Verde

¹⁰⁷ O **índice de desenvolvimento humano** (IDH) é “uma medida composta que mede a realização média em três dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno” Note-se que uma vida longa e saudável é medida pela esperança de vida à nascença; Conhecimento é medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior e um nível de vida digno, medido pelo PIB *per capita* (dólares PPC) (PNUDb; 2004: 271-259).

¹⁰⁸ O **índice de pobreza humana** (IPH) é “um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e nível de vida. Sendo que uma vida longa e saudável é considerada a vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos. Conhecimento - exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela taxa de analfabetismo de adultos e um nível de vida digno – falta de acesso ao aprovisionamento económico global, medida pela média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melho-

Gráfico 10 – Evolução do (IDH) e do (IPH)



A evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) durante os 13 anos (de 1990 a 2002) demonstra a dinâmica da economia cabo-verdiana e também o impacto dos investimentos contínuos realizados nos domínios da educação e saúde. Durante aquele período a evolução do IDH não conheceu tempos de inflexão. Segundo o relatório citado,

“Les progrès ont été notables en matière d’opportunité d’accès à l’éducation, d’espérance de vie et d’accès et d’accroissement du pouvoir d’achat moyen. La conséquence logique en a été une réduction sensible des privations notamment entre 1990 et 2000” (PNUD; 2004a: 24).

Em relação ao Índice de Pobreza Humana (IPH) notamos que devido aos progressos notáveis no domínio da saúde, a probabilidade de se morrer antes dos 40 anos diminuiu visivelmente, houve melhorias nas condições de acesso à água potável, uma diminuição da má nutrição e do peso insuficiente das crianças, tendo-se também progredido no domínio da luta contra o analfabetismo de forma substancial. O relatório sublinha que estes progressos foram conseguidos graças à mobilização de investimentos nacionais e da cooperação internacional para o desenvolvimento (PNUD; 2004a).

rada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade (PNUD; 2004b: 271 e 260).

No que respeita ao cumprimento dos objectivos do desenvolvimento do Milénio, referimos que Cabo Verde já realizou o objectivo de assegurar uma educação primária para todos, mas resta agora melhorar a qualidade do sistema educativo e encorajar os alunos a terminarem o ciclo secundário ou o profissional para conseguirem reais oportunidades de inserção profissional. Contudo, o analfabetismo continua a ter uma forte incidência no meio rural e as mulheres continuam mais expostas ao analfabetismo e ao desemprego. (PNUD; 2004a). Por um lado a desigualdade regional no acesso à água potável deve ser corrigida, sendo também necessário o melhoramento do saneamento básico, por outro lado, o maior desafio de Cabo Verde será a redução da pobreza. De facto podemos concluir que, *“as perspectivas de redução, até 2015, dos níveis de pobreza e extrema pobreza para 15% e 7%, respectivamente, parecem comprometidos se não for possível alterar as tendências do passado recente¹⁰⁹”* (MFP; 2004a: 51).

De facto para o país realizar o primeiro objectivo do desenvolvimento do milénio (eliminar a extrema pobreza e a fome, isto é, reduzir a metade a proporção da população vivendo com menos de um dólar por dia, e reduzir a metade a proporção da população que sofre de fome), tendo como horizonte 2015 é preciso urgentemente implementar *“políticas orientadas para os pobres para que o crescimento económico induza a redução da pobreza e das desigualdades em Cabo Verde”* (MFP; 2004b: 53).

5.2. Estratégia de combate à pobreza em Cabo Verde

Realizado o diagnóstico da situação da pobreza e uma vez apresentadas algumas medidas com resultados alcançados, abordaremos de seguida as estratégias adoptadas.

Recentemente, as autoridades cabo-verdianas elaboraram o Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP)¹¹⁰, com o

¹⁰⁹ Ver Anexo 9, Quadro sinóptico do enquadramento dos OMD na programação nacional, Pag. 216.

¹¹⁰ Em Julho de 2004, conclui-se o *Draft Final* ou Versão definitiva do IPRSP. Recorde-se que em que Dezembro de 2001, as autoridades cabo-verdianas aprovaram o IPRSP, a Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza, na sua versão preliminar. Esta estratégia foi apreciada conjuntamente com o *staff* do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI)

horizonte de implementação 2004-2007. No documento estratégico considera-se que a estratégia de combate à pobreza, “[...] *deve estar no cerne das políticas públicas que visam combater a pobreza através da criação de condições ao crescimento económico, no qual o sector privado tem um papel motor*” (MFP; 2004a: 6). Refira-se ainda que os níveis de actuação do DECRP são três: Global, Sectorial e Região (ou Local).

Em matéria de desenvolvimento do turismo como instrumento de combate à pobreza, o DECRP num dos seus componentes do eixo dois considera que com a promoção e desenvolvimento do turismo se visa nomeadamente: 1) a preparação/formação das populações rurais no ramo do turismo; 2) promover o turismo desconcentrado; 3) Realização de cursos de formação profissional para hotelaria e restauração, e finalmente a promoção das condições de saúde e de saneamento de qualidade nas zonas de desenvolvimento turístico integral (ZDTI), e a promoção de acessibilidade às ZDTI. Encontra-se orçamentado o montante de 123.820.000 CVE (aproximadamente 1.123.593 euros)¹¹¹ para a promoção e desenvolvimento do sector turístico, correspondendo a 2.16% do custo de implementação do eixo dois do DECRP para o período 2004-2007.

Entendemos que Cabo Verde, pelas carências estruturais que apresenta, deva cada vez mais apostar numa estratégia de desenvolvimento sustentável assente nos recursos humanos, o que obriga a que uma política de combate à pobreza seja a maior das prioridades.

As estratégias de sobrevivência dos pobres têm sido a migração (internacional ou interna). Aqueles que permanecem no mundo rural dedicam-se à pecuária de subsistência ou aos trabalhos públicos nas Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra¹¹² (FAIMO), enquanto que no meio urbano os pobres dedicam-se essencialmente ao trabalho informal¹¹³. Saliente-se ainda as

de onde resultaram algumas recomendações para a versão definitiva agora apresentada. Note-se que DECRP, já incorpora os resultados do IDRF 2000-2001.

¹¹¹ O montante do orçamento para a promoção e desenvolvimento turístico no DECRP corresponde 0.2% do total dos custos da implementação da estratégia.

¹¹² “As FAIMO não representam uma “porta de saída” da situação de pobreza” (MFP; 2002: 10). Recorde-se que as FAIMO são desde os anos 70 do século passado a principal rede de segurança dos pobres.

¹¹³ O **sector informal** assume um papel importante no emprego em Cabo Verde. Estima-se que o sector informal represente 40% do emprego total. Aquele valor varia significativamente inter-sectores: 50% no comércio, restauração e hotelaria, 34% na indústria transformadora,

remessas das famílias do exterior¹¹⁴ e a criação de associações de desenvolvimento comunitário¹¹⁵.

A estratégia adoptada pelos sucessivos Governos de Cabo Verde desde a Independência consistiu em criar uma rede de segurança, baseada na realização de trabalhos públicos de alta intensidade de mão-de-obra (FAIMO), financiados pelas contrapartidas da ajuda alimentar, e que tem beneficiado cerca de 20 mil trabalhadores. Com uma produtividade e eficiência muito baixas, em grande parte resultante da sua organização e da própria concepção, estes trabalhos têm um carácter vincadamente assistencial. Além disso, existem programas de apoio directo aos vulneráveis, mediante o fornecimento de ajuda alimentar ou pecuniária. Esta estratégia, embora permita minorar o problema e enfrentar as situações mais agudas, não foi capaz de reduzir de forma duradoura a incidência da pobreza na sociedade cabo-verdiana, apesar das taxas de crescimento económico muito elevadas registadas desde a Independência, em 1975 (MFP; 2001b).

As Grandes Opções do Plano de 2001 (GOP), documento magno na definição da estratégia de desenvolvimento do país a longo prazo, estabelece as seguintes vias complementares para a redução da pobreza: 1) a promoção

25% na construção, 17% nos serviços pessoais e 9% nos transportes. A parte elevada do sector informal no comércio, hotelaria e restauração reflecte o desenvolvimento rápido destas actividades durante os anos 90 e sugere mesmo que tenha havido um fenómeno de transferência do emprego formal nestes sectores. Neste domínio, as mulheres desempenham um papel de relevo o que explica que a incidência da pobreza feminina tenha melhorado ao longo da década de 90. É também o sector que absorve parte dos trabalhadores sobretudo da África Ocidental que têm vindo a imigrar para o país (sendo a parte restante absorvida pela construção civil) (Proença; 2005).

¹¹⁴ As **remessas dos emigrantes** podem assumir duas formas: remessas que são usadas para financiar o consumo e as que são investidas, aproveitando as condições mais favoráveis aos depósitos bancários de emigrantes relativamente aos depósitos dos residentes. Esta poupança é seguidamente transformada pelo sistema bancário em investimentos, essencialmente no sector da construção. As remessas também podem assumir a forma de envio de mercadorias do exterior para as famílias que as vendem no mercado (Proença; 2005).

¹¹⁵ A criação de **associações de desenvolvimento comunitário** é uma estratégia das populações para aproveitar as oportunidades de financiamento de acções de luta contra a pobreza oferecidas quer interna, quer externamente. Efectivamente, através destas organizações as comunidades rurais conseguem obter os apoios necessários à realização de certos trabalhos de interesse comunitário e de alguma envergadura, como obras ligadas à engenharia rural, de protecção e conservação de solos, de correcção torrencial e algumas infraestruturas comunitárias financiadas geralmente pelo Governo ou pelas autarquias, no quadro dos chamados contratos programas. Essas organizações da sociedade civil são também as promotoras de crédito na forma de microcrédito como resposta ao pouco acesso à banca das famílias com menos recursos (Proença; 2005).

do crescimento económico, que não sendo suficiente, constitui um factor indispensável para a dinamização da economia e para a criação de oportunidades de saída da pobreza; 2) a melhoria das condições de vida, necessárias ao bem-estar das populações, e 3) o reforço da capacitação dos pobres, para que sejam eles próprios os motores da mudança para a saída da pobreza (MFP; 2001a).

Neste ponto parece-nos relevante definir, claramente, as articulações a fazer entre as estratégias de redução da pobreza e as políticas sectoriais, nomeadamente com o sector turístico. Como se afirma nas GOP,

“O sucesso desta luta depende da capacidade de conceber uma intervenção diversificada, de acordo com a complexidade e os contornos concretos da pobreza no país, que integre políticas económicas e sociais susceptíveis de sustentar o crescimento, a criação e o aumento do emprego, políticas activas de redução da pobreza e acções com carácter de promoção social num quadro claramente descentralizado que facilite intervenções bem focalizadas a nível das bolsas de pobreza, das comunidades de base e dos grupos alvo e promova a participação” (Conselho de Ministros; 2001a: 11).

Julgamos, então, que o sector turístico, quer por via do turismo rural quer pelas actividades complementares, deva ser amplamente implicado no processo de redução da pobreza em Cabo Verde.

5.3. A pobreza e delapidação dos recursos turísticos em Cabo Verde

Num país saheliano como Cabo Verde, constantemente fustigado por secas e sem recursos minerais ou outros, que sejam importantes do ponto de vista económico e financeiro, a pobreza é um dos maiores problemas sociais.

A pobreza é um dos factores de degradação do meio ambiente no arquipélago, porque provoca práticas ligadas à luta pela sobrevivência, destacando-se o corte de árvores para a produção da lenha como combustível doméstico. Assistimos frequentemente a situações de pressão e delapidação dos recursos naturais do país devido às práticas ligadas à luta pela sobrevivência, não obstante as proibições legais, nomeadamente: a apanha de areia nas praias causando a destruição das zonas litorais; a extracção de inertes nos leitos das ribeiras; a pesca de espécies em vias de extinção como as tartarugas-

marinhas; as construções clandestinas nas periferias das vilas e cidades em decorrência do êxodo rural. Estas são algumas das situações em que as potencialidades e os recursos turísticos dos pobres não são aproveitados para o desenvolvimento de um turismo em prol dos mesmos e com consequências negativas no desenvolvimento do sector. Julgamos que, em parte, estas situações decorrem da ausência de uma articulação das estratégias de luta contra a pobreza e o desenvolvimento do turismo. De facto, a existência de uma articulação entre as duas estratégias permitiria que tanto o desenvolvimento do turismo como o combate à pobreza saíssem ambos ganhadores.

Síntese do capítulo 5

De acordo com os resultados definitivos do inquérito às despesas e receitas das famílias realizada pelo INE entre 2001 e 2002, **a pobreza relativa aumentou de modo significativo em Cabo Verde na última década**. De facto, a proporção dos pobres na população total, cresceu de 30% para 37% e a proporção dos muito pobres cresceu de 14% para 20%. O estado actual da pobreza mostra que 1) a incidência da pobreza é maior no meio rural; 2) as ilhas Santo Antão e Fogo (ilhas com predominância agrícola) são caracterizadas com maiores taxas de pobreza; 3) que o desemprego afecta mais os pobres que os não pobres; 4) a probabilidade de se ser pobre aumenta em Cabo Verde quando se pertence a uma família cujo chefe vive no meio rural, é analfabeto, está desempregado ou é uma mulher.

“Note-se que estamos a considerar que o modo de medir a pobreza pode incluir um erro que vai induzir em conclusões erradas. Ou seja, se a medida da pobreza é relativa, então pode toda a população estar melhor mas, pelo facto de se medir a pobreza sempre em relação a uma média que evolui no tempo, teremos mais pobres quando na realidade aquilo que temos é mais desigualdade. Dito de outro modo, as pessoas estão com condições de vida melhores que à dez anos, mas há é uma parte dessas pessoas que estão muito melhor. Logo a distância entre uns e outros aumenta e no momento actual a diferença é maior do que era à dez anos. Se medirmos deste modo então a pobreza aumentou. Se medirmos em termos absolutos, ou seja, se as condições de acesso a alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde e participação social, melhoraram ou não, então a

pobreza diminuiu com as políticas públicas e privadas praticadas”
(Proença; 2005: 38).

Segundo o IDRF 2000-2001 do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, não só aumentou a pobreza mas também as desigualdades. Na exploração deste “[...] forte agravamento (verdadeira explosão) das desigualdades em Cabo Verde onde o índice de Gini passou de 0.43 em 1989-1999 para 0.59 em 2001-2002” são apontados,

“[...] a forte expansão dos rendimentos em actividades como o turismo e outras actividades de serviços induziu o aumento do desnível na repartição do rendimento. [...] a forte pressão demográfica, combinada com os fenómenos de degradação dos solos na agricultura teve um impacto negativo sobre o rendimento rural por habitante, e deste modo, levou também a um aumento da desigualdade na repartição do rendimento” (MFP; 2004a: 42-43).

Os indicadores compósitos de medição da pobreza permitem-nos verificar que o melhoramento do desenvolvimento humano e a redução das privações são factos inegáveis observados em Cabo Verde através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e do Índice de Pobreza Humana (IPH).

Em matéria dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), o país está próximo de atingir os seguintes: educação primária para todos, igualdade de género nos ensinos primário e secundário, redução do analfabetismo, redução da mortalidade materna e redução para metade da população sem acesso a água potável. Contudo, o desafio maior de Cabo Verde será a redução da pobreza. De facto podemos concluir que, *“as perspectivas de redução, até 2015, dos níveis de pobreza e extrema pobreza para 15% e 7%, respectivamente, parecem comprometidos se não for possível alterar as tendências do passado recente”* (MFP; 2004a: 51).

O Relatório Nacional de Desenvolvimento de 2004 é claro ao concluir que, *“L’accroissement de l’incidence de la pauvreté et des inégalités dans un contexte de forte croissance économique et de l’amélioration de l’offre des services sociaux de base met le doigt sur la faiblesse des politiques pro pauvres mises en œuvre au Cap Vert”* (PNUD; 2004a: 34).

Decorridos os anos da concepção do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), a situação continua crítica, pelo que consideramos que uma efectiva articulação das estratégias de combate à pobreza com o sector turístico, o sector que mais tem crescido nos últimos anos, é uma oportunidade que urge aproveitar.

Em Cabo Verde, a pobreza não é um fenómeno exclusivamente rural, mas é neste meio, que encontramos a sua maior incidência. Assim, tudo apontaria para que numa estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo, deveríamos apostar no desenvolvimento do turismo no espaço rural. Verificamos neste momento uma incapacidade das autoridades cabo-verdianas em conceber uma estratégia de desenvolvimento turístico voltada para o espaço rural, daí, em parte, a quase nula captação de investimento directo estrangeiro fora do produto tradicional (turismo de sol e mar).

Informação obtida via e-mail da Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico de Cabo Verde dava-nos conta de que o turismo rural não está ainda regulamentado. Não passou no Conselho de Ministros por ter artigos inconstitucionais. Devido ao interesse existente em relação ao desenvolvimento do turismo rural, o texto será refeito aguardando-se a sua regulamentação futura.

CAPÍTULO 6 – TURISMO EM CABO VERDE

No capítulo 6, dirigido ao objecto central da nossa investigação, começámos por situar o turismo no ambiente macroeconómico; analisámos a oferta e a procura turística; construímos a matriz das oportunidades, das ameaças, das forças e das fraquezas; analisámos o funcionamento da administração turística; reflectimos sobre as estratégias para intensificação dos benefícios económicos do turismo no desenvolvimento local e os benefícios económicos do turismo e o seu impacte sobre a pobreza, com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Cabo Verde, do Banco de Cabo Verde e pelo recurso a outras fontes escritas (bibliográficas, planos e documentos das autoridades cabo-verdianas) e orais (entrevistas a administradores, empresários e utilizadores).

Neste capítulo começaremos por situar o turismo no ambiente macroeconómico cabo-verdiano e destacá-lo na actividade económica, sobretudo ao nível da sua contribuição na formação do produto interno bruto, da sua participação no sector dos serviços, na sua capacidade de absorção dos investimentos directos estrangeiros e na criação de emprego.

6.1. Turismo na actividade económica em Cabo Verde

A contribuição do sector do turismo na formação da riqueza criada em Cabo Verde, tem evoluído de forma a comprovar a sua importância como opção estratégica para o desenvolvimento das ilhas, sobretudo das ilhas do Sal, São Tiago, São Vicente e Boavista. A participação do sector no PIB era de 2% em 1995 (valor nunca alcançado anteriormente). Em 2003 já representava 10.10% do PIB cabo-verdiano. A receita do turismo apresenta um saldo positivo na balança de pagamentos a partir de 1999, como vimos anteriormente, e a participação deste sector de actividade nos serviços tem evoluído de forma positiva, chegando a atingir, em 2003, 41.60% do crédito total dos serviços (ver Quadro 11).

Quadro 11 – Evolução dos principais indicadores do turismo

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Receitas# do Turismo*	745	897	1.553	1.983	2.901	4.686	6.539	6.986	8.152
Contribuição para o PIB (%)	2,0	2,2	3,3	3,8	4,8	7,3	9,4	9,4	10,1
Participação nos Serviços** (%)	13,1	13,0	23,4	23,4	26,6	37,3	40,1	37,6	41,6

Fonte: (BCV, 2000; id, 2001; id, 2002; id, 2003; id, 2004)

* Crédito viagens de turismo, balança de pagamentos

** Crédito viagens de turismo/ crédito total dos serviços

(milhões de CVE)

A política de atracção de **Investimento Directo Estrangeiro** (IDE) para Cabo Verde tem contribuído para a assinalada evolução do sector turístico, que entre 2000 e 2003 representou uma média de 68.5% na estrutura do IDE do país (ver Quadro 12).

Quadro 12 – Estrutura do investimento directo estrangeiro (2000-2003)

	2000	2001	2002	2003	Média
	Percentagem				
Investimento no turismo	41,7	86,8	63,3	82,1	68,5
Investimento na indústria	12,3	9,9	17,5	5,9	11,4
Investimentos noutros sectores	45,9	3,3	19,2	11,9	20,1

Fonte: PROMEX, extraído de (BCV; 2004), com adaptação do autor.

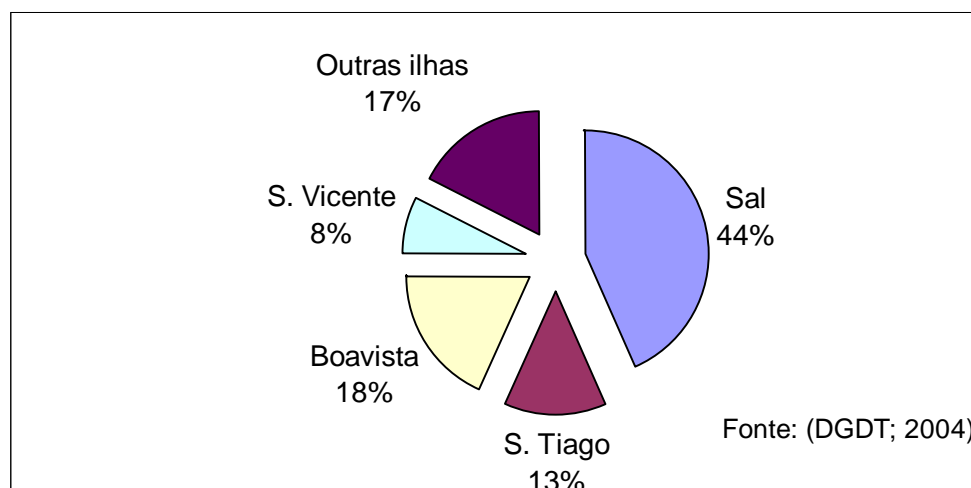
A maior absorção de IDE pelo sector do turismo deve-se, em parte, ao aproveitamento dos incentivos e garantias que foram criados, nomeadamente: isenções fiscais, isenções aduaneiras e com quase total liberdade de repatriamento dos capitais investidos¹¹⁶. A estes incentivos e garantias junta-se a van-

¹¹⁶ Os investimentos externos beneficiam de incentivos gerais e incentivos especiais, segundo a Lei de Investimento Externo (Cabo Verde; 1993a). Os incentivos gerais dos investimentos no sector turístico são isenções de sisa e de imposto sobre sucessões e doações, isenções de contribuição predial e de contribuição industrial, dedução dos lucros reinvestidos, dedução das despesas de formação profissional e isenção do imposto de consumo na importação de certas mercadorias assim como a isenção de impostos sobre lucros nos primeiros 5 anos do investimento e redução de 50% de impostos nos 10 anos seguintes. Em termos de garantias criadas destaca-se o livre acesso a contas em divisas, a transferência de lucros e dividendos, a protecção e segurança dos investimentos e trâmite aduaneiro simplificado. Refira-se ainda que segundo da Lei de Utilidade Turística, que é uma qualificação atribuída aos estabelecimentos turísticos que satisfaçam os requisitos da presente lei, todos os investimentos externos destinados ao turismo têm de ter o estatuto de utilidade turística (Cabo Verde; 1992b). Por outro lado, a taxa do imposto de turismo é de 3% (Cabo Verde; 1997). Trata-se de uma taxa relativa-

tagem de poder aproveitar a mão-de-obra disponível relativamente instruída e barata.

Em termos de origem dos investimentos os capitais italianos são sem dúvida os mais elevados seguidos por outros promotores igualmente europeus como os portugueses, espanhóis, canarinos e alemães¹¹⁷.

Gráfico 11 – Distribuição do emprego no sector turístico, por ilhas em 2003¹¹⁸



O sector turístico empregava cerca de 3.516 pessoas em 2003. Como se pode ver no gráfico 11, os empregos gerados pelo sector turístico cabo-verdiano concentram-se nas ilhas do Sal, Boavista, São Tiago e São Vicente. Podemos desde já salientar o facto, deste sector concentrar 62% da mão-de-obra em apenas duas ilhas, Sal e Boavista, demograficamente pouco representativas da população total cabo-verdiana. Esta condicionante tem, desde logo, o efeito de limitar o impacte do turismo na redução da pobreza em Cabo Verde. Saliente-se, no entanto, que no contexto do crescimento do sector tem-se assistido a uma deslocação de mão-de-obra para estas duas ilhas.

mente pequena quando sabemos que 70% do imposto do turismo se destina ao Fundo de Desenvolvimento Turístico e 30% para as Câmaras Municipais que carecem de fundos para financiar iniciativas locais em favor dos mais desfavorecidos (Cabo Verde; 1994a). Refira-se ainda que a actividade turística está sujeita a uma taxa reduzida do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) de 6.0%. Note-se que a contribuição do imposto do turismo da receita fiscal total tem sido inferior a 1% (MFP; 2004b).

¹¹⁷ Informação recolhida no Website: www.guiadecaboverde.cv

¹¹⁸ Ver Anexo 10, Distribuição do emprego do sector turístico, por ilhas, em 2003. Pag. 218.

6.2. Oferta turística cabo-verdiana

O estudo da oferta turística aconselha a reter três dimensões: a avaliação da capacidade hoteleira; a avaliação das taxas de ocupação; e a reflexão sobre a privatização do sector.

6.2.1. Avaliação da capacidade hoteleira

Com base em dados obtidos junto do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, a capacidade hoteleira no período de 1999-2003 assenta na avaliação do comportamento das seguintes variáveis: estabelecimentos hoteleiros; número de quartos; número de camas; capacidade de alojamento; pessoal ao serviço e serviços oferecidos (INE; 2004a).

Pela leitura dos dados, observamos que até Setembro de 2003 existiam 105 estabelecimentos hoteleiros¹¹⁹, 3.146 quartos e 5.715 camas o que implica uma capacidade de alojamento¹²⁰ de 6.062 unidades, conjugada com 2.281 trabalhadores. É notável a taxa de crescimento, entre 1999 e 2003, de todos os

¹¹⁹ **Os estabelecimentos hoteleiros** são estabelecimentos destinados a proporcionar hoteleiro, mediante remuneração, com ou sem fornecimento de refeição e outros serviços acessórios. Os estabelecimentos hoteleiros de interesse para o turismo classificam-se, nos termos regulamentares, nos seguintes grupos: Grupo 1: Hotéis de cinco, quatro, três e duas estrelas; Grupo 2: Pensões de quatro, três, duas e uma estrela; Grupo 3: Pousadas de quatro e três estrelas; Grupo 4: Hotéis – apartamentos de quatro, três e duas estrelas e Grupo 5: Aldeamentos turísticos de luxo de 1ª e 2ª. Ainda, segundo, o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, para que um estabelecimento seja classificado como **hotel** “deverá ocupar a totalidade de um edifício ou uma parte dele, completamente independente, constituindo as suas instalações um todo homogéneo e dispor de acesso aos andares para uso exclusivo dos clientes” e possuir no mínimo vinte quartos; **pensões** “são os estabelecimentos hoteleiros que pelas suas instalações, equipamento, aspecto geral, localização e capacidade, não obedecem às normas estabelecidas para a classificação como hotel e satisfaçam aos requisitos constantes das disposições estabelecidas pelos diplomas sobre a indústria e similar” [...] “deverá ocupar a totalidade de um edifício ou fracção autónoma e ter, no mínimo, dez quartos” Note-se que os hotéis e pensões que oferecem apenas hospedagem e pequeno-almoço serão classificados de **residenciais**; **pousadas** “são estabelecimentos hoteleiros situados fora dos centros urbanos, em edifício próprio, oferecendo boas condições de conforto e comodidade, destinados a fornecer aos turistas hoteleiro e, se necessário, alimentação”; **hotéis-apartamentos** “são os estabelecimentos constituídos por um conjunto de apartamentos mobilados e independentes, instalados em edifício próprio e explorados em regime hoteleiro”; **aldeamentos turísticos** “são os estabelecimentos constituídos por um conjunto de instalações interdependentes e contíguas, objecto de uma exploração turística integrada que se destinem, mediante remuneração, a proporcionar aos seus utilizadores hoteleiro, acompanhado de serviços acessórios e com equipamento complementar e de apoio” (INE; 2004c).

¹²⁰ Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, a **capacidade de alojamento** é o “número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período. Na hotelaria, é determinado através do número de camas, considerando como duas as camas de casal. Esta capacidade é a existente ou a disponível, visto que não se consideram os estabelecimentos encerrados” (id; ibid).

indicadores que avaliam a capacidade hoteleira nacional, com destaque para o número de camas (ver Quadro 13).

Quadro 13 – Estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço

Indicadores	1999	2000	2001	2002	2003 (Setembro)	Taxa cres- cimento (2002/2003)	Taxa cres- cimento (1999/2003)
Estabelecimentos	79	88	88	93	105	12,9	32,9
Nº de Quartos	1.825	2.391	2.489	2.820	3.146	11,6	72,4
Nº de Camas	3.165	4.475	4.628	5.159	5.715	10,8	80,6
Capacidade de Alojamento	3.874	5.249	545	6.062	6.682	10,2	72,5
Pessoal ao Serviço	1.561	1.845	2.046	2.043	2.281	11,6	46,1

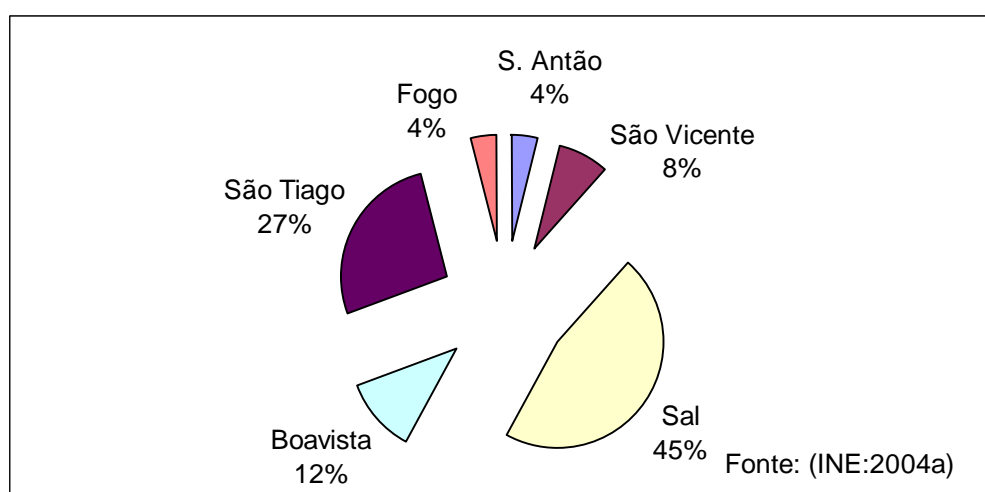
Fonte: (INE; 2004a)

• Distribuição da capacidade hoteleira, por ilhas

Numa análise mais desagregada dos estabelecimentos hoteleiros observamos que 30% estão classificados como pensões, percentagem igual à das residenciais, 25% como hotéis, seguidos das pousadas (6%), hotéis-apartamentos (5%) e aldeamentos turísticos (4%).

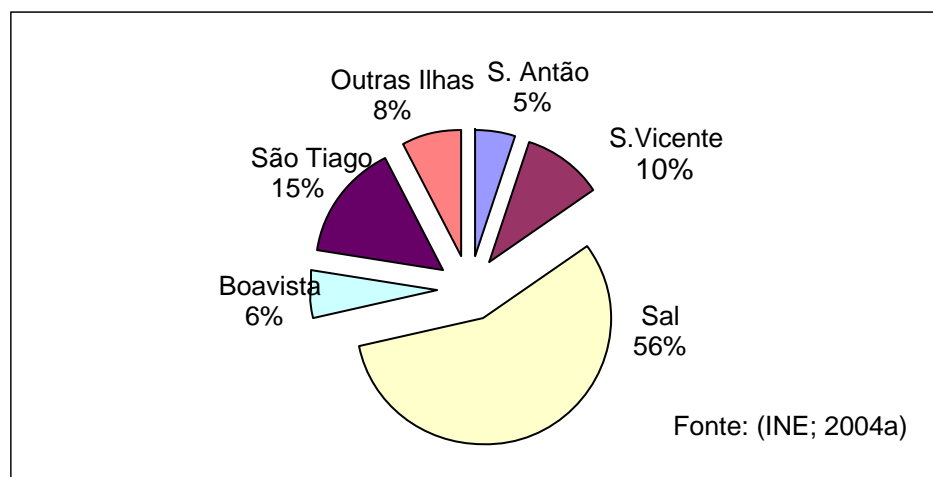
A leitura dos dados permite-nos verificar ainda que existe ao nível da oferta dos estabelecimentos hoteleiros uma concentração nas ilhas de São Tiago (24%), Sal (22%) e São Vicente (13%). Estas três ilhas concentram quase 60% dos estabelecimentos hoteleiros. Já em relação aos hotéis a sua distribuição é diferenciada.

Gráfico 12 – Distribuição dos **hotéis**, por ilhas, até Setembro de 2003



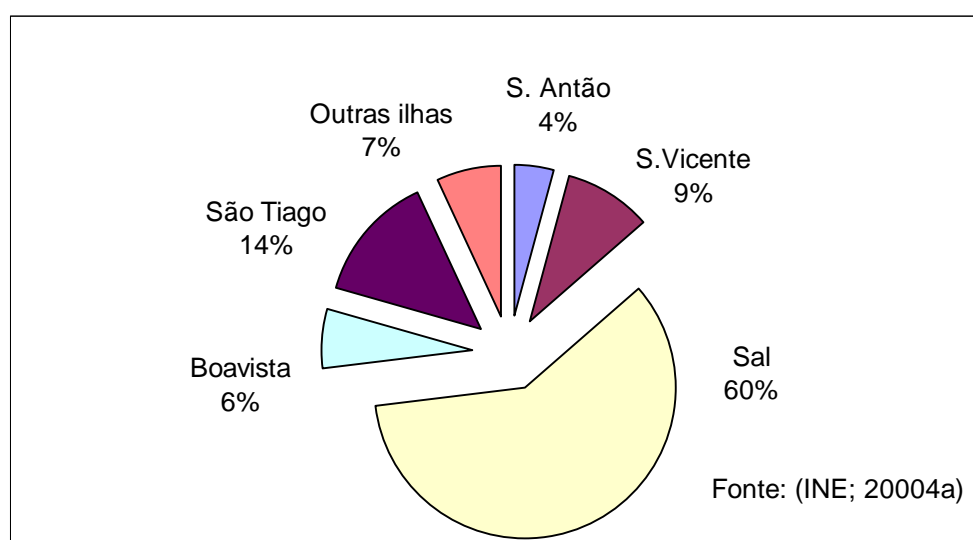
Os hotéis são os estabelecimentos que mais conforto oferecem e estão concentrados nas ilhas do Sal, São Tiago e Boavista, como ilustra o gráfico 12.

Gráfico 13 – Distribuição dos **quartos**, por ilhas, até Setembro de 2003



Quanto à distribuição de **número de quartos**, como se pode ver no gráfico 13, as ilhas do Sal, São Tiago, São Vicente e Boavista dispõem do maior número de quartos albergando 87% do total disponível. Os hotéis (63%), seguidos das residenciais (12%) e pensões (11%) são os estabelecimentos hoteleiros com maior percentagem de quartos. A ilha do Sal concentra 56% dos quartos de todo o país e 73% dos melhores quartos que são oferecidos pelos hotéis: Pensamos que esta condicionante do turismo cabo-verdiano limita os benefícios do mesmo para o todo nacional.

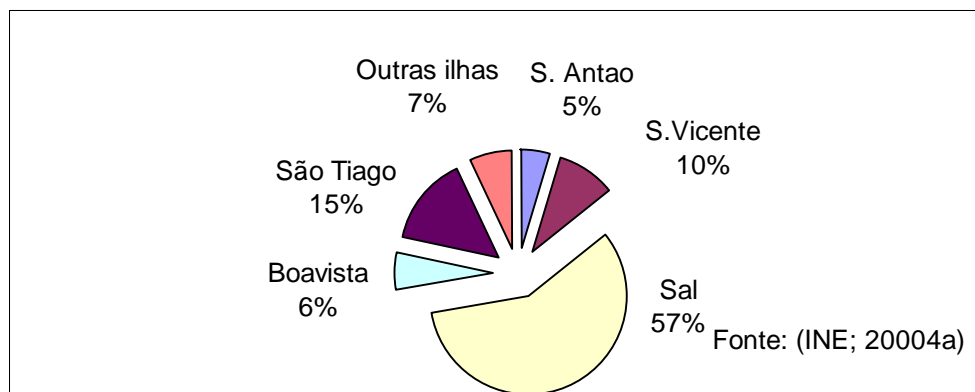
Gráfico 14 – Distribuição de **camas**, por ilhas, até Setembro de 2003



Relativamente à distribuição de **número de camas**, conforme o gráfico 14, Sal, São Tiago, São Vicente e Boavista dispõem do maior número de camas, abrangendo quase 90% do total disponível. Os hotéis comportam 70%

das camas do total dos estabelecimentos hoteleiros existentes no país. Esta concentração do número de camas oferecidas tem, uma vez mais, o efeito de limitar os benefícios do turismo para os residentes nas outras ilhas do arquipélago.

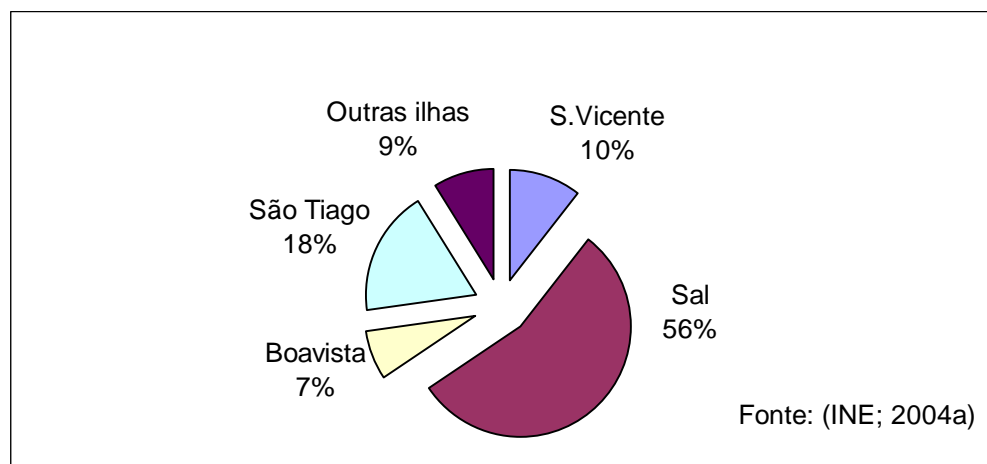
Gráfico 15 – Distribuição da **capacidade de alojamento**, por ilhas, até Setembro de 2003



Avançando na avaliação da capacidade hoteleira nacional, quanto à **capacidade de alojamento**, como consta do gráfico 15, as ilhas do Sal, São Tiago, São Vicente e Boavista dispõem da maior capacidade de alojamento disponível, compreendendo 88% do total. Os hotéis (66%), seguidos das residências (11%) e pensões (10%) são os estabelecimentos de alojamento com maior número de capacidade de alojamento. A ilha do Sal concentra 74% da capacidade de alojamento oferecida pela totalidade dos hotéis existentes em Cabo Verde. Esta aglomeração da capacidade hoteleira, confinando o turismo à ilha do Sal, sugere-nos que há muito trabalho a fazer para descentralizar o turismo cabo-verdiano.

Ainda para avaliar a capacidade hoteleira nacional, passaremos a analisar a variável **pessoal ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros**. Os hotéis continuam a empregar o maior número de pessoas, representando cerca de 72% do total do pessoal, seguidos das pensões (9%), dos aldeamentos turísticos e das residências (7% cada um).

Gráfico 16 – **Pessoal** ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros, por ilhas, até Setembro de 2003



Como ilustra o gráfico 16, a maioria do emprego gerado pelos estabelecimentos hoteleiros localiza-se na ilha do Sal seguem-se as ilhas de São Tiago, de São Vicente e da Boavista. Estas 4 ilhas concentram 91% do emprego criado pelos estabelecimentos hoteleiros. Esta situação constitui uma limitação importante da actividade turística de Cabo Verde na perspectiva do seu impacto quer no desenvolvimento equilibrado das ilhas, quer na redução da pobreza no arquipélago.

Quanto ao **género do pessoal ao serviço** nos estabelecimentos hoteleiros, os dados disponíveis de 2000 a 2002 indicam-nos que em média trabalham nos estabelecimentos hoteleiros mais 24% de mulheres do que homens. Este indicador é relevante pois permite demonstrar que o turismo pode ser um instrumento importante para aumentar a empregabilidade das mulheres, levando à diminuição da sua vulnerabilidade e a contrariar o facto de que em Cabo Verde a probabilidade de uma mulher ser pobre ser superior à dos homens.

Quanto ao tipo de **serviços oferecidos** nos estabelecimentos hoteleiros, assinalamos os seguintes: restaurante, discoteca, ginásio, sala de reuniões, piscina, lojas, bar, ténis, *parking*, sala de jogos, *windsurf*, entre outros. A análise dos dados leva-nos a verificar o facto de que 68% dos estabelecimentos hoteleiros dispõem de restaurante, 65% de bares, 45% de “outros serviços”, 22% de *parking*, 21% de piscina, 20% de sala de reuniões, 13% de lojas, 10% de ténis e 9% discoteca. De facto, mais de dois terços dos estabelecimentos

oferecem serviços de restauração. Esta concentração de serviços nos estabelecimentos hoteleiros leva a que os hóspedes permaneçam nos hotéis não necessitando, deste modo, de se deslocarem aos restaurantes fora dos mesmos. Este facto tem, no nosso entender o efeito de reduzir consideravelmente os benefícios económicos do turismo nas comunidades locais. Estas poderiam beneficiar mais se os hóspedes saíssem dos hotéis, quer para se deslocarem aos restaurantes, quer para realizarem outras actividades, nomeadamente, no âmbito da animação turística.

Numa análise comparativa das variáveis, número de camas e pessoal ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros, verificamos que entre 1999 e 2003 a primeira variável conheceu uma taxa de crescimento de 80.6% contra 46.1% da segunda, isto é, a taxa de crescimento da variável pessoal ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros cresceu menos 34.4 pontos percentuais em relação à variável número de camas. Este facto é um indicador de que o crescimento do número de camas nos estabelecimentos hoteleiros não tem reflectido um aumento substancial do número de pessoal que aí presta serviço.

Para além do mais, dado que os hotéis que se vêm construindo são de maiores dimensões, dispondo, portanto, de um maior número de camas, tem havido uma maior concentração de quase todos os tipos de serviços nos mesmos, o que inibe a criação de actividades conexas com o sector turístico, como restaurantes, bares, lavandarias, cafés, cervejarias, etc., pelas comunidades locais. Esta questão será retomada mais adiante, quando abordarmos os tipos de organização de viagens (individuais ou organizadas) e o modelo de desenvolvimento turístico assente no chamado “pacote turístico” que é actualmente dominante em Cabo Verde. Como ficou demonstrado, a concentração de, praticamente, todos os serviços nos estabelecimentos hoteleiros, nomeadamente, nos hotéis, levam-nos a concluir que este modelo não maximiza os benefícios do turismo na perspectiva das comunidades locais.

6.2.2. Avaliação da taxa de ocupação

Relativamente às **taxas de ocupação**, os dados apontavam para uma quebra da taxa de ocupação-cama¹²¹ de 51% para 41% a nível nacional entre 2000 e 2002. Dados preliminares de 2003 dão conta de uma ligeira subida para 44% a nível nacional. Em 2003, as ilhas do Sal (56%) e Boavista (47%) apresentaram uma taxa de ocupação-cama superior à média nacional. A ilha de São Tiago, que apresentava uma taxa de ocupação cama de 42% em 2002, cai para os 33% em 2003, representando uma quebra de nove pontos percentuais. Os hotéis continuam a apresentar a mais elevada taxa de ocupação-cama a nível nacional (52%), enquanto o maior índice de subutilização é apresentado pelas pensões (21%) e pelos hotéis-apartamentos (13%).

Os dados acima apresentados permitem-nos concluir que o país também sofreu com o clima de instabilidade que o mundo viveu depois dos ataques terroristas do 11 de Setembro, nos Estados Unidos da América.

Tendo em atenção os **preços** dos estabelecimentos hoteleiros, a informação disponibilizada de 2003 indica que, em relação aos preços médios das unidades hoteleiras, o preço dos *bungalows* era de 12.805 CVE na época alta e de 12.555 CVE na época baixa. Nas épocas alta e baixa os preços médios dos quartos duplos e individuais eram mais elevados nas Ilhas do Sal e Boavista. Preços mais baixos são aplicados nas ilhas de São Nicolau e Brava, onde não se registam alterações de preços entre as épocas alta e baixa.

6.2.3. Propriedade dos estabelecimentos hoteleiros: liberalização, privatização e desnacionalização

Tomando como foco a propriedade dos estabelecimentos hoteleiros, começamos por referir que devido à política de liberalização económica, com a privatização dos estabelecimentos hoteleiros construídos antes do advento da abertura política em 1991, e à política de atracção do investimento directo estrangeiro, o sector do turismo é actualmente dominado pelo sector privado.

¹²¹ Segundo, o INE, a **taxa de ocupação-cama** é um “indicador que permite avaliar a capacidade média hoteleira utilizada durante o período de referência. Corresponde à relação entre o número de dormidas e o número de camas utilizadas, considerando como duas as camas de casa” (INE; 2004c).

De referir que é política explícita do Governo de Cabo Verde a plena assunção do sector turístico como sector totalmente privado¹²². É assim que o Estado abdicou de participar, enquanto proprietário nos estabelecimentos hoteleiros. Entendemos, contudo, que a intervenção Estatal poderia ter um papel importante na implementação do turismo social¹²³, quer ao nível da promoção de um turismo comunitário em prol dos pobres, quer no incentivo ao turismo de retorno às raízes por parte das comunidades emigrantes¹²⁴.

“Sociedades locais frágeis, onde predomina a pobreza e o baixo nível de instrução, exigem que os poderes públicos assumam um papel social, que em todos os domínios estejam mais próximos e que exerçam a autoridade do Estado a favor dos desprotegidos. Essa exigência de maior e mais próxima presença do Estado faz-se sentir de modo ingente nas ilhas onde é mais intenso o desenvolvimento do turismo sendo muitos e variados os problemas sociais que nessas ilhas a população liga, directa ou indirectamente, ao incremento do turismo” (Comité Nacional para os Direitos Humanos; 2003: 13).

As fontes estatísticas de 2003 atestam que dos 105 estabelecimentos hoteleiros existentes em Cabo Verde, aqueles onde a participação do capital privado nacional é maioritária continuam a ser mais representativos (cerca de 75% do total). Seguem-se aqueles em que a participação de capital privado estrangeiro é maioritária (18%). Apenas 5% dos estabelecimentos são controlados simultaneamente por capitais nacionais e estrangeiros. Finalmente, a posição de capitais públicos só é maioritária em 2% dos casos.

No entanto, ainda que os privados nacionais tenham uma participação maioritária em 75% dos 105 estabelecimentos hoteleiros, tratam-se de estabelecimentos de menor dimensão, dado que os de maior dimensão (medido pelo número de camas) pertencem aos interesses privados estrangeiros.

Segundo o Promex (Centro de Promoção Turística dos Investimentos e das Exportações de Cabo Verde), “[...] as unidades hoteleiras mais importantes são na sua maioria de propriedade estrangeira, pertencendo a cidadãos cabo-verdianos as unidades de menor dimensão” (PROMEX; 1996: 7).

¹²² De facto, verificamos que o peso do turismo na estrutura do investimento público tem diminuído passou de 5,7% em (1992-1995) para 0,4% em (1998-2000) (Grassi; 2003: 139).

¹²³ Turismo destinado a indivíduos ou grupos sociais de fracos rendimentos.

¹²⁴ Note-se que no Programa de investimento Público de 2001, a rubrica, Desenvolvimento do Turismo representa 0.07% do investimento previsto.

Verificamos, ainda, que dos 19 (18%) estabelecimentos hoteleiros com participação maioritária de privados estrangeiros, mais de 47% encontram-se situados na ilha do Sal, seguida da ilha da Boavista, com 16%. Isto é, os investimentos estrangeiros no domínio da construção de estabelecimentos hoteleiros direccionam-se quase em dois terços para duas ilhas, a ilha do Sal e a ilha da Boavista. Nestas, tem-se vindo a desenvolver a monocultura de turismo de sol e mar que, dado a forma como se encontra organizado, tem um impacte limitado no âmbito dos benefícios para as comunidades locais pobres, uma vez que não permite a participação destas no processo de desenvolvimento turístico.

Numa entrevista realizada a um hoteleiro estrangeiro¹²⁵, este sugeria que o espaço dos cabo-verdianos no sector turístico seria a restauração, uma vez que os investidores estrangeiros teriam mais capacidade financeira para empreenderem negócios hoteleiros de maior dimensão. Mas, neste momento, verificamos que os hoteleiros dominam praticamente todos os serviços, incluindo a restauração, com consequências ao nível dos benefícios económicos para as comunidades locais pobres.

De facto como sublinha François Vellas, «*Les infrastructures nécessaires au développement du tourisme international sont d'une importance telle que le tourisme peut être comparé à une industrie lourde du point de vue des investissements à engager et leur amortissement* » (Vellas; 1988 : 257).

6.2.A. Síntese da oferta turística cabo-verdiana

Verificamos, através dos dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde que, até Setembro de 2003, do total dos 105 estabelecimentos hoteleiros em funcionamento nas ilhas, os hotéis (26) representavam menos de 25% do total, mas apresentavam mais de 63% dos quartos e 70% das camas disponíveis, constituindo 66% da capacidade de alojamento disponível no arquipélago.

A maioria dos hotéis (12) situam-se na ilha do Sal correspondendo a 46% do total nacional, fazendo com que a ilha tenha 56% dos quartos, 60% das camas e 58% da capacidade de alojamento do arquipélago. Os hotéis são os

¹²⁵ Entrevista, ao Senhor Dr. Alexandre Abade, Administrador Executivo do Holding Oásis Atlântico, realizada a 30 de Julho de 2004.

estabelecimentos hoteleiros que mais mão-de-obra emprega: 72% do total. A ilha do Sal concentra 55% da mão-de-obra nacional a trabalhar nos estabelecimentos hoteleiros, em funcionamento em todas as ilhas.

Falar actualmente do turismo em Cabo Verde é forçosamente falar do turismo na ilha do Sal, a ilha de entrada em Cabo Verde por ter o único aeroporto internacional. O tipo de turismo que se pratica na ilha é essencialmente de sol e mar, concentrado na praia de Santa Maria. Numa entrevista realizada a um hoteleiro estrangeiro bem representado em Cabo Verde dizia-nos que o “activo” mais importante do turismo da ilha do Sal é, justamente, a praia de Santa Maria, que urge preservar¹²⁶.

Em termos de participação maioritária no capital social dos estabelecimentos hoteleiros, verificamos que a participação privada (nacional ou estrangeira) é esmagadora, representando um valor superior a 98%. O Estado cabo-verdiano deixou de gerir os estabelecimentos hoteleiros ao vender os hotéis que lhe pertenciam aos portugueses da Holding Oásis Atlântico.

Os privados nacionais têm participações maioritárias em 75% dos estabelecimentos hoteleiros. Eles são donos dos micros ou pequenos estabelecimentos hoteleiros que encontramos em todas as ilhas. Apesar, dos investidores privados estrangeiros terem representação maioritária em apenas 19 (18%) dos 105 estabelecimentos hoteleiros disponíveis nas ilhas, dominam o sector por serem donos dos principais hotéis. Na ilha do Sal os hotéis são propriedade de italianos e portugueses; na ilha da Boavista há um domínio do investimento italiano e algum português; na capital do país, os principais hotéis pertencem a investidores portugueses, assim com na ilha de São Vicente.

Saliente-se que os privados estrangeiros investem sobretudo nas ilhas do Sal e da Boavista, onde o turismo de sol e mar é o principal produto turístico.

Do nosso ponto de vista, a forma como a oferta turística se encontra organizada em Cabo Verde, neste momento, tem um impacte limitado na redução da pobreza para o todo nacional, pois a oferta concentra-se basicamente, numa ilha, a ilha do Sal. Ao ser a única porta de entrada aérea internacional e

¹²⁶ Entrevista, ao Senhor Dr. Alexandre Abade, Administrador Executivo do Holding Oásis Atlântico, realizada a 30 de Julho de 2004.

ao dispor de um activo importante, a praia de Santa Maria, a ilha do Sal consegue atrair significativos investimentos privados nacionais e estrangeiros, que neste momento apostam essencialmente no produto sol e mar, no “pacote turístico” (transportes, alojamento, restauração e outros serviços) pago fora de Cabo Verde, com a importação de quase todos os produtos que estão à venda nos hotéis e com o aproveitamento dos incentivos e isenções que o Estado concede.

6.3. Procura turística cabo-verdiana

Passaremos, de seguida, a analisar a procura turística cabo-verdiana com base na mesma fonte que serviu para analisar a oferta turística, isto é, vamos agora utilizar um outro conjunto de dados sobre turismo obtido também junto do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde¹²⁷. Abordaremos os conceitos de turismo, turista, hóspede ou entrada, turismo receptor, turismo interno ou doméstico, turismo interior e dormida. Na apresentação deste trabalho procuramos, sempre que possível, confrontar os objectivos definidos para o sector com os resultados alcançados.

6.3.1. Conceito de turismo

O conceito de turismo adoptado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde é a definição de turismo da Organização Mundial do Turismo: “[...] actividades realizadas por indivíduos durante as suas viagens e estadas em lugares distintos da sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano com fins de lazer, negócio ou outros motivos” (INE; 2004c).

Na perspectiva de Licínio Cunha, a definição de turismo da OMT tem “[...] o inconveniente de privilegiar o lado da procura e não revelar a oferta”¹²⁸ (CUNHA; 2001: 31).

¹²⁷ INE (2004b), *Dados do Turismo sobre a procura turística cabo-verdiana de 2000 a 2002*, ficheiro cedido pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

¹²⁸ De facto, “[...] apenas inclui no turismo as actividades desenvolvidas pelos visitantes com esquecimento de todo o complexo de actividades produtoras de bens e serviços criados para servir directa e indirectamente os visitantes e cuja existência permanece mesmo quando as deslocações e estadas não se efectuam” (CUNHA; 2001: 31).

A definição do conceito de turista é importante neste contexto do nosso trabalho. O INE define este conceito da seguinte forma “[...] *visitante que permanece, pelo menos uma noite, num hoteleiro colectivo ou particular no lugar visitado*” (INE; 2004c). Verificamos, a partir dos dados obtidos junto do INE, que esta instituição sobrepõe a designação hóspede/entrada à de turista. Assim, o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde define hóspede da seguinte maneira: “[...] *indivíduo que efectua pelo menos, uma dormida num estabelecimento hoteleiro. Ainda que se trate do mesmo estabelecimento, o mesmo indivíduo é contado, no período de referência tantas vezes quantos os períodos que nele permanecer (novas inscrições)*” (id.; *ibid.*).

Assim, a análise que se segue diz respeito a hóspedes/entradas e não a turistas. A grande diferença entre os dois conceitos é que basta que o indivíduo permaneça uma noite num estabelecimento hoteleiro para que seja considerado como um turista e, por conseguinte hóspede também. Mas quando o mesmo turista efectua uma nova inscrição, mesmo que seja no mesmo estabelecimento hoteleiro, é contado como um novo hóspede. Se fôssemos considerar os dois conceitos sem qualquer distinção estaríamos a sobrevalorizar o número de hóspedes, isto é, um mesmo turista pode ser considerado tantas vezes hóspede quantas novas inscrições fizer¹²⁹. A clarificação destes dois conceitos é importante, porque os dados obtidos no INE, e que de seguida analisaremos, reportam-se aos hóspedes.

Uma vez feita a distinção entre os conceitos de turistas e o de hóspede procederemos a um exemplo de classificação do turismo. Assim, segundo a origem dos visitantes¹³⁰, o turismo é classificado em turismo doméstico ou interno¹³¹, turismo receptor¹³² (*inbound tourism*) e turismo emissor¹³³ (*outbound*

¹²⁹ Exemplo, um mesmo turista que esteja na ilha de São Tiago e durma uma noite num estabelecimento hoteleiro na cidade da Praia e no dia seguinte volte ao mesmo estabelecimento hoteleiro e faça uma nova inscrição é contabilizado como novo hóspede quando sabemos que se trata do mesmo indivíduo e do mesmo estabelecimento hoteleiro.

¹³⁰ **Visitante** é o “*indivíduo que se desloca a um lugar diferente de sua residência habitual, por uma duração inferior a 6 meses, desde que o motivo principal da viagem não seja o de exercer uma actividade remunerada no lugar visitado*” (INE; 2004c). Na definição da OMT a duração é considerada inferior a 12 meses, mas o INE considera uma duração inferior.

¹³¹ “**Turismo doméstico ou interno**, que resulta das deslocações dos residentes de um país, quer tenham ou não a nacionalidade desse país, unicamente no interior do próprio país” Os residentes em Cabo Verde que se deslocam dentro das fronteiras do país (CUNHA; 2001: 35).

tourism). Em função de se atravessar ou não uma fronteira, aquelas três formas de turismo podem combinar-se entre si dando origem a três outras formas de turismo: turismo interior¹³⁴, turismo nacional¹³⁵ e turismo internacional¹³⁶ (CUNHA; 2001).

Recordamos que o III Plano Nacional de Desenvolvimento definiu as linhas orientadoras para o desenvolvimento do sector em três direcções: turismo doméstico, turismo focalizado (emigrantes) e turismo internacional. Assim procuraremos, ao analisar os dados, centrar a nossa atenção nas três direcções descritas.

6.3.2. Turismo receptor (*inbound tourism*)

Tendo em atenção os conceitos acima definidos começaremos por abordar o turismo receptor (*inbound tourism*) em Cabo Verde. Uma vez que não dispomos de dados sobre turistas, como já atrás indicamos, consideraremos no turismo receptor em Cabo Verde as entradas de hóspedes cuja residência habitual não seja Cabo Verde. Assim, para explicitar este conceito aplicado a Cabo Verde, iremos começar por tratar aquilo que chamamos turismo estrangeiro em Cabo Verde e, depois, turismo dos emigrantes em Cabo Verde.

6.3.2.1. Turismo estrangeiro em Cabo Verde

O turismo estrangeiro praticado em Cabo Verde é direccionado para os países desenvolvidos e orientado para os turistas com elevado nível económico.

¹³² “**Turismo receptor (*inbound tourism*)**, que abrange as viagens a um país por residentes noutra ou noutros países, independentemente da nacionalidade que possuírem”; inclui todas as visitas que os residentes no estrangeiro efectuam em Cabo Verde (id.; ibid.).

¹³³ “**Turismo emissor (*outbound tourism*)**, é o turismo que respeita às viagens dos residentes num dado país a outro ou outros países” abrange as visitas que todos quantos residem em Cabo Verde, efectuam a qualquer país estrangeiro (id. ; ibid.).

¹³⁴ “**Turismo interior**, que agrupa o turismo interno ou doméstico e o turismo receptor, abrangendo, portanto, o turismo realizado dentro das fronteiras de um país, tanto por residentes como por não residentes” (CUNHA; 2001: 35).

¹³⁵ “**Turismo nacional** é a soma das viagens que os residentes em Cabo Verde fazem no interior do país com aquelas que efectuam ao estrangeiro” (id. ; ibid.).

¹³⁶ “**Turismo internacional**, que abrange todas as deslocações que obrigam a atravessar uma fronteira sendo, portanto, igual à soma do turismo receptor com o emissor”(id.; ibid.).

Os dados estatísticos sobre entradas de turistas internacionais em Cabo Verde da Organização Mundial do Turismo apresentam dois tipos de informações: por um lado, as chegadas à fronteira de turistas vindos do estrangeiro e, por outro, as chegadas/entradas de turistas nos hotéis e estabelecimentos similares¹³⁷. São informações diferentes. Por exemplo, chegaram 125.852 viajantes às fronteiras de Cabo Verde em 2002, mas para o mesmo ano foram consideradas 134.169 entradas nos hotéis e estabelecimentos similares. Pensamos que esta diferença de valores se deve aos conceitos diversos de turista e hóspede, como já explicitámos anteriormente.

Com efeito de acordo com os dados da OMT, as chegadas às fronteiras de Cabo Verde têm crescido, tendo o número de chegadas de 1990 sido multiplicado por mais de cinco vezes em 2002. O principal mercado de emissão de turistas para Cabo Verde é o europeu (ver Quadro 14).

Quadro 14 – Chegadas à fronteira cabo-verdiana de viajantes vindos do estrangeiro

	1990	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total	24.000	30.808	27.785	37.000	45.000	52.000	67.042	83.259	115.282	125.852
África		1.193	981						2.651	10.003
Américas		1.761	1.819					3.039	2.190	1.665
Europa		18.422	18.496	31.108	37.834	44.408		70.600	86.922	105.790
Resto do Mundo		9.432	6.489	5.892	7.166	7.592		9.620	23.519	8.394

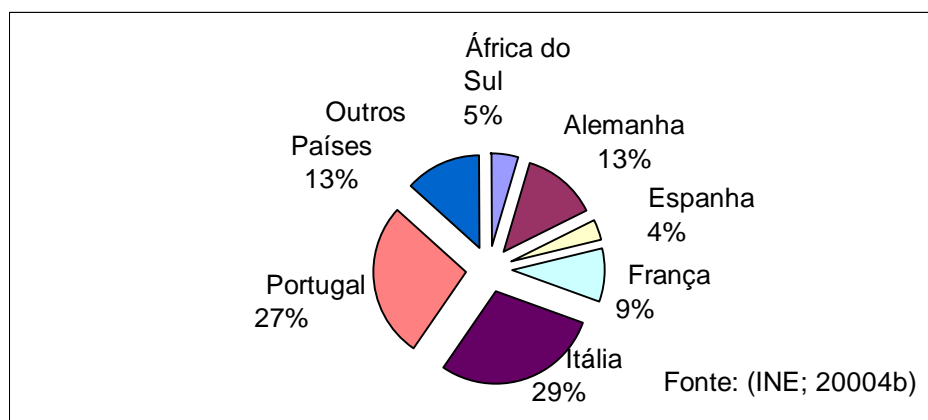
Fonte: (OMT ; 2004b, e OMT; 2003b)

Passaremos de seguida a analisar as entradas de hóspedes estrangeiros em Cabo Verde com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde¹³⁸. Recorde-se que devido às limitações estatísticas, quando falamos de turistas internacionais em Cabo Verde nos referimos apenas às chegadas de turistas estrangeiros aos hotéis ou estabelecimentos similares.

¹³⁷ Estes últimos enquadram-se no conceito de hóspedes, anteriormente definido.

¹³⁸ No conceito de **hóspedes estrangeiros** estamos a considerar os hóspedes que visitam Cabo Verde e que apresentam uma nacionalidade diferente da cabo-verdiana. Informações recolhidas alertavam-nos para o facto de neste conceito poderem estar incluídos cidadãos cabo-verdianos com passaporte de uma outra nacionalidade (com dupla nacionalidade), e que, portanto, haveria aqui uma sobreavaliação de hóspedes estrangeiros.

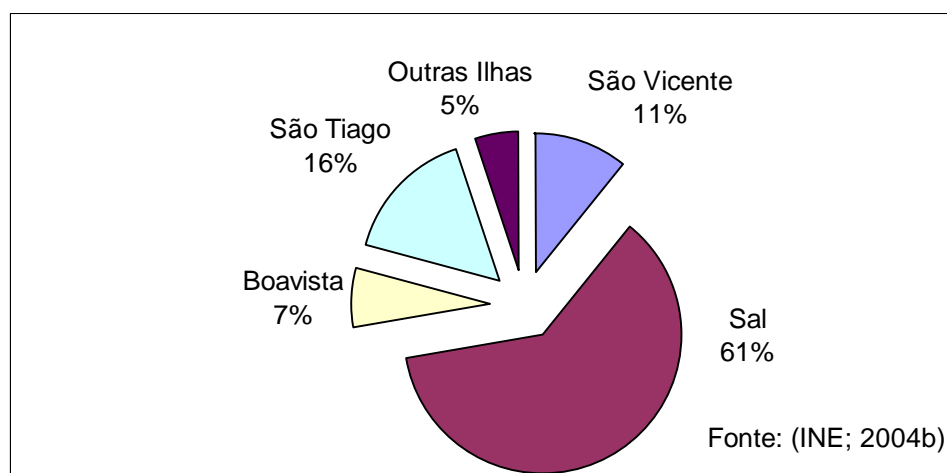
Gráfico 17 – Origem dos principais hóspedes estrangeiros (2000-2002)¹³⁹



Quanto à origem dos hóspedes estrangeiros, como podemos verificar no gráfico 17, os principais são os italianos e os portugueses, seguidos dos alemães, franceses e sul-africanos.

A leitura do gráfico 18 leva-nos a verificar que as ilhas do Sal, São Tiago, São Vicente e Boavista são as mais visitadas, por hóspedes estrangeiros.

Gráfico 18 – Distribuição de hóspedes estrangeiros, por ilhas (2000-2002)¹⁴⁰



Facilmente concluímos que o fenómeno de concentração do mercado emissor turístico cabo-verdiano está bem patente nos números analisados, assim como a concentração dos hóspedes em, praticamente, uma ilha: Sal. Estes dados sugerem que a oferta turística condiciona a própria procura turística, pelo menos no caso da ilha do Sal esta situação é demonstrada pelos

¹³⁹ Ver Anexo 11, Hóspedes/entradas segundo a Ilha, por país de residência habitual dos hóspedes, valores acumulados de 2000 a 2002. Pag. 219.

¹⁴⁰ Ver Anexo 11, Hóspedes/entradas segundo a Ilha, por país de residência habitual dos hóspedes, valores acumulados de 2000 a 2002. Pag. 219.

dados recolhidos. Entendemos que para alterar a situação descrita é necessário implementar acções no sentido de diversificação dos mercados emissores e dessaturação da ilha do Sal. Para isso, é preciso fazer a ligação dos turistas para outras ilhas numa lógica de complementaridade entre elas.

• **Caracterização dos principais hóspedes estrangeiros**

O mercado emissor, por excelência, de turistas para as ilhas é o europeu, em especial a Europa do Sul (Itália, Portugal e Espanha) e a Europa ocidental e Central (Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Suíça e Áustria). Dados recentes indicam a descoberta das ilhas pela Europa do Norte (Reino Unido e Países Nórdicos). Trata-se de um mercado de países desenvolvidos, pelo que é exigente ao nível da qualidade da oferta dos serviços. O principal mercado de emissão de turistas para as ilhas, com origem no continente africano é a África do Sul, enquanto que ao nível da sub-região é o Senegal¹⁴¹.

Relativamente à caracterização dos principais hóspedes estrangeiros chegamos às seguintes conclusões: os italianos, que são em maior número, concentram-se em apenas duas ilhas (Sal e Boavista); os portugueses, o segundo maior grupo, concentram-se em três ilhas (Sal, São Tiago e São Vicente); finalmente, os alemães e os franceses, os terceiros e quartos maiores grupos, tendem a dispersar-se, sendo os franceses os que procuram conhecer mais ilhas¹⁴². Os atractivos naturais (sol, mar, clima, montanha), a morabeza¹⁴³, a cultura (música, gastronomia, dança) e a história são alguns dos encantos das diferentes e distintas ilhas do arquipélago.

Para uma política de utilização do turismo como instrumento de redução da pobreza, a dispersão dos turistas pelas ilhas parece-nos vital, porque a circulação dos turistas pelas ilhas, e sobretudo para as ilhas não competitivas no produto sol e mar, permitiria diversificar o produto turístico cabo-verdiano, alar-

¹⁴¹ Refira-se que, deparamos nas zonas turísticas cabo-verdianas, com alguns naturais da costa ocidental do continente que não vêm fazer propriamente turismo, mas a venda de artesanato em moldes informais.

¹⁴² Ver Anexo 12, Ilha de entrada dos principais hóspedes estrangeiros, valores acumulados de 2000 a 2002, Pag. 220.

¹⁴³ Morabeza do povo cabo-verdiano, expressão cabo-verdiana que traduz a simpatia do povo das ilhas em acolher e receber bem as pessoas.

gando deste modo a oferta turística e permitindo aos hóspedes terem uma imagem menos uniforme e mais diversificada e real dos diferentes destinos existentes nas ilhas. Para que isto aconteça é necessário, nomeadamente, melhorar as ligações aéreas e marítimas entre as ilhas; criar infra-estruturas turísticas de qualidade em todas as ilhas; envolver e criar parcerias com as comunidades locais, em projectos e iniciativas turísticas complementares às suas actividades actuais. Por exemplo, para o desenvolvimento do turismo no espaço rural com envolvimento das comunidades locais seria necessário criar linhas de crédito e incentivos, sobretudo, para as comunidades rurais mais pobres. A animação turística e o desenvolvimento do artesanato local são outros possíveis exemplos de iniciativas com impactes positivos numa política perspectivada de utilização do turismo como instrumento de redução da pobreza.

6.3.2.2. Turismo dos emigrantes em Cabo Verde

Para completar a explicitação do conceito de turismo receptor em Cabo Verde analisaremos de seguida o turismo dos emigrantes em Cabo Verde.

Recordamos que se encontrava previsto no III PND a orientação do turismo para a comunidade cabo-verdiana emigrada, visando aumentar as visitas e reforçar os laços sentimentais dos emigrantes cabo-verdianos com Cabo Verde.

Lembramos uma vez mais que os dados do INE se referem a hóspedes, portanto, aos registos de inscrições nos estabelecimentos hoteleiros. É consensual que a maioria dos emigrantes cabo-verdianos nas suas deslocações a Cabo Verde ficam em casa de familiares. Esta situação encontra-se demonstrada pelos números relativamente pequenos das entradas de hóspedes com a nacionalidade cabo-verdiana e residentes no estrangeiro, nos estabelecimentos hoteleiros captadas pelos dados do INE¹⁴⁴. Assim, a proporção das entradas

¹⁴⁴ Chamamos a atenção para o facto de que os hóspedes com a nacionalidade cabo-verdiana e residentes no estrangeiro estarem incluídos no conceito de turista.

de hóspedes residentes no estrangeiro com nacionalidade cabo-verdiana no turismo interior é de apenas 0.7%¹⁴⁵.

De facto, podemos confirmar, pelo recurso a fontes orais, que os emigrantes, ao visitarem as famílias, permanecem junto dos seus, “ninguém lhes *perdoaria se fossem viver para os hotéis e não nas casas das famílias*”¹⁴⁶. Assim se explica que para a actividade hoteleira o mercado da emigração acabe por não ser apetecível.

Entendemos, no entanto, que para Cabo Verde a aposta no mercado da emigração é importante, porque o emigrante manifesta relativamente ao país de origem uma carga emocional superior à de qualquer turista. E não podemos ainda esquecer que muitos deles acabam sempre por abrir uma conta poupança emigrante num banco local e fazer investimentos no país, nomeadamente na actividade turística.

6.3.3. Turismo doméstico (*outbound tourism*)

Analisaremos de seguida o turismo doméstico ou interno que resulta das deslocações que os residentes em Cabo Verde fazem dentro das fronteiras do país e que visa promover as deslocações internas, as manifestações culturais, os convívios e um maior conhecimento do país pelos cabo-verdianos, assim como uma maior coesão social.

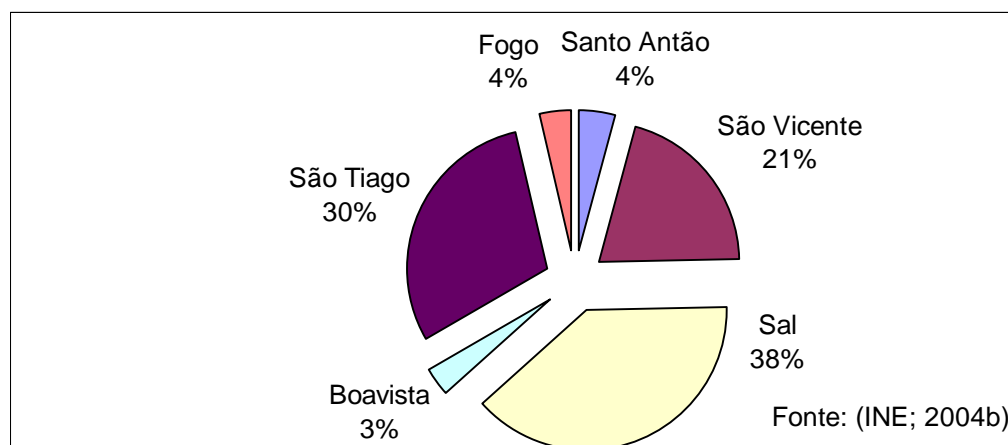
Uma vez mais recordamos que os dados disponíveis se referem à entrada de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros e similares, pelo que as estadas em estabelecimentos particulares estão excluídas desta análise.

No período entre 2000 e 2002 registámos 80.805 hóspedes residentes em Cabo Verde nos estabelecimentos hoteleiros que designamos hóspedes domésticos ou internos.

¹⁴⁵ Ver Anexo 13, Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002), Pag. 221.

¹⁴⁶ Entrevista, ao Senhor Dr. Alexandre Abade, Administrador Executivo do Holding Oásis Atlântico, realizada a 30 de Julho de 2004.

Gráfico 19 – Turismo doméstico, por ilhas (2000-2002)¹⁴⁷



Como se pode ver no gráfico 19, os hóspedes domésticos visitam principalmente as ilhas do Sal, São Tiago e São Vicente. A análise do turismo doméstico permite-nos verificar que a importância da ilha do Sal diminuiu para 37.4% em relação ao turismo receptor, que é de 61.3%. No entanto, as três ilhas mais visitadas continuam a ser Sal, São Tiago e São Vicente, quer por turistas vindos do estrangeiro, quer por residentes no território nacional¹⁴⁸.

6.3.4. Turismo interior

O turismo interior resulta da junção do turismo doméstico e do turismo receptor. A soma dá-nos o turismo realizado em Cabo Verde, tanto por residentes como por não residentes. No período em análise, o turismo interior em Cabo Verde foi de 459.230 hóspedes, o que representa uma média superior a 153.000 hóspedes por ano entre 2000 e 2002.

Recorde-se que estes valores estão sobrevalorizados, uma vez que os conceitos de turistas e hóspedes são distintos e não dispomos de dados sobre turistas. Tendo sempre em atenção os conceitos anteriormente definidos e as limitações dos dados disponíveis, o cálculo do peso do turismo doméstico no turismo interior é de 17.6%, isto é, Cabo Verde é, essencialmente, um destino

¹⁴⁷ Ver Anexo 13, Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002), Pag. 221.

¹⁴⁸ Ver Anexo 13, Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002). Pag. 221.

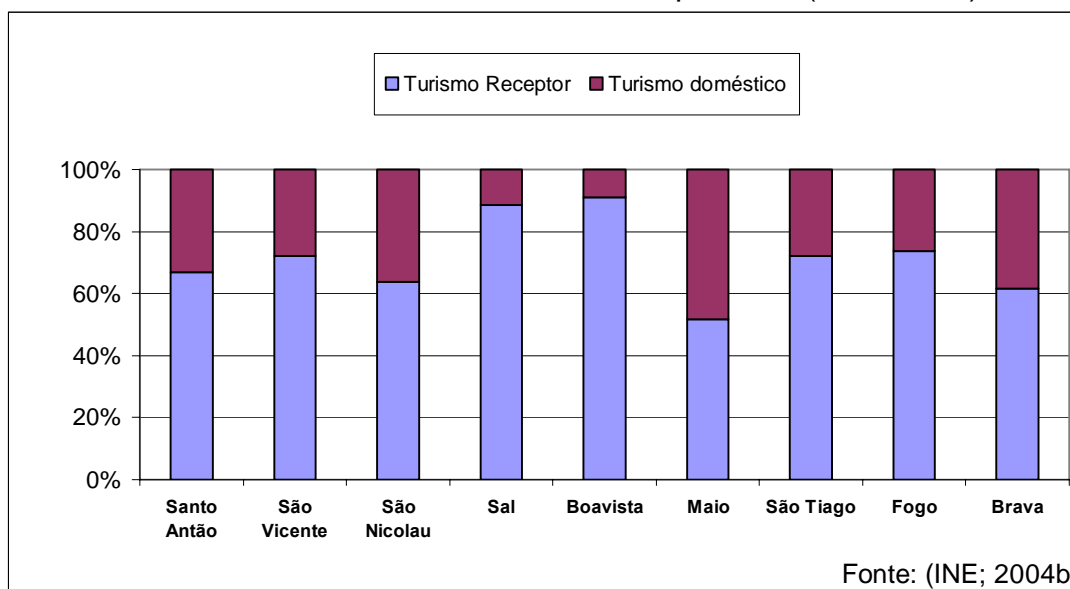
receptor de turistas, na medida em que o peso do turismo receptor no turismo interior é superior (82.4%) ao do turismo doméstico¹⁴⁹.

Analisando os dados tendo em conta o conceito de turismo interior, verificamos que as ilhas mais procuradas são Sal, São Tiago, São Vicente e Boavista. As ilhas com menos de 1% de hóspedes são Brava, Maio e São Nicolau¹⁵⁰.

• Análise comparativa do turismo receptor com o doméstico, por ilhas

Como ficou demonstrado, o destino Cabo Verde é essencialmente receptor do turismo internacional. Como vamos poder verificar agora, a ilha da Boavista é a mais procurada por residentes no estrangeiro e a ilha do Maio é a mais procurada por residentes no território nacional.

Gráfico 20 – Comparação do turismo doméstico com o turismo receptor com base nos valores absolutos das entradas, por ilhas (2000-2002)¹⁵¹



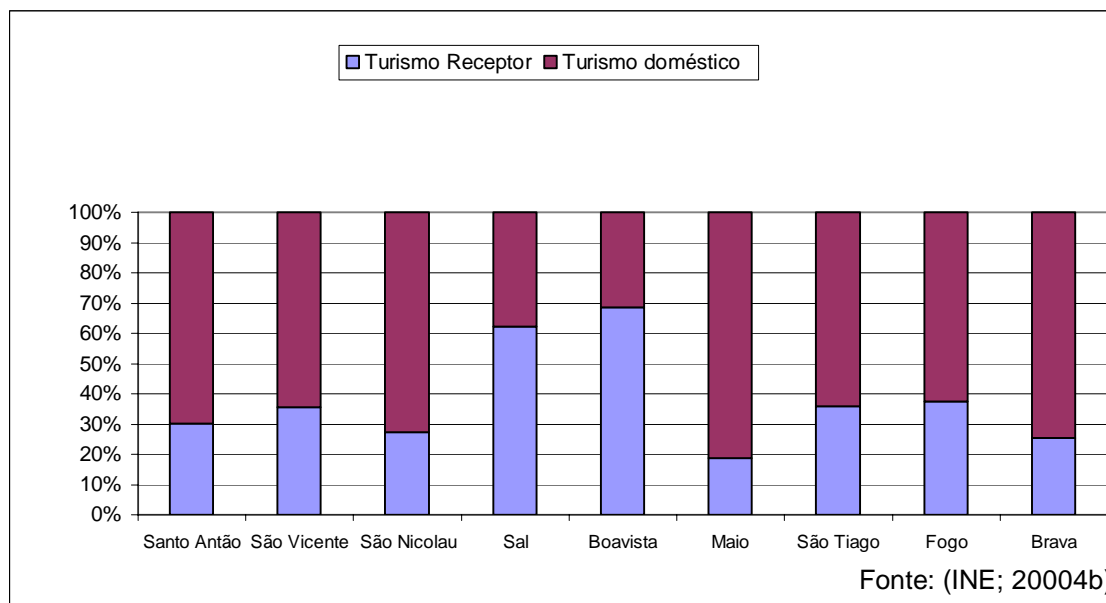
Como ilustra o gráfico 20, as ilhas mais procuradas foram por ordem decrescente por residentes no estrangeiro: Boavista, Sal, Fogo, São Tiago, São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Brava e Maio. As ilhas mais procuradas foram por ordem decrescente por residentes em Cabo Verde: Maio, Brava, São Nicolau, São Antão, São Vicente, São Tiago, Fogo, Sal e Boavista.

¹⁴⁹ Ver Anexo 13, Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002). Pag. 221.

¹⁵⁰ Ver Anexo 13, Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002). Pag. 221.

¹⁵¹ Ver Anexo 13, Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002). Pag. 221.

Gráfico 21 – Comparação do turismo doméstico com o turismo receptor com base nos valores relativos das entradas, por ilhas (2000-2002)¹⁵²



No entanto, numa análise com base nos valores relativos das entradas, por ilhas, como se pode ver no gráfico 21, percebemos que o turismo doméstico é de grande importância em praticamente todas elas. É assim que com excepção das ilhas da Boavista e do Sal, onde o turismo receptor continua a ser o mais significativo, nas restantes o turismo doméstico tem um peso maior do que o turismo receptor.

Entendemos que o facto do turismo doméstico ser significativo em termos relativos em praticamente todo o arquipélago, aliado ao facto de que existem turistas estrangeiros interessados em conhecer as ilhas sem vocação balnear (casos das ilhas do Fogo e de Santo Antão) é um sinal de que existe espaço para o desenvolvimento de outros produtos turísticos focalizados para essas outras ilhas. Consideramos que é importante apostar no turismo doméstico e não apenas no receptor, promovendo a complementaridade do produto sol e mar, pois o enriquecimento e a diferenciação do produto turístico cabo-verdiano poderá ter um efeito de redução da pobreza nas comunidades locais mais pobres.

¹⁵² Ver Anexo 13, Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002). Pag. 221.

6.3.5. Distribuição dos hóspedes e alguns traços turísticos das ilhas mais visitadas do arquipélago

Passaremos de seguida a analisar as entradas de hóspedes nas ilhas mais procuradas de Cabo Verde: Sal, São Tiago, São Vicente e Boavista, no período acumulado de 2000 a 2002.

A **ilha do Sal** é a mais procurada, com 262.295 (57.1%) de hóspedes no arquipélago, sendo 232.088 (88.5%) residentes no estrangeiro e 30.207 (11.5%) residentes nas ilhas¹⁵³. Dos 230.388 hóspedes estrangeiros, os italianos são os principais, seguidos dos portugueses, alemães e sul-africanos¹⁵⁴. A ilha do Sal concentra a maior parte dos hóspedes das diferentes nacionalidades que visitam o arquipélago. Nela ficam hospedados 76.6% dos italianos, 63.5% dos portugueses, 57.5% dos alemães, 38.3 % dos franceses. As restantes nacionalidades representam um valor médio de 50.6%¹⁵⁵.

O tipo do turismo praticado na ilha do Sal é essencialmente de sol e mar no litoral. Neste momento, é a única ilha com um aeroporto internacional, num cenário onde as ligações aéreas entre ilhas são deficientes. A ilha tem sido alvo do investimento directo estrangeiro, sobretudo ao nível das infra-estruturas turísticas. Pela análise dos números não encontramos as respostas completas sobre as razões que levam a ilha do Sal a concentrar tantos hóspedes residentes e não residentes. Para além das razões acima enumeradas, outras podem constituir fundamento da importância da ilha. Por um lado, o facto dela constituir, neste momento, a única porta de entrada em Cabo Verde, quer de residentes quer de não residentes. Por outro, dificuldades na ligação aérea no interior fazem com que a ilha seja um destino forçado. Numa das entrevistas realizadas, o nosso interlocutor revelou-nos que cerca de 60% dos viajantes que têm como destino a ilha de São Tiago e vêm-se obrigados a fazer escala na ilha do Sal por não haver voos internacionais directos para aquela ilha¹⁵⁶.

¹⁵³ Ver Anexo 13, Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002). Pag. 221.

¹⁵⁴ Ver Anexo 11, Hóspedes/entradas segundo a Ilha, por país de residência habitual dos hóspedes, valores acumulados de 2000 a 2002. Pag. 219.

¹⁵⁵ Ver Anexo 12, Ilha de entrada dos principais hóspedes estrangeiros, valores acumulados de 2000 a 2002. Pag. 220.

¹⁵⁶ Entrevista ao Senhor Dr. Alexandre Abade, Administrador Executivo do Holding Oásis Atlântico, realizada a 30 de Julho de 2004.

A **ilha de São Tiago**, a maior ilha em dimensão, a mais populosa do arquipélago e a sede do poder político, é a segunda ilha mais procurada. No período em análise hospedou 83.224 indivíduos, dos quais 72.3% residentes no estrangeiro e 27.7% residentes nas ilhas¹⁵⁷. Os portugueses, franceses, alemães, espanhóis e italianos são os hóspedes que mais visitam São Tiago¹⁵⁸. O tipo de turismo praticado é diverso deste turismo de conferência, histórico, sol e mar. Na ilha encontramos vários sítios com interesse histórico, nomeadamente, a antiga Cidade da Ribeira Grande¹⁵⁹, a cadeia e a praia do Tarrafal.

A **ilha de São Vicente** foi a terceira ilha mais procurada, com 57.278 (12.5%) entradas. Os hóspedes residentes no estrangeiro (72.1%), em detrimento dos hóspedes residentes em Cabo Verde, são os que procuram mais a ilha do Monte Cara¹⁶⁰. Os portugueses, franceses, alemães, italianos e espanhóis são os hóspedes que mais a visitam¹⁶¹. O tipo do turismo praticado na ilha é essencialmente histórico, cultural. O Centro Nacional de Artesanato, os festivais da Baía das Gatas (música) e de teatro (Mindelact), o Carnaval Mindelense e as noites do Mindelo são alguns atributos turísticos da ilha, onde está a segunda maior cidade do país, Mindelo.

A **ilha da Boavista** é a quarta ilha mais procurada, com 28.593 (6.2%) entradas. Os hóspedes residentes no estrangeiro (91.0%) são os que mais procuram a ilha das dunas¹⁶². Os italianos, alemães, franceses e portugueses, Suíços são os principais hóspedes¹⁶³. O tipo de turismo praticado é essencialmente de sol e mar. A ilha tem a maior extensão de praia de areia branca do arquipélago. Trata-se da terceira ilha em dimensão, e das menos habitadas do

¹⁵⁷ Ver Anexo 13, Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002). Pag. 221.

¹⁵⁸ Ver Anexo 11, Hóspedes/entradas segundo a Ilha, por país de residência habitual dos hóspedes, valores acumulados de 2000 a 2002. Pag. 219.

¹⁵⁹ A antiga cidade da Ribeira Grande é actualmente candidata a Património da Humanidade.

¹⁶⁰ Ver Anexo 13, Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002). Pag. 221.

¹⁶¹ Ver Anexo 11, Hóspedes/entradas segundo a Ilha, por país de residência habitual dos hóspedes, valores acumulados de 2000 a 2002. Pag. 219. Pag. 210.

¹⁶² Ver Anexo 13, Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002). Pag. 221.

¹⁶³ Ver Anexo 11, Hóspedes/entradas segundo a Ilha, por país de residência habitual dos hóspedes, valores acumulados de 2000 a 2002. Pag. 219.

arquipélago. Tem sido objecto do investimento directo estrangeiro, sobretudo na área do turismo. Projecta-se que será, num futuro não muito distante, a segunda ilha em termos de camas ultrapassando as ilhas de São Tiago e São Vicente. A sua reduzida população e a conseqüente falta de mão-de-obra atrai trabalhadores de outras ilhas e imigrantes da costa ocidental africana, pelo que o planeamento da construção de infra-estruturas de acolhimento de novos habitantes deveria ser tido em consideração.

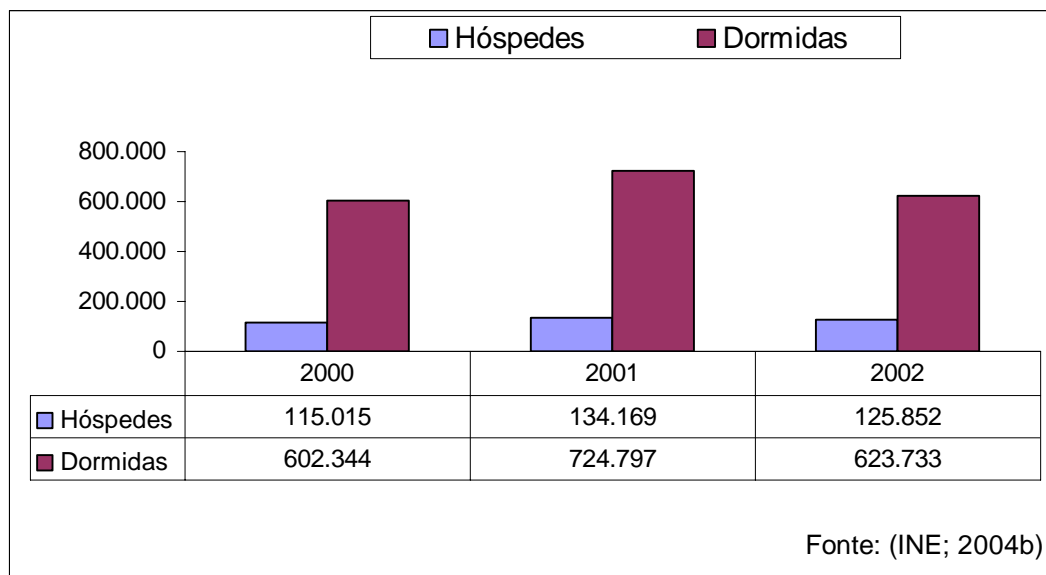
6.3.6. Dormidas de hóspedes estrangeiros e domésticos

Seguidamente analisaremos as dormidas dos hóspedes, nos hotéis e estabelecimentos similares, entre 2000 e 2002 com base nos dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

• Dormidas dos hóspedes estrangeiros

Apresentaremos de seguida os dados relativos às entradas e dormidas dos hóspedes estrangeiros, nos hotéis e estabelecimentos similares, entre 2000 e 2002.

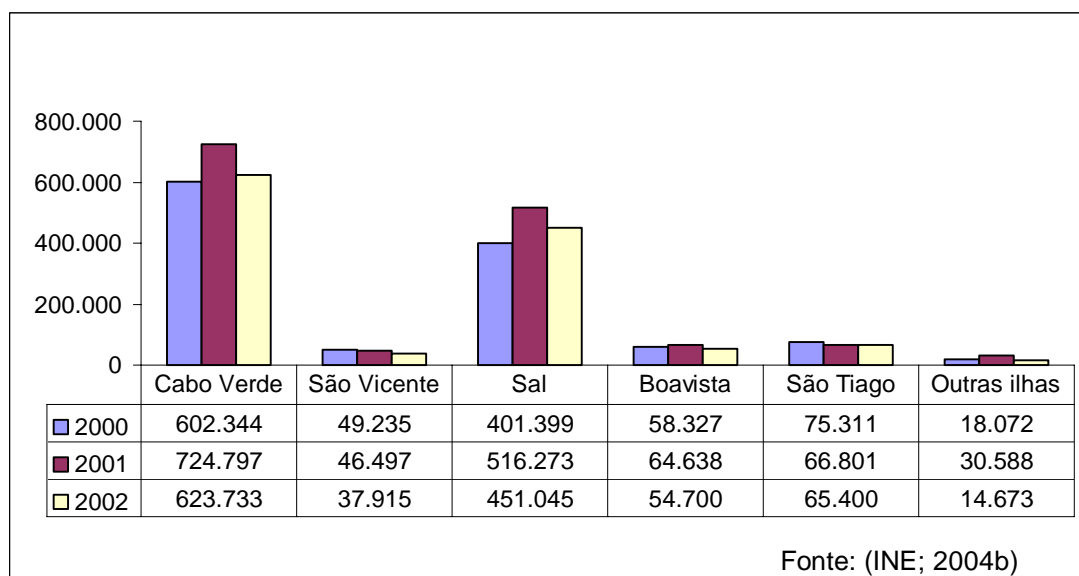
Gráfico 22 – Evolução das entradas e dormidas de hóspedes estrangeiros, nos estabelecimentos hoteleiros (2000-2002)



Os dados apresentados no gráfico 22 apontam para uma diminuição nas entradas e dormidas de hóspedes estrangeiros em Cabo Verde, nos hotéis e estabelecimentos similares, entre 2001 e 2002. Cabo Verde não ficou imune ao

clima internacional de instabilidade que o mundo conheceu durante este período. Os dados de 2003 apontam para uma melhoria nestes indicadores.

Gráfico 23 – Dormidas de hóspedes estrangeiros, por ilhas (2000-2002)



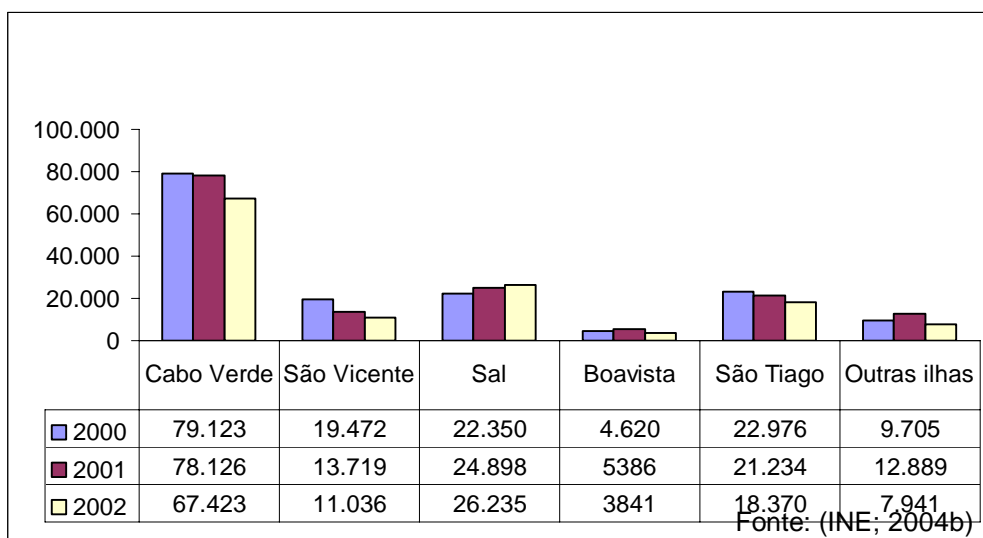
Numa análise das dormidas de hóspedes estrangeiros, por ilhas, ilustrada pelo gráfico 23, verificamos que mais de 70% ocorreram num estabelecimento hoteleiro situado na ilha do Sal. Esta situação representa uma limitação importante do turismo cabo-verdiano com impacte para a redução da pobreza nas ilhas.

Em 2002, os dados do INE indicam que mais de 82% das dormidas de hóspedes estrangeiros ocorreram num hotel. Este indicador traduz bem o peso que os hotéis têm na forma como está organizado o turismo cabo-verdiano.

● Dormidas dos hóspedes domésticos

Numa análise das dormidas de hóspedes domésticos, por ilhas, verificamos que, ao contrário dos hóspedes estrangeiros, em que havia uma concentração das dormidas apenas na ilha do Sal, os hóspedes domésticos apresentam um comportamento diferente.

Gráfico 24 – Dormidas de hóspedes domésticos, por ilhas (2000-2002)



Assim, entre 2000 e 2002, como se pode ver no gráfico 24, houve uma dispersão das dormidas entre as ilhas do Sal, São Tiago e São Vicente.

Em 2002, os dados do INE indicam que, ao contrário dos hóspedes estrangeiros que dormiam sobretudo nos hotéis, os hóspedes domésticos, embora também prefiram os hotéis (53%), utilizam outros estabelecimentos hoteleiros, nomeadamente, as residenciais (21%) e as pensões (14%), devido, em parte, ao seu menor poder de compra.

6.3.7. Tempo de permanência e sazonalidade

Procederemos de seguida ao exame do tempo médio de permanência dos hóspedes. Os dados preliminares do INE relativos ao ano de 2003 indicam que o tempo médio de estada nos estabelecimentos (média por hospedagem)¹⁶⁴ é de 4.7 dias, sendo que nos hotéis esse tempo é mais dilatado 5.3 dias¹⁶⁵. Esta situação pode indiciar que não obstante os preços mais caros pra-

¹⁶⁴ “**Estada média por hospedagem:** relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram motivo a essas dormidas” (INE; 2004c).

¹⁶⁵ Os hóspedes que em média ficaram mais dias nas ilhas em 2003 foram os italianos (6.3 dias), os alemães (5.9 dias), os sul-africanos (5.5 dias), os belgas e os holandeses (5.3 dias), os espanhóis (4.4 dias) e os portugueses (4.1 dias). Em 2003 mais de 73% das entradas e mais de 82% das dormidas de hóspedes registam-se em hotéis. Nesse mesmo ano, a ilha do Sal registou mais 65% das entradas e 75% das dormidas. As três ilhas mais procuradas: Sal, São Tiago e São Vicente registaram mais de 91% das entradas e dormidas, enquanto que as ilhas do Maio, Brava e São Nicolau registaram menos de 1% das entradas e dormidas. Consideramos que isto se deve, em parte, ao facto de não haver uma política de turismo descentralizada pelas ilhas.

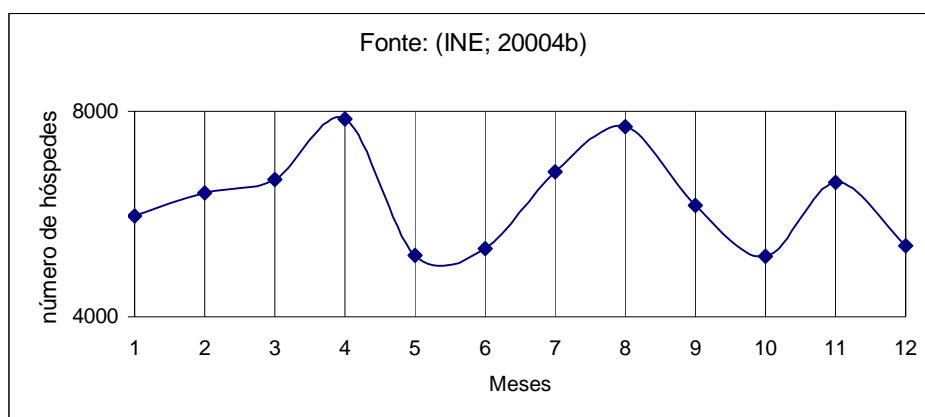
ticados nos hotéis, estes são mais cómodos e os hóspedes acham que é melhor ficarem ali alojados visto tratarem-se, como vimos, de hóspedes, na sua maioria, europeus e com relativo poder de compra.

O tempo médio de permanência nas ilhas é importante numa política de utilização do turismo como instrumento de combate à pobreza, na medida em que o emprego que o turismo pode gerar depende mais da duração da estada do que do número de visitantes (CUNHA; 2001). Assim, entendemos que a sustentabilidade de um destino turístico como Cabo Verde, arquipélago, insular e com um ecossistema frágil, apontaria mais para a necessidade do desenvolvimento de actividades para reter os turistas, do que procurar aumentar o volume dos mesmos.

As condições naturais (clima, montanha, praias), os investimentos realizados em infra-estruturas, alojamento, diversões, equipamentos desportivos, parques de atracção, festivais, a capacidade criativa e a organização são alguns dos factores de que depende a capacidade de retenção de turistas numa região. Pensamos que a criatividade, a imaginação e a inovação que uma política de desenvolvimento do turismo a favor dos pobres, implica poderia vir a aumentar o tempo médio de permanência dos turistas através do seu envolvimento nas actividades desenvolvidas pelas comunidades locais pobres.

Passamos agora a uma breve observação da **sazonalidade do destino turístico cabo-verdiano**. Os últimos dados obtidos junto do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, que nos permitem fazer uma análise da sazonalidade da procura turística reportam-se ao ano de 2001.

Gráfico 25 – Distribuição mensal das entradas de hóspedes em 2001



Como se pode observar no gráfico 25, no ano de 2001, os meses de menor procura por ordem ascendente foram Outubro, Maio e Junho. Os meses de maior procura foram Abril, Agosto e Novembro, por ordem decrescente.

Uma das características do sector turístico é a sua concentração no espaço e no tempo. O tipo de turismo praticado em Cabo Verde não é alheio a estas duas características. Verificamos uma forte concentração no espaço, a ilha do Sal, e uma concentração também no tempo com épocas alta e baixa. Estas características não são fatalidades do fenómeno turístico, pelo que podem ser minimizadas, nomeadamente, através de políticas de discriminação positiva para a descentralização espacial e diversificação do produto turístico.

De facto, a sazonalidade da procura turística tem efeitos directos no nível de rendimentos dos indivíduos que trabalham no sector turístico, o que poderá constituir um elemento de precariedade da mão-de-obra afecta directa ou indirectamente ao sector. Por isso, consideramos que o desenvolvimento do turismo em prol dos pobres deve ser entendido como uma actividade complementar e não de substituição das actividades agrícolas ou piscatórias levadas a cabo normalmente pelas comunidades locais pobres.

6.3.A. Síntese da procura turística cabo-verdiana

A concentração da procura turística na ilha do Sal é uma realidade, verificada quer na análise do turismo receptor quer do turismo doméstico. Mas esta concentração é menor em relação ao turismo doméstico, embora continue significativa.

Pela ausência de dados sobre turistas, trabalhamos com dados sobre hóspedes. Os dados sobre as entradas de hóspedes sobreavaliam o número de turistas, pelo que constitui uma limitação na análise rigorosa dos conceitos, nomeadamente, de turismo doméstico, turismo receptor e turismo interior aplicado ao caso de Cabo Verde.

O principal mercado de emissão de turistas para as ilhas é o europeu, sendo os nacionais de Itália, Portugal, Alemanha e França os turistas em maior número, por ordem decrescente.

A ilha do Sal, a mais visitada concentra a maior parte dos hóspedes das diferentes nacionalidades que visitam o arquipélago.

Os italianos, com 6.3 dias de estada média são os hóspedes que mais tempo permaneceram em Cabo Verde em 2003, visto que compram normalmente pacotes de uma semana.

As entradas e dormidas de hóspedes são em maior número nos hotéis, em detrimento dos outros estabelecimentos hoteleiros.

O destino turístico Cabo Verde apresenta características de sazonalidade com picos nas férias da Páscoa, férias do Verão e na quadra natalícia. Entendemos que existe espaço para que o processo de desenvolvimento turístico não utilize só os recursos naturais, pois existem outras vias, como o turismo ecológico, o turismo rural e o turismo cultural. Cabo Verde, devido à sua música mundialmente famosa, poderia transformar-se num palco de música internacional, criando, por exemplo, um museu da música ou organizando festivais internacionais de música cabo-verdiana¹⁶⁶ é não só.

6.4. Tipos de produtos turísticos cabo-verdianos

De seguida abordaremos os tipos de produtos turísticos actualmente dominantes nas ilhas e perspectivaremos os produtos com potencialidades e que ainda não ganharam corpo no panorama turístico cabo-verdiano.

O produto turístico mais explorado em Cabo Verde é o produto sol e mar, sobretudo na ilha do Sal, que acolhe o único aeroporto internacional, porta de entrada dos turistas no arquipélago¹⁶⁷.

Como observámos anteriormente, a ilha do Sal aloja mais de 60% dos hóspedes que procuram o arquipélago. Verificamos uma concentração e massificação do turismo nesta ilha, onde **mais de 70% da capacidade dos estabelecimentos de alojamento turístico são explorados em regime de tudo incluído (“all inclusive”)**. O mesmo tipo de produto dominante na ilha do Sal

¹⁶⁶ Nas ilhas encontramos variados géneros de música com destaque para a morna, a coladeira, o funaná, a mazurca e o batuko.

¹⁶⁷ Estão por concluir as obras do aeroporto internacional na Praia, capital do país. Espera-se que a abertura deste venha descongestionar o aeroporto internacional Amílcar Cabral na ilha do Sal, na medida em que mais de 60% dos passageiros que chegam a Cabo Verde têm como destino a ilha de São Tiago, onde residem mais de 50% dos cabo-verdianos.

está a repetir-se, e de forma impetuosa, na ilha da Boavista, onde o domínio das infra-estruturas hoteleiras pesadas é ainda maior. A tendência é a ilha da Boavista passar a ser o terceiro destino turístico do arquipélago, logo depois de São Tiago e à frente de São Vicente (DGDT; 2004).

Em função da forma como é organizada a viagem existem, basicamente, duas formas de turismo. O **turismo individual**, quando o indivíduo ou o grupo de indivíduos no qual se integra, fixa o programa e o itinerário da viagem que deseja realizar, escolhe o meio de transporte, reserva os alojamentos que ele-ge e estabelece a data em que pretende partir e regressar, podendo mesmo alterar o programa que inicialmente fixou e proceder ou não a reservas direc-tamente ou através de uma agência de viagem. Neste quadro pode, alternati-vamente, fixar o programa e os serviços que pretende, com maior ou menor detalhe, e solicitar a uma agência de viagens que proceda à sua organização. No caso do **turismo colectivo**, de grupo ou organizado (*à forfait*, na versão francesa, ou *package tour*, na versão inglesa), um operador ou uma agência de viagem oferece a qualquer indivíduo, contra o pagamento de uma importância que cobre a totalidade do programa oferecido, a participação numa viagem para um determinado destino segundo um programa previamente fixado para todos os que adquirirem essa viagem. O turismo organizado está na origem da massificação do turismo moderno. A partir da década de 1960, com o apareci-mento dos voos fretados (*charter flights*) e com a intervenção de organizações empresariais de grande dimensão, as viagens organizadas passaram a ganhar importância e hoje representam uma parte significativa do conjunto das viagens internacionais: 40% dos britânicos que se deslocam ao estrangeiro, por exem-ple, fazem-no na modalidade de viagens de grupo. Por seu turno, dos turistas estrangeiros que visitam Portugal, 69.6% recorrem aos serviços de agências de viagens, dos quais 51.1% adquirem pacotes constituídos por transporte, aloja-mento e pequeno-almoço (CUNHA; 2001).

Cabo Verde como destino essencialmente receptor do turismo internacio-nal não se encontra imune ao turismo organizado, sobretudo ao chamado “pacote turístico” em que tudo está incluído (*“all inclusive”*), modalidade que tem um efeito multiplicador mais reduzido na criação de emprego.

De acordo com informações obtidas junto de um operador hoteleiro estrangeiro com interesse no turismo cabo-verdiano, o regime “*all inclusive*” cria, em média, por cada cama, cerca de 0,6 empregos, enquanto que num regime com ausência de “*all inclusive*” criam-se, em média, 1,3 empregos¹⁶⁸.

Uma das formas de combater o sistema de “*all inclusive*” consiste em combinar uma agressividade competitiva por parte dos empresários nacionais com uma lógica de diversificação da oferta, numa perspectiva de complementaridade entre investidores externos e nacionais. A implementação desta estratégia constitui uma das preocupações dos agentes turísticos cabo-verdianos, a avaliar pelo que se expressa no Plano Estratégico de Desenvolvimento turístico (PEDT). De facto, o que parece estar em causa é a utilização do turismo como instrumento de combate à pobreza e de um aumento dos benefícios do turismo para as comunidades locais.

A diversificação e o aumento da qualidade do produto turístico cabo-verdiano afiguram-se nos pertinentes, na medida em que existem várias potencialidades para o seu desenvolvimento, tanto na vertente do turismo em espaço rural como das actividades direccionadas para os filhos dos emigrantes cabo-verdianos da imensa diáspora. Os cabo-verdianos e seus descendentes residentes no estrangeiro constituem um mercado potencial dada a sua motivação para visitar o país e “matar saudade”. Este interesse pelo arquipélago é mais forte do que o que leva os nacionais dos países em que residem a optarem por Cabo Verde enquanto destino de férias.

Entendemos que as autoridades cabo-verdianas deveriam taxar os “pacotes turísticos” pagos fora do país, permitindo assim a injeção de dinheiro para um fundo que financiasse a infra-estruturas de zonas rurais com potencial turístico. Segundo o PEDT, o país deve escolher os produtos que mais se adaptam às potencialidades das ilhas, nesta perspectiva é preciso ter em conta que existem ilhas com: orografia plana (Boavista, Maio e Sal); orografia montanhosa (Brava, Fogo e Santo Antão) e orografia intermédia (São Nicolau, São Tiago e São Vicente). Assim, as **ilhas de orografia plana devem apostar nos seguintes produtos**: turismo de sol e praia; *winsurf/surf*; pesca desportiva,

¹⁶⁸ Entrevista, ao Senhor Dr. Alexandre Abade, Administrador Executivo do Holding Oásis Atlântico, realizada a 30 de Julho de 2004.

passeios no mar; turismo cultural com muita animação; observação da fauna e turismo de conferências. As **ilhas montanhosas devem apostar nos seguintes produtos**: *trekking* (caminhadas); turismo de descoberta; observação da fauna e flora, agro-turismo; turismo histórico e cultural. As **ilhas de orografia intermédia devem apostar nos seguintes produtos**: turismo de sol e mar (soft), *windsurf/surf*; pesca desportiva, passeios no mar; turismo de conferência, *trekking* (caminhadas); turismo de descoberta; observação da fauna e flora; agro-turismo e turismo histórico e cultural (DGDT; 2004).

A animação turística, nomeadamente a criação de espaços de cultura (música, dança, pintura, artesanato), assim como de folclore e gastronomia são a nosso ver conteúdos úteis para a oferta de um produto turístico diversificado num país de emigração, onde a revitalização do orgulho pelas suas tradições é essencial na era da globalização.

6.4.A. Síntese dos tipos de produtos turísticos cabo-verdianos

O tipo de produto turístico actualmente dominante é a monocultura sol e mar oferecido pelos hotéis junto à praia, funcionando em regime de tudo incluído. Existem potencialidades e espaços para o desenvolvimento de outros produtos, nomeadamente o turismo cultural e o turismo no espaço rural, como as actividades direccionadas para os filhos dos emigrantes cabo-verdianos da imensa diáspora, podendo esses trazer maiores benefícios às comunidades locais pobres, desde que os princípios do desenvolvimento sustentável sejam observados.

6.5. Matriz das oportunidades, das ameaças, das forças e das fraquezas do turismo cabo-verdiano

Utilizaremos a matriz das oportunidades, das ameaças, das forças e das fraquezas a fim de procedermos a uma análise/diagnóstico da situação do turismo cabo-verdiano. As oportunidades e as ameaças são os elementos que nos permitem fazer uma análise externa do mercado turístico, enquanto as forças e as fraquezas são as componentes para uma análise interna do turismo cabo-verdiano.

Matriz das oportunidades, das ameaças, das forças e das fraquezas do turismo	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Turismo (agência especializada das Nações Unidas). • Sector assumidamente estratégico para o desenvolvimento do país. • Sector que absorve a maioria do investimento directo estrangeiro investido no país. • Sector em crescimento e que já atingiu dois dígitos de contribuição para o PIB, trata-se dum sector que emprega potenciais pobres (mulheres e jovens). • O mercado europeu (de países desenvolvidos) é o principal emissor de turistas. • Está para breve a inauguração do aeroporto internacional da Praia na ilha de São Tiago. • Hotéis são os estabelecimentos hoteleiros que apresentam as melhores ofertas de serviços e são os mais procurados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de uma imagem de marca do país como destino turístico de nível internacional. • A concorrência de ilhas e regiões com recursos similares e com estratégias de promoção mais eficientes. • Custos de importação (o país produz 10% dos produtos consumidos internamente e importa 100% dos combustíveis). • Choques externos, o mercado europeu concentra mais de 80% da emissão de turistas para as ilhas. • Dificuldades e custos proibitivos de transportes (necessidade de significativas melhorias nos transportes aéreos e marítimos, quer internacional, quer entre ilhas, e terrestre). • Inexistência ou deficiência de políticas articuladas com outros sectores (educação, agricultura, ambiente, pesca, valorização do artesanato nacional, saúde, segurança, ordenamento do território, de entre outras). • Fraco nível de saneamento do meio, limitações do sector energético e da água potável. • Dependência do país do financiamento da ajuda pública para o desenvolvimento, nomeadamente para a construção de infra-estruturas.
Forças ou Potencialidades	Fraquezas ou estrangulamentos
<ul style="list-style-type: none"> • Recursos naturais (clima ameno, sol/mar, paisagens, vulcão) recursos históricos e culturais (música, gastronomia, morabeza do povo, etc.). • Processo de desenvolvimento apostado no aumento da oferta e melhoria da qualidade. • Necessidade de diversificação do produto turístico (promoção do turismo a favor dos pobres¹⁶⁹). • Leis de incentivos ao investimento no sector do turismo. • Espaço aéreo entre Lisboa e Sal liberalizado possibilitando os voos "charter" entre Cabo Verde e o seu parceiro estratégico de desenvolvimento (Portugal). 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de iniciativa e dinamismo do tecido empresarial nacional e de investimentos nas comunidades locais. A par das intervenções estrangeiras que ficam com os lucros. • Concentração da oferta e da procura turística numa ilha (mais de 50% na ilha do Sal), nos hotéis e exclusivamente com o produto sol e mar num país com dez ilhas. • Excessiva exploração dos recursos naturais (binómio sol e mar) em detrimento dos recursos culturais. • Influência excessiva de "tour operators" estrangeiros na canalização dos fluxos turísticos para Cabo Verde. • Carências a nível da animação turística. • Necessidade de qualificação dos recursos humanos. • Reduzida diversidade e qualidade dos serviços, com custos internacionalmente pouco competitivos. • Elevado custo dos recursos (água, energia, transportes). • O nível das infra-estruturas hoteleiras é ainda pouco satisfatório, tanto na qualidade como na quantidade. Concentra-se em poucas ilhas. • O custo da estada muito elevado para o nível das infra-estruturas e serviços oferecidos e em comparação com destinos semelhantes.

¹⁶⁹ Turismo a favor dos pobres é o turismo que traz benefícios às comunidades locais pobres. Através do envolvimento dos mesmos em projectos e iniciativas turísticas com impacte positivo no seu nível de vida.

6.6. Funcionamento da administração turística cabo-verdiana

A administração do sector turístico tem passado por alguma agitação nos últimos quatro anos. Assim, se no início do mandato do governo, em 2001, existia um ministério com a designação de Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, posteriormente, deixou de existir passando a tutela do turismo a pertencer ao Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, sob a gestão de um Secretário de Estado do Turismo. No entanto, após uma remodelação governamental, ocorrida depois das eleições autárquicas de 2004, o país deixou de ter um Secretário de Estado do Turismo. Pela importância que o turismo pode desempenhar no desenvolvimento do país, estas frequentes perturbações podem minar a confiança quer junto dos agentes turísticos, quer junto do público em geral.

Actualmente o Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade tem a tutela máxima do sector turístico. A Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico (DGDT) e o PROMEX (Centro de Promoção Turística dos Investimentos e das Exportações de Cabo Verde), que em 27 de Setembro de 2004 foi substituída pela Agência Cabo-verdiana de Promoção e Investimento, são as duas instituições públicas que asseguram a administração turística cabo-verdiana¹⁷⁰. A Agência Cabo-verdiana de Promoção e Investimento tem como funções principais promover o país como destino turístico, incrementar o comércio de bens e serviços de origem cabo-verdiana, fomentar as condições propícias à realização de projectos de investimentos nacionais e estrangeiros, bem como desenvolver o tecido empresarial nacional, e apoiar directa ou indirectamente o fortalecimento e modernização da estrutura empresarial do país. Por seu turno, as funções da DGDT são as seguintes: auxiliar o Governo na definição de políticas e estratégias, na normalização e fiscalização de actividades turísticas e no desenvolvimento de relações com instituições internacionais

¹⁷⁰A Agência Cabo-verdiana de Promoção e investimento, em 27 de Setembro de 2004 substituiu o PROMEX nas suas funções e foi-lhe acrescida a competência do IADE (Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial). Saliente-se que em Abril de 2005, o Governo rescindiu o contrato com o Presidente da Agência, seis meses depois da sua tomada de posse, por alegada incompatibilidade com a tutela. Note-se que nos últimos quatro anos o extinto PROMEX conheceu quatro presidentes. Entendemos que a instabilidade institucional é uma fraqueza que pode prejudicar a actividade turística no país, dadas as funções que a instituição desempenha estatutariamente.

no sector. No entanto, a DGDT nota que, “*Enquanto o sector cresce e requer maior dinamismo e atenção no controlo da implementação de políticas, a administração central viu restringida a sua autonomia e mobilidade*” (DGDT; 2004: 68).

As Câmaras Municipais têm na sua maioria um pelouro do turismo e podem, no âmbito das suas competências legais, aprovar/licenciar projectos de estabelecimentos hoteleiros e similares que não tenham o Estatuto de Utilidade Turística¹⁷¹. Segundo a DGDT “[...] *este aspecto vem perturbando a organização e fiscalização do sector, visto que há cada vez mais estabelecimentos turísticos, muitos de má qualidade, a serem construídos e licenciados sem conhecimento e parecer da administração central*” (id. ; ibid.: 69).

Entendemos que devido à existência de diferentes centros de decisão públicos, como demonstramos, tudo aponta para a necessidade de uma maior coordenação e harmonia nas tomadas de decisão.

6.7. Estratégias cabo-verdianas do desenvolvimento do turismo

Uma vez realizado o diagnóstico da situação actual do turismo cabo-verdiano importa conhecer e analisar as estratégias necessárias para que sejam ultrapassados os constrangimentos e potenciadas as oportunidades. Todas estas acções são necessárias para o desenvolvimento do sector.

De facto, as estratégias cabo-verdianas de desenvolvimento do turismo passam pelo aproveitamento das potencialidades das ilhas que estão estreitamente ligadas às boas condições geográficas, humanas e ambientais. A estabilidade política, uma população jovem, uma taxa de alfabetização de adultos superior a 85.0%, a identidade cabo-verdiana caracterizada pela africanidade, pelos laços com o mundo de língua portuguesa, bem como pelas influências atlânticas constituem factores a considerar na implementação dessa estratégia. Segundo a Organização Mundial do Turismo, citada por Carlos Milani, “*Cabo*

¹⁷¹ A utilidade turística é atribuída por despacho conjunto dos membros do Governo com tutela sobre o sector do Turismo e das Finanças sob proposta da Direcção Geral do Turismo”, segundo a Lei da Utilidade Turística (Cabo Verde; 1992a).

Verde é caracterizado por um sector turístico que está aquém do potencial nacional” (MILANI; 2002: 9)¹⁷².

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) de 1995 e 2002 previam a existência de Zonas Turísticas Especiais¹⁷³ (zona de desenvolvimento turístico integrado – ZDTI e zona de reserva e protecção turística - ZRPT) e consideravam que um conjunto importante de políticas deveria ser posto ao serviço do turismo. Deste conjunto de políticas, destacamos, pela sua importância, a política de transportes, a política de saúde e saneamento, a política de infra-estruturas (particularmente, a política de energia e do urbanismo), a política de cultura, a política de segurança e a política de formação profissional (ver Quadro 15).

¹⁷² A World Travel & Tourism Council (WTTC) que é um fórum de líderes no negócio de viagens e turismo considera que Cabo Verde é um mundo de oportunidade. (WTTC; 2003)

¹⁷³ As zonas turísticas especiais abrangem áreas dotadas de especiais aptidões para o turismo existentes nas diversas ilhas. A lei prevê as formas de apropriação de solos nessas zonas e as modalidades da sua cedência aos promotores públicos. A gestão das zonas turísticas especiais é atribuída à administração indirecta do Estado sem prescindir da colaboração dos municípios e de outras entidades públicas e privadas. Pretende-se com a criação dessas zonas a protecção dos recursos naturais que são a base do desenvolvimento turístico cabo-verdiano.

Quadro 15 – Enquadramento institucional do turismo no PND de 1995 e 2002

O Plano Nacional de Desenvolvimento, em relação ao sector do turismo prevê:

Transportes aéreos. Criar condições e adoptar medidas no sentido de evitar que a frequência, o preço e a qualidade do serviço funcionem como elementos de inibição do desenvolvimento do turismo. Previa-se ainda o melhoramento dos aeródromos nacionais; promoção do desenvolvimento de um sistema de transporte aéreo competitivo; abertura dos itinerários domésticos a operadores privados; política de céu aberto e o incremento de voos *charters*; novo aeroporto da Praia em funcionamento.

Transportes marítimos inter-ilhas. A introdução em Cabo Verde de **navios aerodinâmicos**, mais adequados aos nossos mares; Promoção do transporte marítimo de passageiros, com rotas fixas e rápidas entre os pólos de maior desenvolvimento turístico (Sal/Boavista; Praia/Maio e Praia/Fogo/Brava; S. Vicente/Santo Antão e S. Vicente/S. Nicolau) e com as condições de comodidade próprias para um turismo de qualidade.

Transportes rodoviários. Nos programas de construção e manutenção da rede viária, dar maior importância às vias consideradas de interesse turístico; dar particular atenção à regulamentação das condições mínimas a que devem obedecer os veículos automóveis destinados ao transporte de turistas, bem como a sua exploração; e reforçar as medidas de fiscalização do trânsito e do estado dos veículos referidos.

Saúde e saneamento. Promoção das condições de saúde e de saneamento de qualidade nas zonas de desenvolvimento integral (ZDTI). A construção de clínicas e a instalação de consultórios médicos privados, bem como de serviços de urgências e enfermagem, nas zonas turísticas, deveriam beneficiar de incentivos especiais (crédito e fiscal).

Cultura. Promoção do turismo cultural. O desenvolvimento dos produtos turísticos deveriam seguir dois eixos orientadores e complementares: o meio ambiente e a cultura cabo-verdiana. O Governo deveria promover a criação de um sistema de incentivos capaz de orientar os operadores turísticos e os agentes económicos situados em ramos que se encontram a montante ou a jusante do turismo no sentido de imprimirem um conteúdo cultural marcadamente cabo-verdiano aos produtos que colocam no mercado.

A formação profissional. Implementar um amplo programa de formação profissional capaz de dar cobertura às necessidades do sector que são, de longe, superiores à capacidade de resposta das estruturas de formação existentes. O Plano previa a realização de cursos de formação profissional para hotelaria e restauração; a criação de cursos de bacharelato em turismo; criação da Escola de Hotelaria de Cabo Verde e a criação de um Instituto Superior do Turismo.

As sociedades de desenvolvimento. No âmbito das políticas públicas de desenvolvimento do turismo, dar destaque à promoção de sociedades de desenvolvimento das Zonas Turísticas Especiais (zonas de desenvolvimento turístico integral - ZDTI e zonas de reserva e protecção turística - ZRPT) com as quais o Estado poderia assinar convenções de estabelecimento, contratos de concessão ou outra forma de contrato, com a finalidade de efectuar trabalhos de estudo, planeamento e desenvolvimento de infra-estruturas nas referidas zonas; promover o investimento e as ZDTI enquanto destinos turísticos; assegurar a gestão das ZDTI. O Governo deveria considerar parceiros privilegiados para a criação das sociedades referidas os investidores estrangeiros, as empresas imobiliárias, as instituições financeiras, os gabinetes especializados de estudos, os municípios e o Estado. O Plano previa a criação de sociedades de desenvolvimento para as ZDTI, nomeadamente as relacionadas com as ZDTI da Boavista e do Maio.

Organização de iniciativas nacionais. Uma particular atenção na organização das iniciativas nacionais e na diversificação dos produtos turísticos, nomeadamente: turismo de habitação, turismo rural, turismo cultural e desporto náutico. Deveria ser implementado um programa específico de promoção do turismo rural, que envolve incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento do turismo de habitação e de implementação de pequenas unidades hoteleiras nas áreas rurais. Deveriam ser apoiados os promotores desse tipo de turismo na concepção dos projectos, nos domínios da formação profissional e gestão da informação e da promoção.

Fonte: (MILANI; 2002), adaptado e actualizado pelo autor.

Como se pode observar no quadro 15, as condições, as medidas, os programas e as intenções de implementação de políticas previstas no PND (1995-2001) não têm permitido alterar o panorama turístico cabo-verdiano. Em algumas situações, são impeditivas para a utilização do turismo como instrumento de redução da pobreza, pois os grandes beneficiários são os investidores externos.

Mudanças se anunciam com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2002-2005), prevendo a execução de um plano estratégico de desenvolvimento turístico. Em Fevereiro de 2004, num atelier de validação presidido pelo então Secretário de Estado do Turismo, Dr. Amílcar Lima, a DGDT apresentou a proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico (PEDT), com um horizonte temporal de 12 anos.

O PEDT prevê, durante esse período, um aumento da capacidade de alojamento que deverá atingir 37.764 camas, uma realização de investimentos em infra-estruturas turísticas num valor aproximado de 50.300 milhões de CVE (aproximadamente 456.44 milhões de euros) para além da implementação dum plano de formação que abrangerá cerca de 14.800 jovens, para se atingir um aumento das receitas públicas na ordem de 31.986 milhões de CVE (aproximadamente 290.25 milhões de euros) em impostos directos e indirectos, e criação de cerca 15.000 postos de trabalho permanente; planeia-se, ainda, para o mesmo período, um volume de investimentos na ordem de 16.083 milhões de CVE (aproximadamente 154.94 milhões de euros) para habitação nas ilhas de pouca densidade populacional, para albergar a migração interna de mão-de-obra e seus familiares, bem como o aproveitamento médio anual de 367.467 toneladas de águas residuais. Encontra-se programada igualmente a plantação de 1.156 hectares de terreno com coqueiros e palmeiras, entre outras plantas emblemáticas. Até 2015, o PEDT estima que o turismo traga para Cabo Verde mais de 240 mil milhões de CVE (aproximadamente 2.18 mil milhões de euros) em divisas.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico (PEDT) discrimina quais os produtos turísticos mais adequados às características de cada ilha, desde o turismo de sol e mar, rural, histórico, cultural, ecológico e de conferên-

cias, e define detalhadamente, para cada uma das ilhas, o tipo de oferta de serviços, estima a taxa de crescimento médio anual sustentável e a capacidade de carga máxima (em camas) até 2015, que garanta e assegure os equilíbrios ambientais e a estrutura social, podendo essa capacidade ser aumentada antes de 2015, “[...] se tal se mostrar aconselhável e houver garantias de que os valores sociais, ambientais e culturais estarão salvaguardados” (DGDT; 2004: 93).

O Plano debruça-se sobre as estratégias para o desenvolvimento turístico do país, considerando o turismo como “*pedra basilar do desenvolvimento*” começando por analisar a necessidade de se criar uma imagem de marca forte, tendo em vista o posicionamento internacional de Cabo Verde, enquanto destino turístico. Identifica os produtos turísticos a privilegiar (turismo de sol e mar, turismo no espaço rural, turismo histórico e cultural, turismo de conferências) numa óptica de complementaridade entre as ilhas. Indica, para cada ilha, a configuração de infra-estruturas hoteleiras mais adequadas e o tipo de oferta de serviços. Lista a capacidade de carga máxima (em camas) até 2015 e estima as suas taxas de crescimento médio anual. Identifica os efeitos negativos mais directos, nomeadamente, produção de resíduos sólidos e líquidos pelos turistas, a necessidade de mão-de-obra de outras ilhas, os espaços aéreo e marítimo serão cada vez mais atravessados, ocupação de terrenos com edificações hoteleiras e construção de habitação para os trabalhadores, a proporção de residentes nas ilhas por turistas tenderá a diminuir. Estima os benefícios sociais e económicos da actividade turística no horizonte traçado, nomeadamente criação de postos de trabalho, formação profissional, dispersão populacional, aumento da competitividade, redução da taxa de desemprego, simetria económica das ilhas, novas oportunidades de investimento, impacto na balança de transacções correntes. O Plano destaca ainda as acções estratégicas fundamentais para se alcançarem os objectivos definidos, das quais se salienta o ordenamento e a gestão das zonas turísticas, a mobilização de recursos, a redinamização da promoção turística, a promoção de mecanismos de formação, a infra-estruturação das zonas turísticas, a protecção e melhoria do ambiente, a diversificação e controlo da oferta, a organização da deslocação

interna da mão-de-obra e o reforço da capacidade institucional para a administração, promoção e fiscalização. Para concretização dessas acções propõe uma maior intervenção privada, considerada neste plano, “[...] *pilar fundamental tanto na descentralização como na montagem financeira necessária ao desenvolvimento turístico*” (DGDT; 2004: 7).

Actualmente, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico (PEDT), devido às discordâncias e às polémicas geradas, continua à espera de novos contributos e da sua conseqüente homologação. No atelier de validação, a então presidente do PROMEX, (Centro de Promoção Turística dos Investimentos e das Exportações), Dra. Georgina de Mello, e outros especialistas, acusaram o plano estratégico de ser inibidor do investimento turístico. Argumentaram especificamente que é limitado por estabelecer para o caso da ilha da Boavista, o objectivo de 8.100 camas, que representa a construção de cerca de 40 hotéis com uma média de 100 quartos cada, num horizonte de doze anos advogando, pelo contrário, que a meta deveria ser de 30.000 camas. Concorde com aqueles que se interrogam sobre a viabilidade de se vir a desenvolver um turismo de qualidade e sustentável do ponto de vista ambiental e isento de pressão e de descaracterização do tecido social, caso venha a optar por aquela capacidade para a ilha da Boavista. Com efeito, a construção de 150 hotéis com 100 quartos, exigiria um ritmo de construção a uma média de 13 hotéis por ano, durante 12 anos consecutivos, provocando uma deslocação em massa de mão-de-obra em direcção à ilha que acompanhada, das respectivas famílias, conduziria a um aumento da população de forma significativa, sem contar com a chegada ao longo do ano de vários milhares de turistas tão necessárias quanto imprescindíveis para a rendibilização dos investimentos.

Sendo Cabo Verde um país de emigração e com uma vasta comunidade emigrada em todos os continentes, consideramos que uma estratégia de estreitamento das ligações com a terra natal seria um dos caminhos a seguir. A oferta de um produto turístico da “saudade” ou para “matar saudade da terra”, proporcionando oportunidades aos descendentes de conhecerem a terra dos ascendentes, parece-nos uma aposta importante, sobretudo numa altura em que verificamos o envelhecimento das primeiras gerações de emigrantes e um

desconhecimento das origens por parte das gerações mais novas nascidas nas diásporas. Por último, não se deverá descurar o potencial das comunidades emigradas enquanto investidores.

6.7.A. Síntese das estratégias cabo-verdianas do desenvolvimento do turismo

De facto, as estratégias cabo-verdianas de desenvolvimento do turismo passam pelo aproveitamento das potencialidades do arquipélago, que estão estreitamente ligadas às boas condições geográficas, humanas e ambientais, pela existência de uma imensa diáspora e pela conjugação de um conjunto de políticas postas ao serviço do desenvolvimento do turismo, nomeadamente as políticas de transportes, saúde, saneamento, segurança, infra-estruturais, ordenamento do território, ambiental, cultural, social, marketing, entre outras e com inclusão das comunidades locais.

6.8. Impactes esperados do desenvolvimento turístico em Cabo Verde

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico (PEDT) estima grandes realizações ao nível do ambiente, da sociedade, da cultura e da economia.

Assim, **ao nível do ambiente** espera-se que o turismo seja financiador da qualidade ambiental. Prevê-se o aumento da área verde, particularmente nas zonas turísticas, através da plantação de 1.156 hectares de terreno com coqueiros, tamareiras (palmeiras) ou outras árvores tropicalmente emblemáticas, num horizonte de 12 anos. Outro grande objectivo do Plano é o tratamento e o aproveitamento das águas residuais, *“caso contrário a degradação ambiental tenderá a estabelecer uma correlação positiva com o crescimento turístico”*(DGDT;2004:132). Espera-se, ainda, um aproveitamento médio anual de, pelo menos, 399.480 toneladas de águas residuais em todas as ilhas onde haja desenvolvimento turístico.

Ao nível da sociedade aponta-se, até 2015, na criação de cerca de 15 mil postos de trabalho permanentes, pois

“[...] um dos importantes motivos pelos quais se aposta no turismo é a sua expressiva capacidade de gerar empregos. Neste contexto, almeja-se criar oportunidades de trabalho a milhares de cabo-verdianos, fazendo da oferta de trabalho provocada pelo desenvolvimento do turismo uma alternativa parcial, mas significativa, às frentes de alta intensidade de mão-de-obra e um meio de combate à pobreza” (DGDT; 2004: 132-133).

Outro objectivo ao nível da sociedade é a formação profissional na área do turismo, para cerca de 14.800 jovens¹⁷⁴. Finalmente, espera-se que o desenvolvimento do turismo proporcione oportunidades de residência e de fixação das populações de forma equilibrada e dispersa, combatendo a tendência actual de migração em direcção aos principais centros urbanos do país. Será então, necessário investir cerca de 13,940 milhões de escudos cabo-verdianos nas ilhas com densidade populacional baixa e que têm melhores características para a concentração turística (DGDT; 2004).

Ao nível da cultura, o plano espera que o turismo tenha como desígnio contribuir para a preservação intransigente da identidade cultural de toda a população, evitando que nos circuitos turísticos entre a comercialização de aspectos culturais desvirtuados. Apoiar iniciativas de promoção interna da cultura, de modo a que haja um vínculo mais forte entre as manifestações culturais e o turismo interno, a música cabo-verdiana seria um dos pilares da promoção turística internacional.

Ao nível da economia um dos principais objectivos almejados pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico é o aumento da competitividade (espera-se um grande esforço da participação privada nacional contribuindo

¹⁷⁴Actualmente existem as seguintes possibilidades de formação na área turística no país: curso de gestão hoteleira e turismo na Universidade Jean Piaget; curso superior na área do turismo no Instituto Superior Isidoro da Graça; curso de bacharelato em turismo fruto da parceria entre o Instituto Politécnico de Coimbra e a DGDT; curso de formação profissional na área do turismo desenvolvido pela DGDT, o IEFP e a GTZ. Projectos futuros são a construção da Escola Hoteleira de São Martinho e o Hotel Escola do Sal, no hotel Atlântico (uma parceria entre o Instituto Politécnico de Tomar e investidores cabo-verdianos. No exterior do país existem estudantes em Portugal, Brasil e Canárias. No entanto, segundo o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), *“Pese embora as Grandes Opções do Plano contemplem o turismo como um dos sectores estratégicos de desenvolvimento do país, não tem havido uma correspondência em termos de formação, visto que ainda há pouco investimento nesta área”* (IEFF; 2002: 6).

para aumentar os operadores no sector, diversificando a oferta e criando uma maior concorrência na base da qualidade/preço); prevê-se, ainda, o aumento da capacidade instalada; a redução dos preços e o aumento das entradas de turistas. O plano prevê que, globalmente Cabo Verde, como destino turístico, tenderá a embaratecer progressivamente, sem perda de qualidade, o que o colocará numa posição manifestamente mais competitiva. Outros dos objectivos económicos é a redução da taxa de desemprego, que actualmente é de 17%, para a ordem dos 11% em 2015, fruto da dinamização do desenvolvimento turístico, sem que isso provoque o encarecimento da mão-de-obra e, consequentemente, o aumento do nível geral de preços. Pretende-se ainda atingir uma simetria económica entre as ilhas: ambiciona-se que o desenvolvimento turístico proporcione rendimentos às populações de todas as ilhas e possibilite uma melhor redistribuição de rendimentos na sociedade, para isso, todas as ilhas serão incluídas nos circuitos turísticos e beneficiadas no processo de infra-estruturação turística. Prevê-se também o aumento de receitas públicas: estima-se que o saldo custos/benefícios dos investimentos turísticos seja positivo. Nesta medida, o Estado conta receber cerca de 31,986 milhões de CVE (aproximadamente 290,25 milhões de euros) de impostos directos e indirectos do sector. Finalmente, a melhoria do saldo da Balança de Pagamentos, “[...] *um dos princípios basilares sobre os quais o desenvolvimento do turismo cabo-verdiano vai se estribar é a obrigatoriedade da sua contribuição para a melhoria do saldo da balança de pagamentos*” (DGDT; 2004: 135).

Até 2015 estima-se que o turismo traga para Cabo Verde mais de 240 mil milhões de CVE (aproximadamente 2,18 mil milhões de euros) em divisas (id.; 2004).

Quadro 16 – Impactes do turismo

	Impactes potenciais positivos	Impactes potenciais negativos
Economia	Receitas, empregos, nível de vida da população local, investimento.	Inflação local, especulação imobiliária, concentração dos investimentos e perda de investimentos alternativos, custos em termos de infra-estruturas necessárias.
Turismo e comércio	Reconhecimento da região, novas infra-estruturas, acessibilidade maior.	Preços mais elevados e reputação junto ao comércio, desenvolvimento descontrolado do comércio local.
Sociedade e cultura	Maior empenho dos residentes na promoção dos eventos locais reforço dos valores e tradições locais.	Comercialização sazonal de actividades privadas, alteração dos costumes em função do turismo, custos sociais (prostituição, abuso de drogas e álcool).
Psicologia	Orgulho quanto aos costumes locais, reconhecimento da riqueza da troca com o outro.	Atitudes defensivas face a outras culturas, hostilidades por dificuldades de comunicação.
Política e administração	Reconhecimento internacional, desenvolvimento local integrado.	Mau planeamento, segregação socioespacial.
Meio ambiente	Novas infra-estruturas, conservação de algumas áreas, estratégias de gestão sustentável.	Degradação ambiental, poluição, alteração de hábitos alimentares, produção excessiva e sazonal de resíduos sólidos.

FONTE: (MILANI; 2000)

Constatamos que os impactes positivos ou negativos são sentidos nos diferentes domínios ambientais, sociais, económicos, culturais, psicológicos, entre outros, como podemos constatar no quadro 16, pelo que a planificação turística e a sua clara utilização deve ser implementada com o objectivo do desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza.

6.9. Reflexão em torno da definição de estratégias para intensificação dos benefícios económicos do turismo no desenvolvimento local em Cabo Verde

Apresentamos um quadro com algumas das ideias principais abordadas no *survey* teórico e verificaremos a sua aplicabilidade ao caso cabo-verdiano, tendo em vista uma estratégia para a intensificação dos benefícios económicos do turismo no desenvolvimento local em Cabo Verde (ver Quadro 17).

Quadro 17 – Estratégias para intensificação dos benefícios económicos do turismo no desenvolvimento local em Cabo Verde

<p>Crescimento e selecção: atraindo mais o melhor segmento de mercado. Em Cabo Verde, o sector turístico é fortemente dependente do mercado internacional, o mercado interno não é ainda importante. Cabo Verde é essencialmente um destino receptor do turismo internacional. No período analisado, mais de 82% dos hóspedes que visitaram as ilhas são residentes no estrangeiro. O mercado europeu, sobretudo italiano, português, alemão e francês representam mais de 80% da emissão de hóspedes para as ilhas. Começa a haver turistas predispostos a visitar os mercados locais e interessados pela natureza, pela cultura e pela vida quotidiana dos habitantes mais pobres, mas predomina o turismo de sol e mar.</p>
<p>Aumento da duração de estada e da despesa dos turistas. A necessidade de diversificação e enriquecimento do produto turístico e o desenvolvimento de atracções e actividades turísticas são questões pertinentes que começam a ser encaradas em Cabo Verde. O turismo no espaço rural e o turismo de retorno às raízes por parte dos emigrantes são potencialidades ainda por explorar que podem ter impactes no rendimento dos pobres.</p>
<p>Desenvolvimento de produtos complementares. Uma grande parte do artesanato que o turista, neste momento, encontra em Cabo Verde é artesanato proveniente da costa ocidental africana. O espaço para o artesanato nacional existe e começa agora, aos poucos, a ser ocupado. Existem outros produtos complementares que os pobres podem desenvolver com relativa facilidade, nomeadamente, excursões de interesse histórico, cursos de dança cabo-verdiana, culinária, língua, tranças de cabelo, visitas a <i>ateliers</i> de artesanato.</p>
<p>Alargar os benefícios do turismo geograficamente O destino Cabo Verde é rico em termos de diversidade geográfica. Encontramos ilhas planas, montanhosas e com ambas as características, praias, montanhas, vulcões, locais históricos, zonas de reservas naturais. O desenvolvimento do turismo no espaço rural cabo-verdiano pode melhorar de maneira significativa o rendimento das comunidades locais pobres. Actualmente, verificamos uma concentração turística, sobretudo, na ilha do Sal, o que reduz de forma importante os benefícios do turismo no todo nacional. Urge fazer os turistas circularem pelas ilhas, que são todas diferentes e com encantos próprios.</p>
<p>Infra-estruturas e planeamento dos ganhos. O turismo pode contribuir para o desenvolvimento sócio-económico geral e incitar à criação de numerosas infra-estruturas: estradas, telefone, electricidade, distribuição e tratamento de águas, sistema de eliminação de resíduos, sistemas de reciclagem, sistema de tratamento de águas usadas, pois estas são condições implícitas à sua existência. Para que os benefícios do turismo cheguem ao mundo rural cabo-verdiano, o espaço por excelência dos pobres do país, urge orientar a planificação turística de modo a encorajar o desenvolvimento económico local.</p>
<p>Gestão do turismo local e parcerias. Verificamos que em Cabo Verde, em média, trabalham nos estabelecimentos hoteleiros mais 24% de mulheres do que homens. Este é um indicador positivo, mas é necessário cada vez mais implicar as comunidades locais nas discussões e nas decisões sobre o desenvolvimento turístico e otimizar os efeitos positivos para as comunidades locais. As Câmaras Municipais deveriam ser parceiros mais activos na planificação do turismo tendo em conta possíveis benefícios para as comunidades locais pobres.</p>
<p>O desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME). Em Cabo Verde verificamos, neste momento, que os hotéis tendem a concentrar praticamente todos os serviços, inibindo deste modo as iniciativas das comunidades locais e impossibilitando, assim, o aparecimento de PME que pudessem ocupar um lugar importante no sector da restauração, artesanato, transportes, excursões locais, serviços de guia, etc., criando consequentemente emprego e riqueza.</p>
<p>Reduzindo a sazonalidade do turismo. A sazonalidade, isto é, o facto das chegadas de turistas serem concentradas sobre períodos bem precisos é uma realidade observada no turismo cabo-verdiano e explica em parte a proliferação de empregos sazonais e ocasionais mal pagos e precários. Muitas estratégias podem ser utilizadas para prolongar a estação turística: organização de festivais, preparação de produtos de interesse particular, acolhimento de seminários e convenções, uma política de preços atractiva, dispositivos permanentes de acolhimento de pessoas mais disponíveis a viajar em época baixa.</p>

Como vimos no quadro acima, existe espaço para a implementação de estratégias para intensificação dos benefícios económicos do turismo e no desenvolvimento local em Cabo Verde, uma vez que existem potencialidades turísticas e há mercados. Tudo indicia que estas potencialidades poderiam ser assumidas pelo Estado, pelas Câmaras Municipais, pelas parcerias público/privado, pelas micro, pequenas e médias empresas e, claro, pelo envolvimento dos próprios pobres e, ainda de organizações da sociedade civil vocacionadas.

Entendemos que a participação dos pobres no processo de desenvolvimento turístico constitui uma outra via para o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde. Com efeito, condições internas potenciam uma aposta no turismo rural, no turismo ecológico e no turismo de retorno às raízes, isto é, na atracção dos emigrantes e seus filhos. Para além do mais, existem condições externas, nomeadamente ao nível da Organização Mundial do Turismo, para que se crie um código ético do turismo aplicado a Cabo Verde. Tal desiderato passa pela colocação na agenda política nacional, de uma estratégia de turismo sustentável e, ainda, pelo aproveitamento dos recursos disponibilizados pela iniciativa Turismo Sustentável – Eliminação da pobreza (ST-EP) e pela implementação da conta satélite do turismo¹⁷⁵. A nível da CNUCED existe a E-Tourism, iniciativa desenhada para dar aos PED a possibilidade de promoverem o seu turismo online. As autoridades cabo-verdianas do turismo, as universidades podem ser parceiros da CNUCED nesta iniciativa. Finalmente Cabo Verde poderia verificar os bons exemplos que têm constituído sucesso neste domínio noutros países¹⁷⁶.

Tudo leva a crer que uma estratégia de intensificação dos benefícios económicos do turismo no desenvolvimento local em Cabo Verde, deva passar pela necessidade de endogeneizar o turismo e envolver os nacionais e os pobres no processo de desenvolvimento turístico por via da motivação, incenti-

¹⁷⁵ A Conta Satélite do Turismo é um conjunto de procedimentos que serve de guia aos países para a compilação de informação económica relativa ao turismo elaborado pela Organização Mundial do Turismo.

¹⁷⁶ Existem exemplos e boas práticas em países como o Senegal, a Namíbia, a África do Sul e o Brasil de utilização do turismo como instrumento de redução da pobreza nas comunidades locais pobres.

vo e capacitação dos mesmos. De facto, os empresários cabo-verdianos podem investir em estabelecimentos hoteleiros mais pequenos, procurando diferenciar o produto pela oferta aos turistas de oportunidades de conhecerem os costumes e tradições locais. A intervenção dos empresários nacionais pode situar-se quer a montante quer a jusante da actividade turística, pois é preciso fornecer uma vasta gama de produtos e serviços aos turistas. Entendemos que as oportunidades destes empresários se estendem à restauração, ao artesanato, à animação turística, aos transportes, à distribuição e à sinalização dos circuitos turísticos. Os pobres podem participar também na produção de produtos (pesca, agricultura) e na preservação ambiental, desde que incentivados e capacitados.

6.10. Turismo e Desenvolvimento: Benefícios económicos e impacte sobre a pobreza

Chegados a este ponto da nossa investigação importa uma vez mais recordar que a problemática da nossa investigação é perceber se o turismo é e tem sido utilizado como um instrumento de combate à pobreza em Cabo Verde, sobretudo a partir da década de 90 e até ao abrir do novo milénio. É esta a questão que nos tem norteado durante todo o trabalho desenvolvido.

Relativamente à participação dos empresários nacionais no desenvolvimento turístico cabo-verdiano, as conclusões do plano estratégico de desenvolvimento turístico são taxativas e dizem que:

“A maior parte dos investimentos realizados nos últimos dez anos no sector do turismo foram promovidos por estrangeiros. A iniciativa nacional isolada ou em parceria com investidores externos é fraca. Por outro lado há investimentos que, pela sua pequenez e natureza, há pouca conveniência para o país em atribui-los estatuto de investimento externo, tanto mais que estão perfeitamente ao alcance de muitos nacionais, os quais precisam de oportunidades de auto emprego” (DGDT; 2004: 69).

Por outro lado, se atendermos à avaliação da Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico (DGDT) percebemos o quanto falta fazer para aumentar os benefícios do turismo, na perspectiva das suas repercussões no tecido empresarial nacional e nas comunidades locais,

“Os benefícios directos para os nacionais em comparação com o total dos lucros gerados pelos negócios turísticos estão abaixo das expectativas. Não é nem económica, nem socialmente aconselhável que um sector considerado estratégico, e que se estriba fundamentalmente em iniciativas privadas, a participação do empresariado nacional seja pequena. O aumento do peso da participação do capital privado nacional deve constituir uma preocupação nacional. Esta situação é tanto mais inaceitável quanto maior for a percentagem do financiamento alheio na montagem financeira dos investimentos externos” (id. ; ibid).

De facto, tudo indica que na ausência de políticas que descriminem positivamente os investimentos nacionais (sujeitos a maiores taxas de juros), e num contexto em que os investimentos directos estrangeiros beneficiam de incentivos e isenções, não é de esperar a participação dos nacionais no processo de desenvolvimento do sector. Daí que os grandes beneficiários dos negócios turísticos sejam quase exclusivamente estrangeiros, em detrimento das comunidades locais.

Recordamos que entre 1975 e 1990, o turismo teve um papel diminuto no desenvolvimento de Cabo Verde, já que o sector não fazia parte das prioridades da estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde.

Observámos anteriormente, no capítulo 4, que só na década de 1990, no contexto da liberalização, se desenvolveu em Cabo Verde uma política de atracção de investimento estrangeiro fortemente direccionada para o sector turístico. Saliente-se que nesse período os programas dos sucessivos Governos manifestaram preocupações com o combate à pobreza, no entanto, apesar destas intenções a situação hoje continua a ser crítica e frágil. Do nosso ponto de vista urge claramente articular as duas estratégias consideradas prioritárias para o desenvolvimento de Cabo Verde: turismo e combate à pobreza.

O turismo ainda não é utilizado como um instrumento de combate à pobreza. Para tal é necessário que o desenvolvimento do sector crie postos de trabalho permanente e permita, deste modo, o combate à pobreza, sobretudo nas zonas rurais, as mais pobres.

Esta constatação não significa que os pobres cabo-verdianos não beneficiem do turismo em termos indirectos, uma vez que esses benefícios podem

ocorrer por via das políticas de construção de infra-estruturas (educação, saúde, habitação, saneamento básico, etc.) provenientes das receitas turísticas.

No entanto, a ausência de articulação ou de “*djunta-mô*”¹⁷⁷ entre o sector turístico, o sector que mais cresce e atrai maior investimento directo estrangeiro actualmente e as políticas de combate à pobreza é, neste momento, um facto inegável e de consequências ainda não contabilizadas.

Síntese do capítulo 6

A contribuição do sector do turismo na formação da riqueza criada em Cabo Verde tem evoluído de forma a comprovar a sua importância como opção estratégica para o desenvolvimento mais vincadamente a partir de 1999, quando o saldo do sector turístico na balança de pagamentos passou a ser positivo. No entanto, encontra-se, ainda, por estabelecer uma estratégia de turismo em prol dos pobres.

Pela forma como a oferta turística se encontra organizada em Cabo Verde conclui-se que o seu impacto na redução da pobreza em todo o território nacional é limitado.

É assim que a oferta e a procura turística cabo-verdiana estão actualmente concentradas, essencialmente, na ilha do Sal. O tipo de turismo que se pratica na ilha é essencialmente a monocultura de sol e mar, localizada na praia de Santa Maria e caracterizada pelo “pacote turístico” pago fora de Cabo Verde, o que conduz a importação de quase todos os produtos que estão à venda nos hotéis. Tudo isto com o aproveitamento dos incentivos e isenções que o Estado concede.

A concentração da procura turística na ilha do Sal é uma realidade verificada quer na análise do turismo receptor, quer do turismo interno. Mas esta concentração é menor em relação ao turismo interno embora seja significativa. A ilha do Sal concentra a maior parte dos hóspedes de diferentes nacionalidades que visitam o arquipélago.

¹⁷⁷ “*Djunta-mô*” expressão em crioulo cabo-verdiano que quer dizer juntar as mãos ou andar de mãos juntas em ajuda mútua.

Em 2003, ainda que os privados nacionais tenham uma participação maioritária em 75% dos 105 estabelecimentos hoteleiros, trata-se de estabelecimentos de menor dimensão, dado que os de maior dimensão (medido pelo número de camas) pertencem aos interesses privados estrangeiros. Saliente-se que os investimentos estrangeiros no domínio da construção de estabelecimentos hoteleiros se direccionam quase em dois terços para duas ilhas: Sal e Boavista.

Como ficou demonstrado os hotéis que se vêm construindo são de maiores dimensões, dispendo, portanto, de um maior número de camas. Tem havido uma maior concentração de quase todos os tipos de serviços nos mesmos, o que inibe a criação de actividades conexas com o sector turístico, como restaurantes, bares, lavandarias, cafés, cervejarias, etc., pelas comunidades locais.

Pela ausência de dados sobre turistas, trabalhamos com dados sobre hóspedes. Os dados de entradas de hóspedes encontram-se sobreavaliados em relação ao número de turistas, pelo que constitui uma limitação na análise rigorosa dos conceitos, nomeadamente, de turismo doméstico, turismo receptor e turismo interior aplicado ao caso de Cabo Verde.

Cabo Verde é um país essencialmente receptor de turistas estrangeiros, apesar de não existirem estatísticas relativas ao turismo emissor cabo-verdiano. O principal mercado emissor de turistas para as ilhas é o europeu, concentrando mais de 80% das emissões, sendo os principais turistas os nacionais originários, por ordem decrescente, de Itália, Portugal, Alemanha e França. Os italianos com 6,3 dias de estada médios são os hóspedes que mais dias permaneceram em Cabo Verde em 2003.

As entradas e dormidas de hóspedes registam um maior número nos hotéis em detrimento dos outros estabelecimentos hoteleiros.

Cabo Verde, enquanto destino turístico, apresenta características de sazonalidade, com picos nas férias da Páscoa, férias do Verão e na quadra natalícia.

De facto, as estratégias cabo-verdianas de desenvolvimento do turismo passam pelo aproveitamento das potencialidades das ilhas, que estão estreii-

tamente ligadas às boas condições geográficas, humanas e ambientais do arquipélago, pela conjugação de políticas postas ao serviço do desenvolvimento do turismo, nomeadamente as políticas de transportes, saúde, saneamento, infraestrutural, ordenamento do território, ambiental, cultural, social, marketing, entre outras e por último pela inclusão das comunidades locais.

Nos últimos dez anos a maior parte dos investimentos efectuados no sector foram impulsionados pelo investimento directo estrangeiro, em alguns casos em concorrência directa e ocupando espaços dos nacionais. O facto de não haver políticas com discriminação positiva para os nacionais, quando sabemos que os investimentos directos estrangeiros são suportados por incentivos e isenções, leva-nos a concluir que os grandes beneficiários dos negócios turísticos são quase exclusivamente estrangeiros em detrimento das comunidades locais pobres.

Da análise efectuada aos dados concluímos que não existe em Cabo Verde uma política assumida de desenvolvimento do turismo em prol dos pobres, pelo que o impacto do desenvolvimento do turismo na redução da pobreza se encontra limitado.

Com efeito existe espaço para que o processo de desenvolvimento turístico não utilize só os recursos naturais, pois existem outras vias, como o turismo ecológico, o turismo rural, turismo cultural e o turismo direccionado para os filhos dos emigrantes cabo-verdianos da imensa diáspora.

Entendemos que urge implementar acções no sentido da diversificação quer dos mercados emissores quer do produto turístico cabo-verdiano e da não saturação da ilha do Sal. Para isso, é preciso assegurar a passagem dos turistas por outras ilhas numa lógica de incentivar a complementaridade entre elas.

Finalmente, da análise da literatura consultada se deduz que uma estratégia de intensificação dos benefícios económicos do turismo no desenvolvimento local em Cabo Verde, deva passar pela necessidade de endogeneização do turismo e envolvimento dos nacionais e dos pobres no processo de desenvolvimento turístico por via da motivação, do incentivo e da capacitação dos mesmos.

CONCLUSÃO

Concluindo o trabalho desenvolvido, gostaríamos de referir que, apesar das limitações e dificuldades surgidas durante o período em que esta investigação foi feita, a sua realização deu-nos muito prazer, porque o tema é de facto bastante actual e revelou-se desafiador.

Analisámos o sector turístico enquanto agente de desenvolvimento. A nossa hipótese de partida consistiu em verificar se o sector turístico é um instrumento de combate à pobreza. Uma vez feito o enquadramento teórico e o levantamento da literatura relevante procedemos a um estudo de caso aplicado às ilhas de Cabo Verde.

A pergunta de partida: “O turismo é um instrumento de combate à pobreza em Cabo Verde?” teve como resposta: **não, visto que encontramos uma ausência de articulação explícita entre o sector turístico, um dos sectores que mais cresce e atrai maior investimento directo estrangeiro actualmente e as estratégias de combate à pobreza adoptadas.**

Contudo, apesar de, não termos encontrado evidências de uma relação explícita entre as políticas do turismo e as políticas de combate à pobreza, encontramos indícios de que ao contribuir para o crescimento económico, aquele contribui para a redução desta. Os grandes beneficiários do turismo têm sido as empresas estrangeiras que apostam na monocultura de sol e mar.

Ficou demonstrado ao longo deste trabalho a possível articulação entre o turismo e o desenvolvimento, sobretudo nos países em desenvolvimento, grupo onde Cabo Verde se insere. Tratando-se de um país insular concluímos que se impõe uma abordagem à especificidade do turismo nas regiões insulares. Recordamos, aqui uma vez mais, as palavras do secretário-geral da OMT,

“[...] pela sua vulnerabilidade, as pequenas ilhas – sobretudo quando estão em desenvolvimento – são mais sensíveis que outros destinos ao excesso de turismo [...] o turismo pode ser uma opção viável para as pequenas ilhas, porém na base firme dos princípios do desenvolvimento sustentável e sobretudo, se contar com o apoio económico e técnico dos organismos internacionais” (OMT; 1998: 1).

Ao longo deste trabalho analisamos as estratégias que podem ser implementadas para a intensificação dos benefícios do turismo nas comunidades locais, isto é, ficou demonstrado a possibilidade do papel do turismo como agente de desenvolvimento. Consideramos ser desejável que estratégias nesse sentido sejam implementadas com o envolvimento dos pobres em Cabo Verde.

Como já tivemos ocasião de destacar, as orientações políticas, voltadas para o exterior, abriram o caminho para o surgimento do turismo como sector que pretende contribuir quer para a viabilização do conjunto da economia nacional quer para a melhoria do nível e da qualidade de vida da população. É assim que o novo contexto de abertura, aliado à necessidade de atrair investimento externo e aproveitar as potencialidades, fez com que o sector turístico cabo-verdiano se assumisse num lugar de destaque, prosseguindo os seguintes objectivos: assegurar o equilíbrio das relações económicas externas; gerar meios para financiar o desenvolvimento; elevar o nível de emprego e de qualificação da força de trabalho nacional; valorizar adequadamente as condições naturais e a cultura cabo-verdiana e contribuir para o desenvolvimento regional e local do país.

O estudo de caso que apresentámos permitiu-nos conhecer a situação de pobreza em que se encontra Cabo Verde e obriga-nos a questionar o modelo de desenvolvimento adoptado. Não é demais recordarmos uma das conclusões do Relatório Nacional de Desenvolvimento de 2004,

“l'accroissement de l'incidence de la pauvreté et des inégalités dans un contexte de forte croissance économique et de l'amélioration de l'offre des services sociaux de base met le doigt sur la faiblesse des politiques pro pauvres mises en œuvre au Cap Vert” (PNUD; 2004a: 34).

Os dados disponíveis mostram que o sector turístico cabo-verdiano permitiu alterar o panorama económico das ilhas do Sal e da Boavista. De facto o sector turístico cabo-verdiano concentra 62% da mão-de-obra nessas duas ilhas, demograficamente pouco representativas da população total cabo-verdiana. Esta condicionante tem o efeito de limitar o impacte do turismo na redução da pobreza em Cabo Verde. A análise dos factos leva a crer a existên-

cia de ilhas turísticas e ilhas não turísticas no arquipélago, não obstante as imensas potencialidades das diversas ilhas.

Do sector turístico enquanto agente de desenvolvimento pretende-se que tenha um efeito multiplicador, ou seja, que se integre na economia local e crie ligações sólidas com outros sectores de actividade como a agricultura, a pesca, o sector manufactureiro, a indústria da construção e o artesanato. No caso em estudo observámos que estas ligações são raras na medida em que os agentes turísticos, sobretudo, os hoteleiros importam uma proporção elevada de bens e serviços utilizados no turismo.

A análise dos factos leva a crer que não se cumpriram as expectativas que se tinham do turismo como motor de desenvolvimento económico, tem predominado uma gestão baseada nos interesses económicos dos investidores estrangeiros, em detrimento dos investidores nacionais e sem considerar prioritária a gestão dos impactes negativos no meio ambiente e ao nível sócio-cultural. É assim que relembramos a avaliação da Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico de Cabo Verde,

“Os benefícios directos para os nacionais em comparação com o total dos lucros gerados pelos negócios turísticos estão abaixo das expectativas. Não é nem económica, nem socialmente aconselhável que um sector considerado estratégico, e que se estriba fundamentalmente em iniciativas privadas, a participação do empresariado nacional seja pequena” (DGDT; 2004: 69).

Entendemos como estratégias a desenvolver: turismo voltado para os pobres; turismo de retorno às raízes, dos emigrantes; turismo rural com o envolvimento dos pobres; o turismo cultural; Ecoturismo e turismo de base comunitária para a intensificação dos benefícios do turismo no desenvolvimento local.

Um novo modelo de turismo é fundamental para colocar as populações locais no centro do planeamento, da implementação e monitorização da actividade turística.

Com efeito tendo em consideração o nosso objecto de estudo “turismo como agente de desenvolvimento em Cabo Verde”, podemos concluir que os objectivos traçados foram amplamente conseguidos já que a realização desta

investigação possibilitou: (1) reflectir sobre a problemática do turismo, do desenvolvimento e do combate à pobreza; (2) colher e aprofundar os conhecimentos no âmbito destas abordagens, através de uma análise documental adequada; (3) verificar a situação actual cabo-verdiana à luz do enquadramento teórico em referência; (4) diagnosticar o estado da pobreza e do turismo em Cabo Verde; (5) analisar as estratégias adoptadas no âmbito do turismo e do combate à pobreza; (5) reflectir sobre o desenvolvimento, o turismo e o combate à pobreza em Cabo Verde; (6) proceder a entrevistas junto a informadores privilegiados, visando completar a informação veiculada pelas fontes escritas; e (7) apresentar sugestões com vista a utilização do turismo como um instrumento de combate à pobreza em Cabo Verde.

Este trabalho possibilitou concluir, relativamente ao turismo como agente de desenvolvimento em Cabo Verde, que o modelo de turismo adoptado actualmente não se constitui como um instrumento de combate à pobreza, infirmando deste modo a pergunta de partida: “O turismo é um instrumento de combate à pobreza em Cabo Verde?”

De facto esta investigação constitui uma abordagem a um tema actual e que nos permitiu alcançar um melhor conhecimento e uma consciência mais apurada em relação à possibilidade do papel do turismo como agente de desenvolvimento, ainda que achemos que seria pertinente e vantajoso, desenvolver e aprofundar o turismo como agente de desenvolvimento em Cabo Verde com uma equipa interdisciplinar. Para terminar queremos dizer que um possível desenvolvimento da reflexão desta matéria deveria assentar em indicadores com possíveis impactes sobre a redução da pobreza. Esta dimensão deveria estar presente através de concessão de benefícios e incentivos fiscais, de crédito e de outra natureza. Na bibliografia consultada (referente a Cabo Verde) não foi encontrada resposta para as seguintes preocupações: como discriminar positivamente um projecto a ser implementado numa zona rural e ou numa ilha menos turística? Como financiar parcialmente um projecto turístico apresentado por mulheres e ou por jovens? Ou um projecto apresentado por um emigrante que quer regressar à terra natal? Ou um projecto que apresente um produto turístico inovador, fora dos actuais produtos ligados ao sol e ao mar?

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (2004), Cabo Verde – um caso insular nas relações Norte-Sul, in *Estratégia*, nº 20, 1º semestre, Lisboa, IEEI (Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais), Principia.
- ALMEIDA, Germano (2003), *Cabo Verde – viagem pela história das ilhas*, Lisboa, Caminho.
- AMARO, Rogério Roque (2004), *Desenvolvimento: Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*, Lisboa.
- ANDRADE, Elisa Silva (1996), *As ilhas de Cabo Verde da “descoberta” à independência nacional (1460-1975)*, Paris, Edição L’Harmattan.
- BAIROCH, Paul (2001), *Mitos e Paradoxos da História Económica*, Lisboa, 1º Ed. Terra Mar.
- BAPTISTA, Mário (2003), *Turismo Gestão Estratégica*, Lisboa, Verbo.
- BASTOS, Amélia (1998), “Desenvolvimento e pobreza” in *Cadernos de Economia*, Jan./Mar, nº 42, Ano XI, pp. 76-81, Lisboa, ISEG.
- BCV (BANCO DE CABO VERDE) (2000), *Relatório do Conselho de Administração, Relatório e Contas, Gerência 1999*, Praia
- BCV (BANCO DE CABO VERDE) (2001), *Relatório do Conselho de Administração, Relatório e Contas, Gerência 2000*, Praia.
- BCV (BANCO DE CABO VERDE) (2001a), *Boletim de estatísticas 1990-2000*, Praia
- BCV (BANCO DE CABO VERDE) (2002), *Relatório do Conselho de Administração, Relatório e Contas, Gerência 2001*, Praia.
- BCV (BANCO DE CABO VERDE) (2003), *Relatório do Conselho de Administração, Relatório e Contas, Gerência 2002*, Praia.
- BCV (BANCO DE CABO VERDE) (2004), *Relatório do Conselho de Administração, Relatório e Contas, Gerência 2003*, Praia.
- BCV (BANCO DE CABO VERDE) (2005), *Indicadores económicos & financeiros*, Praia.
- BM (BANCO MUNDIAL) (2000), “Luta Contra a Pobreza”, in *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001*,

- BM (BANCO MUNDIAL) (2004), “African Development Indicators”, in *World Bank, Africa Database*, Washington, D.C.
- BRIASSOULIS, Helen (2002), “Sustainable tourism and the question of the commons”, in *Annals of Tourism Research*, Vol.29, Nº 4, pp.1065-1085.
- BURNS, Peter M. (2004), “Tourism planning – a third way?”, in *Annals of Tourism Research*, Vol. 31, Nº1, pp. 24-43.
- CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro (1998), *Metodologia da investigação: Guia para auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta.
- CAVALLARO, Fausto e CIRAULO, Luigi (2002), “Economic and environmental sustainability: a dynamic approach in insular systems”, in *Nota di Lavoro*, 21, Fondazione Eni Enrico Mattei, NRM – Natural Resources Management, Website.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2003), *Orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu*, Bruxelas, 21 de Novembro, COM (2003) 716 final.
- COMITÉ NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS (2003), *Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos e a Cidadania em Cabo Verde. Num país em transformação, todos os direitos para todos*, Praia.
- CONSELHO de MINISTROS (2001a), *As grandes opções do plano – Uma agenda estratégica*, Praia.
- CONSELHO de MINISTROS (2001b), *Programa do Governo para a VI legislatura (2001-2005)*, Resolução nº 5-A/2001, Publicado no Boletim Oficial I Série nº 6, Praia, Website.
- CORAZZA, Gentil (1997), “Globalização: Realidade e Utopia” in *Análise Económica*, Ano 15, n.º25, pp. 16-27, Lisboa, ISEG.
- CORREIA, Isabel Cristina (2002), *Caracterização da procura turística dos Açores: uma abordagem do ponto de vista estatístico*, dissertação de Mestrado em Gestão da Informação nas Organizações, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.

- COSMELLI, José Manuel (1997), “Teoria da atractatividade turística”, in *Caderno do Centro e Departamento de Estudos Turísticos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, Lisboa.
- COSTA, Alfredo Bruto (1984), “Conceito de Pobreza” in *Estudos de Economia*, Vol. IV, nº3, Abr/Jun, Lisboa, ISEG.
- CUNHA, Licínio (1997), *Economia e política do turismo*, Lisboa, Editora McGRAW-HILL,
- CUNHA, Licínio (2001), *Introdução ao turismo*, Lisboa – São Paulo, Editorial Verbo.
- DANN, Graham M.S (2002), “Tourism and Development”, in DESAI, V; POTTER, R. B (Ed); *The Companion to Development Studies*, London: Arnold; and New York: Oxford University Press.
- DE KADT, Emmanuel (1979), *Tourisme-passeport pour le développement?*, Banco Mundial e Unesco.
- DEAN, Abraham (2002), “Tourism and Terrorism” in *International Journal of Hospitality Management*, nº 21, pp. 1-3.
- DFID (DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DO REINO UNIDO) (2000), *Eliminação da Pobreza no Mundo: fazer com que a globalização beneficie os pobres*, Londres.
- DGDT (DIRECÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO) (2004), *Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico*, Após validação, Praia.
- DOMINGUES, Celestino (1997), *Prontuário turístico*, Lisboa, Instituto Nacional de Formação Turística.
- ECO, Humberto (1991), *Como se faz uma tese*, 5ª Edição, Lisboa, Presença.
- EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) (1998), *Manual de Municipalização do Turismo*, 1º Edição.
- ESTÊVÃO, João (1999), “O Estado e o desenvolvimento económico: elementos para uma orientação da leitura”, in *Documento de Trabalho nº ??*, CEsa – Centro de Estudos sobre África e desenvolvimento, Lisboa, ISEG.
- ESTÊVÃO, João (2004), “O Desenvolvimento de Cabo Verde e o Modelo de Integração Económica Internacional” in AAVV, Cabo Verde – um caso

- insular nas relações Norte-Sul, in *Estratégia*, nº 20, 1º semestre, Lisboa, IEEI (Instituto de Estudos Estratégico Internacional), Principia.
- FERREIRA, Manuel Ennes, Almas, Rui (1996), *Comunidade Económica ou parceria para o desenvolvimento: o desafio do multilateralismo na CPLP*, Lisboa, ISEG.
- FERREIRA, Manuel Ennes; ANTUNES, Luís Salgueiro; BRANCO, Pedro (1986), *Desenvolvimento económico e formação de quadros em Cabo Verde*, Lisboa, ISEG.
- FERREIRA, Eduardo Sarmiento (1998), “Reflexão sobre o modelo de desenvolvimento cabo-verdiano”, in *Documento de Trabalho*, nº 52 CEsa, Lisboa, ISEG.
- FRANK, André Gunder (1969), *Do subdesenvolvimento capitalista*, Lisboa, Edições 70.
- GEROSA, Vittorio (2003), “Tourism: A viable option for pro-poor growth in Africa?” in *Pro-Poor Growth Strategies in Africa*, Economic Policy Research Center – Economic Commission for Africa, Expert Group Meeting Munyonyo Speke Resort Kampala, Uganda.
- GOELDNER, Charles; RITCHIE, Brent; McIntosh, Robert (2002), *Turismo – Princípios, Práticas e Filosofias*, São Paulo, 8ª Edição, Bookman.
- GOVERNMENT OF SOUTH AFRICA (DEPARTMENT OF ENVIRONMENTAL AFFAIRS AND TOURISM) (1996), *The Development and Promotion of Tourism in South Africa, White Paper*, Johannesburg.
- GOVERNO DE CABO VERDE (2005), “Luta contra a Pobreza: Um passo fundamental no desenvolvimento de Cabo Verde” in *Ilhas*, n.º2 – Março 2005, Propriedade: Gabinete de assessoria de Imprensa do Primeiro-Ministro.
- GRASSI, Marzia (2001), *Género, Empresariado e Desenvolvimento em Contextos Não Ocidentais: Rabidantes do Mercado Sucupira em Cabo Verde*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Economia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

- GRASSI, Marzia (2003), *Rabidantes – Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Imprensa de Ciências Sociais, Spleen Edições.
- HOLLAND, Jenny; BURIAN, Michael e DIXEY, Louise (2003), “Tourism in poor rural areas: Diversifying the product and expanding the benefits in rural Uganda and the Czech Republic”, in *Pro-Poor Tourism Working Paper* Nº 12, London.
- IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) (2002), *Inquérito às diferentes estruturas e modalidades de formação profissional 2000*, Praia.
- IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) (2003), *Observatório de Migrações e Emprego – 1º trimestre 2003*, Praia, Departamento do Emprego do IEFP.
- IFAD (2001), *The Rural Poverty Report 2001*, Oxford, Oxford University Press, New York.
- IGNARRA, Luiz Renato (2001), *Fundamentos do Turismo*, Brasil, Pioneira, Thomson Learning.
- INE (2003a), *Discurso do Presidente do INE – Resultados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares realizado entre Outubro 2001 e Outubro de 2002*, Praia.
- INE (2003b), *Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) – Resultados definitivos, Realizado entre Outubro de 2001 e Outubro de 2002*, Praia.
- INE (2004a), *Dados sobre a oferta turística cabo-verdiana de 1999 a 2003 – Ficheiro cedido pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde*, Praia.
- INE (2004b), *Dados sobre a procura turística cabo-verdiana de 2000 a 2002 – Ficheiro cedido pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde*.
- INE (2004c), *Conceitos*, Praia.
- INE (2004d), *O Perfil da pobreza em Cabo Verde*, Praia.
- JAFARI, J.; Graburn, Nelson H (1991), “Introduction: Tourism Social Science”, in *Annals of Tourism Research – A social Sciences Journal*, Volume 18, Number 1.

- JORNAL PÚBLICO, (25/05/2005), “*”Sentimento de urgência” ainda pode salvar cumprimento de metas para combater a pobreza no mundo*”, Lisboa, Ano XVI, Nº 5539.
- LIMA, Osvaldo Évora (1998), *O desafio da transição económica em Cabo Verde*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, ISEG.
- MACEDO, Núbia David (2003), *O turismo pode reduzir a pobreza?* Universidade de Brasília (UnB), Directora do Centro de Excelência em Turismo, Brasil.
- MFP (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO) (2001a), *As grandes opções do plano – Uma proposta para o futuro*, Praia.
- MFP (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO) (2001b), *Programa de acção nacional para o decénio 2001-2010*, Praia.
- MFP (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO) (2002a), *interim Poverty Reduction Strategy Paper – iPRSP*, Praia.
- MFP (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO) (2004a), *Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP)*, Praia.
- MFP (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO) (2004b), *Anexos – Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP)*, Praia.
- MFPDR (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL) (2002a), *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005 – Volume I*, Praia.
- MFPDR (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL) (2002b), *Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005 – Volume II*, Praia.
- MILANI, Carlos R. S.; DROULERS, Martine (2002), *Desenvolvimento Local e Turismo em Tarrafal (Cabo Verde) - Lições metodológicas a partir de uma experiência local*, UNESCO e Programa *Management of Social Transformations*, Praia.

- MINISTÉRIO DA ECONOMIA (2004), *Conclusões da II Conferência de Ministros de Turismo da CPLP*, Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, Lisboa.
- MINISTÉRIO DO TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (2002), *Dia mundial do turismo: mensagem do ministro*, Praia.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (2001), *Cooperação Portugal – Cabo Verde: programa indicativo de cooperação 2002-2004*, Lisboa.
- MURTEIRA, Mário (1983), *Lições de economia política do desenvolvimento*, Lisboa, Presença.
- MURTEIRA, Mário (1988), *Os estados de língua portuguesa na economia mundial: ideologias e práticas do desenvolvimento*, Lisboa, Presença.
- NAÇÕES UNIDAS (2001), “*Outcome of the high-level meeting on tourism and development in the least developed countries*”, A/Conf. 191/BP/4, 3ª Conferência das Nações Unidas para os Países Menos Avançados, Gran Canaria, Espanha.
- NDIAYE, Ousmane Masseck (2003), *NEPAD et le tourisme*, in Seminário da OMT : *Le tourisme, La paix et le développement durable pour l’Afrique*, p. 61-65, Luanda, Angola.
- OMT (1995), “*Carta del Turismo Sostenible*”, Conferencia Mundial de Turismo Sostenible, Lanzarote, Islas Canarias, Espanha.
- OMT (1998), *Informe Final*, Conferencia Internacional sobre El Turismo Sostenible en Pequeños Estados Insulares (PEI) y Otras Islas, Lanzarote, Espanha.
- OMT (2002a), *Le tourisme et la réduction de la pauvreté*, Madrid.
- OMT (2003a), *Le tourisme, La paix et le développement durable pour l’Afrique*, in Seminário da OMT, Luanda, Angola.
- OMT (2003b), *Afrique – Tendances des marchés touristique*, Ed. 2003, Madrid.
- OMT (2003c), *Turismo y lucha contra la pobreza: responder al reto de la sostenibilidad de Johannesburgo*.
- OMT (2003d), *Recomendaciones a los gobiernos para el apoyo y la creación de sistemas nacionales de certificación de sostenibilidad en turismo*, Madrid.

- OMT (2004a), *Le tourisme et la réduction de la pauvreté – Recommandations pour l’action*, Madrid.
- OMT (2004b), *Yearbook of Tourism Statistics – Date 1998-2002*, Edição 2004, Madrid.
- PNUD (2003), “*Documentos finais: Grupos de trabalho e conclusões*”, Fórum para a Construção de um Quadro de Consenso Nacional para a Transformação de Cabo Verde, Praia.
- PNUD (2004a), *Rapport National sur le Développement Humain Cap Vert – 2004*, Praia.
- PNUD (2004b), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004 – Liberdade cultural num mundo diversificado*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Lisboa, Editora Mensagem.
- PNUD/CEA (2002), “*Cabo Verde: Governação local na perspectiva de redução da pobreza*”, Relatório Nacional para o V Fórum sobre Governação em África, Maputo, Moçambique.
- PRENTICE, Richard e ANDERSEN, Vivien (2003), *Festival as creative destination*, in *Annals of Tourism Research*, Vol. 30, Nº1, pp. 7-30.
- PROENÇA, Carlos Sangreman (1998), “*A Política Económica e Social em Cabo Verde*”, in *Documento de Trabalho*, nº 50 CESA, Lisboa, ISEG.
- PROENÇA, Carlos Sangreman (2005), “*A exclusão social em Cabo Verde: Uma abordagem preliminar*”, CESA – Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Lisboa, ISEG.
- PROMEX (1996), *Sector: Turismo*, Praia.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1992), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Grávida.
- RCV (REPÚBLICA DE CABO VERDE) (1997), *Programa Nacional de Luta contra a Pobreza*, Praia.
- REIS, Vítor Vaia (2002), “*Cabo Verde – Estratégias de Desenvolvimento*”, in *Cadernos de Economia*, Jul/Set trimestral, ano xv, pp. 53-56, Lisboa, ISEG.

- ROE, Dilys; GOODWIN, Harold e ASHLEY, Caroline (2002), *The tourism industry and poverty reduction: A business primer*, in *Pro-poor tourism briefing n° 2*, London.
- RUKATO, Hesphina (2003), « *La grand – route du développement en Afrique: Le NEPAD et le tourisme* »; in Seminário da OMT, *Le tourisme, La paix et le développement durable pour l’Afrique*, p. 49-54, Luanda, Angola.
- SALVATI, Sérgio Salazar (2003), “Planejamento do Ecoturismo” in *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária – Ferramentas para um Planejamento Responsável*, Publicação do Programa de Turismo e Meio Ambiente, WWF – Brasil.
- SCHULTE, Silke (2003), “Guía conceptual y metodológica para el desarrollo y la planificación del sector turismo”, in *Serie Manuales n° 25*, Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social – ILPES, Santiago de Chile, CEPAL.
- SILVA, João Albino (1991), *O Turismo em Portugal*, Tese de doutoramento em Economia, Universidade Técnica de Lisboa, ISEG.
- STIGLITZ, Joseph E. (2002), *A globalização e os seus malefícios – A promessa não-cumprida de benefícios globais*, São Paulo, Editora Futura.
- TORRES, Adelino (1996), “Economia do desenvolvimento I e II – Problemas teóricos do crescimento e do desenvolvimento”, in *Texto de Apoio, n° 29 e 30*, Universidade Técnica de Lisboa, ISEG.
- TORRES, Adelino (2000), *Novos elementos do método no estudo*, 4ª Edição, Lisboa, Veja.
- TORRES, Adelino (2003), *Apontamentos das Aulas da Cadeira de Economia do Desenvolvimento*, Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, ISEG.
- UNDAF-Cap Vert (2002), “*Plan Cadre des Nations Unies Pour L’aide au Développement 2002-2005* », Praia.
- VELLAS, François (1988), «Le tourisme international et les petits pays insulaires», in AAVV, *L’Enjeu des petits économies insulaires*, Paris, Ed. Économica, pp. 257-271.

- VILLIERS (2002), “Aumentar los beneficios económicos del turismo para las comunidades locales”, in. *Seminário da OMT*, Letra, Jordânia.
- WEAVER, David Bruce (2001), “Ecoturism as mass tourism: Contradition or reality?” in *Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, Cornell University, pp. 104-112.
- WTTC (World Travel & Tourism Council) (2003), “Cape Verde. Travel & Tourism – A world of opportunity”, *The 2003 Travel & Tourism Economic Research*.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- CABO VERDE (1991), LEI Nº20/IV/91, de 30 de Dezembro, da Assembleia Nacional Popular, *Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde* nº 52 – 30 de Dezembro de 1991, “**Lei de Base do Turismo**”.
- CABO VERDE (1992a), LEI Nº 42/IV/92, de 6 de Abril, da Assembleia Nacional Popular, *Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde* nº 14 – 6 de Abril de 1992, **Lei da Utilidade Turística**.
- CABO VERDE (1992b), LEI Nº40/IV/92, de 6 de Abril, da Assembleia Nacional Popular, *Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde* Nº 14 – 6 de Abril de 1991, **Cria o Imposto de Turismo**.
- CABO VERDE (1993a), DECRETO-LEI Nº2/93, de 1 de Fevereiro, Governo, *Boletim Oficial da República de Cabo Verde* nº ?? – 1 de Fevereiro de 1993, Lei que declara como **Zonas Turísticas Especiais**, as áreas identificadas como possuidoras de especial aptidão para o turismo internacional, pelas potencialidades que apresente para o desenvolvimento turístico internacional de sol e mar, ou pelo seu valor ecológico, e estabelece as formas de apropriação de solos das mesmas áreas e as modalidades da sua cedência aos promotores turísticos.

CABO VERDE (1993b), LEI Nº 89/IV/93, de 13 de Dezembro de 1993, da Assembleia Nacional Popular, *Suplemento ao "Boletim Oficial" de Cabo Verde* Nº 27 – 13 de Julho de 1989, **Lei do Investimento Externo**.

CABO VERDE (1994a), Decreto-Lei nº 11/94, de 14 de Fevereiro, *Boletim Oficial* nº7/94, I Série: que cria o **Fundo do Desenvolvimento do Turismo**, o qual tem por objectivo contribuir para o fomento do sector turístico, através da concessão de subsídios, prestação de garantias às instituições de crédito e pagamento de bonificações de juros, podendo ainda passar a conceder crédito turístico a curto, médio e longo prazo.

CABO VERDE (1994b), DECRETO-REGULAMENTAR Nº 1/94, de 3 de Janeiro de 1994, Governo, *Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde* nº 27 – 13 de Julho de 1989, Regulamenta os processos de **autorização para a realização de investimentos externos** e para a organização dos respectivos registos.

Cabo Verde (1994c), Decreto-Regulamentar nº 3/94, de 7 de Fevereiro, *Boletim Oficial* nº6, I Série: Regula o exercício de actividade das **Agências de Viagens e Turismo**.

CABO VERDE (1997), DECRETO-LEI Nº47/97, de 14 de Julho, Governo, *I Série Boletim Oficial da República de Cabo Verde*, nº27 de 14 de Julho de 1997, **Regulamento do Imposto de Turismo**.

ALGUNS WEBSITE CONSULTADOS

NACIONAIS	INTERNACIONAIS
<p>www.asemana.cv www.bcv.cv www.cabonet.cv www.caboverde.com www.caboverde24.com www.caboverdepages.com www.gov.cv/minfin/ www.governo.cv www.guiadecaboverde.cv www.ic.cv www.iefp.cv www.ine.cv www.infopress.cv www.isecmar.cv www.minfin.cv www.nave.cv www.nosi.cv www.portaldecaboverde.com www.rcpd.cv www.visaonews.com</p>	<p>www.afdb.org www.africainformarket.org www.angolapress-angop.ao www.brundtlandnet.com www.ciret-tourism.com www.cplp.org www.developmentgoals.org www.dfid.gov.uk www.ecoturismolatino.com www.ecowas.int www.elsevier.com www.iaapa.org www.imf.org www.insula.org www.nepad.org www.observatorio-turismo.gov.pt www.oecd.org www.propoortourism.org.uk www.publituris.pt www.sagepub.com www.sciencedirect.com www.sidsnet.org www.st-ep.com www.un.org/millennium www.unctad.org www.unepie.org www.worldbank.org www.world-tourism.org www.wttc.org</p>

FONTES ORAIS

Doutor André Corsino Tolentino, Director do Serviço de Cooperação para o Desenvolvimento da Fundação Calouste Gulbenkian;

Dr. Alexandre Abade, Administrador Executivo do Holding Oásis Atlântico;

Dr. Felizardo Gonçalves, Ex-Director-geral do ICEP/Portugal, Investimento, Comércio e Turismo em Cabo Verde;

Dr. Francisco Lima Fortes, Consultor da NOSi (Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação);

Dr. João Manuel Chantre, Vice-Presidente Executivo do Conselho Directivo da Câmara Comércio e Indústria Portugal Cabo Verde;

Dr. José Augusto Cardoso, da Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico de Cabo Verde;

Dr. Manuel António Lobo, Presidente da Assembleia-geral da UNOTUR (União Nacional dos Operadores Turísticos);

Dra. Ana Maria Neto, Assessora para os assuntos económicos e empresariais da CPLP (comunidades dos Países de Língua Portuguesa);

Dra. Josefa Mascarenhas Monteiro, Técnica de Marketing dos TACV – Cabo Verde Airlines;

Dra. Manuela Viana, da Direcção Geral do Turismo de Portugal;

Dra. Teresa Seixas Nunes, Vogal do Conselho Directivo do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento).

Mestre Amílcar Rolando de Sousa Carmo

ANEXOS

Anexo 1 – Código Ético Mundial para o Turismo

O código ético mundial para o turismo foi aprovado em 1999, em Santiago do Chile, pela Assembleia-geral da Organização Mundial de Turismo (OMT).

O código ético para o turismo é um conjunto amplo de princípios cujo propósito é orientar os agentes interessados no desenvolvimento turístico: os governos centrais e locais, as comunidades locais, o sector turístico e seus profissionais e os visitantes, tanto internacionais como nacionais. Contudo, não é um documento juridicamente vinculativo, o seu artigo décimo estipula um mecanismo de aplicação, de carácter voluntário, mediante o reconhecimento do papel do Comité Mundial de Ética do Turismo, ao qual os interessados podem recorrer, com carácter voluntário, a respeito de qualquer litígio na aplicação e interpretação do código. De facto é considerado um avanço para o desenvolvimento responsável e sustentável do turismo.

Código Ético Mundial para o Turismo contém os seguintes artigos:

ARTIGO 1 – Contribuição do turismo para o entendimento e respeito mútuo entre homens e sociedades

ARTIGO 2 – O turismo, instrumento de desenvolvimento pessoal e colectivo

ARTIGO 3 – O turismo, factor de desenvolvimento sustentável

ARTIGO 4 – O turismo, factor de aproveitamento e enriquecimento do património cultural da humanidade

ARTIGO 5 – O turismo, actividade benéfica para os países e as comunidades de destino

ARTIGO 6 – Obrigações dos agentes do desenvolvimento turístico

ARTIGO 7 – Direito ao turismo

ARTIGO 8 – Liberdade de deslocamentos turísticos

ARTIGO 9 – Direitos dos trabalhadores e dos empresários do sector turístico

ARTIGO 10 – Aplicação dos princípios do código ético mundial para o turismo

O código pode ser consultado a partir do site da Organização Mundial do Turismo: http://www.world-tourism.org/code_ethics/esp.html

Anexo 2 – Principais Conceitos Relacionados com o Turismo

Turismo – actividades realizadas por indivíduos durante as suas viagens e estadas em lugares distintos da sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou outros motivos.

Existem três formas elementares de Turismo:

- 1) **Turismo doméstico ou interno** (*Domestic Tourism*) – inclui as actividades dos residentes de um determinado país que viajam unicamente no interior desse país, mas em lugares distintos do seu ambiente habitual.
- 2) **Turismo receptor** (*Inbound Tourism*) – inclui as actividades dos visitantes residentes no estrangeiro que viajam num outro país, fora do seu ambiente habitual.
- 3) **Turismo emissor** (*Outbound Tourism*) – inclui as actividades dos residentes de um determinado país noutros países, fora do seu ambiente habitual.

Estas três formas básicas podem combinar-se de várias maneiras, obtendo-se as seguintes categorias de Turismo:

- 1) **Turismo interior** (*Internal Tourism*) – Turismo realizado no interior de um país, por residentes e não residentes nesse país. Inclui o turismo interno e o turismo receptor.
- 2) **Turismo nacional** (*National Tourism*) – Turismo realizado apenas por residentes, dentro ou fora desse país. Inclui o turismo doméstico e o turismo emissor.
- 3) **Turismo internacional** (*International Tourism*) – Turismo realizado por residentes de outros países nesse país e de residentes desse país noutros países.

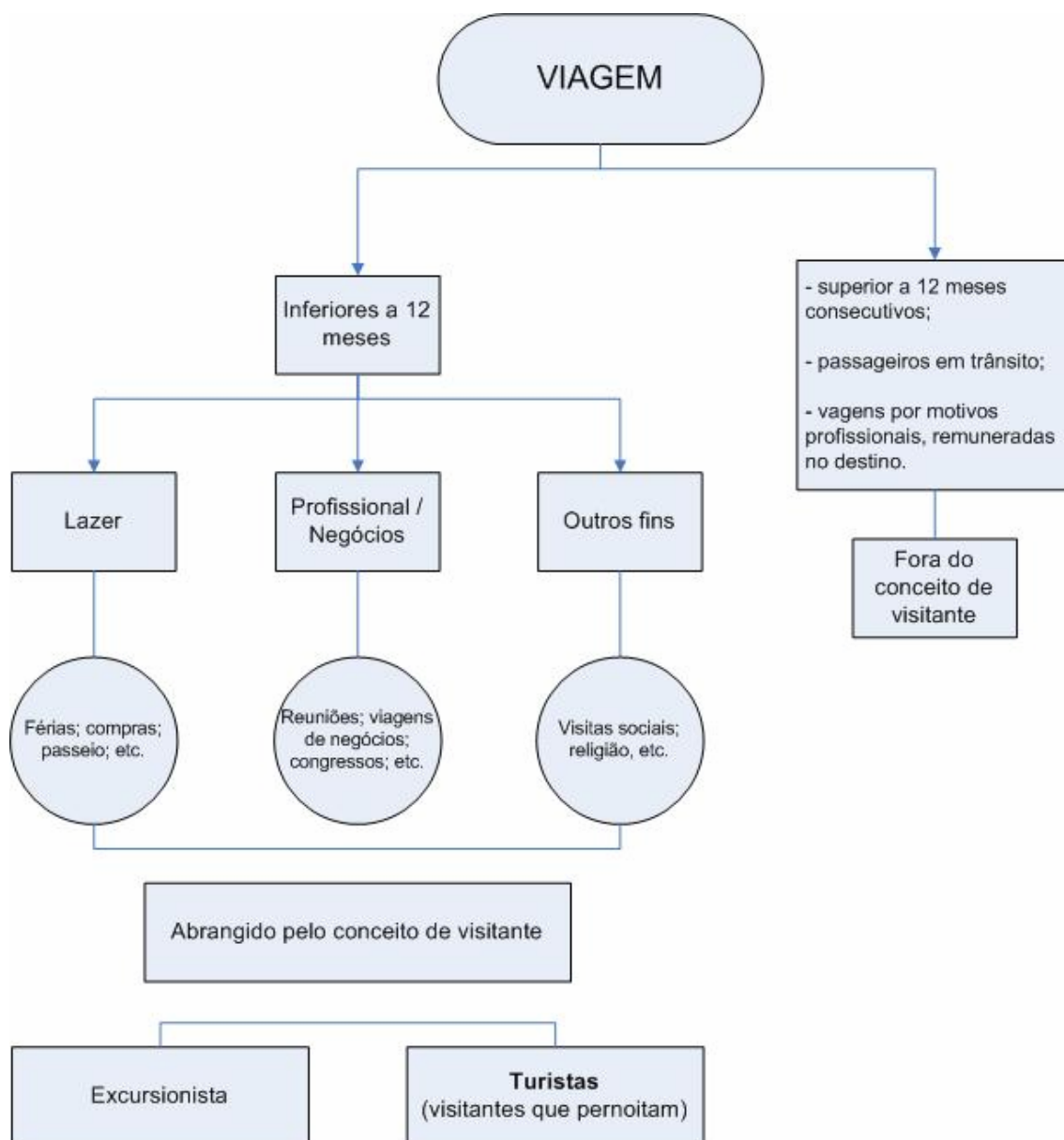
Visitante – indivíduo que se desloca a um local diferente da sua residência habitual, por uma duração inferior a 365 dias, desde que o motivo principal da viagem não seja o de exercer uma actividade remunerada no local visitado.

Assim, os três critérios fundamentais que distinguem os visitantes dos outros viajantes são:

- A deslocação deverá efectuar-se a um local distinto do seu **ambiente habitual** – o ambiente habitual de uma pessoa consiste na proximidade directa da sua residência e do seu local de trabalho ou estudo, bem como outros locais frequentemente visitados. O conceito de ambiente habitual está assim ligado a duas dimensões: frequência e distância;
- A estada no local visitado **não** deverá realizar-se por um período de tempo consecutivo **superior a um ano** – esta questão prende-se ao conceito de residente. Do ponto de vista das estatísticas do Turismo, um indivíduo é residente num país ou local se tiver vivido durante a maior parte do ano precedente (12 meses) nesse país ou local ou se, tendo vivido nesse país/local por um período mais curto, pretender regressar no prazo de doze meses, com a intenção de aí se instalar. Assim, uma pessoa que permaneça ou pretenda permanecer um ano ou mais numa determinada área é considerada um residente da mesma e, conseqüentemente, não será um visitante do ponto de vista das estatísticas do Turismo;
- O motivo principal da visita **não** será o de exercer uma **actividade remunerada no local visitado** – o termo remuneração refere-se a pagamentos que abranjam remuneração de trabalho, ou seja, salários e honorários (incluindo pagamentos em espécie) e não subsídios de deslocação ou pequenas participações nos custos. Estão assim excluídos os diplomatas, as representações consulares, os imigrantes (permanentes ou temporários), os membros das forças armadas a prestar serviço, etc.

O termo visitante engloba os turistas e os excursionistas. O **turista** é o visitante que pernoita, isto é, passa pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento colectivo ou em alojamento privado, no local (região, país) visitado. O esquema abaixo, ilustra estes conceitos:

Figura 1 – Conceito de Turista



Anexo 3 – Carta do Turismo Sustentável: Conclusões da Cimeira Mundial sobre Turismo Sustentável, Lanzarote, Espanha, 1995

1. O desenvolvimento do turismo deve basear-se em critérios de sustentabilidade, o que quer dizer que ele tem de ser suportável ecologicamente a longo prazo, assim como economicamente viável, e ética e socialmente justo para as comunidades locais. O desenvolvimento sustentável é um processo guiado visando uma gestão global dos recursos de forma a assegurar a sua viabilidade, viabilizando o nosso capital cultural e natural, incluindo as áreas protegidas a serem preservadas. Como um instrumento poderoso de desenvolvimento o turismo pode e deve participar activamente na estratégia de desenvolvimento sustentável. É requerido uma gestão sólida do turismo para que a sustentabilidade das fontes das quais ele depende sejam garantidas.

2. O turismo tem de contribuir para o desenvolvimento sustentável e a sua integração com o ambiente natural, cultural e humano; ele tem de respeitar o frágil equilíbrio que caracteriza muitos destinos turísticos em particular as ilhas e áreas sensíveis a nível ambiental. O turismo deve assegurar uma solução aceitável em relação à influência da actividade turística nos recursos naturais, biodiversidade e capacidade para acumulação de qualquer impacte ou resíduos produzido.

3. O turismo deve considerar os seus efeitos no património cultural e elementos tradicionais, actividades e dinâmicas de cada comunidade local. O reconhecimento das características destes locais e o apoio à identidade, cultura e interesse da comunidade local deve em qualquer altura ter o papel central na formulação das estratégias do turismo, particularmente nos países em desenvolvimento.

4. A contribuição activa do turismo para o desenvolvimento sustentável pressupõe necessariamente a solidariedade, respeito mútuo e participação de todos os actores, tanto públicos como privados, implicados no processo, e ter como base mecanismos eficientes de cooperação a todos os níveis: local, regional, nacional e internacional.

5. A conservação, protecção e a apreciação do valor do nosso património natural e cultural representa um âmbito privilegiado para a cooperação.

Esta abordagem implica que todos os responsáveis têm de assumir um verdadeiro desafio cultural, tecnológico e de inovação profissional e têm também de fazer um esforço acrescido para criar e desenvolver instrumentos de planificação e gestão integrados.

6. Os critérios de qualidade orientados para a preservação dos destinos turísticos e a capacidade de satisfação dos turistas, determinados em conjunto com as comunidades locais e baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável deveriam ser objectivos prioritários na formulação de estratégias e projectos turísticos.

7. Para participar no desenvolvimento sustentável, o turismo deve-se basear na diversidade de oportunidades oferecidas pelas comunidades locais, garantindo a sua plena integração e contribuindo positivamente no desenvolvimento económico local.

8. Todas as opções para o desenvolvimento sustentável do turismo devem servir para efectivamente melhorar a qualidade de vida das populações e incidir no enriquecimento socio-cultural de cada destino.

9. Os Governos e as autoridades competentes, com a participação das ONG e das comunidades locais, devem assumir acções orientadas para a planificação integrada do turismo como contribuição para o desenvolvimento sustentável.

10. Em reconhecimento da coesão económica e social entre os povos do mundo como um princípio fundamental do desenvolvimento sustentável, é urgente que se promovam medidas que permitam uma distribuição mais equitativa dos benefícios e das responsabilidades do turismo. Isto implica uma mudança dos padrões de consumo e a introdução de métodos para estabelecer o preço que permitam que os custos ambientais sejam internalizados. Os governos e as organizações multilaterais devem dar prioridade e reforçar as ajudas directas e indirectas aos projectos turísticos que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental. Assim, é necessário investigar em profundidade a aplicação de instrumentos económicos, jurídicos e fiscais internacionalmente harmonizados para assegurar o uso sustentável dos recursos turísticos.

11. Às zonas vulnerável quer do ponto de vista ambiental quer cultural, tanto as actuais como as futuras deve-lhes ser dada especial prioridade em matéria de ajuda financeira e cooperação técnica para o desenvolvimento turístico sustentável. Igualmente, deve ser dado tratamento especial às zonas que foram degradadas por modelos obsoletos e de alto impacte turístico.

12. A promoção de formas alternativas de turismo coerentes com os princípios do desenvolvimento sustentável, assim como o fomento da diversificação dos produtos turísticos, constituem uma garantia de estabilidade de médio e longo prazo. Para conseguir este fim, é necessário assegurar e reforçar de forma activa a cooperação regional, particularmente no caso das pequenas ilhas e áreas de maior fragilidade ecológica.

13. Os governos, a indústria turística e as ONG responsáveis pelo turismo, deveriam impulsionar e participar em redes abertas de investigação, disseminação de informação e transferência de conhecimentos em matéria de turismo e tecnologias turísticas ambientalmente sustentáveis.

14. A definição de uma política turística sustentável requer necessariamente o apoio e a promoção de sistemas de gestão compatíveis com o ambiente, estudos de viabilidade para a transformação do sector, assim como, a implementação de projectos de demonstração e o desenvolvimento de programas no âmbito da cooperação internacional.

15. A indústria turística em colaboração com organismos e ONG com actividades relacionadas com o turismo, deveriam programar trabalhos específicos para acções positivas e preventivas que garantam o desenvolvimento do turístico sustentável, e estabelecendo programas que apoiam a implementação de tais práticas. Eles devem monitorizar os resultados, e relatar os resultados e trocar experiências.

16. Deve-se tomar atenção particularmente ao papel dos transportes e seus efeitos sobre o meio ambiente e na actividade turística, e no desenvolvimento de instrumentos e medidas orientadas para reduzir o uso de energias não renováveis, fomentando a reciclagem e a minimização de resíduos nas instalações turísticas.

17. Com o fim de que o turismo pode ser uma actividade sustentável, é fundamental que se adoptem e implementem códigos de conduta conducentes à sustentabilidade por parte dos principais autores envolvidos no turismo, particularmente os membros da indústria turística. Tais códigos podem ser instrumentos efectivos para o desenvolvimento de actividades turísticas responsáveis.

18. Todas as medidas necessárias devem ser implementadas de forma a sensibilizar e a informar todas as partes envolvidas na indústria turística, a nível local, regional, nacional e internacional em relação aos conteúdos e objectivos da Conferência de Lanzarote.

A Carta do Turismo Sustentável: Conclusão da Cimeira Mundial sobre Turismo Sustentável, Lanzarote, Espanha, 1995, pode ser consultada a partir do site da *International Scientific Council For Island Development* (INSULA): www.insula.org

Anexo 4 – Entradas e Quotas de Turistas Internacionais nas regiões do mundo (1990-2002)

	Mundo	África	Américas	Ásia e Pacífico	Europa	Médio-Oriente
(entradas em milhões)						
1990	455.9	15.0	93.0	57.7	280.6	9.7
1991	461.1	16.2	95.5	59.7	280.6	9.1
1992	502.2	18.1	102.3	67.8	302.7	11.3
1993	515.3	18.4	102.2	74.7	308.5	11.4
1994	535.8	18.9	104.8	80.6	319.3	12.1
1995	550.4	20.0	108.8	85.6	322.3	13.6
1996	580.2	21.6	114.4	94.1	334.7	15.4
1997	601.5	22.4	116.1	93.2	353.2	16.5
1998	621.4	24.9	119.2	92.7	366.9	17.8
1999	643.3	26.4	122.0	102.6	371.2	21.2
2000	687.3	27.4	128.0	115.3	392.7	24.0
2001	684.1	28.3	120.2	121.1	390.8	23.6
2002	702.6	29.1	114.9	131.3	399.8	27.6
(quota mundial, em percentagem)						
1990	100.0	3.3	20.4	12.7	61.5	2.1
1991	100.0	3.5	20.7	12.9	60.9	2.0
1992	100.0	3.6	20.4	13.5	60.3	2.3
1993	100.0	3.6	19.8	14.5	59.9	2.2
1994	100.0	3.5	19.6	15.0	59.6	2.3
1995	100.0	3.6	19.8	15.6	58.6	2.5
1996	100.0	3.7	19.7	16.2	57.7	2.7
1997	100.0	3.7	19.3	15.5	58.7	2.7
1998	100.0	4.0	19.2	14.9	59.0	2.9
1999	100.0	4.1	19.0	15.9	57.7	3.3
2000	100.0	4.0	18.6	16.8	57.1	3.5
2001	100.0	4.1	17.6	17.7	57.1	3.4
2002	100.0	4.1	16.4	18.7	56.9	3.9

Fonte: (OMT; 2003b)

Anexo 5 – Receitas e Quotas do Turismo Internacional nas regiões do mundo
(1990-2002)

	Mundo	África	Américas	Ásia e Pacífico	Europa	Médio-Oriente
€uro/Ecu, milliards						
1990	207.4	4.2	54.3	32.4	113.0	3.6
1991	224.2	4.1	61.9	34.5	120.5	3.2
1992	244.3	5.2	64.6	39.1	131.3	4.0
1993	275.7	5.8	76.1	48.3	140.5	5.0
1994	299.3	6.3	78.9	56.3	152.7	5.6
1995	309.3	6.2	76.2	59.4	160.7	6.8
1996	345.6	7.4	86.5	69.2	174.8	7.8
1997	390.6	8.4	102.5	72.0	198.1	9.6
1998	397.1	9.0	103.8	67.0	208.0	9.2
1999	426.9	10.0	114.7	75.1	216.4	10.7
2000	512.5	11.7	144.5	94.1	248.7	13.5
2001	513.0	13.0	136.5	98.2	252.1	13.2
2002	501.5	12.5	120.8	100.1	254.3	13.7
(quota mundial, em percentagem)						
1990	100.0	2.0	26.2	15.6	54.5	1.7
1991	100.0	1.8	27.6	15.4	53.7	1.4
1992	100.0	2.1	26.4	16.0	53.7	1.6
1993	100.0	2.1	27.6	17.5	51.0	1.8
1994	100.0	2.1	26.4	18.8	51.0	1.9
1995	100.0	2.0	24.6	19.2	52.0	2.2
1996	100.0	2.1	25.0	20.0	50.6	2.3
1997	100.0	2.2	26.2	18.4	50.7	2.5
1998	100.0	2.3	26.1	16.9	52.4	2.3
1999	100.0	2.3	26.9	17.6	50.7	2.5
2000	100.0	2.3	28.2	18.4	48.5	2.6
2001	100.0	2.5	26.6	19.1	49.1	2.6
2002	100.0	2.5	24.1	20.0	50.7	2.7

Fonte: (OMT; 2003b)

Anexo 6 – Dados sobre População Cabo-Verdiana, em 2000

Ilhas	População Total		População Urbana	Pop Urbana /Pop. Total	Densidade Populacional
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Hab/km
Sal	14.816	3,4	13.089	88,3	68
São Vicente	67.163	15,5	62.497	93,1	294
Santo Antão	47.170	10,9	14.222	30,2	60
São Nicolau	13.661	3,1	5.495	40,2	35
Boavista	4.209	1,0	2.024	48,1	7
Fogo	37.421	8,6	8.218	22,0	78
Brava	6.804	1,6	1.852	27,2	101
Maio	6.754	1,6	2.664	39,4	25
São Tiago	236.627	54,4	122.086	51,6	237
Cabo Verde	434.625	100,0	232.147	53,4	107

Fonte: INE (Censo 2000) extraído do Website: www.ine.cv

Anexo 7 – Países de acolhimento de cabo-verdianos

País	Número de Migrantes	Valores relativos (%)
Estados Unidos	264.900	51,1
Portugal	80.000	15,4
Angola	45.000	8,7
Senegal	25.000	4,8
França	25.000	4,8
São Tomé e Príncipe	20.000	3,9
Holanda	16.580	3,2
Espanha	12.000	2,3
Itália	10.000	1,9
Argentina	5.200	1,0
Brasil	3.000	0,6
Luxemburgo	3.000	0,6
Suíça	2.400	0,5
Guiné Bissau	2.000	0,4
Moçambique	1.000	0,2
Bélgica	800	0,2
Alemanha	800	0,2
Suécia	700	0,1
Canadá	300	0,1
Noruega	300	0,1
Gabão	200	0,0
TOTAL	518.180	100,0

Fonte: Instituto das Comunidades de Cabo Verde - 1998

Anexo 8 – Repartição da pobreza nas ilhas e no território nacional

Ilhas e meio de habitação	Pobreza em 2002			Pobreza em 1989		
	Total pobres	Muito pobres	Peso dos muito pobres	Total pobres	Muito pobres	Peso dos muito pobres
	Percentagem					
S. Antão	54	34	63	50	28	56
S. Vicente	26	11	41	29	13	45
S. Nicolau	40	24	59	44	23	52
Sal	13	6	45			
Boavista	13	2	17			
Maio	38	25	66			
S. Tiago	37	20	55	26	12	44
Fogo	43	25	58	23	6	26
Brava	41	16	39	54	36	67
Cabo Verde	36	20	55	30	14	47
Urbano	25	12	47	18	7	38
Rural	51	30	59	46	23	49

Fonte: INE (IDRF 2001-2002), 2003 extraído de (PNUD; 2004a)

Anexo 9 – Quadro sinóptico do enquadramento dos ODM na programação nacional

Domínio/Objectivos do milénio (horizonte 2015)	Indicadores nacionais	Objectivos da ECRP	Perspectivas de realização no horizonte 2015
<p>Objectivo 1. Eliminar a extrema pobreza e a fome</p> <p>Alvo 1. Reduzir de metade a proporção da população vivendo com menos de um dólar por dia</p> <p>Alvo 2. Reduzir de metade a proporção da população que sofre de fome</p>	<p>Os indicadores são os mesmos definidos mundialmente.</p> <p>Os indicadores de segurança alimentar foram preferidos aos relativos à fome</p>	<p>Objectivos globais visando o crescimento económico e a redução da pobreza</p>	<p>São necessárias políticas orientadas para os pobres para que o crescimento económico induza a redução da pobreza e das desigualdades em Cabo Verde</p>
<p>Objectivo 2. Assegurar uma educação primária a todos</p> <p>Alvo 3. Assegurar a todas as crianças os meios para concluírem um ciclo completo de estudos primários</p>	<p>Os indicadores são os mesmos definidos mundialmente.</p>	<p>Realização dos indicadores definidos para o sector da Educação, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - consolidar os resultados já alcançados na realização do objectivo de garantir o ensino primários a todos. - melhorar a qualidade do ensino - diminuir o abandono e a repetência. 	<p>A educação primária para todos está atingida. A prioridade é doravante atribuída à melhoria da qualidade do ensino primário. O ensino secundário e superior serão desenvolvidos para a criação de um contexto favorável à consolidação dos bons resultados já alcançados pelo ensino primário</p>
<p>Objectivo 3. Promover a igualdade dos sexos e a autonomia das mulheres</p> <p>Alvo 4. Eliminar as disparidades entre os sexos nos ensinos primário e secundário até 2005</p>	<p>Aos indicadores mundiais foram acrescidos os ligados à violência contra as mulheres</p>	<p>Eliminar as disparidades entre os sexos, designadamente no ensino e no aumento da empregabilidade das mulheres.</p>	<p>As perspectivas de realização deste objectivo são boas.</p>
<p>Objectivo 4. Reduzir a mortalidade nas crianças de menos de 5 anos</p> <p>Alvo 5. Reduzir de dois terços a taxa de mortalidade nas crianças de menos de 5 anos</p>	<p>Os indicadores são os mesmos definidos mundialmente</p>	<p>Realização dos indicadores definidos para o sector da saúde, designadamente reduzindo a taxa de mortalidade infanto-juvenil e melhorando o aceso e a qualidade dos serviços de saúde. Melhorar o acompanhamento da realização deste objectivo</p>	<p>As perspectivas de realização deste indicador são encorajadoras. Importa no entanto acompanhar a sua realização</p>
<p>Objectivo 5. Melhorar a saúde materna</p> <p>Alvo 6. Reduzir de dois terços a taxa de mortali-</p>	<p>Os indicadores são os mesmos definidos mundialmente</p>	<p>Realização dos indicadores definidos para o sector da saúde e em particular reduzir a taxa de mortalidade</p>	<p>As perspectivas de realização deste indicador são encorajadoras. Importa no entanto acompanhar</p>

dade materna		<i>materna. Melhorar o acompanhamento da realização deste objectivo</i>	<i>a sua realização</i>
<p>Objectivo 6. Combater o VIH-SIDA, o paludismo e outras doenças</p> <p>Alvo 7. Parar a propagação do VIH-SIDA e começar a inverter a tendência actual</p> <p>Alvo 8. Controlar o paludismo e outras grandes doenças e começar a inverter a tendência actual</p>	<i>Os indicadores são os mesmos definidos mundialmente</i>	<i>Reduzir a taxa de prevalência do VIH-SIDA, em particular nas mulheres grávidas assistidas. Aumentar o controle do paludismo e da tuberculose</i>	<i>Uma vigilância atenta é requerida para parar a propagação do VIH-SIDA tendo em conta a sua fraca prevalência actual. Mudanças de comportamento serão determinantes neste sentido. O controle do paludismo e da tuberculose deverá ser uma preocupação permanente a fim de parar e de seguida reverter a tendência</i>
<p>Objectivo 7. Assegurar um ambiente durável</p> <p>Alvo 9. Integrar os princípios do desenvolvimento durável nas políticas nacionais e inverter a tendência actual de desperdício de recursos ambientais</p> <p>Alvo 10. Reduzir de metade a percentagem da população que não tem acesso de forma durável ao aprovisionamento em água potável</p> <p>Alvo 11. Melhorar sensivelmente a vida das populações vivendo em bairros de lata</p>	<i>Os indicadores retidos são os mesmos que os propostos a nível internacional</i>	<i>Operacionalização do sistema de seguimento da qualidade ambiental; Criação e gestão participativa das áreas protegidas; Conservação das marinhas costeiras, Aumento para 80% da percentagem das famílias ligadas à rede de distribuição de água potável. Aumento para 65% da percentagem das famílias ligadas à rede de esgoto</i>	<i>O acesso à água potável melhorou rapidamente. No entanto as desigualdades regionais são importantes e devem ser corrigidas. O mesmo em relação ao saneamento.</i>

FONTE: (MFP; 2004b: 54)

Anexo 10 – Distribuição do emprego do sector turístico, por ilhas, em 2003

Ilhas	Nº Emprego	Percentagem
Sal	1.528	43,46
São Tiago	468	13,31
Maio	153	4,35
Boavista	639	18,17
São Vicente	267	7,59
Santo Antão	181	5,15
Fogo	46	1,31
Brava	15	0,43
São Nicolau	219	6,23
Total	3.516	100,00

Fonte: (DGDT; 2004)

Anexo 11 – Hóspedes/entradas segundo a Ilha, por país de residência habitual dos hóspedes, valores acumulados (2000-2002)

	Total nacional	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal	Boavista	Maio	São Tiago	Fogo	Brava
	(número de hóspedes/entradas)									
África do Sul	17,864	8	100	3	17,132	10	12	404	178	17
Alemanha	49,044	1,406	5,718	383	28,218	3,887	269	6,905	2,178	80
Áustria	3,360	151	499	34	1,151	165	17	1,145	192	6
Bélgica+Holanda	8,320	485	1,515	222	3,064	288	67	2,393	263	23
Espanha	13,649	526	2,730	70	5,676	548	116	3,515	463	5
Estados Unidos	6,082	88	793	74	2,732	72	34	2,112	158	19
França	33,678	1,657	6,800	529	12,908	2,314	254	7,761	1,428	27
Reino Unido	2,247	63	388	75	709	117	15	727	140	13
Itália	108,255	744	5,065	280	82,930	14,914	159	3,431	722	10
Portugal	102,891	601	11,942	218	65,298	2,105	230	21,035	1,450	12
Suíça	6,409	427	1,186	138	2,062	626	60	1,567	337	6
Outros Países	23,237	237	4,046	100	8,508	980	93	8,569	693	11
Totais	375,036	6,393	40,782	2,126	230,388	26,026	1,326	59,564	8,202	229
%	100.0	1.7	10.9	0.6	61.4	6.9	0.4	15.9	2.2	0.1
	(em percentagem do número de hóspedes/entradas)									
África do Sul	4.8	0.1	0.2	0.1	7.4	0.0	0.9	0.7	2.2	7.4
Alemanha	13.1	22.0	14.0	18.0	12.2	14.9	20.3	11.6	26.6	34.9
Áustria	0.9	2.4	1.2	1.6	0.5	0.6	1.3	1.9	2.3	2.6
Bélgica+Holanda	2.2	7.6	3.7	10.4	1.3	1.1	5.1	4.0	3.2	10.0
Espanha	3.6	8.2	6.7	3.3	2.5	2.1	8.7	5.9	5.6	2.2
Estados Unidos	1.6	1.4	1.9	3.5	1.2	0.3	2.6	3.5	1.9	8.3
França	9.0	25.9	16.7	24.9	5.6	8.9	19.2	13.0	17.4	11.8
Reino Unido	0.6	1.0	1.0	3.5	0.3	0.4	1.1	1.2	1.7	5.7
Itália	28.9	11.6	12.4	13.2	36.0	57.3	12.0	5.8	8.8	4.4
Portugal	27.4	9.4	29.3	10.3	28.3	8.1	17.3	35.3	17.7	5.2
Suíça	1.7	6.7	2.9	6.5	0.9	2.4	4.5	2.6	4.1	2.6
Outros Países	6.2	3.7	9.9	4.7	3.7	3.8	7.0	14.4	8.4	4.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: (INE; 2004b)

Anexo 12 – Ilha de entrada dos principais hóspedes estrangeiros, valores acumulados (2000-2002)

	Total	Italianos	Portugueses	Alemães	Franceses	Sul-africanos	Espanhóis	Outros nacionais
(número de hóspede/entradas)								
Santo Antão	6,393	744	601	1,406	1,657	8	526	1,451
São Vicente	40,782	5,065	11,942	5,718	6,800	100	2,730	8,427
São Nicolau	2,126	280	218	383	529	3	70	643
Sal	230,388	82,930	65,298	28,218	12,908	17,132	5,676	18,226
Boavista	26,026	14,914	2,105	3,887	2,314	10	548	2,248
Maio	1,326	159	230	269	254	12	116	286
São Tiago	59,564	3,431	21,035	6,905	7,761	404	3,515	16,513
Fogo	8,202	722	1,450	2,178	1,428	178	463	1,783
Brava	229	10	12	80	27	17	5	78
Total	375,036	108,255	102,891	49,044	33,678	17,864	13,649	49,655
%	100.0	28.9	27.4	13.1	9.0	4.8	3.6	13.2
(em percentagem do número de hóspedes/entradas)								
Santo Antão	1.7	0.7	0.6	2.9	4.9	0.0	3.9	2.9
São Vicente	10.9	4.7	11.6	11.7	20.2	0.6	20.0	17.0
São Nicolau	0.6	0.3	0.2	0.8	1.6	0.0	0.5	1.3
Sal	61.4	76.6	63.5	57.5	38.3	95.9	41.6	36.7
Boavista	6.9	13.8	2.0	7.9	6.9	0.1	4.0	4.5
Maio	0.4	0.1	0.2	0.5	0.8	0.1	0.8	0.6
São Tiago	15.9	3.2	20.4	14.1	23.0	2.3	25.8	33.3
Fogo	2.2	0.7	1.4	4.4	4.2	1.0	3.4	3.6
Brava	0.1	0.0	0.0	0.2	0.1	0.1	0.0	0.2
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: (INE; 2004b)

Anexo 13 – Turismo Receptor, Turismo Doméstico e Turismo Interno, segundo a ilha, valores acumulados (2000-2002)

	Residentes no Estrangeiro				Turismo Receptor (A+B)		Turismo doméstico		Turismo Interior		Proporção do turismo receptor no turismo Interior
	Hóspedes Estrangeiros (A)		Nacionais (Emigrantes) (B)		Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	
Santo Antão	6.393	1,7%	109	3,2%	6.502	1,7%	3.2	4,0%	9.702	2,1%	67,0%
São Vicente	40.782	10,9%	508	15,1%	41.29	10,9%	15.988	19,8%	57.278	12,5%	72,1%
São Nicolau	2.126	0,6%	341	10,1%	2.467	0,7%	1.408	1,7%	3.875	0,8%	63,7%
Sal	230.388	61,4%	1.7	50,6%	232.088	61,3%	30.207	37,4%	262.295	57,1%	88,5%
Boavista	26.026	6,9%	5	0,1%	26.031	6,9%	2.562	3,2%	28.593	6,2%	91,0%
Maio	1.326	0,4%	73	2,2%	1.399	0,4%	1.3	1,6%	2.699	0,6%	51,8%
São Tiago	59.564	15,9%	587	17,5%	60.151	15,9%	23.073	28,6%	83.224	18,1%	72,3%
Fogo	8.202	2,2%	37	1,1%	8.239	2,2%	2.923	3,6%	11.162	2,4%	73,8%
Brava	229	0,1%	2	0,1%	231	0,1%	144	0,2%	375	0,1%	61,6%
Total	375.036	100,0%	3.362	100,0%	378.398	100,0%	80.805	100,0%	459.203	100,0%	82,4%
%	81,7%		0,7%		82,4%		17,6%		100,0%		

Fonte: (INE; 2004b)